

Vida Conjugal e Trabalho

Uma Perspectiva Sociológica

- Agacinski, Sylviane, *Política dos Sexos*
- Almeida, Miguel Vale de (org.), *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*
- Bock, Gisela, e Anne Cova (orgs.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud / Writing Women's History in Southern Europe: XIXe-XXe Siècles / 19th-20th Centuries*
- Bourdieu, Pierre, *A Dominação Masculina*
- Cardoso, Adelino, e Maria Luísa Ribeiro Ferreira, (orgs.), *Medicina dos Afectos: Correspondência entre Descartes e a Princesa Elisabeth da Boémia*
- Cova, Anne, Natália Ramos e Teresa Joaquim (orgs.), *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*
- Ferreira Virgínia, Teresa Tavares e Sílvia Portugal (orgs.), *Shifting Bounds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*
- Fonseca, Laura Pereira da, *Culturas Juvenis, Percursos Femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*
- Giddens, Anthony, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*
- Goody, Jack, *Família e Casamento na Europa*
- Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*
- Joaquim, Teresa, e Anabela Galhardo (orgs.), *Novos Olhares: Passado e Presente Nos Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*
- Magalhães, Maria José, *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*
- Rebelo, Glória, *Trabalho e Igualdade: Mulheres, Teletrabalho e Trabalho a Tempo Parcial*
- Rowland, Robert, *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*
- Silva, Maria Cardeira da, *Um Islão Prático: O Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*
- Torres, Anália Cardoso, *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*
- Torres, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*
- Torres, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*
- Valverde, Paulo Jorge, *Máscara, Mito e Morte: Textos Para Uma Etnografia de São Tomé*
- Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*

© Anália Cardoso Torres, 2004

Anália Cardoso Torres (1954)
Vida Conjugal e Trabalho: Uma Perspectiva Sociológica

Primeira edição: Novembro de 2004
Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-774-206-8
Depósito-legal: 218513/04

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora
Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora
Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda., Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal
Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal
Tel.: (+351) 214 417 433
Fax: (+351) 214 467 304
E-mail: mail@celtaeditora.pt
Página: www.celtaeditora.pt

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
INTRODUÇÃO	1
1 VIDA CONJUGAL E DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE HOMENS E MULHERES	5
Mulheres casadas, mercado de trabalho e mudanças socioeconómicas	5
Vida conjugal e trabalho: uma relação sociologicamente situada	8
Emergência e crescimento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho	9
Recomposições socioeconómicas recentes	18
Mulheres, homens e mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia	21
Crescimento exponencial da actividade feminina entre 1981 e 2001	21
Fecundidade e actividade feminina: uma correlação positiva	29
Quem casa com quem: casamento e homonomia profissional	33
Mais instrução, melhores qualificações, mais rendimentos	36
Quanto mais novo se tem de trabalhar menos se ganha	39
Mulheres domésticas: menos instruídas e mais pobres	41
Portugal: um perfil específico de actividade profissional das mulheres casadas ..	46
2 SIGNIFICADOS DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL	55
Trabalho profissional no início da vida conjugal, no tempo da instalação	58
Jovens operários: para eles, necessidade e desinvestimento; para elas, pragmatismo e poder	61

Jovens dos sectores intermédios: projecções medianas	66
Jovens universitários: eles na carreira, elas em stand by	67
Carreira, trabalho, profissão: breve balanço das diferenças entre os casais mais jovens	74
Actividade profissional no tempo das mudanças e das transições ...	80
Sector operário: para eles a identidade perdida, para elas ganho de autonomia	81
Actividade profissional nos sectores intermédios: ponto de chegada e ponto de partida de mobilidade social	84
Professoras, empresários e engenheiros: a realização profissional	92
Casados entre os 10 e os 19 anos e actividade profissional: apontamentos de balanço	94
Casamento depois dos 20 anos e actividade profissional	97
Sector operário: o orgulho profissional deles, a dependência insubmissa ou a conformação delas	98
Sector intermédios: entre o investimento e o desinvestimento profissional	105
Sector com formação universitária: maior proximidade da realização profissional deles e delas	108
Actividade profissional dos casados há mais de 20 anos: balanço e síntese ...	117
Significados subjectivos atribuídos ao trabalho profissional: algumas conclusões	119
3 TRABALHO DOMÉSTICO E CUIDADOS COM OS FILHOS	125
Avaliação da justiça da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos	128
A partilha das responsabilidades familiares na origem de conflitos entre os cônjuges	130
Da assimetria total, às reivindicações femininas, ao desejo de delegação das tarefas	132
CONCLUSÕES	143
Referências bibliográficas	151
Anexos	157

Índice de figuras e quadros

Figuras	
1.1 Mulheres, nível de instrução atingido e actividade em 2002 (25-64 anos) (%)	26
1.2 Mães trabalhadores e taxas de fertilidade total na Europa	30
Quadros	
1.1 Mulheres activas, segundo o rendimento do grupo doméstico (USA, 1959; França, 1966)	11
1.2 Mulheres activas, segundo a profissão dos maridos (França 1966)	11
1.3 Actividade feminina e instrução do marido (França, 1966)	12
1.4 População residente com 12 e mais anos por grupo socioeconómico (1981, 1991, 2001), em milhares	22
1.5 Quadros médios e superiores (1991-2001)	23
1.6 Profissão das mulheres inquiridas por profissão do cônjuge segundo os grandes grupos de profissões (Grande Lisboa, 1997)	34
1.7 Profissão dos homens inquiridos, por profissão do cônjuge, segundo os grandes grupos de profissões (Grande Lisboa, 1997)	34
1.8 Profissão das mulheres inquiridas segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)	37

1.9	Profissão dos homens inquiridos segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)	37
1.10	Nível de instrução atingido segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)	38
1.11	Rendimento pessoal mensal dos inquiridos que exercem profissão segundo o sexo (Continente, 1999)	38
1.12	Idade com que começou a trabalhar, por grande grupo de profissão (Grande Lisboa, 1997)	40
1.13	Idade com que começou a trabalhar, por grupo de rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)	40
1.14	Mulheres a exercerem profissão e domésticas, segundo o rendimento do grupo doméstico (Continente, 1999)	42
1.15	Mulheres empregadas e domésticas segundo a profissão do cônjuge (Grande Lisboa, 1997)	43
1.16	Níveis de instrução atingidos pelas mulheres, segundo a condição perante o trabalho (Grande Lisboa, 1997)	44
1.17	Níveis de instrução atingidos pelas mulheres segundo a condição perante o trabalho (Continente, 1999)	44
3.1	Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (Grande Lisboa, 1997)	126
3.2	Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, segundo o nível de instrução (Grande Lisboa, 1997)	127
3.3	Diferenças de ocupação do tempo entre homens e mulheres, durante um dia de semana (Continente, 1999)	127
A1	Tabela de agregação das categorias socioeconómicas dos recenseamentos da população (1981,1991, 2001)	157
A2	Homens e Mulheres com actividade económica, segundo o sexo na União europeia, 1997	158
A3	Indivíduos com actividade segundo a categoria profissional na União Europeia, 1997	158
A4	Diferenças entre as percentagens de homens e mulheres activos, segundo a categoria profissional na União Europeia, 1997	159
A5	Homens e mulheres, por grupos socioeconómicos agregados e estado civil (1991-2001) percentagem em coluna	160
A6	Homens e mulheres, por grupos socioeconómicos agregados e estado civil (1991-2001) percentagem em linha	162
A7	Proporção de homens e de mulheres em cada grupo socioeconómico em 1981, 1991 e 2001	165

“Tu ajudaste-me a quê? Ajudaste-me a vestir? Ajudaste-me a lavar?

Isto é que podia ser uma ajuda a mim.

Fizeste coisas de casa que é onde tu vives
e eu vivo também, portanto, a mim não me ajudaste nada”

Teresa, empregada de escritório, 40 anos

“Eu poderia dizer que eu faço tudo o que uma mulher faz...;
há homens que são dependentes de uma mulher, eu não sou, eu sou
dependente de uma companheira”

José Manuel Peixoto, formador, ex-operário, 38 anos

Introdução

Trabalho e relações conjugais são duas dimensões da vida quotidiana que ocupam grande parte do tempo, energia e investimento emocional da maioria das pessoas.

No trabalho é onde a larga maioria, ao longo da semana, gasta mais horas. Talvez por isso não seja de estranhar que muitos desejem que essa actividade faça, no plano existencial, algum sentido. Ou no mínimo que pareça que faça. E com efeito, tendências recentes nas sociedades contemporâneas das últimas décadas revelam que se valorizam cada vez mais os chamados aspectos intrínsecos associados à actividade profissional — a realização pessoal, o sentido subjectivo que se pode atribuir ao trabalho que tanto nos ocupa.

Mas sabe-se que esse bem desejado — um trabalho que nos realize — só alguns o conseguem obter. Aliás, inquéritos recentes mostram que aumentou na década de 90, embora ligeiramente, pelo menos em metade dos países da Europa ocidental, o número daqueles que defendem que o mais importante no trabalho é a segurança e o dinheiro. O que não deixará de ser, certamente também, um sinal dos tempos de precariedade e de desemprego que hoje se vivem.

Do lugar do casamento ou da vida relacional, conjugal e familiar sabemos também que constitui dimensão central na vida dos indivíduos, que lhe atribuem a máxima importância para a sua felicidade pessoal, como sempre se verifica nos resultados obtidos ao longo dos vários anos em que estas temáticas têm vindo a ser estudadas.

Mas ambas as esferas foram palco de grandes mudanças. Por um lado, a entrada das mulheres no mercado de trabalho tornou ainda mais visível uma realidade que, sob diversas modalidades, vem muito de traz: o contributo das mulheres para a actividade económica. Por outro lado, o facto de as mulheres hoje trabalharem mais horas no exterior, em actividades remuneradas, tem implicações várias entre as quais a acumulação do trabalho exterior com o

que respeita às responsabilidades familiares, as quais continuam a caber-lhes de forma dominante.

Essas transformações foram nalguns casos rápidas e aparecem por vezes com contornos imprecisos e de leitura ambígua. O caso português é exemplo das duas coisas. Do país ainda nos anos 60, atrasado, com altas taxas de analfabetismo e pobreza, ultratradicionalista em relação aos direitos das mulheres, a viver uma guerra colonial que afectava o quotidiano de milhares de jovens, passou-se com a Revolução de Abril para os momentos em que tudo o que havia de novo, de um dia para o outro, parecia possível. E de facto, quando com os olhos de hoje analisamos os indicadores da época, quaisquer que eles sejam — da educação, da economia, do sistema político — é inevitável a verificação de notáveis progressos. Mas dura pouco este sentimento, já que olhando para o presente também depressa se encontram sinais dos problemas estruturais por resolver, dos tradicionalismos a vencer, das debilidades em todos os planos do nosso desenvolvimento.

Também a propósito dos universos do trabalho e da família é frequente que a simples análise cuidadosa da realidade desfaça ou questione verdades adquiridas. Dando alguns exemplos.

O facto de as mulheres terem hoje no mundo ocidental taxas de actividade tendencialmente altas tem surgido por vezes associado, na melhor das hipóteses, à baixa da natalidade e, nas hipóteses mais radicais, sugere-se como factor explicativo para todas as desgraças, da droga à delinquência juvenil. Nestas versões mais radicais se as mulheres estivessem em casa a tomar conta dos filhos nada disto aconteceria. Além de outras razões, que se podem analisar no capítulo 1 deste livro, uma consulta rápida aos indicadores afasta estas interpretações e visões simplistas. Assim, os países onde a taxa de actividade feminina é mais baixa, na UE os chamados países do Sul, à excepção de Portugal — Espanha, Itália e Grécia — são também aqueles em que a natalidade há mais de 10 anos assume valores baixíssimos. A ausência de trabalho fora de casa não parece servir, assim, como remédio para aumentar a natalidade.

Portugal, de resto, é considerado um caso especial por ser o país da Europa Ocidental em que as mulheres, e em particular as mães, mais horas trabalham, sem que a essa actividade corresponda uma rede pública de equipamentos de apoio à infância, como acontece nos outros países da UE com taxas de actividade semelhantes. Também as taxas de participação na actividade das mulheres portuguesas com mais instrução são as mais elevadas da UE e o mesmo se passa com a presença de mulheres em cursos universitários tradicionalmente “masculinos”. Como explicar estas especificidades portuguesas? Várias hipóteses são discutidas no capítulo 1 deste livro.

Finalmente, e para além da captação das grandes tendências e dos indicadores estatísticos mais relevantes, importa também dar atenção à forma como esses processos de mudança têm sido vividos na primeira pessoa do singular. Na verdade, como se verá no capítulo 2, através das histórias

pessoais, e em particular nas gerações mais velhas, vemos desfilarem acontecimentos significativos dos últimos anos em Portugal — dos tempos da ditadura e da guerra colonial, à descolonização e à estabilização democrática. Aí se verá como a simples decisão de casar antes de ir à guerra podia constituir um forte confronto entre a dimensão amorosa e o risco. Mais tarde, nos tempos actuais, as dificuldades transferem-se para a ginástica de conciliar as exigências do trabalho com as da vida familiar. Nem todos têm a clareza da Teiresa, nem o companheirismo do José Manuel, que citamos em epígrafe.

É precisamente das relações entre vida conjugal, trabalho profissional e o trabalho que se desenvolve na esfera doméstica que se ocupa centralmente este livro. Ele é o terceiro que fecha um ciclo iniciado com *Sociologia do Casamento* (Torres, 2001), e seguido por *Casamento em Portugal* (Torres, 2002). Ambos se apoiavam na pesquisa intitulada *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Vida* (Torres, 2000), e seguido por *Casamento* (Torres, 2000). *Vida Conjugal e Trabalho* beneficiou também de informação e da análise de dois grandes inquéritos realizados um na Grande Lisboa (Torres e Silva, 1998) e outro ao nível nacional (Torres et al., 2004). As pesquisas de suporte desenvolveram procedimentos de análise extensiva, como inquéritos por questionário, tendo sido aplicadas igualmente técnicas de análise qualitativa.

No presente livro a análise é desenvolvida em dois tipos de registo: por um lado, numa perspectiva mais macro e de enquadramento, será avaliada a relação entre vida conjugal e trabalho, dando conta das transformações socioeconómicas dos últimos 40 anos, no contexto Europeu e em Portugal. É este o objecto do primeiro capítulo. Por outro, e no capítulo 2, procede-se à análise de entrevistas, onde se pretendeu captar o sentido subjectivo atribuído à actividade profissional por parte de homens e mulheres casados.

O trabalho que se desenvolve na esfera doméstica e no quadro da família constitui o objecto seguinte trabalhado numa lógica idêntica: abordam-se primeiro alguns dados de enquadramento e informação resultantes de inquéritos por questionário, para aprofundar de seguida a interpretação do que é dito pelos entrevistados a propósito desta dimensão da vida conjugal. Tudo isso dá corpo ao terceiro e último capítulo.

Retomando as hipóteses e interrogações iniciais, apresentam-se finalmente algumas conclusões sobre a relação entre vida conjugal e trabalho.

Vida conjugal e divisão do trabalho entre homens e mulheres

Mulheres casadas, mercado de trabalho e mudanças socioeconómicas

A entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho, considerada como dado estrutural das sociedades contemporâneas, teve consequências variadas, directas e indirectas, na vida conjugal e familiar. Este era um dos pontos de partida de uma pesquisa realizada sobre o casamento, que constituiu uma das fontes de informação em que se apoia este livro (Torres, 2000).

Consequências directas, porque tal tendência rompe, embora apenas parcialmente, com um modelo ideal de relação entre trabalho e família, dominante durante grande parte do século XX e até aos anos 60. Ele assentava na ideia de complementaridade, através da diferenciação das tarefas, entre homens e mulheres, sendo o trabalho para o mercado responsabilidade dos primeiros e o "trabalho" familiar competência exclusiva das mulheres. Embora não se possa esquecer que tal modelo ideal na prática tenha sido muito menos aplicado e tenha tido carácter menos abrangente do que durante muito tempo se procurou fazer crer, a verdade é que se operaram, desde o momento em que essas ideias eram dominantes até aos dias de hoje, mudanças significativas. Foram transformações que implicaram uma organização da vida conjugal e familiar de tipo diferente. Mas até que ponto estaremos, de facto, perante transformações radicais?

Será que o facto de um número crescente de mulheres contribuírem para o sustento da família através do trabalho pago, como é tão claro no caso português, implicou na verdade outra divisão do trabalho familiar? Do modelo de diferenciação de papéis passou-se realmente para o modelo da indiferenciação, a este respeito, entre homens e mulheres? E quanto ao próprio desempenho da actividade profissional, que características particulares a ele estão associadas, que motivações?

Na verdade, estas mudanças necessitam de análise cuidada. É

fundamental distinguir os diferentes processos envolvidos, mas também é necessário identificar a que sectores sociais pertencem as mulheres que desempenham actividade profissional, em que circunstâncias contextuais o fazem, quais são as razões fundamentais que as mobilizam. Por outras palavras, importa perceber quem entrou no mercado de trabalho, quando e porquê. Historiadoras e sociólogas feministas mostraram-nos o conjunto de ocultações implícitas no modelo dominante atrás referido, que atribui às mulheres, no essencial, papéis específicos na conjugalidade, em função das suas características biológicas. O decurso dos séculos XIX e XX mostrou, no entanto, que foram poucas as mulheres efectivamente limitadas apenas a esses papéis idealizados (Torres, 2001).

Referiram-se também possíveis efeitos indirectos, na vida conjugal e familiar, da entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho. Na verdade, pode admitir-se que essa inserção através da ocupação de um posto de trabalho, do exercício de uma profissão ou do investimento numa carreira, seja susceptível de ter consequências no plano da identidade pessoal e social. Consequências que se revelam com clareza sempre que são avançados os argumentos da autonomia, da melhoria das condições de vida, ou da realização pessoal, para justificar o desempenho da actividade profissional, o que aconteceu em muitas das entrevistas realizadas no quadro da pesquisa, que se ilustram no capítulo 2. Esses desempenhos podem assim contribuir para outras definições de si enquanto pessoa, no quadro da própria conjugalidade.

É possível ainda equacionar outros efeitos multiplicadores dessa participação. Nos últimos anos têm surgido cada vez mais imagens positivas associadas a mulheres, sobretudo em relação às mais instruídas e com profissões mediáticas, as quais parecem conciliar plenamente as funções maternais com as profissionais e tendem a funcionar como modelo de referência a muitas outras. Haja ou não condições estruturais para generalizar razoavelmente novos protagonismos do mesmo tipo, a verdade é que essas imagens positivas ampliam o campo dos possíveis em termos identitários para todas as mulheres. Por isso parece hoje inquestionável o que era considerado no passado opção ilegítima ou discutível. A acumulação do exercício de uma profissão ou do desempenho de uma carreira com as funções maternais, até por parte de uma mãe de crianças pequenas, vai sendo considerada, de forma genérica, escolha legítima.

Mas em contrapartida a estes efeitos surgem também mensagens em sentido antagónico. Partindo da dura realidade vivida por muitas mulheres que pretendem manter a sua carreira sem abdicar de ter filhos e se sentem exaustas, porque são obrigadas a uma duplicação da jornada de trabalho, surgem-se muitas vezes que o desejo destas seria voltar para casa. Ora o que estas mulheres pretendem, como resulta claro nesta e noutras pesquisas já realizadas (Torres *et al.*, 2004), é poder harmonizar essas duas esferas da sua vida, sendo às vezes obrigadas a "optar" sacrificando uma das dimensões.

No plano dos valores, tem mesmo assim larga aceitação a ideia segundo a qual mulheres e homens devem partilhar responsabilidades, tanto no plano da actividade profissional, como no da esfera doméstica e dos cuidados com os filhos. Tal consenso no âmbito dos valores não significa, porém, que no plano das práticas, nomeadamente nas que à vida familiar dizem respeito, se esboça no mesmo patamar.

As contradições entre esses dois planos têm sido já sobejamente mostradas. O que interessa na pesquisa, quanto a este tipo de problemas, era também procurar perceber mais aprofundadamente que processos ocorrem — do lado da conjugalidade e da vida familiar — que possam ser susceptíveis de explicar a manutenção de tais contradições. Ou seja, e atendendo a interrogações anteriores, se antes procurávamos entender o posicionamento dos indivíduos face ao trabalho profissional e a tudo o que ele implica, interessava também atender aos processos internos à própria vida conjugal que fossem susceptíveis de ter efeitos na participação das mulheres no mercado de trabalho. Importava atender, genericamente, às definições identitárias que as mulheres fazem de si próprias e também às assimetrias ainda existentes entre os dois sexos.

Das hipóteses iniciais da pesquisa constava assim analisar o posicionamento dos dois membros do casal face à actividade profissional, bem como a avaliação, no plano da vida conjugal, dos impactos resultantes da participação de ambos no mercado de trabalho. Encontráramos diferentes representações e práticas de homens e de mulheres respeitantes à actividade profissional, que fossem atribuíveis a valorizações também diferenciadas da vida conjugal e familiar? E que outras esferas da divisão do "trabalho" familiar poderiam ser susceptíveis de ter influência nas próprias opções profissionais?

Mas antes de dar resposta a estas perguntas específicas, que implicam um olhar mais próximo e a escuta dos entrevistados, que se desenvolve no capítulo 2, faz sentido para já olhar para a relação entre trabalho e vida conjugal numa perspectiva macro.

Com efeito, parece central, para contextualizar a realidade que se quer conhecer, dar conta do conjunto de transformações dos últimos 40 anos, nomeadamente a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, as modalidades particulares da sua inserção nesse meio, as relações existentes entre trabalho pago e não pago. Os diferentes tipos de explicação avançados para entender tais processos, os conceitos utilizados e os debates que eles têm suscitado, serão objecto de análise mais demorada. A especificidade do contexto português servirá de ilustração ao debate, através da análise de dados estatísticos e dos resultados de alguns inquéritos por questionário.

Vida conjugal e trabalho: uma relação sociologicamente situada

Pensar sociologicamente a relação entre casamento e actividade profissional é por si só um exercício heurístico. Na verdade, ao reflectir sobre as duas realidades de forma isolada, por um lado, e de forma articulada, por outro, somos confrontados com realidades empíricas que sugerem um mundo de diferenças. Pensando a partir da actividade profissional e reafirmando a centralidade do conceito de condições de existência, vemos configurarem-se as diferenças de classe — os postos ocupados articulam-se com a hierarquia dos lugares de classe, a actividade profissional podendo ser encarada como forma de sobrevivência, como emprego, como trabalho, carreira ou ocupação. Mas também nos aparecem as diferenças que se referem ao género, já que sabemos terem os sexos modalidades diferentes de inserção no mercado de trabalho, existirem diferenças remuneratórias, diferença de acesso aos postos de chefia, hierarquias que beneficiam um sexo em desfavor do outro.

Ao considerar, por outro lado, o casamento ou a conjugalidade, surgem-nos de novo múltiplas diferenças — não apenas as que directamente se articulam com a maternidade e a paternidade mas também as que se referem ao género, e que consistem, ou consistiram durante muito tempo, sobretudo no plano dos valores, na atribuição a homens e a mulheres de papéis diferenciados e complementares no quadro da família. Igualmente, considerando cada um dos sexos, reencontramos, no quadro da conjugalidade, as diferenças de classe ou de contexto social que tornam distintos os constrangimentos vividos por diferentes sectores sociais. A possibilidade, que em certos sectores existe e noutros não, de contratar trabalho pago para a realização de tarefas domésticas e prestação de cuidados a crianças ou idosos, é apenas um dos muitos exemplos que revelam essas diferenciações.

Outras interrogações são pertinentes. De que forma estão articuladas, no caso das diferenças de género, as posições dos actores sociais de cada sexo, num e noutro lugar: na família e no trabalho? Será que os lugares ocupados numa esfera condicionam a ocupação de determinados lugares na outra? Isto é, tratar-se-á de uma relação biunívoca? A estas e outras questões têm sido dadas várias respostas que, embora diferenciadas quanto ao uso de certos conceitos ou ao acento tónico noutros factores explicativos, convergem todas numa ideia — há uma relação muito estreita entre os lugares ocupados na esfera da conjugalidade e da família e os que se referem ao domínio do trabalho pago. O que comanda esta relação, que outros factores, exteriores a ela, contribuirão também para a configurar, são questões a propósito das quais, como veremos à frente, se tem desenvolvido intenso debate.

Enunciados desta natureza, mostrando a complexidade das relações que se estabelecem entre os dois mundos, equivalem eles próprios a ideias sociológicas e historicamente situadas, já que constituem perspectivas teóricas da década de 90 do século XX e produzem visibilidade sobre realidades antes

ocultas, sugerindo novos quadros de referência para a pesquisa empírica. A emergência destas perspectivas merece agora a nossa atenção. Faremos uma breve viagem às propostas que do lado da sociologia da família e também do de algumas perspectivas feministas foram sendo formuladas a propósito da relação entre casamento e trabalho. Vale a pena começar com os enunciados que foram dando visibilidade ao trabalho das mulheres.

Emergência e crescimento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho

Durante muito tempo foram ignorados os reais contributos das mulheres quer no contexto da família, quer do trabalho produtivo. Tendo por referência o período que decorre até aos anos 70 do século XX, viu-se já que a maior parte das abordagens no quadro da sociologia da família consideravam, de forma implícita ou explícita, ser a família e a casa o lugar "natural" da mulher. A imagem da família tendia também a ser de certo modo monolítica, como se tratasse de uma pequena célula, um colectivo harmonioso, unido pelo sentimento. Racionalidade económica, interesses, dominação, trabalho produtivo, diferenças, contradições, hierarquias e poderes estavam excluídas desse horizonte familiar.

Recorde-se que era essa a perspectiva global, com algumas variações entre si, tanto de Burgess como de Parsons (Torres, 2001). Para ambos os autores, como para outros desde os anos 20 aos 70, as determinações sociais paravam à porta da família. Eram as diferenças biológicas ou psicológicas que justificavam o desempenho de tarefas diferentes para homens e para mulheres e as assimetrias eram naturalizadas como se radicassem nessas mesmas distinções. Tratava-se de perspectivas idealizadas da família, que não davam visibilidade ao conjunto de actividades e de relações desenvolvidas nesse contexto.

O contributo decisivo do trabalho das mulheres (e de crianças) nas fábricas da revolução industrial durante o século XVIII e XIX, para já não falar no seu trabalho quase escravo no campo, e o esforço físico que lhes era exigido, parecem ser sistematicamente esquecidos quando se dão essas versões romantizadas das mulheres e das famílias. Trabalho nas fábricas e nos campos que, de resto, durante o século XX continuou a ser a realidade para uma grande maioria.

A reflexão sobre o próprio conceito de trabalho — para homens e para mulheres — implica que se equacione o facto de este termo só ser sinónimo de emprego pago a partir do século XIX (Pahl, 1992). E se no século XX a remuneração parece estar completamente associada à noção de trabalho, tal como as historiadoras feministas mostraram, isto só é verídico para os homens. A participação das mulheres na economia informal monetária foi sempre intensa

— alugando quartos para hóspedes, passando a ferro, lavando, fazendo comida ou costurando para fora, estando ao lado dos homens a gerir pequenos comércios ou empresas — mas não era considerada ou reconhecida como trabalho normal e muito menos remunerável. A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, que se conhece no segundo pós-guerra, não representou assim a passagem das mulheres do lazer para o trabalho profissional, mas antes a evolução “de relações de trabalho intra-familiares para relações empregado-empregador” (McDowell e Pringle, 1992: 123).

No mundo rural, como também se sabe, o trabalho feminino é absolutamente central para a economia doméstica, quer no caso da agricultura familiar, quer nas situações em que se jogam as lógicas de campesinato parcial (Ferreira de Almeida, 1986; Lourenço, 1991; Wall, 1998), a que obviamente sempre se acrescenta o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Mas além de dar visibilidade a aspectos antes razoavelmente ocultos, o facto de as mulheres se terem finalmente convertido em objecto de investigação foi revelando outras dimensões da sua realidade.

Por volta dos anos 60, acentua-se na Europa e nos Estados Unidos, com mais clareza, a participação das mulheres casadas no mercado de trabalho em contexto urbano. Tratava-se, no essencial, de operárias, trabalhadoras do comércio, administrativas, ou trabalhadoras não qualificadas de baixos rendimentos. Este desempenho profissional, embora decorresse sobretudo da necessidade de complementar os orçamentos familiares, já que era nos sectores com menores rendimentos ou de menor formação escolar e mais baixas qualificações que se concentravam fundamentalmente as mulheres activas, não deixava de ter outras e inúmeras consequências no contexto da relação conjugal, no poder de decisão dentro da família, no plano dos valores (Blood e Wolfe, 1960; Michel, 1974).

Vale a pena olhar alguns dos dados dessa época, até para os podermos vir a comparar com dados actuais. A informação recolhida principalmente no livro de André Michel, *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale* (1974) tem o particular interesse de analisar e discutir uma súmula de resultados de várias investigações realizadas nos finais de 50, meados dos anos 60, nos EUA e na Europa ocidental.

Nos EUA (Detroit) e em França (Paris), embora a taxa de actividade feminina global fosse menor no primeiro país do que no segundo, era basicamente nos grupos domésticos com menores rendimentos que se localizavam as mulheres activas nos finais de 50 princípios de 60. A distribuição era perfeitamente contínua, ou seja, à medida que o rendimento aumentava diminuía a taxa de actividade das mulheres, como se pode ver no quadro 1.1. Também através das profissões, e para o caso da França, eram basicamente nos grupos domésticos em que os homens exerciam profissões menos qualificadas, ou implicando menor formação escolar, que as mulheres activas se concentravam (quadro 1.2). Atente-se ainda nos sectores do comércio, onde existe

Quadro 1.1 Mulheres activas, segundo o rendimento do grupo doméstico (USA, 1959; França, 1966)

(%) mulheres activas	Menos de 3000 Dólares	De 3000 a 4999	De 5000 a 6999	De 7000 a 9999	10000 e mais
USA (Detroit) 1959	32	24	17	15	5
	Menos de 499 Francos	De 500 a 999	De 1000 a 1499	De 1500 a 2499	De 2500 a 4999 e mais
França (Paris) 1966	52	54	35	34	13

Fonte: André Michel, *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Editions du CNRS, 1974.

Quadro 1.2 Mulheres activas, segundo a profissão dos maridos (França 1966)

Profissões dos maridos	%
Profissões liberais	27
Quadros superiores	18
Comerciantes e artesãos	62
Quadros médios	41
Empregados qualificados	58
Empregados não qualificados	71
Operários qualificados	52
Operários não qualificados	73

Fonte: André Michel, *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Editions du CNRS, 1974.

igualmente um número significativo de activas, provavelmente, numa lógica de continuidade em relação ao passado. Note-se, em contrapartida, a redução da expressão da actividade feminina no caso dos quadros superiores.

Se através do rendimento podíamos imaginar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho era, mesmo nos anos 60, decorrente de opções que se prendiam, no essencial, com o maior ou menor desafogo financeiro das famílias, ao entrar em linha de conta com as lógicas profissionais salienta-se a existência de outros factores. De facto, nota-se que há mais mulheres activas casadas com profissionais liberais do que as que vivem com quadros superiores. André Michel mostra que é no primeiro grupo, o qual mais tarde, aliás, se ampliará significativamente, que se localizam as mulheres que trabalham no exterior por opção própria, ou por desejo de autonomia. A explicação para o reduzido número de mulheres de quadros superiores pode também ser encontrada a partir da proposta de Daniel Bertaux ao considerar que a “carreira” destas mulheres se faz no contexto familiar e é voltada fundamentalmente para a aposta na promoção do marido. O autor é, aliás, dos primeiros a procurar as pontes analíticas entre pertença social e família e a propor conceitos

Quadro 1.3 Actividade feminina e instrução do marido (França, 1966)

Mulheres activas	Primária	Técnica	Secundária	Superior
França (Paris) 1966	62	52	42	32

Fonte: Andrée Michel, *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Editions du CNRS, 1974.

como o de "famílias de classe" e "reprodução antropológica" (Bertaux, 1978). Por sua vez, a relação entre instrução do marido e a actividade da mulher, como se pode observar no quadro 1.3, varia no mesmo sentido do rendimento: quanto maior é a instrução dos maridos menor é a percentagem de mulheres activas.

Assim, ainda que seja possível localizar um pequeno grupo de mulheres que será activa por opção, a tendência geral, nessa época, é para uma distinção muito nítida entre as pertenças sociais das mulheres activas e das mulheres domésticas. É isso que leva Andrée Michel a sintetizar para a França que "mulheres domésticas e mulheres activas pertencem no seu conjunto a duas categorias sociais diferentes: as primeiras têm maridos que pertencem 4 vezes mais frequentemente do que as segundas aos quadros superiores e às profissões liberais, o salário médio do marido é superior em 70% ao salário médio do marido das segundas; têm ajuda doméstica 2 vezes mais frequentemente; cerca de 40% das mulheres domésticas atingiram o ensino secundário ou superior contra apenas 27% das mulheres activas" (Michel, 1974: 29).

Mulheres activas e mulheres domésticas faziam pois parte de contextos sociais diferentes, com estratégias de inserção dos membros da família no mercado de trabalho também distintas. Distinções que não se devem apenas ao factor maior ou menor rendimento. Na verdade, existiam já, em sectores operários estabilizados e qualificados, estratégias de inserção ou de manutenção das mulheres no mercado de trabalho, como forma de aposta do grupo familiar na mobilidade social ascendente ou na manutenção das posições adquiridas (Nunes de Almeida, 1993: 194), como veremos adiante; e também, noutros sectores mais localizados, se vislumbravam formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho justificadas pelas oportunidades surgidas e aproveitadas segundo lógicas de emancipação, autonomia e identidade pessoal (Michel, 1974; Tilly e Scott, 1978).

Assim, era irreal o cenário imaginado por alguns sociólogos da família, ao considerarem que as mulheres pelo facto de não trabalharem no exterior se dedicavam unicamente a funções expressivas, ou apenas ao lar e aos filhos. Eles ignoravam os seus inúmeros contributos para a economia familiar através de um conjunto imenso de actividades "instrumentais". Também não era adequada a tendência, dos mesmos autores, para diminuir a importância do já grande número de mulheres casadas que participava no mercado. Só as

novas perspectivas de outras sociólogas da família mais alertadas para a questão das mulheres, como Andrée Michel, ou as das feministas, nos vieram mostrar realidades até aí menos valorizadas. Vejamos outra proposta que se enquadra no mesmo âmbito.

Louise A. Tilly e Joan W. Scott, no livro *Women, Work & Family*, convocam a conjugação de factores demográficos, económicos e familiares para explicar as transformações na posição das mulheres em relação ao mercado de trabalho. A partir de uma pesquisa em que analisam as mudanças introduzidas pela industrialização em França e em Inglaterra, nos últimos 250 anos, sugerem a transição de um modelo, no caso das famílias das classes trabalhadoras, que chamam de "economia familiar assalariada" (*family wage economy*), para outro modelo, de "economia familiar de consumo" (*family consumer economy*). Esta passagem, que vai ocorrendo a partir do início do século XX, conferia a menor centralidade das famílias, por referência ao século anterior, numa economia de subsistência, a qual obrigava todos os membros da família a trabalhar por um salário. Com o aumento da produtividade, com a subida dos salários dos homens e, também, com o surgimento de novos valores sobre o bem-estar das crianças, começa a insinuar-se a possibilidade de mulheres e crianças deixarem de trabalhar a troco de salários. Mas se, quanto às crianças, este processo parece irreversível e a tendência é para deixarem de trabalhar nas indústrias, já quanto às mulheres, sobretudo as casadas, verificou-se que a sua entrada e saída do mercado de trabalho vai depender de um outro conjunto de factores.

O que se passou no período do segundo pós-guerra ilustra esta ideia. A participação das mulheres casadas no mercado de trabalho nessa fase, avançam as autoras, não pode ser só explicada pela continuidade de uma prática excepcional no tempo da guerra. O crescimento do sector terciário, as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional, funcionaram como novas oportunidades de emprego para as mulheres. As mudanças de concepção acerca da educação das crianças, o desejo de melhorar as condições de vida, apareceram, do lado da procura, como razões para aproveitar essas oportunidades. Na verdade, a maior exigência relacionada com a educação dos filhos e a percepção da necessidade do prolongamento dos seus estudos, as despesas elevadas que esse prolongamento implicava, o objectivo do investimento na mobilidade social ou simplesmente o de aumentar os padrões de consumo, contribuíam, ao contrário do que à primeira vista pareceria, como incentivo para o trabalho das mulheres casadas no exterior.

Em síntese, as autoras chamam a atenção para o facto de o padrão das mulheres casadas trabalhadoras, no caso da Inglaterra e da França, se ter alterado no pós-guerra. As mulheres casadas tendem, na sua maioria, a trabalhar ao longo de todo o ciclo de vida, interrompendo, apenas, com o nascimento dos filhos e nos seus primeiros anos de vida. Em Inglaterra, em 1911, 14,3% das mulheres trabalhadoras eram casadas e essa percentagem sobe para 43%

em 1951 e 59% em 1970 (Tilly e Scott, 1978: 217). Mais tarde, nos anos 70 e 80, esta tendência manter-se-á para a Inglaterra, mas muda para o caso da França, já que nem mesmo o nascimento dos filhos envolverá interrupção na actividade profissional feminina.

Também Teresa Sousa Fernandes mostrou, ao analisar as relações entre esfera produtiva e reprodutiva e numa perspectiva histórica, as diferenças de perfil das mulheres trabalhadoras em 1920 e em 1970, para os Estados Unidos (Fernandes, 1981: 707). Revela igualmente a elevada percentagem de mulheres casadas do conjunto das mulheres que participam na actividade exterior por meados de 70 e em contraposição com o período anterior à guerra — esse valor nos EUA era em 1930 de 29% e passa para 62% em 1974 (Fernandes, 1981: 706). Do mesmo modo, mostra que se torna crescente a taxa de actividade das mulheres casadas (no conjunto das que estão casadas as que são activas) para vários países da OCDE. Em 1973, nos EUA, na Alemanha, no Japão e na Suécia esse valor era respectivamente de 42%, 38%, 47,5% e 61,2% e no Reino Unido em 1972 era de 40,7% (Fernandes, 1981: 706).

Voltando a Tilly e Scott, aparece ainda salientada a necessidade de ter em conta um conjunto de factores — demográficos, económicos e sociológicos — para explicar, quer no segundo pós-guerra, quer noutros períodos históricos, a relação das mulheres dos sectores mais desfavorecidos com o mercado de trabalho. O fenómeno ganha assim nova visibilidade — o trabalho feminino, nas suas diferentes modalidades, passa a surgir como factor estruturante da família e da vida social nos seus diferentes planos.

Tilly e Scott sugerem-nos outras ideias, para a época inovadoras, mas já em sintonia com o que, noutros países, feministas e algumas sociólogas da família vinham a propor. Afirmam que para responder a quais são os determinantes do trabalho produtivo das mulheres é preciso perceber que "(...) a relação entre os sistemas produtivo e reprodutivo no contexto do grupo doméstico influencia a oferta de mulheres disponíveis para trabalhar. As características da economia e o seu modo de produção, a escala de organização e a tecnologia influenciam a procura de mulheres como trabalhadoras" (Tilly e Scott, 1978: 230). Trata-se, assim, de sublinhar as relações que as famílias e os seus diferentes membros estabelecem com a esfera do trabalho e da economia e até com a dos valores. Em vez de funções prescritas por papéis, fixos e imutáveis, ou derivados dos imperativos da natureza humana, temos estratégias, adaptações, mudanças, outras continuidades. Em suma, encontramos a família atravessada por relações sociais e a posição perante a actividade profissional condicionada também pelas lógicas familiares.

A investigação de que temos vindo a falar merece ainda outra referência. Parece bastante disseminada a ideia segundo a qual a actividade profissional feminina, principalmente para as mulheres dos sectores sociais mais desfavorecidos, não representaria senão a forma mais eficaz de garantir níveis mínimos de subsistência. O reverso desta ideia significaria que, caso

esses mínimos fossem garantidos através do salário do marido, as mulheres prefeririam ficar em casa e não trabalhar no exterior. Ora, tal como nós verificámos por referência a Lisboa, e à frente se desenvolverá, são mais variados os motivos pelos quais as mulheres, já nos anos 70, se integram no mercado de trabalho. Apontam Tilly e Scott que a utilização dos salários das mulheres revela bem que estas "não trabalhavam para satisfazer necessidades económicas básicas nem para promover prazeres pessoais para si próprias. O dinheiro era desejado como meio de promover o nível de vida da família" (Tilly e Scott, 1978: 223). Estratégias, assim, de promoção, no quadro do que as autoras definem como *família de economia de consumo*. Independentemente das diferenças de contexto temporal, que a seu tempo apreciaremos, a verdade é que esta modalidade de encarar o trabalho no exterior foi também encontrada em Lisboa, até nos sectores mais desqualificados do mercado de trabalho feminino.

Outras motivações, como as que se relacionam com a sociabilidade, a identidade e o sentido de pertença, o desejo de autonomia e realização pessoal, maior poder na relação conjugal, eram também invocadas por algumas mulheres trabalhadoras inglesas nos anos 70, tal como num conjunto mais significativo das que viviam nos anos 90 na Grande Lisboa. Salientar, desde já, este aspecto, serve apenas para lembrar que na génese das práticas e das expectativas dos actores sociais se encontra um conjunto de factores insusceptível de se resumir apenas a estritos cálculos de racionalidade económica. É fundamental tentar reconstruir os universos cognitivos em cada época e ponderar em relação a que parâmetros as mulheres se situam e que comparações desenvolvem, qual a avaliação das probabilidades objectivas que formulam.

Quem não tinha condições económicas para atingir o objectivo mitificado da mulher doméstica entregue apenas aos cuidados da casa e dos filhos, com estabilidade e bem-estar económico, que os anos 50 e 60 propunham, só podia escolher dois cenários: ou se mantinha o modelo da imagem da mulher doméstica e apenas dedicada aos filhos, sem, no entanto, se ambicionar o bem-estar económico que o salário do homem era insuficiente para conseguir; ou se apostava no trabalho exterior da mulher e se melhorava, por esta via, o nível de vida da família e se investia num futuro melhor para os descendentes. Os dados estatísticos, como já vimos através da pesquisa de A. Michel, revelam ser a segunda opção a que, desde os anos 60, é predominantemente seguida pela maioria das mulheres com menor poder económico. Esta escolha não pode ser isolada, também ela, do contexto da época, isto é, do crescimento económico, do desenvolvimento tecnológico, do aumento das oportunidades de emprego, da possibilidade de acesso mais generalizado a um conjunto de bens de consumo.

Numa perspectiva intergeracional, tal situação seria avaliada, pelos que a viviam, como um substancial avanço em relação à geração anterior, reforçando ainda mais a ideia e o desejo de bem-estar e de progresso. Como é

sempre de um grupo numericamente expressivo de que se trata quando falamos dos que têm menos poder económico, não é abusivo concluir que o bem-estar relativo conhecido por estes sectores no período do pós-guerra e até aos anos 70, assenta também, de forma bem relevante, no empenhamento feminino no trabalho pago. Como se sabe, para essas mulheres, ao desempenho exterior sempre se associou o trabalho não pago, isto é, as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos.

Quanto às chamadas classes médias, é aí que podemos localizar a prática do modelo considerado então ideal. Mas é também nos Estados Unidos, onde as vantagens do modelo foram mais acentuadas e fundamentadas pelos seus teorizadores, como Parsons, que surgem as primeiras críticas que lhe são dirigidas. Não só, é o próprio Parsons a mostrar as fragilidades do sistema familiar organizado segundo aquela modalidade — que, apesar de tudo, lhe parece incontornável, sob pena de piores disfuncionalidades ou de grandes transformações — como surgem outras vozes discordantes pretendendo dar visibilidade aos lados mais negativos do lugar funcional ocupado pelas mulheres, considerado um espécie de prisão dourada (Torres, 2001). A própria realidade encarregava-se de demonstrar os efeitos perversos, ou as fragilidades, para que Parsons tinha chamado a atenção. Quem, então, se começou a queixar? Quais eram os nós problemáticos do disfuncionamento do modelo, naquela época?

As queixas principais, publicamente traduzidas e ideologicamente assumidas pelas feministas nos finais de 60, foram formuladas pelas mulheres das chamadas classes médias, particularmente as que tinham formação universitária. Na verdade, a experiência universitária, embora circunscrita a mulheres de sectores sociais restritos, parecia funcionar como um abrir de horizontes que rapidamente eram fechados de novo quando, ao sair da universidade, lhes era oferecido, e muitas vezes imposto, um destino — a casa, a maternidade — distante da experiência vivida até ali. Estas contradições, tão bem identificadas por Parsons, impunham, como o autor sublinha, uma espécie de sacrifício das mulheres casadas: a renúncia ao uso das suas capacidades intelectuais noutro universo que não o da família, sob pena de o edifício profissional e familiar desabarem (Parsons, 1946).

Pouco depois, as mulheres casadas com formação universitária e, por isso, com possibilidade acrescida de formular a insatisfação, foram demonstrando que o universo doméstico, dourado e protegido, tinha outras facetas. Sentimentos de isolamento e de insegurança, neurastenia, iam nessa época sendo associadas, de forma muito frequente, à vida da dona de casa da classe média branca dos subúrbios (Michel, 1983: 134-147). Aparecem estudos mostrando que a chamada especialização e complementaridade dos papéis era desvantajosa para as mulheres, as quais se declaravam muito mais satisfeitas sempre que os homens partilhavam as tarefas educativas ou domésticas (“expressivas”) no contexto da conjugalidade. Várias pesquisas mostraram

igualmente que as mulheres casadas que trabalhavam no exterior e por isso desempenhavam igualmente o papel instrumental, revelavam maior satisfação do que as domésticas, no que toca ao maior poder de decisão e à autoridade que detinham na família (Blood e Wolfe, 1960).

Assim a imagem cor-de-rosa de uma mulher privilegiada, rodeada de conforto, que “só” tinha de se ocupar com os filhos e com a gestão da casa e para quem o marido suadadamente ganhava o sustento, começa a ser posta em questão. Por um lado, só um núcleo restrito de mulheres parecia viver, de facto, essa situação, e, por outro, ela não representaria necessariamente a suposta harmonia e o bem-estar. A percepção das dificuldades não é, no entanto, imediata.

Os aspectos menos positivos do modelo, se tinham raízes nos seus próprios pressupostos e modos de funcionamento, como Parsons previu, só foram equacionados quando ocorreu um conjunto outro de transformações. É pois nos finais dos anos 60, década de grande convulsão de valores e do surgimento da revolução contraceptiva representada pela pílula, que as correntes feministas e as investigadoras do domínio das ciências sociais, interessadas na temática das mulheres, submetem o modelo parsoniano à crítica sistemática.

A conjugação de vários factores explica, assim, o surgimento de outras maneiras de olhar a realidade do universo familiar de então. Não podemos dissociar os disfuncionamentos e o mal-estar feminino das domésticas de uma crítica mais vasta, no plano dos valores, à chamada sociedade do consumo e abundância, por parte dos sectores com maior formação escolar, da revogada contestação ao capitalismo, da nova vaga feminista. A chamada revolução sexual, ligada ao surgimento de modalidades de contraceção que permitiram a dissociação entre procriação e sexualidade, vai também proporcionando maior controlo das mulheres sobre o seu corpo. A pulsão para a independência económica e autonomia das mulheres não pode, finalmente, ser dissociada da oferta de oportunidades de trabalho, nomeadamente através da ampliação dos sectores de serviços.

Apesar de toda a pressão para a mudança dos papéis femininos no quadro da conjugalidade e da família e perante a actividade profissional, os processos sociais que ocorrem dos finais desses anos 60 até aos finais de 90, vêm revelar que as mudanças vão assumir contornos particulares. É verdade que o prestígio social da chamada “mulher doméstica” tende a desvanecer-se, surgindo outros modelos de identificação mais positivos com o assumir simultâneo de actividade profissional e de responsabilidades familiares. Mas enquanto muitas mulheres acumulavam agora as duas funções, os homens não passaram a partilhar as tarefas especificamente familiares. Por outro lado, se à primeira vista as diferenças entre os trajectos profissionais masculinos e femininos tendem a esbater-se e cada vez menos as mulheres interrompem a actividade profissional quando têm filhos pequenos, persistem formas

significativas de assimetria. Para além do surgimento de oportunidades de trabalho em sectores diferenciados, mais desqualificados e mais precários para as mulheres, tudo se passa, no quadro do próprio contexto laboral, como se os papéis femininos e masculinos aí se voltassem a reproduzir.

Assim, o que é esperado de um homem — ser inteiramente dedicado ao trabalho e com lealdade única à empresa, devendo apenas à família a obrigação de lhe prover o sustento — transforma-se, para as mulheres, numa espécie de antecipação de menores desempenhos, exactamente porque dela se espera que seja simultaneamente responsável directa pela família. Os efeitos destas distintas expectativas mostram-se na progressão diferenciada de homens e de mulheres na actividade profissional, bem como em mais ou menos significativos diferenciais de salários.

Assim, quando nos anos 60 se previa que a inserção das mulheres no mercado de trabalho seria o passo fundamental para a sua autonomia e independência económica, e que, em consequência, este seria o meio de alcançar a simetria entre os sexos na divisão das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos, subestimou-se a complexidade destes processos de transformação. Os mecanismos da assimetria e da discriminação, ou do que hoje chamamos do género como categoria social, são mais transversais e vastos e, simultaneamente, mais subtils.

Não é simplesmente o trabalho feminino exterior que automaticamente se traduz em independência económica — é preciso saber em que sectores desenvolvem actividade, em que condições e contextos — assim como parece mais claro que da igualdade no plano formal não resulta mecanicamente simetria em todos os planos da vida social. O que os últimos anos puseram em evidência foi que, por um lado, assistimos a mudanças significativas, tendo-se generalizado um modelo que legitima a participação das mulheres na esfera profissional e lhes atribui igualdade desejável com os seus congéneres masculinos; por outro, porém, persistem na esfera da família, ampliam-se para a esfera do profissional e assumem novas configurações, as assimetrias anteriormente existentes.

Como temos sugerido até aqui, há um conjunto de factores que devem ser convocados para explicar os processos de transformação. Vejamos agora, mais em pormenor, o que no plano da relação entre actividade profissional e vida familiar ocorre a partir dos anos 60.

Recomposições socioeconómicas recentes

O acelerado desenvolvimento tecnológico, bem como os processos de transformação dos últimos 30 anos caracterizados pelo declínio quase total das ocupações relacionadas com a agricultura, a estagnação ou a quebra do sector industrial e a subida vertiginosa das ocupações relacionadas com os serviços

produzem significativos efeitos na posição e na participação das mulheres no mercado de trabalho.

Insistiu-se já em que estes processos de transformação não devem ser encarados como se de uma evolução linear se tratasse, isto é, como se o que estivesse em causa fosse, apenas, a passagem de um mínimo a um máximo de participação feminina. Para explicar os movimentos de actividade feminina, no mercado ou fora dele, ao longo dos últimos anos, e em especial desde o início do século XX, é necessário estabelecer um conjunto de conexões entre diferentes factores como os ciclos económicos, as estratégias dos empregadores na oferta de mão-de-obra, as lógicas demográficas, as condições de vida das famílias e os seus interesses em termos de trabalho, os valores sociais e a sua evolução. Isso foi mostrado pelo trabalho, entre outros, de Tilly e Scott.

A crise económica de meados de 70 e o conjunto de transformações tecnológicas têm efeitos específicos no mercado de trabalho. A nova ênfase no mercado e a retórica da soberania do consumidor ligam-se também à tentativa de desmantelar o Estado Providência. Os novos métodos de produção industrial, a desconcentração e deslocalização das indústrias e as consequências ideias sobre a necessidade de flexibilização, iam tornando a mão-de-obra feminina particularmente atraente para o patronato.

Tal flexibilidade, vale a pena sublinhá-lo, não nasce do desejo feminino de conciliar trabalho e família. São as próprias condições de funcionamento das empresas que tendem a impô-la. Como Linda McDowell conclui: "não só o trabalho das mulheres é central para a transformação da economia actual mas elas são empurradas para o trabalho pago em modalidades que aprofundam os padrões preexistentes de exploração".

É assim indesmentível a centralidade da posição das mulheres nos processos de transformação económica recente tratando-se, aliás, de um fenómeno geral em toda a Europa. Na maioria dos países, as décadas de 70 e 80 ou 90 corresponderam a um decréscimo da participação masculina — devida também a entradas mais tardias no mercado de trabalho e a um abaixamento da idade da reforma — e em contrapartida a um número crescente de participação de mulheres nesse mercado.¹

Essa entrada não é acompanhada, no entanto, pelo rompimento de antigas perspectivas: "as ideias tradicionais a propósito dos papéis de género combinadas com as regulações do mercado de trabalho criaram uma força de trabalho altamente segmentada por género" (McDowell, 1992: 181).

As mudanças de valores e o desejo de autonomia feminina associado a todos esses desenvolvimentos sociais e tecnológicos actuam também no mercado de trabalho num outro sentido. Há na verdade sectores muito

1 No caso de Inglaterra, entre 1970 e 1988, o número de homens activos desce de 1,8 milhões e o de mulheres activas sobe, em contrapartida, de 1,7 milhões. Veremos à frente tendência semelhante no caso português.

qualificados que beneficiam das mudanças, fazendo com que as profissões intelectuais e científicas estejam hoje também ao alcance de muitas mulheres. Trata-se de uma ocupação de espaços profissionais que o futuro ampliará e reforçará já que vai crescendo a presença feminina no ensino superior, na maior parte dos países europeus.

Temos assim situações perante a actividade económica diferenciadas. Por um lado, existe um grupo de mulheres casadas com níveis de instrução elevados e altas qualificações que tende a ser cada vez mais expressivo embora minoritário, tal como se passa com os homens, face ao conjunto da população activa. Nesse sector, de qualquer modo, os homens continuam sobre-representados nos postos de chefia. E temos, por outro lado, o grupo numericamente mais expressivo de mulheres casadas que trabalham em actividades precárias. A tendência dominante, em todo o caso, é para a realidade e a legitimidade da prática e da ideia de uma mulher casada activa. As mulheres ao assumirem um lugar central na actividade económica das sociedades contemporâneas continuam porém a acumular a responsabilidade pelas tarefas tradicionais.

Por isso mesmo há quem, ao avaliar os ganhos das mulheres nestes processos de transformação, não deixe de salientar os problemas que ainda persistem: "enquanto não pode haver dúvida de que o acesso ao trabalho pago traz um aumento de respeito próprio para a maioria das mulheres, maior controlo sobre os recursos económicos e pode reduzir a subordinação em casa, os ganhos materiais reais para as mulheres trabalhadoras não foram significativos. O trabalho mal-pago e a continuação do trabalho doméstico em casa baseado na divisão tradicional dos papéis é a realidade da maioria das mulheres" (McDowell, 1992: 188). Veremos, no entanto, na análise das entrevistas, que há razões que contribuem para que, mesmo as mulheres que realizam trabalhos mais duros, tendam a avaliar positivamente a sua situação e o seu percurso.

Em síntese, é possível identificar alguns movimentos centrais, no decorso do século XX, a propósito da actividade das mulheres casadas. Numa primeira fase tende-se para a invisibilidade do respectivo papel quer quando trabalham directamente em indústrias e na agricultura quer quando apoiam intensamente a actividade económica dos maridos. Esta falta de visibilidade do contributo real das mulheres tem origem, além da desatenção académica à realidade feminina, no facto de o modelo ideal dominante, só possível de pôr em prática por uma minoria, ser considerado a referência adequada e universal. Passou-se mais tarde por um conjunto de transformações sociais e económicas mais globais, mas também através das reivindicações do movimento feminista que exprime o mal-estar das mulheres casadas mais instruídas, para a ideia do direito à independência económica das mulheres casadas através do desempenho do trabalho profissional.

No entanto, a acumulação de tarefas familiares com as profissionais, a

que se vêem constringidas, limita as suas possibilidades de autonomia. Por outro lado, persiste a invisibilidade e o não reconhecimento da importância para a economia das nossas sociedades do trabalho precário, "flexível" e mal-remunerado que a maioria das mulheres desempenha. O funcionamento destas actividades como "almofada" de protecção para efeitos porventura mais perversos do desemprego masculino constitui apenas um dos muitos exemplos dessa importância.

Mulheres, homens e mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia

Os processos de mudança referentes quer à participação das mulheres no mercado de trabalho, quer à relação deste com a esfera conjugal e familiar, assumem, no que respeita à realidade portuguesa, contornos particulares. Situa-se fora dos objectivos da pesquisa a abordagem histórica dessas transformações para Portugal, optou-se por partir da situação presente, fazendo incursões ao passado de forma localizada sempre que se torna necessário elucidar aspectos específicos. Também se faz uso, se discutem e se confrontam resultados de outras investigações, realizadas em contexto nacional, que ajudam a situar e a explicar tais mudanças.

Recorde-se que se pretendia, numa fase inicial da pesquisa, olhar a relação entre vida conjugal e actividade profissional de forma a procurar compreender e explicar modalidades diferenciadas dos actores se situarem e se avaliarem nessa relação. O discurso directo é produtivo para captar aspectos desta realidade e por isso se usou a técnica da entrevista em profundidade.

Mas era também fundamental analisar alguns dados de enquadramento até para poder situar, de forma mais clara, a informação obtida a partir das entrevistas. A análise de dados estatísticos e a dos resultados obtidos a partir da realização de dois inquéritos por questionário foi indispensável para captar traços genéricos sobre as modalidades de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Crescimento exponencial da actividade feminina entre 1981 e 2001

Interessa avaliar globalmente a evolução da inserção feminina na actividade económica em Portugal, a partir dos dados dos últimos recenseamentos da população (1981, 1991, 2001) e de alguma informação disponível sobre os países da União Europeia. Por um lado, veremos como se distribui a participação de mulheres e homens nas diferentes categorias socioeconómicas e, para o caso português, como essa distribuição evoluiu ao longo da década de 80 e de

Quadro 1.4 População residente com 12 e mais anos por grupo socioeconómico (1981, 1991, 2001), em milhares

	1981		1991		2001		Diferença 2001-1981	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Patrões não agrícolas*	111,1	28,3	215,6	92,1	280,4	142,8	+169,3	+114,5
Patrões do sector primário**	42,3	51,3	22,6	8,7	12,8	5,5	-29,5	-45,8
T. independentes da agricultura	229,6	128,9	153,5	99,2	70,7	36,2	-158,9	-92,7
Trabalhadores independentes	196,8	64,9	189,1	121,1	128,3	88,1	-68,5	+23,2
Profissionais liberais*	17,8	4,4	20,4	9,1	19,5	8,2	+1,7	+3,8
Quadros médios e superiores	184	150	287	281,1	450,2	456,1	+266,2	+306,1
Empregados executantes	512,7	541,8	507,4	684,4	549,3	1033,7	+36,6	+491,9
Operários	1115	313,8	1014,1	409	1095	383,5	-20	+69,7
Assalariados do sector primário***	207,8	92,7	109,5	56,1	60,3	25,4	-147,5	-67,3
Pessoal das F. Armadas	20,2	0,3	40,7	3,6	31	2,3	+10,8	+2
Activos não especificados	11,7	1,3	23,4	47,7	44,6	66,4	+32,9	+65,1
Total de activos	2649	1377,7	2583,3	1812,1	2742,1	2248,2	+93,1	+870,5

Notas: * de forma a poder comparar 2001 com 1991, e por ter havido nova classificação por parte do INE em 2001, houve transferência de indivíduos das profissões liberais para a categoria dos patrões não agrícolas. No caso destas duas categorias os dados para 1991 não coincidem assim com aqueles que avançamos em publicações anteriores ("Coras, 2000 e 2002). **Em 1981 e 1991 incluem-se apenas os patrões agrícolas. *** Em 1981 e 1991 incluem-se apenas os assalariados agrícolas.

Fonte: INE, Recenseamentos da População 1981, 1991 2001.

90. Por outro, poderemos ver de forma muito sintética como a variável estado civil se articula com a ocupação profissional no espaço nacional.

A análise desses dados ajuda a responder a algumas perguntas essenciais. Tendo em conta informação conhecida sobre a alta participação na actividade económica das mulheres portuguesas, qual a especificidade do caso português no panorama europeu? Em que categorias socioprofissionais se concentra essa participação e o que a distingue da masculina? Será que, tal como acontecia noutros países europeus e nos EUA, para terem uma carreira de quadro ou ser profissional liberal as mulheres portuguesas acabam por renunciar ao casamento? Eis algumas das interrogações que os dados a analisar serão chamados a dar resposta.

A evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser avaliada a partir de diversas fontes. Foi extremamente acentuado o crescimento da taxa de actividade feminina nos últimos 40 anos. Em 1960 essa taxa situava-se nos 13% subindo para 44,2% em 1996, enquanto para os homens se verificava, para os mesmos anos, uma descida dos 63,8% para 55,4% (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998). O movimento é pois no sentido inverso para os dois sexos, como vemos melhor ainda, e a distância entre homens e mulheres, a este nível, foi diminuindo de forma significativa. Na realidade, é de presumir que os valores reais da actividade feminina fossem mais elevados nos anos 60, e mesmo 70, do que aqueles que se declaravam, pelas

Quadro 1.5 Quadros médios e superiores (1991-2001)

	1991		2001	
	H	M	H	M
Directores e quadros dirigentes do Estado e empresas	27242	6538	77756	29738
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	8103	2601	11143	7060
Quadros intelectuais e científicos	99566	107588	150816	216223
Quadros técnicos intermédios	110699	126871	198398	156874
Quadros administrativos intermédios	15496	31763	12067	46245
Encarregados e capatazes	25795	5778	*	*
Total	286901	281139	450180	456140

Nota: * Em 2001 esta designação desapareceu.

razões da invisibilidade "oficial" da actividade que as mulheres já realizavam nas fábricas e sobretudo nos campos, como atrás se referiu.

É igualmente possível ver como se distribuía a participação de mulheres e homens nos diferentes grupo socioprofissionais, nos recenseamentos de 1981, 1991 e 2001, no quadro 1.4.

A progressão feminina na actividade profissional nestes 20 anos observa-se de forma muito nítida em contraposição a uma estagnação dos homens em valores absolutos. Comparando com 1981 em 2001 há, em números globais, mais 93,1 mil homens na actividade e mais 870,5 mil mulheres. Dessas, cerca de mais de metade eram empregadas executantes (491,9 mil) e mais de 1/3 eram quadros médios e superiores (306,1). Em termos de crescimento pode dizer-se que nesse período o número de empregadas executantes duplicou e de mulheres quadros médios e superiores esteve perto de triplicar. Por outro lado, a distância entre homens e mulheres, no caso dos quadros médios e superiores, que já tinha diminuído — em 1981 havia mais 34 mil homens do que mulheres na mesma categoria reduzindo-se essa diferença para apenas cerca de 6 mil em 1991 — anula-se, estando em 2001 o sexo feminino mais representado do que o masculino nos quadros médios e superiores (456,1 milhares e 450,2 homens).²

Observando mais de perto a evolução dos quadros médios e superiores olhando para as categorias desagregadas, no quadro 1.5, verifica-se que as mulheres progredem em todas elas sendo de salientar que elas mais do que duplicam na categoria dos quadros intelectuais e científicos (sendo o seu crescimento mais expressivo do que aquele que se verifica no caso dos homens) e quintuplicam na categoria, pouco frequentada ainda assim, dos directores e quadros dirigentes do Estado e das empresas.

2 Para ver a forma como foram agregadas as categorias socioeconómicas ver quadro A1 nos anexos.

No entanto, voltando agora ao conjunto das categorias socioeconómicas, verifica-se que temos 1 milhão (empregadas executantes) e mais de 300 mil mulheres (operárias), em 2001, a desempenhar funções activas que equivalem a baixas remunerações, como se concluiu noutras pesquisas (Torres, *et al.*, 2004), e apenas perto de 500 mil em profissões mais qualificantes e melhor remuneradas. Os homens concentram-se nas profissões operárias (mais de 1 milhão) e também nos empregados executantes (mais de 500 mil) mas a verdade é que as primeiras, em termos relativos, são mais bem remuneradas do que aquelas em que as mulheres se concentram.³ De todo o modo é inequívoca a progressão das mulheres na actividade económica tanto nos sectores menos como nos mais qualificados.

Em termos percentuais o quadro A7, nos anexos, mostra-nos as mesmas variações de forma mais precisa. Aí se identifica a percentagem de cada um dos sexos no conjunto total da população de homens e mulheres em cada categoria profissional, e como ela foi variando entre 1981, 1991 e 2001. Globalmente vemos que a divisão entre os sexos só está equilibrada nos quadros médios e superiores (50,3% de mulheres 49,7% de homens em 2001) e a seguir nos trabalhadores independentes, onde apesar de tudo há mais homens do que mulheres (40,7%, 2001) passando-se o contrário nos activos não especificados (40,2% de homens em 2001). De resto todas as outras categorias socioeconómicas estão desequilibradas quanto às diferenças de sexo, estando as mulheres muito sobrerrepresentadas nos empregados executantes e em contrapartida os homens muito mais representados nos patrões, nas categorias relacionadas com a agricultura e nos operários.

Quanto à variação ao longo dos anos, de 1981 a 2001, importa ainda registar que cresceu exponencialmente o número de mulheres nos activos não especificados. A representação feminina sobe ainda de forma significativa nos trabalhadores independentes, nos empregados executantes mas também nos patrões não agrícolas e nas profissões liberais, verificando-se ainda subidas mais ligeiras nos quadros médios e superiores (que tinha já alta representação em 1981 e 1991) e nos operários.

Olhando para os dados no seu conjunto, e apesar de se registar de facto alguma convergência entre os sexos ao longo dos últimos 20 anos em matéria de inserção sócio-económica, em síntese, talvez apressada, poderá dizer-se que, para além do único lugar de equilíbrio — quadros médios e superiores — os homens dirigem e as mulheres executam.

Comparando agora a participação feminina e masculina no mercado de

3 De todo o modo as remunerações dos portugueses no seu conjunto chegam a ser 3 vezes mais baixas do que os dos seus congéneres europeus. É isso que se conclui de dados do Eurostat referentes a 1999 e onde se comparam os custos horários do trabalho na Europa dos 15. Em Portugal o custo horário na indústria e serviços era de 7€ enquanto para a média da UE, era de 21,5€ (<http://Europa.eu.int/comm/eurostat>).

trabalho em Portugal e na União Europeia verificamos, a partir de dados do Eurostat para 1997 (ver quadro A2, anexos), que Portugal pertence ao grupo de países em que a diferença entre homens e mulheres é mais reduzida destacando-se completamente dos países do Sul da Europa. Enquanto a diferença entre a população activa masculina e feminina, em percentagem, é para o conjunto dos Quinze de 16,2, em Portugal ela era apenas de 10,1 subindo acima dos 25% nos outros países do Sul.

Podemos também ver a distribuição dos activos da União Europeia por categoria profissional, o que não corresponde aos dados dos recenseamentos acima mostrados, que se referem às categorias socioeconómicas, mas permite uma aproximação à realidade e fazer algumas comparações. Quando se compara Portugal com os outros países da UE quanto às categorias profissionais (quadro A3 nos anexos) desde logo se verificam duas diferenças salientes.

A primeira reside no facto de Portugal ser dos países, no conjunto dos 15, que têm ainda uma elevada percentagem da sua força de trabalho na agricultura — 13,2% das mulheres e 10,4% dos homens são agricultores ou trabalhadores qualificados da Agricultura e Pescas, enquanto para a média dos 15 esses valores são respectivamente apenas de 3% e 4,6%.

Em segundo lugar, e embora haja mais mulheres (7,5%) do que homens (5,9%) “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, situação que de resto é comum na maioria dos países da UE, estes valores são baixos quando comparamos o país com a média da UE que regista 13,3% de mulheres e 12,1% de homens na mesma categoria. Portugal registava assim, em 1997, uma percentagem ainda significativa da mão-de-obra feminina e masculina na agricultura, no operariado e valores baixos de activos nas profissões mais qualificadas.

Vale a pena ainda ter em atenção a relação mais global entre actividade profissional e nível de instrução. Já se viu que se registou em Portugal, no caso das mulheres quadros médios e superiores, um crescimento muito significativo, nos últimos 20 anos, pois o seu número triplicou (quadro 1.5). E como se comportam as mulheres com mais instrução? Será que preferem optar pela não actividade e reservar-se para a vida familiar?

Na verdade, o sector de mulheres com níveis mais elevados de escolaridade tem uma fortíssima propensão para o desempenho da actividade profissional em Portugal. Se bem que em todos os países da União Europeia se regista uma correlação positiva muito forte entre escolaridade alta e participação no mercado de trabalho, essa relação é das mais significativas no nosso país, como se pode ver na figura 1.1.

Com efeito, 91,1% das mulheres portuguesas com níveis médios e superiores de formação são activas, sendo a média na Europa dos 15 de 84,6%. São dados que confirmam a opção feminina pelo trabalho no exterior, tanto mais nítida quanto maior é a escolaridade. Registe-se ainda que quanto maior é a escolaridade maior é a participação no mercado de trabalho. Os números da

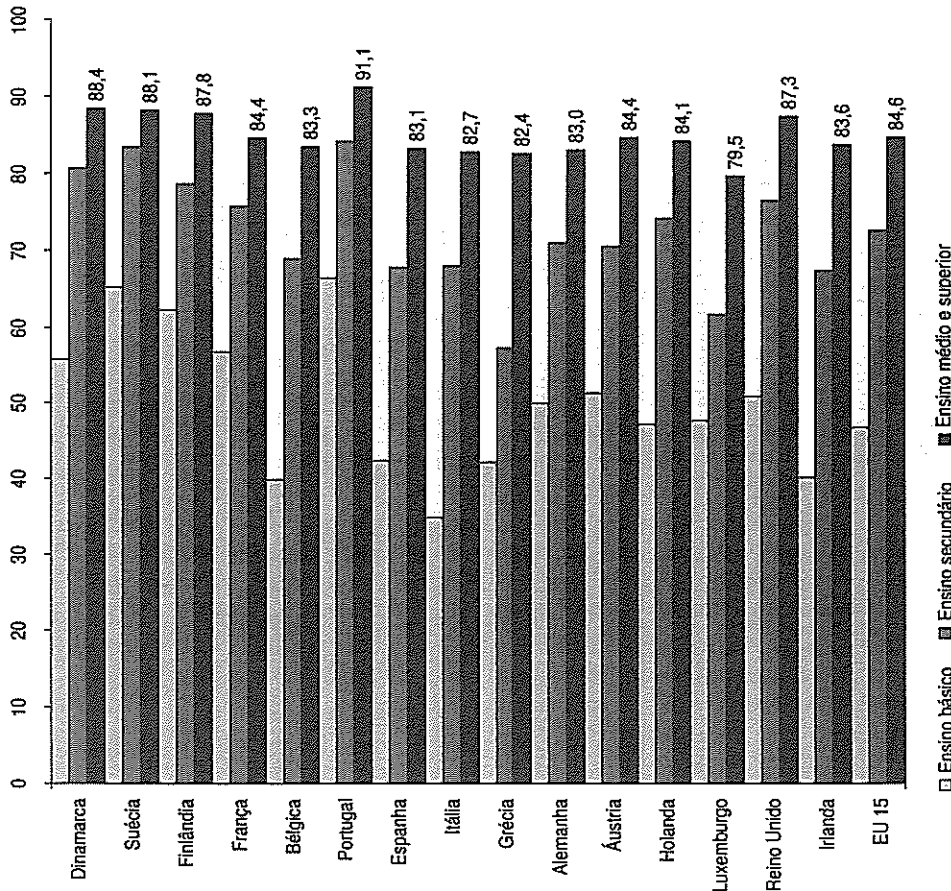


Figura 1.1 Mulheres, nível de instrução atingido e actividade em 2002 (25-64 anos) (%)
Fonte: Employment Outlook, OECD, 2002.

média europeia são os seguintes: com o ensino básico há 46,6% de mulheres activas, com o secundário e complementar há 72,6% e com o ensino médio e superior 84,6%.

Basta lembrar os dados de Andrée Michel referidos atrás, quando se identifica para a França e para os EUA a posição das mulheres perante o mercado de trabalho por volta dos anos 60, para verificar que houve grandes transformações neste plano. Tudo aponta, de resto, para que essa tendência se reforce, já que as mulheres são cada vez mais escolarizadas, sendo as jovens

entre os 15 e os 29 anos mais escolarizadas do que os homens na UE (Torres *et al.*, 2004a). Muitas mulheres com o ensino básico, de resto, podem também não estar em condições de "escolher" trabalhar fora de casa porque as responsabilidades familiares associadas a empregos precários e muito pouco remunerados podem tornar a opção pela actividade impossível ou ilógica do ponto de vista económico, como veremos melhor à frente.

Voltando à actividade económica, já se referiu que a diferença entre homens e mulheres em termos globais, o que habitualmente se designa por segregação ocupacional, é das menores da Europa, como se pode ver no quadro A2 nos anexos. Mas é claro que as diferenças, em diminuição, entre homens e mulheres a respeito do mercado de trabalho, não se resumem ao volume da força de trabalho. A discriminação feminina no emprego está relacionada com a inserção das mulheres em certas actividades e ocupações em geral menos qualificadas, bem como em sectores de actividade globalmente mais mal remunerados. É por isso que as diferenças de remunerações entre os sexos, embora se tenham esbatido sobretudo a partir dos anos 80, são ainda manifestamente significativas.

No caso português, as mulheres em 1994 ganhavam apenas cerca de 72,6% do salário dos homens em profissões manuais e 70,1% em profissões não manuais. Portugal, especialmente no caso do trabalho manual, situa-se no grupo dos países com maiores diferenças entre homens e mulheres. Na Suécia, e para o mesmo ano, por exemplo, no caso das profissões manuais as mulheres ganhavam 89,5% do salário dos homens, para o mesmo ano e na Dinamarca, na Finlândia e na França esses valores eram respectivamente de 84,5%, 78,2% e 81,3%. Quanto ao trabalho não manual, e apesar de não existirem dados para todos os países, Portugal com os seus 70,1% situa-se no conjunto dos que apresentam valores mais próximos de ganhos entre os sexos (Miettinen, 1997).

Dados mais recentes, que se podem obter a partir do Índice de Desenvolvimento Humano, revelam em 2004 que o ratio entre os rendimentos ganhos estimados dos homens e das mulheres é de 0,54, ou seja que as mulheres obtêm cerca de metade dos rendimentos dos homens. O valor do mesmo ratio para a Suécia é de 0,83.⁴

Aliás, no caso português, a aproximação entre homens e mulheres em termos da distribuição ocupacional, e até a relativa supremacia das mulheres em profissões como as intelectuais e científicas e mesmo as técnicas intermédias, não se repercutem de forma alguma em paridade de rendimentos do trabalho. Este é um dos sinais mais evidentes da discriminação feminina, revelador dos paradoxos da situação em Portugal (Ferreira, 1999).

4 Há indicadores desenvolvidos pelas Nações Unidas, no quadro do Índice de Desenvolvimento Humano (HDI), que se destinam a especificar as diferenças de género. São o Gender Empowerment Index (GEM) e o Gender Related Development Index (GDI).

Vale a pena ainda questionar, no quadro da relação específica entre casamento e actividade económica, se o estado civil das mulheres interfere muito ou pouco, em Portugal, na participação no mercado de trabalho.

A partir dos dados dos recenseamentos da população, sabe-se que, entre 1991 e 2001, a proporção de mulheres solteiras activas diminuiu ligeiramente, tal como no caso dos homens, e a das casadas sobe também muito ligeiramente, sendo quase o inverso o que aconteceu com os homens (quadros A5 e A6 em anexos).

Olhando para o arranjo interno das categorias socioeconómicas por estado civil, verifica-se, tanto em 1991 como em 2001, que as diferenças entre mulheres solteiras e mulheres casadas são pouco significativas, exceptuando as categorias operárias. No conjunto das solteiras, em 1991, 15,6% eram quadros médios e superiores, 36,4% eram empregadas executantes e 0,5% desempenhavam profissões liberais (quadros A5 e A6 nos anexos). No conjunto das casadas, esses mesmos valores eram respectivamente de 15,5%, de 36,9% e de 0,5%. Já quanto às operárias se nota diferença mais significativa sendo a proporção de casadas operárias de 21,1% enquanto a das solteiras sobe para 30,1%.

Em 2001 registam-se subidas em relação a 1991 nas respectivas categorias mas a distribuição mantém-se idêntica. Assim no conjunto das solteiras, em 2001, 26,7% eram quadros médios e superiores, 45,2% eram empregadas executantes e 0,4% desempenhavam profissões liberais. No conjunto das casadas, esses mesmos valores eram respectivamente de 18,4%, 44,5% e de 0,3%. Nota-se pois que só no caso dos quadros médios e superiores é que a situação de casada parece fazer diminuir, embora ligeiramente, a participação na actividade. Quanto às operárias em 2001 a diferença entre solteiras e casadas inverte-se em relação a 1991 passando a haver ligeiramente mais na segunda situação do que na primeira (de 14,7% para 19,2%). O estado civil afecta pouco, portanto, a inserção na actividade, sendo as distribuições internas das categorias socioeconómicas, embora com ligeira progressão, muito mais estáveis e estruturantes.

A tendência para a diminuta interferência da variável estado civil na participação das mulheres no mercado de trabalho, no caso português, pode ser também avaliada quando comparamos o nosso país com os outros países da União Europeia. Na verdade, somos o país da Europa onde as mulheres casadas mais trabalham a tempo completo (Eurostat, Labour Force Survey, 1997).

Se se quiser agora fazer sintetizar e situar a posição das mulheres perante o mercado de trabalho e a sua posição relativa aos homens em Portugal, devem ser retidas duas tendências de fundo. A primeira mostra que se desenha um perfil de alta participação na actividade económica e de menor

segregação ocupacional das mulheres em relação aos seus contrapartes masculinos, tal como acontece nos países escandinavos. Mas a análise da distribuição proporcional por categorias socioprofissionais distancia-nos desses países, revelando que, em Portugal, a inserção das mulheres no mercado de trabalho verifica-se de forma predominante em profissões com baixos níveis de qualificação, supondo escassa escolaridade e gerando ganhos significativamente inferiores aos dos homens.

A segunda tendência de fundo traduz-se em progressiva aproximação das mulheres em relação aos homens na estrutura ocupacional no nosso país, havendo mesmo maioria feminina em profissões que supõe maiores níveis de qualificação e formação escolar, como é o caso das profissões intelectuais e científicas e das técnicas intermédias. Resta saber se as diferenças em matérias de estatuto e de proveitos tenderão também a esbater-se com alguma celeridade.

Importa agora analisar os resultados de dois inquéritos por questionário, relacionados com a divisão do trabalho entre homens e mulheres realizados na Grande Lisboa e para o Continente.⁵ Irá ser privilegiada a informação recolhida no inquérito à Grande Lisboa porque é a que mais directamente se pode relacionar com as entrevistadas em profundidade que se realizaram na mesma área geográfica. Acresce ainda outro factor de aproximação. É que, por especificidade da amostra, o inquérito da Grande Lisboa era representativo do universo daqueles que tinham pelo menos um filho com menos de onze anos. Tratava-se assim de uma população maioritariamente a viver em situação de conjugalidade, enquanto o inquérito para o Continente dizia respeito a homens e mulheres entre os 20 e os 50 anos sem outras especificidades.

Fecundidade e actividade feminina: uma correlação positiva

Os resultados do inquérito por questionário para a Grande Lisboa mostram que no conjunto da população inquirida há uma elevada taxa de actividade masculina.⁶ Mas, tal como se esperava, também é muito alta a participação feminina na actividade (74%),⁷ sobretudo se se tiver em conta, como se disse, que se trata de inquiridas com pelo menos um filho com menos de 11 anos. Verificámos ainda a existência de 24% de domésticas, situação que, como veremos, se distribui de forma diferenciada de acordo com a escolaridade das inquiridas, o rendimento do grupo doméstico e a profissão dos cônjuges.

Os valores encontrados a partir do inquérito quanto à participação

5 As especificações metodológicas mais detalhadas destes inquéritos podem ser encontradas em Anália Torres (2002) e Anália Torres *et al.* (2004).

6 Exercem profissão 86%; desempregadas 5%.

7 Exercem profissão 68%; desempregadas 6%.

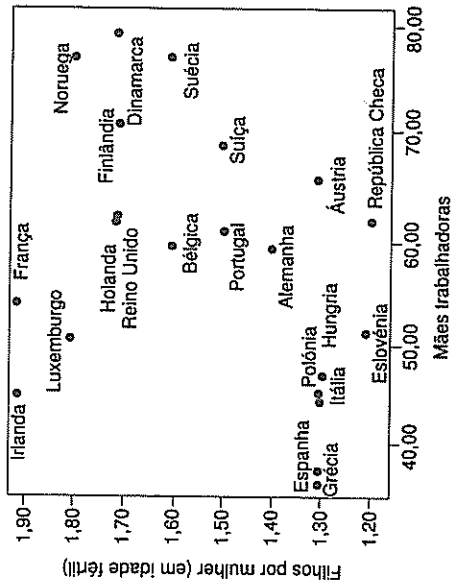


Figura 1.2 Mães trabalhadoras e índice sintético de fecundidade na Europa

destas mães na actividade profissional são inteiramente compatíveis com os que apontámos atrás e distinguem Portugal no contexto europeu. Na verdade, em países como o Reino Unido ou a Alemanha, a existência de crianças com menos de 6 anos tende a conduzir à interrupção da actividade profissional por parte das mulheres; noutros casos, as mães desenvolvem trabalho a tempo parcial quando têm filhos dessas idades, como acontece na Holanda e também na Dinamarca ou na Suécia; noutros, ainda, a taxa de actividade das mães com filhos pequenos é sensivelmente mais baixa do que em Portugal, situação em que se encontram a Espanha a Grécia e a Itália.

Aliás, e a propósito dos países do Sul, vale a pena sublinhar que, ao contrário do que se supõe, taxas de actividade baixas não se traduzem em fecundidades maternas mais elevadas, como se pode verificar a partir de dados recentes do *European Social Survey* que se mostram na figura 1.2. Com a excepção de Portugal, os países do Sul da Europa são os que apresentam simultaneamente baixas taxas de actividade das mães e índices sintéticos de fecundidade baixíssimos. Os países em que as mães são mais activas são os escandinavos, onde precisamente os índices sintéticos de fecundidade, embora não tenham atingido a reposição das gerações, estão lá muito perto.

Com efeito, segundo os dados do Banco Mundial para o ano 2002, os escandinavos apresentam o maior índice sintético de fecundidade⁸ na Europa. A Noruega (1,8), a Finlândia (1,7), a Suécia (1,6) e a Dinamarca (1,7) são

8 Número de crianças por mulher ou, mais precisamente, número de crianças que nascem por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) de acordo com as taxas de fecundidade específica por idade.

também seguidos por países como a França (1,9), o Luxemburgo (1,8), a Holanda (1,7) e a Irlanda, também com 1,9. Inversamente, apesar dos países do Sul estarem acima da média quanto ao tamanho do agregado familiar, apresentam os valores mais baixos do índice sintético de fecundidade. Neste âmbito distinguem-se a Espanha (1,3), a Itália (1,3) e a Grécia (1,3). Os países do Leste Europeu apresentam também valores muito baixos de fertilidade equiparando-se aos países do Sul. Portugal, com 1,5, apresenta um valor idêntico ao índice sintético de fecundidade médio da Europa dos 15 em 2000 (Torres, *et al.*, 2004a).

Há pois este aparente paradoxo dos países do Sul, que põe completamente em causa a ideia segundo a qual, para aumentar a população, as mulheres deveriam voltar para casa e deixar a actividade profissional. Ele tem sido explicado a partir da inexistência nesses países, de políticas de incentivo à conciliação da vida familiar com a profissional, de equipamentos de apoio à primeira e segunda infância e de licenças de parentalidade alargadas (Boca e Locatelli, 2003).

A alta participação das mães de filhos pequenos no mercado de trabalho em Portugal encontra situação equivalente, como se disse, no caso dos países escandinavos como a Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, bem como na França e na Bélgica. Ao contrário de Portugal, porém, são aí muito elevadas as taxas de cobertura de equipamentos de apoio à primeira infância. No caso português e, em especial na Grande Lisboa, o que se verifica é um grande esforço financeiro por parte das famílias, obrigadas a privações e a sobretrabalho para pagar sistemas privados de guarda das crianças, dada a escassez da oferta pública desses equipamentos e a sua desigual distribuição geográfica (Torres, *et al.*, 1999).

O inquérito realizado para o Continente produziu, por seu turno, resultados à primeira vista paradoxais no que se refere a este tema. Na verdade, uma das situações referidas para a guarda das crianças quando as mães trabalham é a criança ficar com a própria mãe.⁹ Ora, como se verificou que na esmagadora maioria dos casos as mães citadas trabalhavam a tempo inteiro e dado, ainda, que se conferiu com todo o cuidado em que profissões ocorriam tais situações, estes resultados são incómodos. Ou as crianças acompanham as mães no trabalho, ou ficam sozinhas em casa. Em qualquer dos casos trata-se, genericamente, de situações inaceitáveis. É impossível atribuir ao suporte de redes familiares, como por vezes se pretende, a alta taxa de actividade das mães em Portugal. Na verdade, situações em que efectivamente são as avós a ficar com as crianças, quando elas têm menos de 11 anos, não chegam a atingir os 30%, valor que era semelhante para a Bélgica nos anos 80. E aí, como

9 Esta é a situação de 30% das crianças com menos de 11 anos ficando depois cerca de 29% com as avós e as restantes em equipamentos como creches, jardins de infâncias e só depois avós. Este tema é desenvolvido em Torres *et al.*, 2004.

se sabe, existe de facto uma rede de equipamentos públicos de apoio à primeira e à segunda infância muito mais alargada do que em Portugal (Torres e Silva, 1998).

Disse-se já que se verifica a existência de uma correlação positiva entre a existência de taxas de cobertura de equipamentos para crianças e/ou licenças de parentalidade alargadas e a maior empregabilidade das mães. É esta a conclusão inequívoca para que todos os estudos apontam (Pérvier e O'Dorchai, 2003). Só há dois países, nas chamadas sociedades ocidentais, que associam por um lado altas taxas de actividade feminina e de mulheres com filhos, e baixas taxas de cobertura desses mesmos equipamentos ou licenças muito curtas de parentalidade. Esses países são Portugal e os EUA (Meulders e O'Dorchai, 2003). Já vimos como em Portugal se "soluciona" esta situação. Quanto aos norte-americanos, havendo certamente uma diversidade de situações geridas pelos diferentes Estados, tudo aponta em todo o caso para a predominância de uma rede de mercado de trabalho paralelo para "amas", mais ou menos dispendiosas conforme as bolsas, passando-se tudo, em geral, na lógica da chamada economia subterrânea. Quando se compara a situação nos vários países conclui-se que soluções mais próximas do equilíbrio, isto é, que ao mesmo tempo preservem o direito ao trabalho e à família de homens e de mulheres sem deixar de proteger os interesses das crianças, existem sobretudo nos países escandinavos, sendo que a França e a Bélgica têm feito também grandes esforços no mesmo sentido (Torres e Silva, 1998).

Mas voltemos às especificidades da situação dos homens e das mulheres quanto ao mercado exterior. Confirmando tendências já referidas, conclui-se que na Grande Lisboa, tal como a nível nacional, as estruturas do emprego masculino e feminino têm características distintas. As diferenças são de várias ordens e passam pelo peso relativo nas diferentes categorias profissionais, pela continuidade no desempenho da actividade, pela segurança na profissão, pela posição aí ocupada, pelo tipo de inserção no mercado de trabalho, pelos salários auferidos. São efeitos do que na literatura vem sendo designado por segregação horizontal, vertical e transversal, da estrutura do emprego feminino (Ferreira, 1993: 239). Como já se abordou a questão das diferenças de sexo em termos de categorias socioeconómicas e também profissionais, vejamos agora outras especificidades.

A continuidade no desempenho da profissão constitui também factor distintivo entre actividade profissional masculina e feminina. Ainda que se tenha verificado, a partir do questionário aplicado, que a interrupção na actividade profissional é, em termos gerais, muito reduzida, são as mulheres que mais a interrompem.¹⁰ Entre os dados mais relevantes, em todo o caso, está a

10 De facto, 79% dos homens declaram nunca ter interrompido a actividade profissional e são 63% as mulheres que afirmam o mesmo. São 17% e 20% as mulheres que assumem ter interrompido, respectivamente, uma ou duas e mais vezes a profissão, encontrando-se

circunstância de a maior causa de interrupção da actividade profissional, quer para homens quer para mulheres, ser o despedimento.¹¹ Na globalidade, as razões das interrupções baseiam-se, portanto, muito mais nas lógicas do emprego do que nas lógicas da família.¹²

Outro indicador a ter em conta é a fraca representação do trabalho a tempo parcial. Ao contrário do que se verifica em outros países da União Europeia, onde ao aumento da participação feminina no emprego corresponde um aumento do trabalho a tempo parcial, em Portugal o peso desta modalidade de trabalho na actividade feminina é pouco significativo, apontando os nossos resultados para 13%. Embora sejam as mulheres quem mais trabalha a tempo parcial,¹³ esse facto explica-se sobretudo pelos constrangimentos inerentes ao perfil do emprego feminino. Trabalhar menos horas significará salário menor e a actividade poderá deixar de ser compensadora. Aliás, este tipo de trabalho está associado a inserções profissionais sem grandes qualificações e à precariedade do emprego (André, 1993). Na verdade, também se conclui a partir dos inquéritos realizados que quem mais trabalha a tempo parcial são os que têm menos habilitações escolares, menores rendimentos e os que sentem maior instabilidade na profissão.

Quem casa com quem: casamento e homogenia profissional

Vejamos agora a relação entre casamento, sexo e categoria profissional, ou por outras palavras, a questão da homogenia e da heterogenia profissional entre os cônjuges, a partir dos dados do inquérito da Grande Lisboa. Os quadros 1.6 e 1.7 ilustram os principais resultados.

Apesar de ser notória a predominância das situações homogâmicas em

apenas nos mesmos casos 11% e 10% dos homens. Verifica-se, ainda, um efeito de maior incidência das interrupções nos sectores sociais com menor escolaridade e com menos rendimentos.

11 De um leque variado de razões que poderiam explicar a interrupção da actividade profissional, as respostas concentraram-se no despedimento, tanto para homens (54%) como para as mulheres (46%). As respostas para outras opções foram dispersas, não assumindo relevância razões de natureza familiar e aparecendo apenas "outras razões" (doença ou incapacidade para o trabalho) com uma escolha na ordem dos 33% no caso dos homens e 22% no das mulheres (Torres e Silva, 1998).

12 Procurando perceber a relação entre número de filhos e interrupção da actividade profissional, verificou-se que a existência de um ou dois filhos está longe de levar ao abandono do emprego. No entanto, embora 62% das mulheres inquiridas tenham afirmado que o nascimento dos filhos não provocou qualquer alteração no desempenho da profissão, 11% deixaram definitivamente de trabalhar e 11% suspenderam temporariamente a actividade profissional.

13 Apenas 3% dos inquiridos homens responde trabalhar a tempo parcial, contra 13% das mulheres.

termos da profissão — é quase sempre na diagonal da matriz dos dois quadros que se concentram as categorias modais — também se notam algumas especificidades. Na verdade, só se pode fazer a avaliação interpretativa da maior ou da menor homogenia tendo em conta o facto de a própria inserção profissional de homens e mulheres ser diferenciada e, por sua vez, se relacionar com o chamado "mercado matrimonial".

Assim, se partirmos dos homens ou das mulheres, os resultados da distribuição da homogenia são diferentes. No quadro 1.6, partindo das profissões das mulheres, verificamos que, por ordem decrescente, a homogenia é maior entre as operárias, já que 70% casam com operários; de seguida são as profissionais intelectuais e científicas casando 63% com profissionais intelectuais e científicos; depois vêm as trabalhadoras não qualificadas 58% das quais casaram igualmente com trabalhadores não qualificados; finalmente as dirigentes e quadros dirigentes que são 45% a casarem fundamentalmente com dirigentes e quadros dirigentes. Só depois aparecem as outras categorias onde logicamente se verifica maior dispersão ou heterogenia. Podemos concluir que é nas categorias intermédias, como aliás parece lógico, que se verifica menor homogenia.

Quando, em contrapartida, se vê a homogenia a partir dos homens, o cenário fica relativamente diferente (quadro 1.7). O primeiro factor distintivo, muito claro, é que os homens têm um mercado matrimonial mais alargado e disperso, em termos das diferentes categorias profissionais, do que as mulheres. Eles são mais heterogâmicos. Por outro lado, se com as mulheres havia maior homogenia nas categorias mais elevadas e nas mais baixas da escala das profissões e menor nas intermédias, com os homens não é isso que se passa.

Assim, nas categorias de dirigentes e quadros dirigentes a homogenia masculina é muito menos significativa, o que pode ser explicado pela relativa raridade de mulheres dirigentes e quadros dirigentes no "mercado matrimonial". Já na categoria dos profissionais intelectuais e científicos, tal como acontece com as mulheres, existem altos níveis de homogenia no caso dos homens (58%). De resto, os trabalhadores não qualificados, categoria onde há muito mais mulheres do que homens, aparece também significativa homogenia a partir dos cônjuges masculinos. Em seguida, são 38% os empregados de comércio e os administrativos que realizam casamentos homogâmicos no plano profissional, sendo os valores da homogenia no caso dos homens sempre inferiores a partir desta categoria profissional.

Na verdade, os operários casam mais com trabalhadoras não qualificadas (categoria muito mais frequentada pelas mulheres) e com empregadas de comércio e muito menos (porque também o seu número absoluto é menor) com operárias. Por outro lado, os profissionais técnicos intermédios ainda dispersam mais as suas escolhas do que as mulheres casadas nas mesmas categorias profissionais.

Quadro 1.6. Profissão das mulheres inquiridas por profissão do cônjuge segundo os grandes grupos de profissões (Grande Lisboa, 1997)

Profissão da mulher		Profissão do marido										
		Profissão do marido					Profissão da mulher					
Profissão da mulher	Porcentagem	Diretores	Profissionais intelectuais e científicos	Profissionais técnicos intermédios	Empreg. administrat. do comércio e serviços	Empreg. da indústria e dos transp. pessoais	Diretores	Profissionais intelectuais e científicos	Profissionais técnicos intermédios	Empreg. da indústria e dos transp. pessoais	Empreg. do comércio e serviços	Total
Diretores e quadros dirigentes	45	22	11	-	11	11	12	24	36	12	4	100
Profissionais intelectuais e científicos	12	63	26	11	11	12	24	36	12	4	100	
Profissionais técnicos intermédios	13	4	17	27	17	13	23	39	70	10	100	
Empregadas do comércio e serviços pessoais	13	4	17	27	17	13	23	39	70	10	100	
Empregadas administrativas	3	17	27	17	13	23	39	70	10	10	100	
Empregadas do comércio e serviços pessoais	13	4	17	27	17	13	23	39	70	10	100	
Trabalhadoras da indústria e dos transportes	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	
Trabalhadoras não qualificadas	3	3	7	5	15	58	70	70	58	12	100	
Total	7	19	20	10	9	31	4	100	100	100	100	

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

Quadro 1.7. Profissão dos homens inquiridos, por profissão do cônjuge, segundo os grandes grupos de profissões (Grande Lisboa, 1997)

Profissão do homem		Profissão da mulher										
		Profissão do homem					Profissão da mulher					
Profissão do homem	Porcentagem	Diretores	Profissionais intelectuais e científicos	Profissionais técnicos intermédios	Empreg. administrat. do comércio e serviços	Empreg. da indústria e dos transp. pessoais	Diretores	Profissionais intelectuais e científicos	Profissionais técnicos intermédios	Empreg. da indústria e dos transp. pessoais	Empreg. do comércio e serviços	Total
Diretores e quadros dirigentes	27	21	15	19	19	4	5	22	11	11	5	100
Profissionais intelectuais e científicos	4	58	15	11	11	4	5	22	11	11	5	100
Profissionais técnicos intermédios	5	9	14	22	11	4	5	22	11	11	5	100
Empregadas do comércio e serviços pessoais	5	9	14	22	11	4	5	22	11	11	5	100
Empregadas administrativas	7	10	10	10	10	7	7	10	10	7	10	100
Empregadas do comércio e serviços pessoais	7	10	10	10	10	7	7	10	10	7	10	100
Trabalhadoras da indústria e dos transportes	2	12	12	10	10	13	13	13	13	13	13	100
Trabalhadoras não qualificadas	6	14	14	11	11	7	7	7	7	7	7	100
Total	6	14	14	11	11	7	7	7	7	7	7	100

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

Além de esta distribuição exprimir as diferentes inserções, masculina e feminina, no mercado de trabalho, ela também revela outra diferenciação, traduzida na maior intensidade da homogamia, quer nas categorias mais elevadas, quer nas baixas da hierarquia das profissões femininas. Muito provavelmente estaremos aqui perante uma consequência específica dos efeitos de género e de controlo social. Não será que as mulheres arriscarão menos a escolha do cônjuge fora do seu "grupo de pertença"?¹⁴ Terão também menos capacidade de iniciativa?

Tem-se reflectido até aqui sobre a questão da homogamia exclusivamente a partir dos dados disponíveis, isto é, da homogamia profissional entre os cônjuges. Os resultados, segundo esta forma de "medir" a homogamia, permitem reforçar a crítica feita por M. Bozon, entre outros, à ideia segundo a qual as mulheres tenderiam a casar acima em termos de posição social — a chamada hipergamia feminina. Na verdade, não é disso que se trata, mas antes de uma diferenciação que decorre da "disparidade estrutural das posições de homens e de mulheres no espaço profissional" (Bozon, 1991: 172).

Claro que existem outras formas, mais complexas e de maior eficácia, para captar a realidade da homogamia ou heterogamia social nas escolhas conjugais, como aquela que se mede a partir das origens sociais dos cônjuges. Uma das metodologias consiste em comparar a origem social do pai da mulher com a do marido. Em todo o caso, qualquer que seja a metodologia, não se podem confundir diferenças atribuíveis aos efeitos de género com as que decorrem dos fenómenos da reprodução social ou da mobilidade social.

Mais instrução, melhores qualificações, mais rendimentos

Vale a pena olhar agora para as informações relativas ao rendimento do grupo doméstico e à profissão dos cônjuges. O que os quadros 1.8 e 1.9 nos mostram é uma relação quase directa entre as posições de maior prestígio na escala das profissões e o rendimento do grupo doméstico.

Na verdade, à medida que se desce na hierarquia das posições dirigentes e das qualificações, desce o rendimento. Podemos também observar, olhando para as médias, que as categorias profissionais mais representadas são aquelas que têm menores rendimentos. No seu conjunto, a grande maioria dos grupos domésticos inquiridos da Grande Lisboa (68%), não dispunham, em 1997, de mais de 1250€ de rendimento mensal, verificando-se, ainda, que 38% têm um rendimento mensal inferior a 750€. ¹⁵ Embora haja diferenças de sexo, elas reproduzem as que já foram mencionadas no plano

¹⁴ Grupo de pertença entendido no sentido de Merton (1968).

Quadro 1.8 Profissão das mulheres inquiridas segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Rendimento do grupo doméstico das inquiridas					
	Até 750€	De 751 a 1250€	De 1251 a 1750€	De 1751 a 2750€	Mais de 2750€	
Total	-	4	3	10	18	5
Directores e quadros dirigentes	-	14	13	29	53	14
Profissionais intelectuais e científicos	4	7	31	32	6	14
Profissionais técnicas intermédias	14	29	31	10	17	20
Empregadas administrativas	19	21	10	13	6	16
Empregadas do comércio e serviços pessoais	-	-	-	-	-	-
Trabalhadoras da indústria e dos transportes	5	7	6	3	-	5
Trabalhadoras não qualificadas	58	18	6	3	-	26
Pessoal das F. Armadas	100	100	100	100	100	100
Total	100	100	100	100	100	100

Quadro 1.9 Profissão dos homens inquiridos segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Rendimento do grupo doméstico dos inquiridos					
	Até 750€	De 751 a 1250€	De 1251 a 1750€	De 1751 a 2750€	Mais de 2750€	
Total	5	7	12	23	25	11
Directores e quadros dirigentes	1	-	12	47	43	12
Profissionais intelectuais e científicos	7	9	11	12	13	9
Profissionais técnicos intermédios	13	8	27	9	-	12
Empregados administrativos	19	20	8	6	13	15
Empregados do comércio e serviços pessoais	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores da indústria e dos transportes	46	46	19	-	6	32
Trabalhadores não qualificados	9	4	-	-	-	5
Pessoal das F. Armadas	-	6	11	3	-	4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dois quadros: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

da inserção profissional e não chegam logicamente a subverter a tendência central. Nada de surpreendente, portanto, nos valores encontrados.

Observe-se agora, no quadro 1.10, a relação directa que se pode

¹⁵ É no sector com menores rendimentos (até 750€/mês) que encontramos famílias mais numerosas — 37% destes núcleos têm 5 ou mais pessoas. Nos restantes grupos de rendimento esta percentagem é inferior aos 20%, excepto no sector de altos rendimentos em que se verifica a existência de 26% de família com 5 ou mais pessoas.

Quadro 1.10 Nível de instrução atingido segundo o rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Rendimento do grupo doméstico					Total
	Até 750€	De 751 a 1250€	De 1251 a 1750€	De 1751 a 2750€	Mais de 2750€	
Nível de instrução						
Ensino básico	81,2	64,2	25,8	13,2	20,5	55,3
Ensino secundário	13,4	28,5	46,8	22,1	20,5	23,6
Ensino médio e superior	5,4	7,3	27,4	64,7	59,0	21,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1999).

Quadro 1.11 Rendimento pessoal mensal dos inquiridos que exercem profissão segundo o sexo (Continente, 1999)

Rendimento pessoal	Homens	Mulheres	Total
Menos de 375 euros	26,4	61,4	45,1
De 376 a 750 euros	56	30,7	42,5
De 751 a 1250 euros	13,5	6,4	9,7
De 1251 a 1750 euros	2,8	1,1	1,9
De 1751 a 2750 euros	0,5	0,4	0,4
Mais de 2750 euros	0,8	-	0,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens entre os 20 e os 50 anos a viverem no Continente (Torres et al., 2004).

estabelecer entre nível de instrução e rendimento. À medida que sobe um aumento, claramente, o outro. A população inquirida da Grande Lisboa, e lembre-se que se trata de uma população relativamente jovem — 38 anos de média de idade — tem, também, globalmente, baixos níveis de instrução: 55% possui apenas o ensino básico,¹⁶ 24% possui o ensino secundário e 21% ensino médio ou superior.

Estes valores, no entanto, sobretudo os que se referem aos níveis de ensino médio e superior, são mais elevados do que os do total nacional, confirmando informações já conhecidas sobre as especificidades da Grande Lisboa em relação ao resto do país.

Para perceber melhor a relação entre rendimento e diferença entre os sexos vale a pena recorrer aos dados do inquérito realizado a nível nacional, onde além do rendimento do grupo doméstico se perguntava o rendimento médio mensal líquido do inquirido. Com efeito, aí se revela com toda clareza,

16 Na população estudada 29% possui apenas 4 anos de escolaridade, o antigo ensino básico obrigatório, que compreende actualmente 9 anos.

como se pode ver no quadro 1.11, que as mulheres têm rendimentos pessoais muito abaixo dos homens.

Na verdade, o que se depreende destes dados, é que mais de metade das inquiridas tem como rendimento pessoal menos de 375€ mensais, enquanto mais de metade dos homens têm entre 375 a 750 euros. Aí está outra forma indirecta de mostrar a discriminação e a dependência relativa em que se encontram muitas mulheres, mesmo quando trabalham em empregos mais ou menos precários quase tantas horas como os homens.

Quanto mais novo se tem de trabalhar menos se ganha

A propósito ainda do inquérito sobre a Grande Lisboa, alguns dados revelam, numa lógica que remete para a diacronia, aspectos das condições de vida dos inquiridos que iremos depois ver reflectidas nas entrevistas realizadas. Trata-se de analisar as idades com que os inquiridos começaram a trabalhar, como se pode observar nos quadros 1.12 e 1.13.

Na verdade, ao olhar para os dados globais, não deixa de nos parecer surpreendente que numa amostra da população com média de idade de 38 anos ainda seja possível encontrar uma percentagem tão significativa de indivíduos (41%) que começaram a trabalhar com idade inferior a 14 anos de idade.¹⁷ Verifica-se por outro lado, e como seria de esperar, que as profissões que implicam menor qualificação, como os operários, no caso dos homens, e os trabalhadores não qualificados, no caso das mulheres, são aquelas em que a grande maioria começou a trabalhar antes dos 14 anos (e alguns logo desde os 8 anos). São, respectivamente, 64% e 56%. Encontraremos alguns exemplos de pessoas que se incluem nestas categorias, nas entrevistas realizadas.

Mas o que traduz ainda melhor a relação entre idade de iniciação no trabalho e condições de vida é a análise do quadro 1.13, onde justamente se estabelece a relação entre rendimento e idade com que se começou a trabalhar.

Quanto mais cedo se começou a trabalhar, menor é o rendimento do grupo doméstico, situando-se, por exemplo, 67% dos homens que menos ganham no grupo doméstico dos que começaram a trabalhar entre os 8 e os 14 anos. Mais uma vez se mostra que as condições de existência, ou o “nascimento”, contribuem muito mais para as trajetórias sociais e os rendimentos dos indivíduos, do que a “apetência” para o trabalho ou o seu abnegado e contínuo desempenho desde a mais tenra idade.

Deve notar-se, em todo o caso, que as categorias como quadros dirigentes — que incluem os empresários com menos formação — começam a

17 Note-se que, em média, se trata de indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos no 25 de Abril de 1974.

Quadro 1.12 Idade com que começou a trabalhar, por grande grupo de profissão (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Idade com que começou a trabalhar											
	Dos 8 aos 14 anos		Dos 15 aos 20 anos		Dos 21 aos 25 anos		Dos 26 aos 30 anos		Dos 31 e mais anos		H	M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Profissionais intelectuais e científicos	38	22	37	33	25	45	-	11	18			
Profissionais técnicos intermédios	4	15	14	70	68	11	5					
Empregados administrativos	25	50	59	20	41							
Empregados do comércio e serviços pessoais	19	8	54	64	27	23						
Trabalhadores da indústria e dos transportes	50	19	41	65	9	16						
Trabalhadores não qualificados	64	30	33	60	3	10						
Pessoal das F. Armadas	50	56	40	33	10	4						2
Total	38	41	22	38	46	19	26	2	5			1

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

Quadro 1.13 Idade com que começou a trabalhar, por grupo de rendimento do grupo doméstico (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Idade com que começou a trabalhar											
	Dos 8 aos 14 anos		Dos 15 aos 20 anos		Dos 21 aos 25 anos		Dos 26 aos 30 anos		Dos 31 e mais anos		H	M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Até 750€	67	35	29	54	4	7						1
De 751 a 1250€	42	29	49	39	9	25						
De 1251 a 1750€	23	6	50	56	23	35						
De 1751 a 2750€	6	3	35	45	53	42						
Mais de 2750€	19	12	19	18	56	65						
Total	41	22	38	18	19	25	2	5	5			1

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

trabalhar mais tarde do que os operários e os trabalhadores não qualificados, mas mais cedo do que os trabalhadores com qualificações intermédias, os quadros administrativos e os profissionais técnicos e científicos.

Outra informação apreensível a partir destes quadros, quando, por exemplo, cruzamos a idade com que se começou a trabalhar com o nível de instrução atingido, é que, com excepção dos quadros dirigentes, quanto mais tarde os indivíduos começam a trabalhar, maior é a probabilidade de terem rendimentos mais altos. O exemplo dos profissionais intelectuais e científicos é muito claro. Pressupõe-se que os anos despendidos sem trabalhar são

utilizados em formação superior, traduzindo-se, diferidamente, em maiores remunerações do trabalho.

Vale a pena, ainda, chamar a atenção para o facto de, globalmente, os homens começarem a actividade profissional mais cedo do que as mulheres. Mas quando se comparam mulheres e homens de sectores sociais aproximados — operários e trabalhadoras não qualificadas — essas diferenças esbatem-se.

Em termos globais, em todo o caso, confirma-se um ciclo vicioso clássico: quanto mais cedo se começa a trabalhar, menos se estuda e menores rendimentos se obtêm no futuro.

Mulheres domésticas: menos instruídas e mais pobres

Ao analisar a situação das mulheres que desenvolvem ou não desenvolvem actividade profissional podemos voltar à velha questão: necessidade ou virtude? Se a taxa de actividade feminina dependesse, no essencial, de uma lógica de necessidade económica, encontraríamos certamente uma regularidade — as mulheres de operários, por exemplo, seriam com mais frequência mulheres activas do que as de empregados administrativos ou, certamente, do que as de quadros superiores. Verificar-se-ia o que André Michel mostrou para os anos 60 nos EUA e em França: à medida que o rendimento do grupo doméstico aumentava, diminuía a participação das mulheres no mundo do trabalho. Mas não é isso que se conclui a partir dos inquéritos realizados, nem é isso, também, o que François de Singly encontrou em França nos anos 80, ao contrário do que se passava quer aí, quer nos EUA, na década de 60.

Na verdade, o autor francês mostra bem que as mulheres de operários podem ou não ser activas, não se encontrando nenhuma correlação positiva entre o menor rendimento do grupo doméstico e a actividade feminina. É no subgrupo dos homens quadros dirigentes que à medida que o rendimento aumenta, diminui a participação das mulheres na actividade profissional (Singly, 1987: 86). Os dados dos inquéritos realizados na Grande Lisboa e para o Continente, muito embora revelem contornos específicos, são globalmente elucidativos e convergem no mesmo sentido.

O quadro 1.14 mostra que é nos grupos de rendimento intermédio que aparece simultaneamente o maior número de empregadas e a menor concentração de domésticas. Quando os rendimentos são altos a actividade feminina situa-se acima da média, ao contrário exactamente do que acontece nos grupos de menor rendimento. No entanto, é ainda mais elevada a participação feminina na actividade nos grupos domésticos com rendimentos intermédios do que nos que têm rendimentos mais elevados e, por maioria de razão, nos que os têm mais baixos.

Parece assim desenhar-se um perfil específico da actividade das

Quadro 1.14 Mulheres a exercerem profissão e domésticas, segundo o rendimento do grupo doméstico (Continente, 1999)

Mulheres (%)	Total			
	Até 750 euros	De 751 a 1250 euros	De 1251 a 1750 euros	Mais de 2750 euros
Empregadas	52	74	84	60
Domésticas	34	16	7	20

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens entre os 20 e os 50 anos a viverem no Continente (Torres *et al.*, 2004).

mulheres casadas com filhos pequenos que não corresponde de modo algum ao que se verificava em França e nos EUA nos anos 60, aproximando-se mais do que se passava em França na década de 80. O número de mulheres empregadas, nas circunstâncias referidas, não varia de forma decrescente com o rendimento. Haverá então que ter em conta outras características, como os valores sociais e os capitais escolares e culturais, para explicar a distribuição da actividade feminina. Os quadros 1.15 e 1.16 ajudam a explicar melhor essa nova distribuição.

Na verdade, parece haver uma estreita relação entre um determinado tipo de profissões dos cônjuges e a variação do emprego feminino. Veremos depois que essa distribuição recobre, ao menos parcialmente, a distribuição dos rendimentos. É, de qualquer modo, nos sectores em que os homens são profissionais intelectuais e científicos (quadro 1.15), e também quando as mulheres têm formação de ensino superior (quadro 1.16), que se verifica maior concentração de mulheres empregadas e se torna inexpressiva a existência de domésticas.

Esta distribuição é certamente explicada pela ocorrência, nesses mesmos sectores, da defesa de ideias de autonomia e independência femininas, como resulta das entrevistas e também dos resultados dos inquéritos sobre valores. Tal verificação tem interesse prospectivo, na medida em que, conchendo a crescente supremacia feminina nos sectores do ensino superior, se torna previsível maior insistência futura na defesa desses mesmos valores. Do mesmo modo, tudo aponta para que a inserção das mulheres nos sectores de actividade de alta qualificação — onde, como vimos atrás, já ultrapassam mesmo os homens — tenha vindo para ficar, confirmando certamente a defesa crescente de ideias mais modernas.

Olhando agora para as profissões dos cônjuges que se relacionam com maior número de domésticas, novamente reencontramos os sectores que equivalem a menores rendimentos, como os trabalhadores da indústria e os não qualificados. Mas o volume significativo de domésticas entre as mulheres casadas com operários pode ainda ser explicado por outras razões. A primeira relaciona-se com o binómio inserções profissionais destes operários e

Quadro 1.15 Mulheres empregadas e domésticas segundo a profissão do cônjuge (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Profissão do cônjuge					
	Direcção e quadros dirigentes e técnicos intermédios	Profissionais intelectuais e científicos	Profissionais técnicos intermédios	Empregados administrativos e serviços pessoais	Empregados do comércio e dos serviços	Trabalh. da indústria e dos qualificados transp.
Empregadas	63	89	74	82	58	53
Domésticas	31	9	21	6	37	37

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1999).

custo dos equipamentos socioeducativos para as crianças. A avaliação das circunstâncias pode aconselhar o desenvolvimento de estratégias em que a domesticidade feminina é possível e pragmática. Como são elevados os custos dos equipamentos socioeducativos e as qualificações escolares e profissionais destas mulheres são, muitas vezes, baixas, trabalhar fora de casa pode não compensar.¹⁸ Hipótese eventualmente complementar é a de que nestes sectores exista ainda uma visão mais tradicional do papel das mulheres como donas-de-casa e mães, conclusão permitida pela análise das entrevistas.

Existe, ainda, um número relativamente alto de domésticas no grupo socioeconómico dos dirigentes e quadros dirigentes. Estarão aqui, por um lado, aquelas inquiridas que acham que em certas idades a criança deve ser acompanhada pela mãe, sendo provavelmente nesse caso a domesticidade verdadeira opção, embora talvez temporária. Por outro lado, estarão também aqui certas posições mais tradicionalistas face aos modelos de conjugalidade.

Ao contrário, entre as mulheres casadas com trabalhadores não qualificados existe menor taxa de domesticidade. Dada a instabilidade e precariedade económica desses grupos socioprofissionais, é provável que o salário feminino se torne aqui uma mais-valia indispensável à sobrevivência do grupo doméstico. Também é quase nula a representação das domésticas no grupo

18

De facto, ao analisarmos as razões da domesticidade segundo o nível de escolaridade, verificamos que as explicações apresentadas, sobretudo por quem possui apenas a escolaridade básica, assentam no facto de "não ter conseguindo arranjar emprego" ou "não compensar trabalhar fora de casa", razões, portanto, de ordem pragmática e económica. Apenas 16% afirmam ser domésticas por "opção". Por seu turno, ao nível da escolaridade secundária, encontram-se maioritariamente a "opção" como justificação da domesticidade, o que aponta, de certo modo, para um melhor nível de rendimento dos agregados domésticos. Mesmo assim, 21% continuam ainda a afirmar que o trabalho remunerado fora de casa não compensa em termos de estratégias de maximização dos recursos familiares.

Quadro 1.16 Níveis de instrução atingidos pelas mulheres, segundo a condição perante o trabalho (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino médio e superior	Total
Exerce profissão	54	74	97	68
Desempregada	8	4	3	6
À procura do 1.º emprego	1			*
Doméstica	34	22		24
Reformada/pensionista	3			2
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

Quadro 1.17 Níveis de instrução atingidos pelas mulheres segundo a condição perante o trabalho (Continente, 1999)

Percentagem	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino médio e superior	Total
Estudante	1	19	7	5
Exerce profissão	64	67	85	66
Desempregada	6	4	6	6
À procura do 1.º emprego	*	*	2	*
Doméstica	26	9	-	21
Reformada/pensionista	3	1	-	2
Licença parental	*	*	-	*
Incapacitada para o trabalho	*	*	-	*
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens entre os 20 e os 50 anos a viverem no Continente (Torres et al., 2004).

das profissões intelectuais e científicas, das profissões técnicas intermédias e dos empregados administrativos. Todos estes tendem a formar um contingente populacional caracterizado pela dupla profissionalização.

Também não deixa de ser interessante verificar que, quando olhamos para a distribuição das domésticas por grau de instrução (quadros 1.16 e 1.17), se nota que não há praticamente mulheres dedicadas apenas aos cuidados com os filhos e às tarefas domésticas com nível de instrução médio ou superior. O que, novamente, permite matizar a ideia de opção pela vida doméstica. Não será que essa escolha se verifica, sobretudo, quando as habilitações possuídas são insuficientes para desempenhar actividade profissional susceptível de conduzir à realização pessoal ou as oportunidades de emprego são escassas? De resto, esta tendência confirmou-se plenamente nos resultados do inquérito realizado no Continente e, recorde-se, já se tinha chegado à mesma conclusão quando se comparava Portugal com os outros países europeus, a partir dos dados do Employment Outlook. O nosso país era,

lembre-se, o que tinha menos mulheres domésticas com o ensino médio e superior. Vejam-se mais pormenorizadamente os dados para a Grande Lisboa no quadro 1.16 e para o Continente no quadro 1.17.

Em conclusão, o modelo mais tradicional de divisão de tarefas, no que diz respeito ao trabalho pago e quando há filhos pequenos, verifica-se, sobretudo, nos sectores com menores rendimentos. Tal prática não corresponderá a uma verdadeira escolha. Encontra-se depois um núcleo mais restrito de pessoas que optam por esse modelo, que têm condições financeiras para o fazer e presumivelmente o escolhem por razões de natureza sobretudo ideológica. Finalmente, um conjunto mais substancial de grupos domésticos, caracterizado por formações escolares elevadas e por rendimentos intermédios ou elevados, pratica e defende um modelo tendencialmente simétrico de divisão do trabalho profissional entre homens e mulheres.

Outra forma indirecta de mostrar que a situação de doméstica não parece cativar um conjunto substancial de mulheres portuguesas nos últimos anos é a análise das posições assumidas por estas nas poucas zonas do país onde predomina, ao invés da média nacional e do continente, a domesticidade feminina. Referimo-nos aos Açores, região do país onde, em inquérito recente, se confirmou junto das mulheres a predominância da situação de doméstica (43,6%) em relação ao exercício de uma actividade profissional (25,6%) (Rocha, et al., 1999: 20).

Um dos aspectos mais interessantes que se podia concluir dos resultados do questionário, a partir das respostas a mais do que uma pergunta, era o da disponibilidade e interesse das mulheres inquiridas no desempenho de uma actividade profissional no exterior. Ou seja, onde predomina a situação de doméstica é onde ela não é desejada. Vejamos melhor.

Numa questão que pretendia saber a importância relativa atribuída pelas mulheres inquiridas a diferentes aspectos para a felicidade no casal, dava-se bastante relevância ao item "trabalharemos os dois". Na verdade, depois das escolhas mais clássicas a que se atribui "muita importância" como *felicidade, respeito mútuo, harmonia no lar*, entre outros, com adesão sempre à volta dos 90%, e passando por outros aspectos como *"viver em casa própria"* (78,4%), o trabalho no exterior dos dois membros do casal (62,1%) surge como muito importante logo a seguir de *ter filhos* (63,9%) (Rocha, et al., 1999: 48).

A importância do trabalho no exterior surge assim não só como factor importante para a realização da mulher mas mais ainda como factor de equilíbrio e de felicidade na relação conjugal. Veremos nas entrevistas na Grande Lisboa que a valorização da actividade feminina por parte das mulheres passa muito também, directa ou indirectamente, por maior protagonismo e capacidade de decisão no contexto do casal. O facto de aqui ser uma maioria de mulheres domésticas a afirmá-lo pode traduzir também uma certa percepção dessa ausência de protagonismo e de autoridade.

Confirma-se a importância que as açorianas parecem atribuir ao

trabalho no exterior através das respostas a outra questão desta vez mais directamente relacionada com uma lógica de direitos. Com efeito, é esmagadora a concordância com a frase "a mulher tem o mesmo direito ao trabalho do que o homem (68%) e a correlativa rejeição da afirmação *O lugar da mulher é em casa a cuidar do marido e dos filhos* pois só 9,4% concordam totalmente com esta ideia (Rocha, et al., 1999: 53).

Vemos assim que a ideia de uma mulher doméstica dedicada apenas à casa e aos filhos é de forma genérica rejeitada pelos portugueses e pelas mulheres em particular.

Portugal: um perfil específico de actividade profissional das mulheres casadas

Os dados que temos vindo a analisar revelam, nos últimos 30 anos, clara disposição para a actividade feminina no exterior, em particular dos sectores mais escolarizados. São tendências que merecem reflexão. Que conjugação específica de ideias, práticas e situações se articulam para explicar esta predisposição? Vejamos o plano das ideias, passadas e presentes, e o das práticas e situações objectivas.

Portugal era, antes do 25 de Abril, um país dominado, a partir do plano político, por ideias retrógradas no que dizia respeito à família e ao lugar da mulher na sociedade. A revolução de Abril representou viragem significativa, nesse plano, afirmando-se então a autonomia, a liberdade de decidir, a necessidade de independência financeira, contra as visões excessivamente carregadas de dedicação feminina, sacrificial e vitimizada, das mulheres ao lar e à família. Embora junto de vários sectores mais instruídos essas ideias comesçassem, sobretudo nos anos 60, a ser postas em causa, foi só depois de 74 que elas foram perdendo claramente impacto, progressivamente substituídas por perspectivas igualitárias entre homens e mulheres. Hoje já será pouco popular defender que as mulheres devem apenas circunscrever a sua actividade à família e ao lar.

Mas se o discurso "adequado" no tempo presente é o da igualdade, isto não significa que ela, como veremos abundantemente, se aplique de facto na prática. Por outro lado, embora em perda acentuada, não deixam de subsistir, localizadamente, visões tradicionalistas. Vejamos ainda outros factores, objectivos e conjunturais, que terão eventualmente contribuído para a ideologia igualitária.

Nos sectores sociais mais desfavorecidos, o fenómeno da emigração teve como efeitos indirectos um certo protagonismo feminino. As mulheres que ficavam eram obrigadas a decidir sozinhas, confrontavam-se com situações novas, assumiam posições, organizavam e geriam a vida familiar, experimentavam alguma liberdade. As que saíam com os cônjuges conheciam

outras realidades, e, caso regressassem, seria mais difícil para elas aceitarem velhas sujeições. O desenvolvimento, mesmo forçado, do protagonismo das mulheres, o conhecimento de outros mundos, contribuiu para a criação de uma nova realidade e uma nova imagem das competências femininas fora do lar (Torres, 1995). O facto de as mulheres de emigrantes, sobretudo as de origem rural, terem um modelo de actividade perfeitamente incorporado, quer fiquem, quer partam para outras terras, foi perfeitamente mostrado por Karin Wall (1984).

Noutros sectores sociais, mais escolarizados, a guerra colonial (1961-1974) vem introduzir algumas alterações. O surto de relativo crescimento económico dos finais de 50 tinha criado postos de trabalho para quadros médios e superiores, mas a guerra colonial e o serviço militar obrigatório adiam até 4 anos o momento de entrada dos jovens, do sexo masculino, na vida activa, quando não impõe saídas do país e outras mudanças.¹⁹ Em contrapartida, as jovens, universitárias ou com escolaridade secundária, tinham os potenciais cônjuges ou a acabar os cursos para depois ir para a guerra, ou já na guerra. O mercado oferecia-lhes oportunidades de emprego compatíveis — função pública, professorado, empresas. O tempo de espera para que os homens regressassem parecia demasiado longo e abria-se a possibilidade de, além de ocupar o tempo, realizar dinheiro. Essas oportunidades foram, assim, agarradas por muitas dessas jovens. Uma vez entradas no mundo do trabalho, tornam-se raras as saídas. Nestes sectores sociais, a compatibilização da vida familiar com a vida profissional conta, ainda nessa altura, com apoios domésticos pagos, baratos e abundantes.²⁰ O 25 de Abril altera a situação, mas não o suficiente para fazer o processo regredir, reforçando-se, aliás, a ideologia da independência e autonomia das mulheres.

Ora os efeitos desmultiplicados destas experiências são mais vastos do que à primeira vista se possa pensar. Por um lado, temos o já conhecido papel das chamadas classes médias urbanas, como difusoras de novas ideias que acabam sendo adoptadas até por aqueles que têm menos condições para as pôr em prática (Almeida, J. F., 1990). Por outro lado, podemos contar também com consequências a prazo mais prolongado. Conclusões de várias pesquisas apontam para a importância dos efeitos de transmissão, no plano dos comportamentos, de uma geração a outra, mostrando que a actividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho. São efeitos, aliás, tanto mais reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe.²¹ Nesta perspectiva, e particularmente na Grande

19 Completar o ensino superior não evitava o cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas o retardava.

20 Nos anos 60, com o declínio da agricultura e os movimentos migratórios da população para o estrangeiro e para as grandes cidades, verificou-se grande aumento de mão-de-obra feminina não qualificada que se empregava no serviço doméstico.

Lisboa, a participação no mercado de trabalho das jovens com escolaridade secundária e universitária nos anos 60 e 70 pode contribuir para explicar os altos níveis de presença actual das jovens portuguesas no ensino superior (Guerreiro e Romão, 1995)²² — algumas das quais serão certamente suas filhas — mesmo em sectores tradicionalmente masculinos.²³ Também explicará parcialmente a sua propensão para desejar conciliar plenamente a actividade profissional com a vida familiar.²⁴

As hipóteses que têm sido avançadas para explicar a especificidade da participação no mercado de trabalho de mulheres mais escolarizadas de meados da década de 60 até aos anos 80, utilizando uma abordagem qualitativa que se aprofundará ainda na análise das entrevistas, podem também ser afeitas a partir da análise de alguns dados estatísticos. Com efeito, se olharmos para a informação existente sobre o emprego feminino na década de 70, é possível confirmar a existência já nessa altura de um número mais elevado de mulheres “especialistas das profissões científicas e liberais” do que de homens. No conjunto da população activa com profissão por grupos de profissões em 1974, 5,38%, eram mulheres “especialistas das profissões científicas e liberais” e apenas 3,01% eram homens (Silva, 1983: 40). Essa diferença aumentou ainda e era superior em 1980, sendo os valores respectivamente de 7,66% para as mulheres e de 4,06% para os homens. Assim, as mulheres representavam, nestes anos, mais de 54% do conjunto dos profissionais “especialistas das profissões científicas e liberais” (Silva, 1983: 41).

É claro que, quando para as mesmas datas se analisam os números em

21 Autores como Louis André Vallet, Claude Thélot e François de Singly, citados por Martine Segalen (1993:194), consideram que existe uma hereditariedade nos modelos de profissionalização. Segundo Vallet, os destinos das filhas dependem mais da posição materna do que da paterna, isto é, quando as mães exercem uma actividade, as filhas mais facilmente farão o mesmo. Thélot e Singly, por sua vez, mostram que quanto mais alta é a escolaridade das mães, maiores são as probabilidades dos filhos alcançarem uma melhor posição na profissão.

22 Em 1991, no total dos jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos a proporção de jovens universitárias do sexo feminino era de 16%, contra cerca de 11% de universitários do sexo masculino. Em 2002, no conjunto dos estudantes do Ensino Superior as mulheres constituíam 57% do total, valor que em média na UE dos 15 era apenas de 53,7% (Eurostat).

23 Ainda quanto à participação na vida universitária vale a pena salientar que as mulheres portuguesas, já no início dos anos 90, eram as mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano lectivo de 1992/93, em Engenharia e Arquitectura, as mulheres eram 28% dos estudantes (média europeia 18%), em Ciência Naturais eram 61% (média europeia, 44%) e em Matemáticas constituíam 45% (média europeia, 28%) (Torres, 2002). Em 2002 as jovens portuguesas inscritas em cursos de ciências matemáticas e computadores atingiam os 50,3%, sendo a mesma percentagem para a UE dos 15 apenas de 38% (Eurostat).

24 Num inquérito aos jovens do concelho de Loures são 87% as mulheres que defendem a simetria total entre homens e mulheres a respeito, quer do desempenho da actividade profissional, quer quanto à partilha das tarefas domésticas (Torres, 1996a).

profissões como “quadros superiores da administração pública e privada”, a participação feminina se reduz drasticamente, situando-se nos 5,7% em 1974 e subindo para 10,4% em 1980. Mas o maior peso das mulheres nos “especialistas das profissões científicas e liberais” não deixa por isso mesmo de constituir tendência que não só se confirma em anos posteriores, como nos distingue dos outros países da União Europeia naqueles mesmos anos. Também por esta via se pode assim confirmar o papel directo e indirecto da guerra colonial na relação das mulheres mais escolarizadas com o mercado de trabalho. De resto, em muitas das entrevistas de casais com casamentos mais longos iremos encontrar histórias pessoais que corporizam os números aqui indicados.

Esta especificidade portuguesa em relação aos outros países da Europa do Sul e do Centro, pode também ser confirmada a partir dos dados do Eurostat para 1986 (Costa, *et al.*, 2000). Na verdade, nesse ano e para a categoria socioprofissional dos “profissionais técnicos e de enquadramento” só Portugal (4,0% mulheres, 3,1% homens), a Dinamarca (13,9% mulheres, 8,2% homens) e a Bélgica (8,5% mulheres, 7,9% homens) têm um número superior de mulheres ao dos homens nesta categoria profissional. Em 1997, Portugal, e ainda para os “profissionais técnicos e de enquadramento”, mantém essa assimetria favorável às mulheres (7,9% mulheres, 6,7% homens) e continua a ser acompanhado pelos países escandinavos — quer a Dinamarca (14,9% mulheres, 13,6% homens) quer a Finlândia (18,5% mulheres, 13,1% homens) e a Suécia (16,6% mulheres, 16,1% homens) — enquanto em vez da Bélgica passa a ser a Alemanha (14,9% mulheres, 14,7% homens) a ter uma ligeira sobre-representação de mulheres na mesma categoria (Costa *et al.*, 2000).

No caso português, o padrão actual da relativa preponderância feminina em profissões do tipo científico e técnico é um fenómeno que vinha já a ser desenhado, pelo menos de forma mais clara, desde meados dos anos 70. Como vimos atrás, a tendência futura será, quase certamente, para que essa preponderância se mantenha, por força, nomeadamente, da vantagem feminina na frequência do ensino superior. Não deixa de ser curioso notar que, pelo menos nalguns cursos como o de medicina, as mulheres já em meados de 70 tinham altas taxas de participação, como mostram os dados de Manuela Silva (1983): em 1970 a participação feminina no curso de medicina era de 44,7% subindo para 47,7% em 1978. Ora, cerca de vinte anos depois, no ano lectivo de 1992/3, numa formulação mais abrangente que inclui não só os estudantes de medicina como também os das ciências da saúde, tínhamos uma participação feminina da ordem dos 73%, superior à média europeia situada nos 67% (Miettinen, 1997). Em conclusão, no plano do protagonismo feminino dos sectores mais escolarizados, a especificidade portuguesa actual encontra raízes num passado relativamente recente, embora se deva também procurar influências num tempo um pouco mais remoto.

Com efeito, desde o início do século até aos anos 40, notava-se a

finais de 80 ocorreram mudanças de natureza não só quantitativa como qualitativa (Rodrigues, 1989: 70).

A conclusão da autora é que o envolvimento directo das mulheres na vida empresarial tem duas vertentes fundamentais: a motivação associada a estratégias familiares de reprodução patrimonial e a orientação para a profissão numa perspectiva de realização pessoal. Apesar da diversidade das situações, estas duas lógicas não seriam mutuamente exclusivas, antes interligadas e complementares. Sugere também a necessidade de uma análise dinâmica que tenha em conta a relação entre ciclo de vida familiar e ciclo de vida da empresa para conseguir captar, de forma adequada, como esses dois ciclos condicionam a participação e o protagonismo feminino na empresa. Finalmente, discutindo o problema da invisibilidade da situação das mulheres empresárias, Maria de Lurdes Rodrigues mostra como se processa, em termos intergeracionais, clara mudança. Trata-se de uma transformação que se desdobra, quer no plano da visibilidade externa de protagonismo, quer no da forma como as empresárias assumem o valor do "trabalho", as mais novas de forma muito mais evidente, numa lógica individualizada e autonomizante. (Rodrigues, 1989: 133-139).

Esta análise e estes resultados, dirigidos a realidades diferentes das da nossa própria pesquisa, acabam, de forma indirecta, por convergir com ela. Na verdade, o que parece tornar-se claro nos últimos anos em relação ao trabalho feminino em Portugal, é que mesmo no tipo de inserções sociais em que se poderia esperar a presença mais marcante de atitudes "tradicionalistas" elas podem já, de forma nítida nas mulheres jovens, ser ultrapassadas por orientações mais individualizantes e modernizantes.

O tema da invisibilidade do contributo feminino no meio empresarial foi também abordado por Maria das Dores Guerreiro (1996, 1998) numa análise mais vasta das relações família e pequenas e médias empresas. A autora traz para a ribalta a centralidade do contributo feminino, através das relações familiares, em diferentes modalidades de articulação com a lógica empresarial. Contesta a ideia segundo a qual as relações familiares, e de forma mais concreta ainda a participação feminina, constituiriam obstáculo ao desenvolvimento de lógicas de racionalidade económica na empresa, salientando ao contrário a sua decisiva importância. É assim analisado um conjunto de relações, em que as questões económicas estão envolvidas, que têm por base o trabalho familiar feminino e também o trabalho directo para empresa. A pesquisa vem revelar modalidades de trabalho das mulheres raramente estudadas e normalmente ausentes das taxas de actividade.

Noutros sectores sociais, mais expressivos em termos numéricos, podemos localizar factores que também contribuem para explicar a alta taxa de actividade feminina. Nas entrevistas realizadas, com já se sugeriu, mesmo nos meios mais carenciados e quando se desempenham trabalhos pouco qualificados, o emprego feminino tem significados que ultrapassam a necessidade

50 crescente participação de mulheres em profissões que exigiam formação, como o professorado e as profissões liberais, as últimas sobretudo no caso das cidades de Lisboa e do Porto. Profissões que eram, certamente, factor de protagonismo, embora dissessem respeito a uma percentagem muito reduzida da população activa global. Assim, a taxa de feminização do professorado do ensino primário passa do ano lectivo de 1899/1900 de 37,2% para 75,6% em 1940 (Baptista, 1998:95) e a percentagem de mulheres no total dos profissionais liberais passa de 20,4% em 1890 para 45,2% em 1940 (Baptista, 1998:91).

Curiosamente, admitindo rigor nos registos estatísticos, a participação das mulheres nas profissões liberais decresce em 1981 para 19,6%, subindo em 1991 para 32,3% e voltando a descer ligeiramente para os 29,5%, como se pode ver no quadro A7 em anexo. Teremos aqui o sinal indirecto de um certo eclipse da participação em certas profissões das mulheres com maiores níveis de formação entre os anos 50 e os 80, em virtude do apelo ao desempenho de papéis tradicionais? Ou tratar-se-á de problemas de critérios de classificação das profissões?²⁵ Em todo o caso cresceu significativamente, nos anos mais recentes, a participação das mulheres em categorias profissionais como quadros médios e superiores, podendo também a eventual descida da participação feminina nas profissões liberais, nos anos indicados, reportar-se a transformações do tecido socioeconómico e a transferências de mão-de-obra.

Outra categoria socioeconómica em que se verificou crescimento da participação feminina foi a dos padrões não agrícolas, que registava uma taxa de feminização de 7,3% em 1960 (Rodrigues, 1989: 61). Esse valor passou para 20,3% em 1981, para 29,5% em 1991 e finalmente para 33,5% em 2001, como se pode ver no quadro A7 nos anexos.

Num estudo sobre mulheres empresárias, Maria de Lurdes Rodrigues (1989) mostra como evoluiu a participação feminina nos sectores empresariais. Revela que, apesar de a taxa de actividade feminina global ter subido, o seu crescimento foi mais acelerado nesse grupo específico. Não deixando de verificar que se mantêm as características discriminatórias que acompanham a participação feminina no mercado de trabalho, mostra que entre 60 e os

25 Os dados referidos por Virginia Baptista, que utilizamos aqui, dizem respeito aos recenseamentos da população tal como os que citamos para 1981 e 1991. Mas os últimos referem-se a grupos socioeconómicos agregados e os primeiros dizem respeito às profissões. Sabe-se também que os critérios de classificação, como bem mostra a autora citada, reflectem o olhar sobre a realidade dos classificados e que esses olhares, até nos anos mais recentes, têm mudado. Os dados referidos têm assim de ser analisados com alguma prudência. Sinal desta diversidade de critérios é também, aliás, o facto de em inquéritos de outra natureza, e pelos menos no passado, o INE utilizar outras classificações para os profissionais liberais. Assim, os dados analisados por Manuela Silva, citados atrás, reportam-se ao inquérito Permanente ao Emprego do INE e aí se incluíam as profissões liberais no conjunto dos "especialistas das profissões científicas e liberais", grupo onde, como vimos, as mulheres em 1974 e 1980 estavam em maioria em relação aos homens.

de sobrevivência económica. Há vários aspectos que as mulheres valorizam no trabalho pago: maior autonomia e poder relativo no contexto da relação conjugal, sociabilidade e fuga ao fechamento doméstico, factores identitários decorrentes do reconhecimento de competências, possibilidade de consumos e estilos de vida menos limitativos.

Claro que poderíamos dizer, particularmente nos sectores mais desfavorecidos, que este tipo de valorização equivale a fazer da necessidade virtude. Mas não será só isso. Há também efeitos de trajectória importantes. Em muitos casos, quando estas mulheres se comparam com as suas mães, sentem que progrediram, que a vida para elas mudou. Lembram-se das condições económicas difíceis, e por vezes dos maus-tratos infligidos pelos homens que ninguém ousava então pôr em causa. Na verdade, hoje em dia, embora persistam assimetrias, o ambiente familiar é mais democrático e a dominação masculina menos opressiva. O contributo directo, além do indirecto, das mulheres para o sustento da família, contribui para essa melhor atmosfera. Mas, como veremos, isso não é suficiente para impor uma divisão menos assimétrica das responsabilidades familiares. Tudo se passa como se fosse ainda preciso pagar o preço dessa maior autonomia relativa. Preço pago através do sobretabalho, da dupla jornada, ou, como veremos também, das inquietações e culpabilizações.

Pelo lado das mulheres e pela convergência dos factores referidos, parece assim não haver condições para sustentar um discurso de valorização exclusiva do respectivo papel como mães e donas de casa, mesmo nas fases do ciclo de vida em que as crianças são pequenas. Do lado dos homens, por razões diferentes, e falando sobretudo dos que aceitam a igualdade de forma mais reticente, também não. Eles deixaram de poder sustentar esse discurso porque não têm condições económicas para assumir as suas consequências.

Em síntese, foi possível evidenciar algumas das características principais da posição de homens e mulheres perante o mercado de trabalho na União Europeia, em Portugal, e, particularmente, na Grande Lisboa. Se é verdade que tanto os homens como as mulheres, em Portugal e na Grande Lisboa, têm, globalmente, baixos níveis de instrução e de rendimento, as mulheres partilham uma situação ainda mais precária, ganhando significativamente menos do que os homens.

A diferença é patente no caso da grande maioria de homens e de mulheres. Existe contudo uma minoria, que não deixa de ter relevância social, com a qual não se passa bem a mesma situação. Com efeito, há ligeiramente mais mulheres do que homens nas profissões intelectuais e científicas, situação que, aliás, além de ocorrer nos anos mais recentes já se verificava em 1986. Surgimos hipóteses explicativas dessa situação que nos distingue de outros países da Europa e que se retomarão na análise das entrevistas em profundidade.

Também se verifica que o casamento não se traduz, no caso português, em obstáculo para as mulheres em relação ao exercício de profissões que envolvam carreira ou dedicação profissional. Além de se verificar correlação positiva entre nível de instrução e actividade profissional feminina, era fundamentalmente em grupos específicos como o das mulheres casadas com operários de baixos rendimentos que havia relativamente mais domésticas do que noutros grupos profissionais.

Verificou-se ainda que quanto mais elevados são os níveis de ensino atingido e maior a qualificação profissional maiores são os rendimentos obtidos, tanto no caso dos homens como no das mulheres, sendo que o efeito ainda é mais visível com estas do que com aqueles. Na verdade, como há relativamente mais homens na situação de dirigentes e quadros dirigentes e mais mulheres nas profissões intelectuais e científicas, os valores relativos de uns e de outros reflectem-se depois nos grupos de rendimento, como pudemos ver nos quadros 1.8 e 1.9.

Merece também realce a grande homogeneidade profissional entre os cônjuges em certos grupos profissionais como o das profissões intelectuais e científicas. Mas também foi interessante verificar como aparentes heterogeneidades profissionais acabam por reflectir as inserções diferenciadas dos dois sexos no mercado de trabalho.

O perfil das domésticas parece também reflectir, no caso da esmagadora maioria, não tanto opção clara, mas mais o pragmatismo traduzido em cons-trangimentos que se podem relacionar com a dificuldade em recorrer a equipamentos de apoio à primeira e segunda infância ou com ausência de oportunidades razoáveis. Haverá certamente também domésticas que o são por opção ideológica, embora representem uma minoria.

Não deixou ainda de ser curioso notar serem praticamente inexistentes as mulheres domésticas com o ensino médio e superior. Quando se chegou à conclusão, no inquérito da Grande Lisboa, dessa inexistência de domésticas com formação mais avançada, o dado, sem deixar de parecer um pouco excessivo, foi interpretado como expressando o facto de se tratar de uma área mais “moderna” do país e de a amostra se referir a uma população relativamente jovem. No inquérito a nível nacional, porém, o resultado foi exactamente o mesmo.²⁶ Os dados do Eurostat, com a vantagem de mostrar a nossa posição relativa aos outros países da União, não só confirmaram a fiabilidade dos nossos resultados, como mais uma vez sugeriram a especificidade da situação portuguesa. Aprofundaremos ainda, com a análise das entrevistas, estas temáticas.

26 Só se encontram duas domésticas com ensino médio e superior não directamente nas inquiridas mas na identificação da actividade dos cônjuges dos homens inquiridos.

Significados da actividade profissional A perspectiva sobre o trabalho na primeira pessoa

A perspectiva dos entrevistados da Grande Lisboa sobre a sua actividade profissional e o trabalho do cônjuge, bem como dos respectivos efeitos na vida conjugal e familiar constituiu também objecto de interrogação na pesquisa.¹ Pretendia-se, como se disse atrás, avaliar os significados subjectivos dessa actividade para homens e mulheres e a sua eventual interferência na conjugalidade e na família. Relembra-se brevemente, agora, as questões já formuladas e debatidas ao longo do capítulo 1 sobre esta temática.

Tínhamos visto que, no plano das respostas a perguntas fechadas — que nos remetiam para o universo do que se considera a afirmação normativa —mente “adequada” — os portugueses em geral, os que habitam na zona da Grande Lisboa e as mulheres de forma ainda mais clara, defendem uma posição “moderna” face à actividade profissional feminina. Isto é, consideram-na um direito das mulheres, sejam elas mães ou não, posição esta que é ainda mais frequentemente assumida em Portugal do que noutros países europeus (Torres, 2002).

Como interpretar este tipo de posições, um pouco surpreendentes? Conhecendo outras condições objectivas da realidade portuguesa, nomeadamente os baixos níveis salariais masculinos, resultariam essas posições “modernas” da procura da boa resposta? A sugestão era, em si mesma, alicianete. As entrevistas em profundidade, deixando maior grau de liberdade de expressão aos entrevistados, poderiam fornecer igualmente, a este respeito, informações preciosas.

Aliás, para permitir levar às últimas consequências este efeito de contraste — as modalidades de resposta perante uma pergunta fechada e aquelas que se obtêm em situação de entrevista perante perguntas abertas —

1 Do guião de entrevista constiam perguntas abertas que permitiam avaliar as opiniões do entrevistado sobre a sua própria actividade profissional e sobre a do cônjuge, bem como o eventual impacto dessas actividades no decurso da vida conjugal (ver em Torres, 2000).

decidiu-se repetir no fim do guião de entrevista, essencialmente composto por perguntas abertas, um pequeno conjunto de perguntas fechadas já testadas noutros questionários de âmbito nacional. Além dos efeitos de comparabilidade pretendidos, desejava-se testar desta forma a coerência interna das respostas dos entrevistados.

Mas, mais do que esclarecer o que poderia ser apenas considerado como aparente contradição, importava, e voltando às hipóteses iniciais, perceber um conjunto de questões relacionadas com a actividade profissional. Uma das questões a que fomos dando relevo referia-se aos aspectos identitários associados à questão do género e da classe social. Seria, na verdade, a actividade profissional vivida de forma diferenciada por homens e mulheres dos diferentes sectores sociais? Representariam as transformações referentes à maior igualdade entre homens e mulheres mudança real na forma como as mulheres se definiam em termos da sua identidade social e pessoal, e por isso, no plano profissional? Ou seria que as mudanças, no caso de existirem, eram apenas visíveis em certos sectores sociais?

Poder-se-ia ainda expressar outro conjunto de questões que, de forma indirecta, contribuem também para responder às que já foram formuladas. Estariam as mulheres, e as mães em particular, como é corrente ao nível do senso comum, basicamente voltadas para a função materna, representando o trabalho apenas uma forma de resposta a necessidades económicas? Ou será assim apenas nos sectores mais desfavorecidos da população podendo, em outros, assumir-se mais facilmente uma posição de conciliação, até em termos identitários, entre as duas esferas? Estarão de facto os homens mais centrados na profissão e menos centrados na função paterna? E será assim mais em certos sectores sociais do que noutros?

Como é usual nos processos de investigação a própria abordagem da empiria permitiu reformular estas interrogações, sugerindo outras. Antes ainda de discutir resultados da análise de conteúdo das perguntas do guião de entrevista referentes às avaliações sobre a actividade profissional, convém fazer algumas observações. Recorde-se que, no decurso da pesquisa, utilizámos sempre, para efeitos de análise de conteúdo, a repartição dos entrevistados por grupo de duração do casamento. Embora inicialmente prevista e fundamentada teórica e empiricamente, tal repartição acabou por se verificar ainda mais produtora de visibilidade sobre o real do que era inicialmente esperado (Torres, 2002).

Com efeito, partira-se da ideia segundo a qual as diferentes durações do casamento traduzem condições de existência, no plano da vida conjugal, também elas distintas. Assim, ter filhos pequenos, em idade adolescente, ou sem residirem com os pais, estar em início, no meio ou no fim de uma carreira profissional, são, entre outras, situações diferentes que envolvem decisões, estratégias, que abrem ou fecham campos de possibilidade de acção e que se articulam com outros constrangimentos da vida conjugal. Significando

distanciamento do conceito de ciclo de vida conjugal tal como ele é entendido por alguns autores,² esta proposta pretende, no entanto, captar os aspectos dinâmicos da conjugalidade, na medida em que esta é, em sentido literal e figurado, e na maioria das situações, criadora de vida e de realidades diferentes.

O que tem no plano sociológico, e de acordo com a nossa proposta, consequências decisivas. Na verdade, julga-se que, para além dos chamados efeitos de estrutura — lugar de classe do grupo doméstico, género, recursos, valores — há um conjunto outro de condicionamentos — que podemos designar por efeitos de conjuntura como idade dos filhos, valores da época, etc. — que interferem na vida conjugal, na definição de um campo de possibilidades de ser e de agir. Por outro lado, ao longo da vida conjugal sucedem-se um conjunto de acções e interações que transfiguram a realidade preexistente. Ter um, dois ou mais filhos, a idade desses filhos, por exemplo, são factores que interferem nos cálculos, nas estratégias, nas decisões dos actores. Daí que o que numa altura — quando ainda não há ou quando já não há filhos a coesidir — é adequado e possível, deixa de o ser noutro momento. É esta dimensão de materialidade da vida conjugal que se pretende ter em conta quando se analisa a população entrevistada por anos de duração do casamento.

Outros aspectos que surgem de forma mais sublinhada com tal divisão são os que se referem aos chamados efeitos de geração. Na verdade, veremos como quer a propósito da dimensão actividade profissional, quer a propósito de outras dimensões analisadas, não são só as dinâmicas internas à conjugalidade que condicionam o seu decurso, ou a forma como os actores se avaliam e auto-avaliam. Ter vivido parte importante da vida conjugal antes do 25 de Abril de 1974 é diferente de viver esse mesmo período na actualidade. Estas duas fases da vida portuguesa distanciam-se de forma substancial precisamente a propósito do que em cada uma delas era definido como os direitos das mulheres ou os valores a respeito do casamento e da família.

Ora, o plano do que se considera em cada época como adequado, opção legítima ou ilegítima, pode ter fortes interferências na forma como se vive a conjugalidade. Basta pensar no exemplo da maior aceitabilidade contemporânea do divórcio para perceber como a vida conjugal pode assumir contornos diferenciados em épocas distintas. A crescente afirmação do desejo de autonomia e independência económica das mulheres através do acesso à profissão pode constituir outro dos exemplos reveladores dessas diferenças de geração. Seria de prever, assim, que as declarações dos entrevistados dessem

2 Para uma discussão sobre vantagens e limites metodológicos da utilização do conceito de ciclo de vida conjugal ver Marie-Agnès Barrère-Maurisson, "Le cycle de vie familial: Méthodologie et champ d'utilisation", ouvrage collectif, *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif*, (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

visibilidade a essas formas diferenciadas de valorizar, em função do que se pode chamar contexto geracional, esta ou aquela ideia e atitude.

Para analisar os discursos dos entrevistados a propósito da actividade profissional seria assim necessário articular o que se designou por efeitos de duração do casamento, ou momento do ciclo de vida, com os de geração, e ainda com os de classe e de género. Se os dois primeiros, num certo sentido, podem ser entendidos por condições da conjuntura, os últimos assumem carácter mais estrutural. Mas é a resultante desta articulação que é necessário ter em conta para compreender e explicar as trajectórias e as dinâmicas conjugais a propósito do trabalho, e de outras dimensões da vida conjugal como já tinha sido referido.

A análise das respostas dos entrevistados às perguntas que formulámos directamente sobre actividade profissional, foi decisiva, mas foram também importantes as respostas referentes a outras dimensões da vida conjugal como as que se referiram aos tempos livres, aos filhos, à interacção e comunicação no casal. Na verdade, procurámos avaliar o grau de centramento dos indivíduos nas diferentes esferas da vida para melhor poder avaliar o lugar relativo e o significado que se atribuía ao trabalho. Foi assim possível identificar diferentes tipos de centramento: na relação conjugal, na relação parental, na relação profissional, nas relações de sociabilidade e no lazer. Tratou-se então de perceber em que direcções, conjugadas ou isoladas, os entrevistados mais investiam para melhor isolar a aposta na profissão. Mas a respeito do efectivo grau de centramento nas diferentes dimensões da vida conjugal, as conclusões foram sempre cautelosas, já que estamos num domínio que pode ser condicionado por outras variáveis fora do alcance da análise sociológica. Ensaiar hipóteses explicativas, levantar algumas interrogações, foi apesar de tudo possível, como melhor se verá à frente. Organizámos a exposição abordando primeiro os grupos de mais curta e depois de mais longa duração do casamento.

Trabalho profissional no início da vida conjugal, no tempo da instalação

Em várias pesquisas realizadas nos EUA e em França se concluiu, provavelmente contra as evidências do senso comum, que o período a seguir ao nascimento dos filhos é, para as mulheres, geralmente associado a menor satisfação na relação conjugal (Michel, 1983: 231-243). Numa primeira abordagem parece estranho que depois de realizar o que durante tanto tempo muitos consideraram a "verdadeira e única" função que as mulheres desejam, e para a qual estariam inevitavelmente preparadas — a função materna — estas se sintam simultaneamente insatisfeitas no plano conjugal. Numa visão mais romantizada, tender-se-ia a esperar que a relação conjugal fosse contaminada

pela positividade, por arrastamento, dessa sensação de plenitude que se associa tantas vezes à maternidade.

Mas as conclusões de quase todos os estudos realizados quanto à satisfação no casamento convergem no mesmo sentido. O nascimento das crianças representa, muitas vezes, declínio na satisfação conjugal, sobretudo quando antes existia forte companheirismo entre os cônjuges. As fontes dessa insatisfação, que é sobretudo feminina, parecem localizar-se na sobrecarga de trabalho, nas responsabilidades acrescidas, sobretudo quando estas não são partilhadas com o marido.³ Noutros momentos do ciclo de vida conjugal, ou porque as mulheres regressam à actividade profissional, ou porque a pressão, em termos do trabalho e da responsabilidade, diminui, tende a atenuar-se essa insatisfação.

Para os homens os factores relacionados com o ciclo de vida familiar, isto é, neste caso com a idade dos filhos, não parecem ter efeitos na satisfação conjugal. A insatisfação destes parece ter a ver mais com as realidades do trabalho. É, por exemplo, a idade da pré-reforma e da reforma que parece estar associada, no lado masculino, a menor bem-estar conjugal.

Conclui-se destes estudos que no caso das mulheres, tudo se passa como se embora "a presença dos filhos possa constituir fonte de satisfação no casamento, (ela) não pode substituir a satisfação maior que resulta do companheirismo" (Michel, 1983: 233).

Não é o factor satisfação que nos interessa aqui desenvolver. Importa em todo o caso salientar o que se conclui nas pesquisas referidas da relação entre filhos e satisfação conjugal por três razões principais.

Em primeiro lugar, porque as conclusões a que fizemos referência remetem claramente para o problema da diferenciação dos sexos na forma como se vive esse período inicial da conjugalidade que representa o nascimento dos filhos. Sendo embora necessário ter em conta também outros factores que nessas pesquisas são menos referidos, como o da classe ou da posição perante a actividade profissional, a verdade é que a situação do nascimento das crianças representa uma realidade nova, novas condições materiais, que tende a

3 Tem sido muito discutido o problema das respostas a perguntas fechadas em inquéritos por questionário a propósito da satisfação em geral e da satisfação conjugal, em particular. Tem-se concluído que os inquéritos tendem a manifestar-se mais satisfeitos do que na verdade estarão, num efeito que se relaciona com o problema da apresentação de si em situações de inquérito e/ou da necessidade conformista de adequar avaliações a probabilidades objectivas. Por vezes, quando se analisam respostas a perguntas desta natureza, com escalas de atitudes, o que é mais decisivo é não tanto o valor absoluto da adesão ou não à "satisfação" mas antes a verificação das variações relativas em relação a outras posições da escala, por exemplo, quem são e onde se situam os "pouco satisfeitos", como se pode concluir num inquérito realizado aos jovens de Loures (Ferreira Almeida, *et al.*, 1996). Mas a serem verdadeiras estas conclusões, temos nas declarações de insatisfação destas mulheres uma excepção a essa regra que só pode significar que a insatisfação é bem real e significativa.

ser vivida de forma diferenciada por homens e mulheres. Interessa avaliar, por isso, o que acontece a esse respeito, com os nossos entrevistados.

Em segundo lugar, os trabalhos mencionados tendem a desmistificar a ideia da total centralidade, e mesmo da exclusividade, da função materna para as mulheres, como se o bem-estar conjugal e familiar dependesse, para estas, e apenas, dessa dimensão da vida. A distinção radical entre homens e mulheres, implícita nessa ideologia, acabou por a elas atribuir uma dependência estrita do biológico. Quando se afirma haver outras dimensões de investimento das mulheres, para além da função materna — no plano relacional como no plano profissional — que podem não estar realizadas, e que, por isso, produzem insatisfação e desconforto, mostra-se, no mínimo, que o modelo de exclusividade da função materna pode não corresponder ao ideal destas.

Daqui surge o último aspecto importante das mencionadas conclusões, que se refere à necessidade de distinguir a relação conjugal da relação maternal ou parental. Na verdade é a confusão destas esferas que impede muitas vezes de ver claro, quer no caso dos homens, quer no caso das mulheres, quando se analisam as relações conjugais e familiares. Haveremos de concluir, aliás, que é necessário levar esta especificação ainda mais longe e partir da análise da perspectiva do indivíduo, no contexto da relação conjugal, para apreender como cada um se situa em contexto de interacção conjugal, perante a actividade profissional, a maternidade, a paternidade e outras dimensões das relações conjugais e familiares.

Partamos então agora para a análise dos casais entrevistados. Começamos, como se referiu, pelos de menor duração do casamento, aqueles que classificamos como estando no *tempo da instalação* (Torres, 2002) e dentro destes, analisaremos em primeiro lugar as posições, face à actividade profissional, dos grupos domésticos operários, depois dos sectores intermédios — pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia — e só depois da pequena burguesia intelectual e científica ou com formação universitária. Identificamos diversas formas de encarar o emprego/trabalho/profissão neste grupo de duração do casamento até aos 10 anos.

A distinção mais marcante de posições a propósito da actividade profissional diz respeito, de forma bem nítida, à classe e só depois ao género. Há, na verdade, uma linha de fractura que se faz sentir nas palavras usadas, na situação descrita, nas projecções quanto ao futuro, entre o grupo dos operários/as e o dos/as que têm formação universitária. Os primeiros tendem a encarar a actividade profissional, no essencial, numa lógica de necessidade. Os segundos sublinham de forma mais significativa a ideia de trabalho como forma de realização pessoal e profissional. Nos dois casos aparecem excepções.

As distinções relativas à diferença sexual, no entanto, também existem. Assim, por um lado, as mulheres operárias, ou trabalhadoras não qualificadas, tendem a assumir uma posição idêntica à dos homens no que toca a

encarar o trabalho de forma instrumental. Mas há diferenças que se referem ao facto de as mulheres valorizarem aspectos da dimensão profissional, como da sociabilidade ou da realização pessoal, e os homens tenderem a sublinhar mais a perspectiva instrumental do trabalho. O que se torna particularmente interessante, por outro lado, é que estas mulheres — mães de crianças muito pequenas, note-se — não manifestam qualquer desejo de ficar em casa sem trabalhar no exterior. Sempre que o trabalho lhes parece pesado ou pouco interessante — e este é o caso mais frequente — exprimem vontade de ter outro emprego, sem nunca falarem em ficar em casa.

Por sua vez, as declarações das mulheres e dos homens dos sectores com formação universitária — pequena burguesia intelectual e científica — diferem ainda mais entre si do que as do grupo anterior. As diferenças atribuíveis à diferença sexual não se localizam tanto no plano das representações, desejos ou aspirações face à profissão mas mais no que se pode considerar as condições objectivas vividas por cada um dos membros do casal.

Quanto aos sectores intermédios veremos depois como se aproximam e simultaneamente distanciam, quer homens, quer mulheres, dos dois grupos citados. Começemos pelos operários.

Jovens operários: para eles, necessidade e desinvestimento; para elas, pragmatismo e poder

Vejamos em primeiro lugar a posição objectiva de quatro casais entrevistados face à actividade profissional. Quanto aos homens, todos têm profissões operárias na indústria. Das mulheres uma, ex-operária, é doméstica, outra está de momento desempregada enquanto as duas restantes trabalham actualmente como empregadas de limpeza, uma em casa particular, outra numa empresa.

Custódio e Alexandra Vital, a doméstica, estão casados há 9 anos e têm três filhos respectivamente de 8, 4 e 3 anos. Foi o nascimento do terceiro filho que fez Alexandra desistir de trabalhar fora de casa. Segundo as suas palavras, com o que teria de pagar em amas ou infantários não se justificava continuar a trabalhar, porque o ordenado que ganharia seria inferior aos gastos previsíveis. Mas, não é pela positiva que define a sua situação doméstica. A medida que vai desfiando a sua vida sobrevivem a apreensão e a tristeza. Confessa não se dar bem com a pílula, não conseguir controlar a sua fertilidade. Diz-nos que o marido ficou muito zangado quando soube que ela estava grávida da última vez. Sente-se bem através das suas palavras a insegurança, a baixa auto-estima, o fechamento, situações frequentemente citadas em tantas pesquisas (Michel, 1983) como características das domésticas isoladas.

Acrescenta-se ainda às dificuldades resultantes de ter filhos em idades tão próximas o facto de viver na mesma casa com um cunhado. Vê-se bem que

Alexandra gostaria de viver apenas com o marido e os filhos. Aspiração que por outro lado sente difícil de concretizar, provavelmente por questões de ordem financeira.

Temos assim um exemplo do que atrás referimos como as situações em que a domesticidade não equivale a opção e em que as condições de vida tornam difícil a concretização do projecto conjugal moderno. Temos também uma situação vivida de forma diferenciada no masculino e no feminino. Custódio quase responsabiliza a mulher pelo nascimento do terceiro filho; ela, por sua vez, sente-se culpabilizada, cansada e fragilizada. Tudo se passa como se a possibilidade de ter uma vida melhor passasse pela restrição da natalidade que não conseguiu concretizar. Estratégias que tiveram sucesso no caso dos sectores operários qualificados, como Ana Nunes de Almeida (1993) mostrou para o caso dos operários da CUF no Barreiro. Na verdade, Custódio é um operário electricista, altamente qualificado, que se sente realizado com o trabalho que desempenha. A única queixa profissional — e esta é bastante subtilizada — é a que diz respeito à remuneração que considera muito baixa.

O caso que temos vindo a referir confirma ainda que há, na realidade, uma ligação muito estreita entre a actividade profissional feminina, o custo dos equipamentos de guarda e a opção de ter mais filhos. Se Alexandra pudesse continuar a trabalhar, continuava; diz, aliás, que sente falta do convívio com as colegas. Se os equipamentos de guarda não fossem tão dispendiosos ela estaria a trabalhar e contribuiria para melhorar o nível de vida da família.

A percepção dos outros operários deste grupo acerca da actividade profissional é bastante diferenciada da de Custódio. Não sabemos se é porque há diferença de idades — Custódio está nos finais dos trinta, já que casou tarde, e os outros entrevistados andam ainda em meados dos 20 — ou se a este efeito se deva acrescentar o da maior qualificação. A verdade é que todos os outros estão num certo sentido desiludidos com a profissão.

José Manuel Ribeiro, casado com Vitória, e com um filho de 2 anos, é operador de máquinas numa grande empresa. Afirma que chegou em quatro anos onde os outros chegaram em 20. Mas acrescenta: “já não sinto nada, estou lá há mais de 4 anos, e já não dá gosto. Gosto de dar o litro, mas gostava de ter uma motivação”. Falta de motivação é o que também sente Augusto Barreto, casado com Ermelinda e pai de 2 filhos. Gosta da profissão mas queixa-se do ambiente actual, em virtude da mudança de chefia, situação que dura há três anos não tinha sentido. Agora, remata: “faço horas e mais nada, tenho de gostar porque preciso de sobreviver”.

Também Luís Filipe Salgado, com dois filhos, um de 13 anos e outro de três meses, casado com Elsa, sublinha que sente o trabalho como bastante pesado: “aquilo é uma gaita (...) sempre fui escravo ali, há uma máquina, era costume estarem lá dois a trabalhar agora estou só eu, é muito duro”.

Custódio é assim o único para quem o trabalho é fonte de realização pessoal perspectiva que habitualmente se associa ao trabalho operário

qualificado e a uma profissão específica, com competências reconhecidas. Todos os outros nos apontam para uma lógica diferente. As palavras deles fazem lembrar a ideia do fim da arte no trabalho (Capucha e Torres, 1986), e remetem-nos também para o debate sobre a relação entre identidade profissional, social e pessoal (Dubar, 1991). Mostram à evidência, e no que diz respeito à relação do trabalho com a vida conjugal, que estamos longe de um modelo de grande investimento profissional dos homens que deixaria por isso mesmo na sombra outras dimensões de investimento, nomeadamente, na família. A ideia de “fazer bem” não aparece surgindo, em contrapartida, a queixa de desmotivação e de desinteresse. Sendo obviamente abusivo concluir de mais a partir destas afirmações, elas não deixam, no entanto, de lembrar o que Dubar considera a crise de identidade do chamado operário ou executante estável, formado em contextos de aprendizagem local, temendo a mudança, sobretudo aquela que implica a valorização de competências “escolares” que ele não possui, sentindo-se inseguro numa perspectiva identitária: os operadores de máquinas já não têm uma profissão definida como serralheiro, torneiro, electricista, etc.

Na verdade, a propósito do problema da identidade no trabalho, vários são os autores que sublinham o facto de haver mudança das antigas identidades “profissionais”, construídas à volta da noção de *métier*, de ofício, para identidades ligadas às novas profissões mais centradas no controlo dos saberes abstractos (Pinto, 1991). Afirma-se a formação escolar técnico-profissional e não a aprendizagem no contexto fabril, gerando-se também o que se chama a “desvirlização” dessas identidades (Dubar, 1991: 225). Processo que se desenrolou a par e passo com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. Como se disse atrás, tal entrada tem de ser entendida a partir da conjugação de vários factores — os demográficos, mas também os económicos e os resultantes de transformações técnicas — que levaram ao que alguns chamaram o fim do taylorismo ou a desindustrialização em articulação com o crescimento dos serviços. Na verdade, este conjunto de processos alteraram também, por arrastamento, e recompuseram, os significados anteriormente atribuídos ao trabalho “masculino” deste tipo — a que se associava “virilidade, perigo, força, coragem” — ele mesmo oposto às características desvalorizadas associadas ao trabalho feminino — repetição, pormenor, acabamento.

Mas o que de mais relevante se pode concluir daqui é que o trabalho não funciona, de forma tão evidente como no passado — tendo por assente que pelo menos alguns sectores operários qualificados isso terá sido assim, como vamos ver à frente a partir do exemplo dos mais velhos — como fonte de identidade profissional, pessoal e social para estes homens. E se não é no trabalho que se joga a identidade social, ou se esse processo assume outros contornos, como e por onde passam os investimentos identitários alternativos? Provavelmente, como veremos noutros casos a identidade passará

também pelos contextos de sociabilidade, como Schwartz (1990) nos mostra. Mas não é igualmente de excluir a hipótese de que o modelo de construção da identidade pessoal e social através da profissão, para os homens, se possa ter deslocado, talvez de forma mais evidente nos países com altas taxas de desemprego, para a simples questão de se estar ou não estar empregado. Também não se pode pôr de parte a ideia avançada por Madureira Pinto a propósito dos processos de produção de identidades "negativas" (Pinto, 1991). Não será também o sentimento de impotência e negatividade que se expressa nas queixas dos operários entrevistados?

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o seu acesso progressivo à formação profissional, as mudanças tecnológicas, nomeadamente as que exigem o domínio de saberes abstractos, o crescimento dos sectores de serviços, tornam mais difícil a actualização dessas antigas identidades masculinas, sobretudo nas gerações mais jovens (Dubar, 1991: 226). Ora, importa perceber quer o que se passa pelo lado masculino — se não é no trabalho, por onde passa, e o que se passa, então com a identidade social? — quer pelo lado feminino — o trabalho passa a ser uma nova área de investimento? Será então que as mulheres expandem os seus territórios identitários e de investimento e os homens, particularmente destes sectores sociais, se retraem? Provavelmente haverá ainda outros factores a ter em conta. Retomaremos este tema quando abordarmos o conjunto dos operários entrevistados, com diferentes anos de duração do casamento.

Vale a pena assumir, desde já, a modéstia dessas conclusões, que se constroem apenas a partir das afirmações dos nossos entrevistados e da informação teórica e empírica disponível em sociologia da família. Ela seria certamente completada se se recorresse ao domínio da sociologia do trabalho, tarefa impossível no âmbito desta pesquisa. Retivemos, no entanto, com a perspectiva de Dubar, algumas das interpretações que sugeriram interrogações e pistas de análise interessantes.

Vejamos agora o que dizem as outras mulheres deste grupo a propósito da actividade profissional. Vitória declara sem hesitar que não era aquele o trabalho que tinha pensado ter, mas acrescenta: "vou tentar sair de lá e procurar outra coisa". Não pensa em não trabalhar no exterior. Mais clara ainda é a atitude de Elsa Salgado, que está desempregada e que declara: "gostava de trabalhar, por um lado para não estar aqui fechada e pela situação monetária".

Note-se que Elsa, tendo um bebé de três meses, seria porventura esperável que valorizasse o facto de não estar a trabalhar para poder dar mais atenção à criança. O caso de Ermelinda é também exemplar. Com dois filhos, um com 6 anos e outro com 2 meses, trabalha como mulher-a-dias numa casa particular. Mas o que mais desejava, afirma, era trabalhar, numa linha de montagem numa fábrica, como já lhe tinha acontecido no passado, antes desta fechar:

eu trabalhei numa fábrica que era de produtos de sabonete líquido, detergente para as loiças e essas coisas... e então eram linhas. E esse trabalho, realmente, eu gostava tanto de fazer aquilo, trabalhar de linha, é um trabalho que rende, que se vê feito. E o trabalho de casa, eu gosto de fazer, mas é uma coisa que andamos sempre naquilo, naquele círculo (...). Eu gostava desse trabalho de linhas, gostava mesmo muito. Era um trabalho engraçado.

Estas palavras remetem-nos para uma perspectiva da realidade que obriga a ganhar distância em relação às posições etnocéntricas. Na verdade, o que para uns será considerado árduo e penoso, para outros e por comparação relativa, pode ser avaliado como positivo. E no caso de Ermelinda o que é valorizado são as características intrínsecas do trabalho, colocando entre parêntesis sem merecer qualquer referência, aspectos como a penosidade, ou a dureza daquela actividade. Não se poderia tratar de um homem a falar?

O facto de ser uma mulher a produzir este tipo de afirmação sugere ainda outras reflexões. A imagem do senso comum, e até de um senso comum informado, de uma mulher-mãe mobilizada centralmente pela família, preferindo necessariamente um trabalho adaptável às suas responsabilidades familiares, é aqui totalmente rompida. Ermelinda tem exactamente esse trabalho mais flexível, mas preferia outro. Preferia, como diz, um trabalho em que as suas competências fossem reconhecidas, em que sentisse satisfação pessoal com o seu próprio desempenho — um desempenho que se "visse", para si e para os outros.

Estamos aqui perante um caso típico de busca de identidade social (e pessoal?) através do trabalho, considerada tão habitual no masculino e muito pouco "retraída"⁴, como se esperaria, eventualmente no caso feminino (Dubar, 1991). E se posições femininas desta natureza fossem, afinal, mais generalizadas? A questão não está em as mulheres não se identificarem com a família e com os filhos, ou em que estes possam ter menor importância no processo identitário. De resto, a centralidade desse relacionamento também se põe para os homens. O que se está a afirmar é que elas se interessam pelo trabalho e que, mesmo em condições de dureza física, preferem a actividade profissional a ficarem sempre em casa a tomar conta dos filhos pequenos. Ou seja, provavelmente, o trabalho tornou-se também para as mulheres fonte de identidade pessoal e social. Esta é uma perspectiva menos habitual. Voltaremos ao assunto, a partir das respostas de operárias mais velhas, e verificaremos que os aspectos focados surgem aí de forma ainda mais clara.

4 A ideia de uma identidade no trabalho "retraída" por parte das mulheres, que R. Sainsaulieu sustentou, e que se fundamenta no facto de estas necessitarem de jogar com submissão e ambiguidade perante os chefes nomeadamente para poderem contar com o seu apoio em situações de necessidade e de apoio à família, parece ser mais recentemente contrariada pelos resultados de pesquisa citados por Claude Dubar (1991).

Olhemos agora, no seu conjunto, para estas perspectivas e lembremos ideias já avançadas. Como propunham Tilly e Scott (1978) parece que estamos aqui, de facto, perante um modelo de "economia familiar de consumo", trabalhando as mulheres dos operários em actividades, operárias ou não. Do que não se trata, como já se disse, é de trabalhar estritamente para a "sobrevivência", mas para assegurar melhores condições de vida para a família, tal como acontecia nalguns dos casos das operárias da CUF (Nunes de Almeida, 1993). A lógica da sobrevivência, que ocorre aqui no caso de Alexandra — é justamente aquela em que a domesticidade não funciona como opção, mas como estratégia de contenção económica, de cálculo da melhor maneira de gerir recursos muito escassos.

Ao comparar a nossa pesquisa com resultados das que referimos anteriormente, parecem ser mais reforçadas, na nossa, as perspectivas do trabalho feminino, mesmo o de tipo mais desqualificado. Ele não se justifica estritamente em termos da lógica da necessidade, aproximando-se, pelo contrário, da lógica do entendimento do trabalho como um direito. Deseja-se um trabalho melhor, invoca-se a necessidade, mas também o combate ao fechamento e ao isolamento doméstico.

O que a maior frequência das declarações deste tipo parece significar é a mudança mais global no plano dos valores relativos aos direitos das mulheres. Com efeito, desvanece-se, em termos de identificação e de modelo, a imagem valorizada da mulher doméstica, para passar a ser sublinhada a imagem da mulher activa, companheira, contribuindo como o homem financeiramente para a casa, numa base de tendencial paridade. Embora nada no discurso masculino indique uma lógica contrária, a verdade é que, e tal como os resultados doutros inquéritos demonstram, são as mulheres as que mais defendem esta tendência para a igualdade. Não se pode estranhar que assim seja. E tanto mais assim quanto estamos perante uma geração de pessoas que cresceram já, em geral, no pós-25 de Abril.

Jovens dos sectores intermédios: projecções medianas

Na história de Teresa e João Lopes, casados há 6 anos e com uma filha de dois anos e meio, surge-nos muito claramente o maior empenhamento profissional da mulher. Enquanto Teresa, empregada numa loja de moda e com significativa autonomia, afirma, sem equívocos: "eu gosto muito do que faço", João, encarregado de uma tabacaria inserida num centro comercial, diz-nos que preferia ter um trabalho mais técnico. Os horários, afirma João, não são favoráveis (ter de ir às 10h30 da noite fechar a loja, etc.). Se há projecção em termos de actividade profissional é, no essencial, da parte dela, que se confessa "ambiciosa" e deseja de um dia vir a ter a sua própria loja. A vontade de mudança de João centra-se basicamente na necessidade de mais tempo livre, para

fazer desporto, parecendo o desejo de mudança em termos profissionais mais uma vaga queixa do que efectiva mobilização para agir.

Quanto a Ana, secretária de direcção numa empresa, e Manuel Antunes, a situação parece ser semelhante à anteriormente descrita. Ela afirma que este sempre foi o trabalho que desejou ter e que se sente bem. Ele, pelo contrário, diz que não gosta do trabalho que faz. É sócio minoritário de uma tabacaria, não aprecia estar fechado, nem de pé, muitas horas. Quanto a mudanças, a maior aspiração de Manuel é a de não ter de se levantar cedo e de cumprir horários, enquanto para Ana o desejo de mudança se centra em ter mais tempo livre e no desejo de ter alguém para realizar o trabalho doméstico lá em casa.

Jovens universitários: eles na carreira, elas em stand by

Numa primeira abordagem, as respostas do conjunto dos entrevistados, casados há menos de dez anos e desempenhando actividades profissionais como as de professores, médicos, arquitectos, são semelhantes entre si. Quase todos atribuem grande importância à profissão, tendem, na sua maioria, a identificar-se positivamente com ela, muitos consideram que ela lhes permite a realização profissional. Enquanto no conjunto dos entrevistados anteriores era mais sublinhada, particularmente no caso dos homens, a perspectiva instrumental do trabalho, neste grupo o emprego está mais associado à ideia de carreira profissional.

Ao contrário do grupo anterior, as diferenças entre homens e mulheres surgem aqui um pouco mais expressivas, assumindo contornos particulares. Na verdade, no caso dos homens o investimento profissional no início de carreira parece sobrepor-se à mobilização em torno da família. Quanto às mulheres, embora haja também situações de grande mobilização em torno da profissão, a maior parte parece estar simultânea ou centralmente mobilizada pela função parental. Só que isto parece acontecer não por vontade própria, ou por desinteresse em relação à actividade profissional, mas apenas pela "força das coisas" — a existência de crianças pequenas, que exigem intensa atenção, o facto de não haver efectiva partilha dos cuidados maternos com o parceiro conjugal. Mas vejamos mais de perto alguns casos que mostram diversas facetas da situação.

José Martins, casado com Beatriz, é licenciado em História, técnico superior num Museu e tem um filho de dois anos. Ela, também licenciada, dá aulas numa escola ao 1.º ciclo do Ensino Básico. Ele está totalmente empenhado na profissão onde se diz sentir realizado. Afirma mesmo que, "Se não gostasse daquilo que estava a fazer, tinha mais coisas para fazer onde talvez ganhasse mais dinheiro. É mesmo aquilo que eu gosto".

Está a preparar-se para fazer um mestrado. Diz ainda que acha que o

trabalho interfere de certa maneira na vida familiar na medida em que "é demasiado absorvente em termos de horas de trabalho". Quanto ao filho, sem deixar de referir que foi muito importante o seu nascimento, diz também que a vida toda se alterou e que, infelizmente, agora tudo gira em torno dele: "o pequeno ditador".

Beatriz, em contrapartida, está muito desiludida com o que faz. A escola não a motiva, a sua situação contratual é instável e, por outro lado, sabe que de momento é difícil alterar a situação. Moram longe dos pais e ela sente-se bastante des apoiada. Por um lado, está satisfeita com a criança, mas, por outro lado, sente-se muito cansada e desejaria ter mais dinheiro para delegar grande parte das tarefas domésticas. Também não culpabiliza o marido por este não lhe dar mais apoio. Vive a situação como um constrangimento objetivo, independente da vontade dos dois. Ela mora mais perto da escola onde dá aulas, mas ele, em contrapartida, tem de deslocar-se para longe para trabalhar. Resultado, ele chega sempre mais tarde do que ela. Quando se pergunta o que desejaria mudar nas diferentes dimensões da vida conjugal, ela refere que as mudanças que queria fazer passam todas por mais dinheiro: "para viver noutro sítio, para estudar e aprender mais coisas, para ter uma empregada a tempo inteiro".

José Martins, como se viu, não parece estar disposto a mudar e a ter uma actividade profissional mais rentável, dizendo sentir-se realizado com a que tem. Embora a mulher de modo nenhum coloque a questão directamente desta forma, porque também ela acha que ele se deve sentir realizado profissionalmente, a verdade é que se trata de uma situação não tão fácil de superar. Não é difícil conjecturar que se ele ainda está a pensar tirar o mestrado não é a curto prazo razoável esperar que a situação mude. Temos assim uma conjuntura "objectiva" bastante desfavorável à parte feminina do casal que parece poder vir a fazer o mesmo? E depois de ele tirar o mestrado, será que ela poderá vir a fazer o mesmo? Estas distinções subtis vão reaparecer noutras histórias. Senão vejamos.

Manuela Teodoro e Luísa Pereira são ambas arquitectas a trabalhar em Câmaras Municipais. A segunda diz-nos que gosta do que faz, mas não se sente inteiramente realizada. Afirma, no entanto, que para além de gostar, há no seu trabalho factores positivos, de ordem pragmática, por comparação com um trabalho anterior: "é perto de casa, e isso para mim é essencial, tenho bons colegas". Manuela também considera que há aspectos do trabalho que não lhe agradam — não tem contrato definitivo, há tarefas burocráticas de que não gosta — mas considera que "quando começar a fazer mais planeamento, mais projectos" as coisas podem melhorar. De resto considera que, por razões diversas — a idade das miúdas, a falta de à vontade financeiro — não pode agora introduzir mudanças de que gostaria, como aumentar o tempo livre, sair mais para fora de Lisboa. Sente que precisava mesmo dessas mudanças para "arejar e ganhar alma nova" mas elas não são possíveis para já.

Assim, estas duas entrevistadas apesar de gostarem da actividade profissional não consideram, de momento, que ela as realize inteiramente. Tudo se passa, em todo o caso, como se isso, para já, não fosse uma prioridade. Não têm o tom de queixa ou de insatisfação que se sente no depoimento de Beatriz e apostam numa melhoria no futuro. É como se estivessem em *stand by*, aguardando por uma idade dos filhos que lhes permita reinvestir na actividade profissional, ou esperando por melhores condições financeiras — no caso de Manuela contando certamente com a melhoria da situação profissional do marido. Os seus cônjuges têm uma atitude diferente face ao trabalho.

O trajecto de Augusto Teodoro, marido de Manuela, tem algumas particularidades. Sendo sensivelmente mais novo do que a sua mulher, só há pouco tempo terminou uma licenciatura, fazendo agora grande esforço para adequar o estatuto dentro da instituição à sua formação actual. Chega tarde a casa, está completamente projectado na tentativa de melhorar a situação económica da família. Nota-se também que este grau de centramento na carreira parece surgir como forma de compensação em relação às assimetrias existentes — que além da idade se redobram ainda pelas de trajectória social — em relação à mulher.

Quanto a Artur Pereira, marido de Luísa, também com menor formação escolar do que a mulher, tudo indica não ser na profissão que ele centra os seus investimentos. Desinteressado pelo trabalho — é desenhador numa empresa de construção civil — procura apostar, no essencial, nos seus *hobbies*. Temos assim duas mulheres mais "dotadas socialmente", e com profissões mais qualificadas, do que as dos respectivos cônjuges, e que parecem por ora pouco projectadas na profissão. Ou será que esta posição mais defensiva delas — no campo profissional — se poderá relacionar também com uma vontade de não acentuar as assimetrias já existentes?

Fica ainda como registo que o interesse delas pela profissão retém também dimensões pragmáticas ("fica perto de casa"), valoriza aspectos como o da sociabilidade ("tenho bons colegas"), num conjunto de características que parecem centrar-se à volta dos interesses familiares e relacionais. Ou seja, parece estar aqui ausente o perfil do investimento profissional forte — idêntico ao de alguns homens com formação de ensino superior — bem como não se encontra lamentação, como vimos no caso de Beatriz, da ausência de condições que o tornem possível.

No caso dos homens, estando eles muito empenhados na profissão ou não estando nada — como é o caso de Artur — não se sente no seu discurso a presença de raciocínios que valorizem de forma pragmática, ou mais relacional, a profissão, como acontece com elas. Eles tendem a valorizar a actividade profissional pelo lado instrumental — melhorar a situação económica, obter mais dinheiro — ou pelas características intrínsecas da profissão, como vimos com José Martins. Estes aspectos ainda se sentem de forma mais clara noutras entrevistas do mesmo grupo.

José Pedro Simões, arquitecto, trabalha num gabinete de arquitectura, é casado com Gabriela, médica, têm dois filhos um de cinco e outro de dois anos. Em relação à actividade profissional, José Pedro, tal como outros homens deste grupo, não tem dúvidas.

Gosto da profissão que tenho, tenho boas relações de trabalho, toda a máquina que envolve a minha actuação profissional me agrada.

Realizado profissionalmente, acha que consegue conciliar a vida familiar com o trabalho e só se "queixa" da falta de tempo livre, "para se distrair, para não fazer nada". Já com Gabriela a história é diferente. É sob o signo da dúvida que nos fala sobre a actividade profissional. Por um lado, diz-nos que desde que casou a sua aposta na profissão mudou, "não havia limitação de tempo para trabalhar, e agora, sinceramente, chego a uma determinada hora estou desejosa de me vir embora... não me apetece pensar muito naquilo". Acha que esta foi a grande mudança trazida pelo casamento, que apareceu numa altura da vida em que já não estava muito à espera dele (casou com 37 anos). Mas não sabe bem localizar esta transformação.

Não sei se me pesa (a profissão) porque me tira tranquilidade em relação à vida familiar, se me pesa porque pesa sempre na vida dos médicos (lidar com o sofrimento, com a angústia dos outros, com a doença e a morte).

No entanto, no passado, a mesma actividade não lhe causava tanto mal-estar como agora. Também é possível que o facto de ter menos disponibilidade para a actividade profissional acentue os seus aspectos mais negativos, antes talvez compensados por actividades complementares mais compensadoras — participação em congressos, viagens etc.

Para todos os efeitos, e tal como Luísa Pereira, Manuela Teodoro e Beatriz, Gabriela tem uma posição ambígua face à actividade profissional. Mas não será esta manifestação de falta de investimento directo na profissão tributária do próprio excesso de centramento na vida familiar? Teriam também as suas expectativas em termos de partilha e de benefícios em relação ao casamento sido desiludidas, como refere Kellerhals (1982), pelas circunstâncias reais? Voltaremos a este assunto.

Nem todas as mulheres licenciadas deste grupo de duração do casamento têm o mesmo discurso de menor centramento momentâneo ou menor interesse na profissão. Para Marta Varela, professora do ensino secundário, casada com Tiago, geógrafo, com um filho de 11 meses e grávida de outro, a profissão é muito importante.

Gosto de dar aulas (...). Acho que o ensino está muito degradado... a reforma não veio ajudar nada, no entanto continuo a gostar de estar com os miúdos, de

ensinar, de ver quais são as dificuldades, de os ajudar a ultrapassá-las, de sentir que eles gostam de mim e que eu os ajudo. Acho que é importante... gosto e não mudo.⁵

Marta afirma, aliás, que às vezes põe mesmo o trabalho à frente das tarefas da casa, pois acha que "estas se vão resolvendo...". Trata-se assim, claramente, de um projecto de realização profissional que se pretende duradouro e em harmonia total com a maternidade ("quisemos ter os filhos logo de seguida"). Já para Tiago o trabalho na Câmara é fonte de realização pessoal, esperando, no entanto, melhorar a sua situação depois de acabar o mestrado. As suas queixas de falta de tempo livre e as mudanças que sentiu com o nascimento do filho são, de qualquer modo, muito mais sublinhadas do que as de Marta. Parece assim que este é um casal em que o empenhamento profissional é perfeitamente idêntico para os dois.

Para terminar as referências aos sectores com formação universitária, e casados há menos que dez anos, dois casos assumem algumas particularidades. Em primeiro lugar temos Pedro, arquitecto e Manuela Leitão, finalista universitária, casados há 4 anos e com dois filhos de quatro e dois anos. Para Manuela, quando se coloca a questão da relação entre vida familiar e outras actividades, ela tende a sublinhar que antes de ter os filhos "levava a Faculdade de mais a sério, e tenho pena de não ter sido assim depois". Para Pedro, em contrapartida, não é a profissão em si mesmo, de que gosta, que o preocupa, mas sim a fase actual. Não lhe agrada a situação em que se encontra e está a procurar trabalhar por conta própria. Manuela, por sua vez, pensa assim que acabar o curso começar a trabalhar, a dar aulas. Em termos futuros tudo leva a crer, assim, que terão os dois actividades profissionais paralelas. Não se sabe, no entanto, se haverá maior investimento na profissão dele ou se será depois a vez dela de valorizar de forma idêntica a actividade profissional.

Note-se, também, que quando se fala em desejos de mudança, Pedro tende sempre a formular os seus projectos como projectos do colectivo familiar — viver e trabalhar perto da natureza, fora da cidade, ter um espaço para as crianças brincarem — e menos como perspectivas mais individualizadas, como parece ser o caso de alguns entrevistados deste grupo.

Isabel Dias, professora do ensino preparatório, e Joaquim, técnico de audiovisuais, não tiveram ainda filhos. Em muitos aspectos da sua vida actual, principalmente na relação entre vida familiar e vida profissional, surgem diferenças e conflitos. Ele sente-se finalmente realizado, depois de outra actividade profissional com menos interesse. O trabalho absorve-o muito, durante a noite e aos fins-de-semana, empenhamento que ela sente como

5 Note-se que é um projecto profissional de acordo com o estereótipo feminino, um trabalho onde se prolongam as características exigidas para as tarefas familiares e maternas "ajudar, ser gostada". Não se trata, neste caso, da afirmação de uma lógica de carreira.

demasiado intenso. Mas não está disposto a abdicar: "não quero deixar de fazer uma série de coisas que acho importantes... e ela acusa-me, às vezes, de eu fazer uma vida como se fosse solteiro".

Ela, por sua vez, diz que depois de passado um período em que se dedicou completamente ao casamento — apesar do trabalho de professora ter sido sempre muito absorvente — pensa dedicar-se agora mais a actividades extra-curriculares "para me ajudar a não cair na inação, porque eu cá nisto e investi todo o meu tempo e energias no casamento". Assim, Isabel parece dar agora mais importância ao trabalho, não tanto pelo valor do trabalho em si mesmo, mas mais pelo menor centramento no casamento. Joaquim, pelo seu lado, parece ser um bom exemplo, tal como no caso de José Martins, de uma lógica mais "associativa", que consiste em considerar que o investimento individual na profissão se pode sobrepor aos interesses do grupo familiar.

No grupo dos universitários, as distinções que parecem mais relevantes são as que se estabelecem entre homens e mulheres. Na verdade, embora as situações sejam variadas, parece prefigurar-se uma tendência central — as mulheres tendem a estar, nesta fase, por vontade própria ou por constrangimentos objectivos, menos centradas na profissão do que os homens. Isto não parece significar, necessariamente, desinteresse, mas antes indisponibilidade relativa. Na verdade, tudo indica que na fase do ciclo de vida em que se encontram, com os filhos pequenos e os cônjuges em início de carreira, elas se retraem. Interpretam a situação como se fosse o seu dever sacrificar interesses e mobilização profissional para se dedicarem mais ao novo papel materno. Mas não deixam, e até porque durante todo o percurso universitário criaram expectativas de igualdade em relação aos homens e de realização profissional, de sentir algumas ambiguidades a este respeito. Daí que se tenha falado numa situação que parece equivocar a estar em *stand by*, em pausa: não se trata de uma desistência, mas antes de uma adaptação às circunstâncias, estando estas obviamente condicionadas pelos efeitos de género.

O facto de eles estarem também a desempenhar o novo papel de pai, parece não condicionar da mesma maneira a sua projecção na profissão. Aliás, são eles mais do que elas a sublinhar a mudança radical que significou nas suas vidas a existência das crianças. Se é verdade que também salientam os aspectos positivos desta nova fase, parecem acentuar, mais do que elas, os negativos. Provavelmente temos ainda aqui, de forma mais ou menos marcante, uma reinterpretação moderna de uma divisão de papéis antiga. Ao contrário do passado, elas já sentem como mais legítimas as suas aspirações profissionais e eles, em contrapartida, como se verá melhor, começam a sentir-se "culpados" por não apoiar em casa tanto como seria de esperar e por referência ao ideal de simetria total que parecem partilhar com elas.

Na verdade, se o investimento familiar fosse mais paritário, as mulheres talvez não fossem forçadas a retrair-se em relação à profissão. Sabemos, no entanto, que tal esforço a verificar-se e a ser desejado efectivamente, seria a

contracorrente. É que, como vimos, os efeitos de género atravessam as diferentes dimensões da vida social, fazendo-se sentir nas próprias empresas e instituições patronais. Há uma pressão sobre os jovens em princípio de carreira para uma dedicação total à empresa, ou à instituição, que cria situações difíceis na relação entre trabalho e vida familiar, quando não mesmo novas modalidades de "escravatura". Condicionados pelo desejo de mobilidade ascendente, realização profissional ou até apenas de criar melhores condições de vida para a família, estes jovens vêm-se, por vezes, em situações verdadeiramente armadilhadas e contraditórias. Trabalhar para a família significa, quando é o caso, não ter tempo para ver os filhos em fases importantíssimas do seu crescimento, nem para dar apoio à mulher nas tarefas da parentalidade e, muito menos ainda, para a relação a dois.

Mas se esta pode ser a situação de um sector específico — os que desempenham funções de quadros em empresas — nas situações restantes, exemplificadas pelas nossas entrevistas, embora provavelmente com argumentos menos convincentes também encontramos menor disponibilidade dos jovens do sexo masculino para os desempenhos mais ligados aos cuidados com os filhos e à divisão das tarefas domésticas. Se esta retracção dos homens em relação ao trabalho não parece ser factor comum aos que têm formação universitária, outras diferenças surgem entre eles. Não deixa de ser curioso notar que encontramos aqui retratadas lógicas diferenciadas, de facto, embora nem sempre segundo os mesmos parâmetros propostos por Kellerhals (1987) quanto aos tipos de interacção familiar.

O que no caso de José Martins e Joaquim Dias parece ser o perfeito exemplo do modelo associativo — o "eu", na perspectiva da realização profissional, sobrepõe-se claramente ao "nós-conjugal e familiar" — torna-se com Pedro Leitão uma posição mais diluída no plano individual e numa projecção mais acentuada no colectivo familiar. Com este entrevistado, os projectos profissionais, pessoais e familiares parecem estar todos conjugados numa lógica de indistinção. Estaremos aqui num caso típico do modelo família-bastião? Como, em todo o caso, esse modelo costuma ser menos frequente junto dos sectores com formação universitária, segundo Kellerhals, estaríamos neste caso perante a excepção que confirma a regra ou perante o efeito de outros condicionantes das interações familiares.⁶

Mas há ainda uma terceira posição que dificilmente se encaixa nestas duas parecendo funcionar como lógica intermédia. E quanto a essa não temos

6 A família de origem de Pedro Leitão é católica praticante e parece desmultiplicar-se em formas de interajuda ao jovem casal e aos seus filhos. Em contrapartida, tudo leva a crer que exerça também alguma pressão ideológica, como foi o caso do baptismo das crianças em relação ao qual Manuela Leitão (agnóstica) acabou por condescender. As referências ideológicas e a formação religiosa de Pedro poderão contribuir assim para explicar o seu modelo de família.

referente noutras pesquisas. Tiago Varela, José Pedro Simões e Augusto Teodoro assumem uma posição tranquila face à definição profissional — batam pela realização profissional e pessoal, estão satisfeitos, ou claramente empenhados na obtenção dessa satisfação, mas não afirmam qualquer ideia de sobreposição ou contradição entre “eu” e o nós conjugal e familiar. Tudo se passa como se o seu desempenho e empenhamento profissional fosse “naturalizado” sem qualquer tensão ou conflito como se estivessem a pôr em prática um papel que todos esperam que seja o deles. Escusado será dizer que a este tipo de naturalização ou tranqüilo e progressivo ajustamento da carreira no masculino corresponde, como vimos, uma certa ambiguidade, quando não mesmo a tensão e a dificuldade no feminino.

Ora, por um lado, estas nossas conclusões convergem totalmente com as de Kellerhals quando nos mostra, em *Mariages au Quotidien* (Kellerhals, et al., 1982), a contradição existente, no caso feminino, entre expectativas face ao casamento e realidades vividas, depois dele, pelas jovens com formação universitária. Dificuldades e contradições que se expressam depois na adesão à ideia, muito mais frequente nestes sectores do que nos que detêm apenas o ensino básico, que o casamento se traduz nalgumas desvantagens para as mulheres. Por outro lado, se nos referimos à perspectiva de Kellerhals quando este afirma a existência neste sector de um orientação “associativa” ou “modernista” no conjunto dos jovens com formação universitária, teremos aqui de salientar que só encontramos a defesa desse tipo de posições no caso de alguns jovens do sexo masculino. Isto é, por outras palavras, ser mulher nestas situações não se conjuga com a ideia modernista de sobreposição do eu ao nós-conjugal ou familiar. Bem pelo contrário, resultou claramente da análise feita que, perante as expectativas de realização profissional ou por imperativos vividos como estrangulamentos objectivos e afirmados sob a forma do desconforto e da queixa, ou por opção que resulta de um ajustamento pragmático às circunstâncias, se há alguma coisa a sacrificar são exactamente as expectativas pessoais de realização profissional feminina que parecem ficar “naturalmente” relegadas para um “mais tarde”. Vemos assim como os mecanismos da diferença sexual se articulam estreitamente aos mecanismos da divisão social do trabalho.

Carreira, trabalho, profissão: breve balanço das diferenças entre os casais mais jovens

É tempo agora de fazer um breve balanço sobre a posição perante a actividade profissional dos entrevistados que têm menos de 10 anos de duração do casamento, procurando também responder às interrogações iniciais que orientaram esta parte da pesquisa. A primeira tendência, que nos aparece configurada de forma clara, aponta desde logo para a existência de diferentes formas de

estar na actividade profissional e de a avaliar subjectivamente. A posição que se ocupa na divisão social e sexual do trabalho parece poder explicar parte significativa dessas distinções, como, de resto, era hipótese inicial. Difícil, e talvez menos interessante, será dar prevalência a um ou outro condicionamento — classe, condições de existência ou efeitos de género. O que resulta claro é que as posições dos actores sociais parecem corresponder a uma configuração composta dessas duas determinações não deixando, no entanto, de ser tributárias também de outros condicionamentos. Vejamos então algumas destas configurações.

Se pensarmos no conjunto dos homens desde logo se nota uma clara clivagem. De um lado estão os que se declaram claramente motivados pela actividade profissional, se sentem realizados nesse plano, ou no caminho para essa realização, e se empenham numa perspectiva de carreira. Do outro lado estão os que falam do trabalho a partir de uma lógica meramente instrumental — um meio de obter dinheiro — e afirmam estar desmotivados e desinteressados da actividade profissional. No primeiro grupo, encontramos todos os que têm formação de ensino superior e no segundo reconhecemos, fundamentalmente, os que são operários ou têm profissões intermédias e pouco qualificadas.

Parece assim que o nível de formação escolar e a profissão, através dos quais se detém uma posição específica na divisão social do trabalho, condicionam os investimentos e as expectativas de realização profissional. Não é pois possível considerar a este propósito os homens como um grupo homogéneo. Tal como se disse no irúcio, carreira, trabalho e emprego são termos que designam quer situações profissionais objectivamente diferentes, quer formas subjectivas de viver essa situação também elas distintas. Contudo, outras formas de diferenciação como as relativas à divisão sexual do trabalho fazem-se ainda sentir.

Sectores universitários: carreira para eles, ambiguidade para elas

Quando comparamos homens e mulheres com formação idêntica de ensino superior, essas diferenças notam-se também. Elas parecem estar menos projectadas na profissão, numa lógica de carreira, quer porque, mesmo com formação de ensino superior, se encontram inseridas de forma mais precária no mercado de trabalho, quer porque não sentem a disponibilidade para esse investimento que tinham antes do nascimento dos filhos. Trata-se, no entanto, de circunstâncias que, na maior parte dos casos, escapam ao seu controlo, resultando menos de um desejo expresso de secundarizar essa dimensão da sua vida do que do peso das circunstâncias.

Elas tendem, aliás, ao nível da explicitação do desejo, a valorizar a profissão a partir dos seus aspectos intrínsecos, sublinhando a dimensão do trabalho como forma de realização pessoal, muito presumivelmente também

porque tiveram na universidade experiências de socialização e de antecipação da actividade profissional idênticas às dos homens. Na verdade, as jovens acentuam ainda mais do que os jovens esta perspectiva sobre a actividade profissional.⁷ Terão as suas expectativas sido desiludidas? O que se concluiu foi, claramente, que tudo se passa como se estas mulheres se sentissem envolvidas em situações que ultrapassam claramente a sua vontade própria.

Por um lado, como as próprias entrevistadas indirectamente sugerem, essa menor mobilização pela profissão é consequência de uma divisão familiar do trabalho que as penaliza, ocupando-as de forma bem mais significativa do que aos parceiros conjugais. Facto que, quer a partir das entrevistas quer a partir de inquéritos realizados sobre a divisão dos cuidados com os filhos e das tarefas domésticas, é abundantemente confirmado. De todo o modo, não se trata também aqui de assumir, no plano ideal, um perfil preferencialmente doméstico. Pelo contrário, mesmo que se diga, como é o caso de Beatriz, que naquela fase o trabalho não é mobilizador, logo de seguida se acrescenta "era perfeitamente incapaz mesmo nesta fase (bebé com um ano e meio) de ficar em casa sem trabalhar".

Por outro lado, estas situações, embora sejam expressas verbalmente de formas diferentes, parecem variar entre uma certa ambiguidade, como se advinha no depoimento de Gabriela Simões e um certo pragmatismo perante as circunstâncias que sugere a ideia "por enquanto não é possível concretizar essas aspirações". Trata-se, assim, não de uma desistência total da perspectiva de realização e empenhamento profissional mas mais de uma situação de tipo *stand by*. Na verdade, mais tarde estes projectos podem vir a ser retomados de forma mais consequente. Se esta é tendência geral, não deixamos, no entanto, de encontrar situações em que o empenhamento profissional, mesmo com filhos muito pequenos, é assumido de forma inequívoca. É o caso de Marta Varela. Mas não será por acaso que à clareza das suas declarações correspondem as ambiguidades, indefinições e queixas das outras.

Tudo indica, assim, que se confirmam as propostas de F. de Singly (1987) segundo as quais o casamento tem efeitos diferentes para homens e para mulheres. Verifica-se, exactamente, nestes sectores sociais, o que noutros estudos também tinha sido detectado: "quando têm fortes aspirações profissionais (as jovens) tendem a restringir, depois da vida em comum, os seus níveis de aspiração" (Singly, 1987: 63). Em contrapartida, e quando os homens se inserem em profissões que implicam uma lógica de carreira e as mulheres também, para eles esta desenvolve-se mais aceleradamente depois do casamento e para elas, pelo contrário, revela-se uma desaceleração⁸ (Singly, 1987: 68).

7 Como se pode verificar, nomeadamente, nas respostas ao inquérito de Loures (Ferreira de Almeida, et al., 1996)

Mas trata-se menos, como dissemos, de um desinvestimento por opção, ou antecipado, do que um produto das "circunstâncias". As mulheres mães de família empenhadas em carreiras profissionais sofrem nos dois planos — familiar e profissional — os efeitos da diferenciação de género. E, por vezes, como veremos de seguida, de formas subtis.

Na verdade, conclui-se também a partir de outro estudo que não é tanto por falta de empenhamento, nem de "produtividade", que as mães de filhos pequenos, em situações de carreira, não sobem tão rapidamente mas mais porque, saindo mais cedo do trabalho do que as que não têm responsabilidades familiares, ou do que os homens, têm presença menor em certos momentos informais. Momentos esses essenciais para estabelecer ou participar em redes de relações através das quais se criam mais oportunidades de promoção.⁹

As entrevistas realizadas ao conjunto de mulheres com formação de ensino superior permitem dar conta de dificuldades só parcialmente detectáveis através dos inquéritos que permitem captar grandes tendências. Ao nível das opiniões, nas respostas a esses inquéritos, as mulheres com mais formação escolar tendem a assumir visões mais "modernas" de partilha de tarefas e de total igualdade entre homens e mulheres. Como vimos, elas não estão, assim, a confirmar uma prática existente, mas provavelmente a sublinhar o desejo de ultrapassar obstáculos que encontram na prática quotidiana quer no plano da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, quer no plano da relação com o mercado de trabalho.

Problemas tanto mais acentuados quanto mais elevadas são as expectativas — de realização profissional, de partilha das tarefas — anteriores ao casamento e ao nascimento dos filhos. Dificuldades presenteadas, por vezes, de forma difusa, ambígua. Não há um alvo ou inimigo definido, são problemas vividos e atribuídos muitas vezes ao foro estritamente individual. As entrevistadas sentem, como veremos melhor quando falarmos da partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, que não podem atribuir inteiramente a responsabilidade ao parceiro — ele não pode ser bode expiatório

8 F. de Singly faz uma comparação sistemática entre homens com carreira celibatários e mulheres com carreira celibatárias e ainda entre homens casados com carreira e mulheres casadas com carreira e filhos. Conclui que as mulheres, depois de casar, sofrem uma desaceleração relativa da carreira — por comparação com as que não casaram — verificando-se com os homens exactamente o fenómeno inverso.

9 Citando outra pesquisa, F. de Singly mostra que em carreiras profissionais muito exigentes a diferença entre as mulheres não se verifica tanto entre casadas e não casadas mas mais entre aquelas que têm filhos e as que não têm. Dando o exemplo da vida universitária a pesquisa revela que estas diferenças não se devem à falta de empenhamento das mulheres com filhos, nem mesmo a resultados que se meçam por mais ou menos produção científica, mas antes pela participação e organização de eventos, isto é, tudo o que implica maior dispêndio de tempo fora das horas de serviço e não estrita produtividade científica, medida por exemplo, através de artigos ou obra publicada (Singly, 1987).

para problemas que também o ultrapassam — e é difícil localizar o mal nas formas de organização da vida social.

Ao limite, mesmo que fosse possível responsabilizar as entidades abstractas, que estão evidentemente envolvidas na situação, haveria depois que lidar com cada situação concreta. Em cada caso, dificilmente se pode fugir aos imperativos dessa diferenciação sexual tão transversal aos diversos domínios da vida social. O facto de hoje, apesar de tudo, a contradição entre o ideal e o real da igualdade entre sexos ser assinalada enquanto tal como preferência generalizada, tem pelo menos o mérito de permitir o equacionar do problema da relação entre trabalho e vida familiar de forma bem diferente da do passado. Mas não chega para contornar a realidade de quotidianos mais pesados e difíceis para as mulheres. À luz destas perspectivas tomam-se mais claras as “ambiguidades” de Gabriela Simões, o tom mais pragmático e resignado de Luísa Pereira e de Manuela Teodoro e mesmo as queixas de Beatriz Martins e de Isabel Dias.

Referimos as diferenças entre homens e mulheres nos sectores com formação escolar superior e à primeira vista¹⁰ com inserções de tipo profissional semelhantes. Mostrámos como a expectativas de realização profissional relativamente idênticas entre homens e mulheres antes do casamento e do nascimento dos filhos corresponde, mais tarde, a diferenciação de vivências e de experiências no contexto da conjugalidade. O casamento, mas mais claramente ainda o aparecimento dos filhos, tende a activar os mecanismos da diferenciação sexual. O retraimento das mulheres em relação ao desempenho profissional parece uma reacção “natural” a um conjunto de constrangimentos. Mas esses constrangimentos são socialmente construídos e a reacção a eles tem também uma marca ideológica notória. Por um lado, os homens, em início de carreira, assumem como seu papel — para sua realização pessoal, para a promoção social ou em nome do bem estar da família — o maior empenhamento no trabalho. O desempenho das tarefas parentais aparece nos cursos masculinos de forma perfeitamente lateral, ao contrário do que acontece com a profissão. Mas tudo se passa como se essa fosse a situação “normal”. Na verdade, é provavelmente esta a mensagem que recebem do contexto envolvente. Para já não falar das empresas e instituições em que estão inseridos que “esperam” também que seja esse o papel que um jovem — sendo pai ou não é indiferente — assumia.

10 Diz-se à primeira vista porque, na verdade, tal como se verifica nos dados estatísticos ou nos inquéritos extensivos para a mesma formação escolar há diferenças de inserção profissional entre os homens e as mulheres entrevistadas, que podem ilustrar, mais uma vez, a segregação de género. Com efeito, enquanto os dois arquitectos trabalham, um por conta própria, outro num atelier com outros arquitectos prestigiados, as duas arquitectas trabalham em Câmaras Municipais, uma delas pelo menos em situações precária do ponto de vista contratual. Será pura coincidência?

Temos assim, depois do casamento e do nascimento dos filhos, pelo efeito articulado da divisão social e sexual do trabalho, a atribuição de um lugar específico para homens e mulheres no contexto da conjugalidade — acabando do elas e eles por incorporar como dado ou constrangimento “natural” esta situação, embora a possam viver com desconforto. Essa divisão sexual do trabalho faz-se sentir de forma conjugada noutras esferas da vida social, como os contextos familiares e de sociabilidade, onde muitas vezes se actualizam as ideologias sobre o comportamento adequado no feminino e no masculino — funcionando estas esferas como reforço das assimetrias entre os sexos.

Meios operários: mulheres em ganho, homens em perda

Se retomarmos agora as diferenças relativas às condições de existência em relação às mulheres, verificamos que este grupo também não é homogéneo. Além da profissão que se ocupa, o que parece ser aqui mais distintivo ao nível da percepção sobre o trabalho profissional é o grau de instrução. Assim, as que frequentaram a universidade não referem quase nunca que o trabalho confere autonomia, é importante no plano da sociabilidade ou que sentem ter, através da actividade profissional, maior poder de decisão na família. Estas afirmações verificam-se sobretudo nas mulheres que exercem profissões operárias ou que têm menor formação escolar. O que pode explicar estas diferenças é o facto de as primeiras sentirem estes aspectos que proporcionam o exercício da actividade profissional como dados adquiridos.

Vimos também que as mulheres com menor formação escolar têm expectativas perante a actividade profissional diferentes das que têm maiores níveis de instrução, acabando por valorizá-la de outras formas. Curiosamente, vêem nela aspectos mais positivos do que os próprios homens da mesma condição social. Estamos provavelmente em face das consequências de um discurso mais modernista, que valoriza a autonomia feminina, numa versão reinterpretada e adaptada àqueles contextos sociais específicos.

Pesarão eventualmente também aqui os efeitos de trajetória social. As mulheres destes sectores sociais, como algumas entrevistadas sugerem, avalliam a sua própria situação de forma mais positiva do que a que teria sido a das suas mães — forçadamente submissas a cônjuges mais autoritários e a terem que trabalhar ainda mais duro para criar os filhos. Hoje, por um lado, o facto de trabalharem permite-lhes garantir níveis de consumo acima daqueles que conheceram em casa dos pais, por outro lado, no domínio relacional, domina ao nível ideológico uma perspectiva de maior paridade entre homens e mulheres que, embora possa não ser praticada, estabelece limites a actuações masculinas mais violentas ou discricionárias. Admite-se assim que as mulheres possam valorizar positivamente, neste plano, o seu trajecto em relação ao das suas mães. Em contrapartida, e pelo efeito conjugado da ideologia mais democrática no contexto familiar com as perspectivas

profissionais mais precárias e desqualificadas, a que atrás fizemos referência, os homens parecem ter, em relação aos seus progenitores, perdido autoridade e protagonismo.

Tudo indica que no plano identitário, e nestes sectores sociais, mulheres e homens se situem em planos diferentes: para eles, o referente da profissão começa a entrar em perda, e para elas, embora não necessariamente pelas suas características intrínsecas, mas mais pelo que a actividade profissional pode significar — sociabilidade, dinheiro, autonomia, reconhecimento de competências — ela tende a representar, cada vez mais, identidade social. Este fenómeno, aliás, irá ser perceptível também a partir das declarações de outras entrevistadas um pouco mais velhas do que estas, dos mesmos sectores sociais. Mas, de todo o modo, o que se observa já com as mais novas permite afirmar que não basta explicar aqui a actividade feminina por razões de mera necessidade económica.

Quando o trabalho é penoso deseja-se outro tipo de trabalho e não ficar em casa sem trabalhar no exterior. Trabalha-se não por estrita necessidade de sobrevivência já que qualquer destes casais sobreviveria apenas com o salário do homem. Trata-se mais de procurar melhorar as condições de vida da família o que pudemos confirmar, como tendência geral, nos resultados do inquérito realizado na Grande Lisboa e depois a nível do Continente.

Quando aos sectores intermédios, embora estejamos aqui a lidar apenas com dois casais nessa situação, não deixa de ser curioso, como atrás se disse, sublinhar o facto de em ambos os casos as mulheres estarem bem mais mobilizadas profissionalmente do que os homens. São elas que de forma mais clara se revelam realizadas pessoalmente com a profissão e têm ambições, projectos profissionais futuros. Não veremos também aqui os sinais de um referente de identidade social através da profissão mais forte por parte das mulheres? Outros casos, de mulheres casadas há mais anos, nestes mesmos sectores profissionais, ajudarão mais à frente a traçar melhor o perfil da situação.

Actividade profissional no tempo das mudanças e das transições

Quando os casais estão juntos há já alguns anos, as relações entre vida profissional e vida conjugal ficam mais estabilizadas do que nas fases iniciais do casamento. É também o período em que os filhos estão menos dependentes, passando agora a colocar-se novos problemas em relação ao seu acompanhamento e crescimento. Mas esta pode ser também uma fase de grandes mutações, um período em que, voluntária ou involuntariamente, problemas identitários se colocam. Tal como vimos até aqui, no entanto, essas mudanças podem ser vividas de modos muito diferenciados de acordo com os recursos e os lugares que se ocupam na divisão social e sexual do trabalho.

Sectores operários: para eles a identidade perdida, para elas ganho de autonomia

Gostei de trabalhar lá, fui sempre feliz no trabalho, mas de alguns anos para cá, é uma desilusão completa e, neste momento, eu entrar para a empresa onde trabalho é quase a mesma coisa que entrar, sei lá..., para um cemitério....

Esta afirmação de Paulo Jorge Oliveira, operário metalúrgico de 43 anos é bem expressiva da sua posição presente perante a actividade profissional. O processo de reconversão da empresa, a ameaça velada de despedimento, produziu enorme instabilidade e incerteza. O papel da profissão como fonte de identidade pessoal e social — ser "feliz" no trabalho é expressão bem elucidativa dessa perspectiva — retrai-se para se sobrepor um sentimento de mal-estar.

Se com os jovens operários tínhamos visto o desconforto do trabalho do "operador de máquinas" desde logo sem "arte" específica, aqui observamos a difícil adaptação do operário qualificado à indiferenciação e à perspectiva do desemprego. "Estou completamente decepcionado ao fim de 30 anos de trabalho", remata Paulo Oliveira. E, por isso mesmo, a vida conjugal é profundamente afectada por esta situação, como nos refere o entrevistado: "eu nos últimos tempos tenho andado mais preocupado comigo próprio... um bocado mais nervoso". Lurdes Oliveira, sua mulher, de 35 anos, confirma esta perturbação. Também ela, aliás, embora tenham 5 filhos, entre os 15 e os 4 anos, trabalha como copeira, encarregada do turno das 15h às 23h numa empresa de *catering*. Mas a sua perspectiva sobre a actividade profissional é um pouco diferente da do marido.

Quando Lurdes vivia com os pais entregava o salário, por inteiro, à mãe. Desde que casou passou ela a gerir os dinheiros da casa, entregando-lhe o marido o salário dele quase todo. A diferença de situação, de solteira para casada, não deixa de ser salientada por ela de forma positiva, apesar do aumento da responsabilidade e dos fracos recursos disponíveis. O facto de o seu passado familiar ser avaliado negativamente, dados os conflitos a que assistia entre o pai e a mãe, contribui também para o contraste. Não será de estranhar que diga, quanto à diferença entre o tempo em que vivia com os pais e a actual situação:

agora sou senhora do dinheiro, sou senhora de comprar aquilo que quero, quando posso.

Mais interessante ainda é o que diz quanto ao papel que o trabalho desempenha na sua vida. Mesmo dura, a profissão é valorizada pelo lado da sociabilidade: "(no trabalho) sinto-me melhor, porque me vejo no meio de muita gente". Mas a actividade profissional afecta a vida de casada: "eu entro às três da

tarde e saio às 11 da noite. É muito duro. Chego a casa à meia-noite, chego a deitar-me à 1h da manhã. Levanto-me às sete para os mandar para a escola... deixar o almoço feito, deixar jantar adiantado, as coisas orientadas... veja lá como a minha cabeça não anda".

Vemos assim elementos diferenciados na percepção do papel do trabalho profissional. Por um lado, é fonte de sociabilidade e de poder, controlo ou autonomia relativa no plano financeiro "sou senhora de...". Por outro lado é cansativo e desgastante. Os mesmos traços, numa ambiguidade talvez ainda mais acentuada, fazem-se sentir nas declarações de Margarida Teixeira, 35 anos, dois filhos, casada com um operário da mesma idade.

Gosto (do trabalho), mas acho que é demasiado cansativo, a gente tem de dar demasiada produção e... estamos oprimidas. O cansaço, os turnos, afectam a vida de casada. Se eu pudesse deixava de trabalhar para estar em casa a tratar dos meus filhos, tratar da minha casa. Só não gostaria de deixar de trabalhar porque sou um bocado orgulhosa... eu ganho para comer. Se a gente não trabalhar já tem que se sujeitar mais àquilo que eles querem... Gostava de arranjar um trabalho não com tanta repressão, exigência... gostava de ser efectiva... mesmo que ganhasse menos, mas que fosse um trabalho em que eu me sentisse bem (...).

Percebe-se bem a ambivalência a respeito da actividade profissional. O que é rejeitado não é o trabalho em si mesmo, mas a sua dureza. E esta é contrabalçada pelo poder que o dinheiro gera na relação conjugal e familiar. Como se percebe, e como se sublinhou já atrás, não são essencialmente os factores económicos que pesam no desempenho da actividade profissional feminina, mesmo nos sectores onde se poderia esperar que eles fossem decisivos. Alguma autonomia experimentada por estas mulheres, é uma espécie de ponto de não retorno. O referente em termos comparativos é o que se passava na geração das suas mães. Sentem que deram um passo em frente. Desejariam, isso sim, ter uma oportunidade para desempenhar trabalhos menos esgotantes e que se adequassem melhor à vida familiar.

A rejeição do fechamento do universo doméstico e da dependência total em relação ao cônjuge que este pressupõe, parece evidente nos dois excertos referidos. Tendência que se confirma noutras entrevistas, mas que aqui ganha particular realce dadas as condições específicas de inserção no mundo do trabalho destas mulheres. Veremos ainda noutros casos de mulheres mais velhas dos meios populares sinais do mesmo tipo, que sublinham ainda a importância do reconhecimento das competências, a sensação de se ser capaz.

Mas detectar este tipo de posições só foi possível porque se tratava de respostas a perguntas abertas e as entrevistadas falavam livremente do que sentiam, dos seus desejos, contradições e ambivalências. Nas respostas a uma pergunta fechada sobre a questão da divisão do trabalho pago e não pago

entre homens e mulheres, curiosamente, Lurdes Oliveira responde aderindo ao modelo assimétrico de família¹¹ e Margarida Teixeira, em contrapartida — e quando tinha afirmado, embora de forma ambivalente, recorde-se, que gostaria de ficar em casa a tomar conta dos filhos — escolhe o modelo simétrico.¹² Mais uma vez se confirma a distância entre o que se considera ser a "boa resposta" e o que efectivamente se pensa ou deseja para si. Na verdade, as entrevistas em profundidade permitem captar de forma bem mais clara as reacções dos actores sociais aos constrangimentos impostos pelas circunstâncias, mas também as suas margens de liberdade e a valorização de alguns aspectos positivos num contexto adverso, como é o caso quando se salienta a autonomia que o trabalho, mesmo penoso, confere.

Assim, enquanto nas perguntas fechadas captamos o que os actores sociais pensam que "devem pensar", no discurso livre captamos os seus dilemas, ambiguidades e percepções mais vivas. Nos casos de Lurdes e Margarida não deixa aliás de ser curioso notar que, em termos do chamado modelo ideal, elas defendem perspectivas diferentes entre si e diferentes das que afirmam na entrevista. Embora haja razões na história de cada uma que podem ajudar a explicar essas diferenças, que abordaremos noutro momento,¹³ é provável que a defesa de valores diferenciados, nos mesmos contextos sociais globais, também traduza a ambivalência com que quer uma quer outra vivem a sua atitude perante o trabalho.

Retomando ainda as perspectivas dos operários, vejamos, agora a perspectiva do marido de Margarida Teixeira. Para Vítor Teixeira, a actividade profissional significa no essencial "stress, cansaço". Não só o trabalho é cansativo como afecta a vida conjugal — por vezes, os turnos têm de ser alternados entre eles, por causa das crianças — além do que o trabalho de Vítor é, ainda, precário. Os contratos de ambos não são permanentes, pelo que vivem há mais de 15 anos numa situação, imposta pelos empregadores, perfeitamente ilegal. Trabalham com contratos de 2 anos. Ao fim desse tempo, os seus serviços são dispensados, depois, passados uns meses, a empresa volta a contratá-los. A continuidade desta situação tem sido ainda mais acentuada no caso de Vítor. Pelo que ele vai alimentando a esperança de que a empresa o venha a contratar como efectivo dedicando-se sempre mais ao trabalho. São estas algumas das novas formas de pressão e de exploração a que as pessoas, com poucos recursos, se vêem sujeitos para poder sustentar a família.

- 11 A defesa do modelo assimétrico consiste na adesão à ideia: "na família o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos".
- 12 A defesa do modelo simétrico consiste na adesão à ideia: "na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem das tarefas domésticas".
- 13 O modelo de Margarida é perfeitamente romântico e o de Lurdes é mais institucional (ver Torres, 2002).

Curiosamente, não foi o próprio Vítor a falar das suas dificuldades profissionais, mas a mulher. Não estaremos aqui perante a dificuldade "no masculino" de referir situações desvantajosas, susceptíveis de afectar a auto-imagem, como se a responsabilidade pudesse ser, de algum modo, atribuída ao próprio?

Vale a pena ainda referir a posição de Joaquina,¹⁴ 32 anos, três filhos, que trabalha numa cantina de uma fábrica. Ela sublinha, fazendo coro com as outras entrevistadas, que o trabalho é para ela fundamental. Logo no início da vida conjugal e depois do nascimento do primeiro filho, chegou a ter graves conflitos com o marido porque este não aprovava a sua vontade de trabalhar. Mas ela não só achava que o dinheiro que traria para casa era necessário — enquanto ele julgava ganhar o suficiente como operário da construção civil — como se sentia muito sozinha, fechada em casa. Acabou conseguindo impor a sua vontade e diz hoje, visivelmente orgulhosa, que não poderia ter o que tem em casa se não fosse a decisão de ir trabalhar.

Estes depoimentos parecem prolongar aquilo que já se tinha verificado com os operários mais jovens. Os homens estão desinteressados do trabalho, parecendo aí não investir no plano da identidade pessoal e social ou, pelo menos, revelando alguma retracção. As mulheres, em contrapartida, valorizam as dimensões extrínsecas da actividade profissional — sociabilidade, autonomia financeira — queixando-se apenas da dureza do trabalho. Ao descontentamento de uns, corresponde, da parte das mulheres, uma valorização parcial mas clara. Não encontraremos aqui a confirmação para o que atrás apontámos, a saber, que os homens se sentem em perda, em termos de identificação face à actividade profissional em relação à geração anterior e as mulheres se encontram no plano da trajectória social e pessoal em "ganho" por referência às suas mães? Voltaremos a este assunto.

Actividade profissional nos sectores intermédios: ponto de chegada e ponto de partida de mobilidade social

Como se disse no início desta parte, os que estão casados há mais de 10 e menos de 19 anos têm mais histórias para contar, referem mudanças de percurso, acontecimentos de diverso tipo. Numa primeira fase do casamento poderia haver mais investimento na actividade profissional, para depois deixar de ser assim ou, pelo contrário, a maternidade mobilizava todas as energias para depois ser o trabalho que exige mais atenção ou implica desejo de mudança. A actividade profissional representava no início estímulo e valorização

14 Não temos a entrevista do marido que, no início, aderiu à ideia mas depois se furtou a ser entrevistado.

pessoal, para mais tarde, e com o espectro do desemprego, passar a representar mal-estar e perturbação.

Mas se isto é verdadeiro para todos os grupos domésticos, é precisamente nos sectores intermédios — pequena burguesia de enquadramento técnica intermédia — que estes efeitos se fazem sentir de forma mais acentuada. E isto, no essencial, porque além de maior ou menor centramento na actividade profissional em detrimento de outras esferas de investimento, ou seja, além dos efeitos da diferença sexual e de ciclo de vida, encontramos aqui igualmente os casos de mobilidade social ascendente. As transições de trajectória social, as mudanças ou as antevistas dessas mudanças, ganham nestes sectores lugar de particular realce.

Vejamos, em primeiro lugar, dois casais que em termos de identificação da classe do grupo doméstico se poderiam considerar de classificação difícil. Acabámos por considerá-los nestes sectores intermédios embora assumindo um lugar relativamente específico em relação aos outros casais aqui considerados. Em termos de trajectória social eles encontram-se, quer pela origem (filhos de operários "puros" eles e elas da zona industrial de Alverca e de Alhandra) quer pelo seu próprio trajecto muito próximos do operariado. Na verdade, quando casaram, ou no início da vida adulta, eram operários passando depois para o desempenho de funções técnicas intermédias a benefício de percurso interno na empresa ou como resultado de cursos de formação entretanto realizados.

É o caso de Antónia e Suzete, ambas com 35 anos e ex-operárias têxteis, que passaram a desempenhar numa média empresa funções de escrituração e contabilista, respectivamente. Também os seus cônjuges, aliás, e noutros contextos empresariais, conheceram processos de mudança semelhante. O marido de Antónia, Octávio, era desenhador e passou a encarregado, tendo agora maior controlo sobre a sua actividade e passando mais tempo no exterior a coordenar obras. Por sua vez, Luís Soares, marido de Suzete, ex-operário metalúrgico, trabalha agora numa firma de alumínio, preparando orçamentos e tendo deixado o trabalho de execução para passar a desempenhar mais o cargo de coordenador e preparador de trabalho.

Vejamos então como essas transformações são avaliadas e que relação é que elas podem estabelecer com a vida conjugal. Suzete era costureira numa fábrica têxtil quando casou e tinha atingido o 9.º ano de escolaridade. Fez o 12.º ano já depois de casada, conseguindo assim passar a desempenhar as funções de escriturária na empresa em que trabalha actualmente. Tirou depois uma especialidade em contabilidade com uma componente em informática num curso nocturno.

Gosto do trabalho, mas realizada não me sinto realizada. Gostava de mudar e de desempenhar funções de contabilidade compatíveis com o curso que tirei.

Quanto a Luís Soares queixa-se de que o trabalho de coordenação que desempenha lhe ocupa demasiado tempo, roubando-lho à família. Não tem nem um sábado nem um domingo inteiramente livre, como confirma a mulher, e também é raro chegar a casa às 8 horas para jantar. Embora queixando-se desta situação e desejando mudar — ideia em que a mulher também parece insistir — dá a entender que o mercado de trabalho está difícil e que não vislumbra possibilidades reais de concretizar para já esse desejo de mudança.

Octávio Neno, em contrapartida, parece bastante satisfeito com a sua situação profissional actual.

Gosto daquilo que faço. Quando trabalhava na outra empresa era desenhador e estava fechado (...) ultimamente, há seis anos, empreguei-me nesta empresa como preparador de obras. Isto facilita-me porque ando sempre cá fora a ver as obras que dirijo...

Esta actividade, afirma, não colide em nada com a vida de casado, antes pelo contrário:

ela é escriturária, é quase como chefe da secção da facturação (...) só sai às seis ou às sete e eu, por vezes, como entro às oito, às cinco e meia já estou em casa, e eu é que venho mais cedo e preparo o jantar. Quando ela chega é só sentar-se à mesa e jantar.

Vemos, neste caso, estreita colaboração entre os cônjuges, harmonizando as esferas familiar e profissional, sem que isto signifique menor interesse, ou empenhamento, numa ou noutra dessas dimensões. Na verdade, a mulher de Octávio, Antónia, também gosta da actividade profissional.

"Gosto muito do meu trabalho, eu trabalho por gosto, e às vezes o trabalho não está despachado às seis horas e eu fico até às sete (quando fico até às oito, o Octávio não gosta muito...). Mas não me sinto totalmente realizada, ainda gostava de ter mais responsabilidade do que a que tenho. Para mim era um incentivo, uma motivação".

Vemos assim casais em trajectória social ascendente em relação aos pais e apostados em igual movimento de trajectória ascendente em relação aos seus filhos. Na verdade, estes dois casais têm apenas um filho e parecem corresponder totalmente às descrições que encontramos na literatura sociológica a este respeito, a que atrás já fizemos referência. Com o projecto da mobilidade social ascendente, os grupos domésticos constituídos por operários qualificados casados com mulheres com qualificações literárias ligeiramente superiores tendem a concentrar os seus investimentos num número restrito de filhos, apostando na sua promoção social através de forte atenção à formação escolar. É exactamente este o perfil destes casais, onde podemos encontrar, além da preocupação de promoção diferenciada através dos filhos, uma

tentativa de valorização pessoal, recorrendo à formação e à dedicação à actividade profissional, particularmente visível, aliás, no caso das mulheres.

Além das razões antes invocadas e também por aquelas que acabámos de referir, faz sentido distinguir estes casais dos caracterizados anteriormente no grupo dos operários. Não se viam nesse grupo, com efeito, estratégias de restrição do número de filhos — lembre-se o caso de Paulo e Lurdes Oliveira que tinham 5 filhos — como parece evidente nestes dois últimos casos. Além da probabilidade de terem mais filhos ser baixa, já que quer um quer outro casal têm filhos com 16 e 15 anos, tal assunto nunca foi referido como projecto ou desejo. As mudanças pretendidas situam-se mais no âmbito profissional. Ou porque se deseja trabalhar menos horas — como é o caso de Suzete — ou porque se deseja para si mesmo alguma transformação, como é o caso de Antónia que gostava de ter ainda mais responsabilidade no trabalho.

Helena, 33 anos e José Manuel Peixoto, 38, casados há 10 anos, com um filho de 3, têm também uma história semelhante a estes dois casais. Ele era bate-chapa quando casou mas, entretanto, através de cursos de formação profissional, passou ele próprio a dar formação. Ela, desde antes de casada com o curso de contabilidade, trabalha numa grande empresa. Afirmando-se realizado profissionalmente, José Manuel, satisfeito com o seu desempenho, diz que a empresa ainda poderia aproveitar melhor as suas capacidades. Com Helena, em contrapartida, passa-se um processo um pouco diferente, como se pode perceber pelas suas palavras: "fui sempre uma pessoa que me dediquei de corpo e alma ao meu emprego; agora estou numa fase em que acho que a pessoa tem de se libertar muito mais disso, porque a vida familiar é muito mais importante, ou, senão, tão importante como a vida que se faz profissionalmente".

Para interpretar melhor esta posição de Helena, comparando-a com outras, convirá talvez lembrar que ela tem um período relativamente longo depois de casar (seis anos) inteiramente dedicado ao trabalho e antes de ter a filha. Ou seja, é bem provável que ao contrário de Suzete e de Antónia que tiveram logo os filhos depois de casar, e que hoje já têm 15 ou 16 anos, para Helena o maior centramento na família e na maternidade surja nesta fase em que a filha tem apenas três anos. Mais uma confirmação da ideia, como vimos no caso dos casais mais jovens, segundo a qual parece haver estreita relação, sobretudo no caso das mulheres, entre centramento na esfera profissional ou na esfera da família e idade dos filhos.

A entrevista de Helena revela-nos ainda outros aspectos interessantes. É a única entrevistada que declara com toda a clareza — e quando questionada sobre desejos de mudança a realizar em diferentes áreas da sua vida — que "gostava de ser uma doméstica rica". E adianta: "ser contabilista foi uma opção a partir daquilo que consegui aprender e dentro do que consigo fazer mas, na verdade, gostava de uma área totalmente diferente, gostava de ter estudado música".

Respondendo depois a uma pergunta sobre o grau de importância que atribua a essa mudança afirma, mostrando a adequação perfeita entre expectativas e probabilidades objectivas, que "é pouco importante, porque as pessoas devem viver a vida que têm e a vida que conseguiram".

Se até aqui vimos casos de casais em que um dos membros, ou os dois, saem do operariado para passarem à pequena burguesia de execução ou mesmo à pequena burguesia de enquadramento técnica e intermédia, vamos agora conhecer duas situações em que as mulheres do casal se preparam para passar à situação da pequena burguesia intelectual e científica através da frequência, já avançada, de cursos universitários. Como vimos, as perspectivas de mobilidade social são, nestes sectores intermédios, particularmente acentuadas. O papel que o casamento e a organização da vida familiar podem desempenhar nestas tentativas e êxitos de mobilidade, parecem inequívocos. Vejamos como, a partir da posição dos casais perante a actividade profissional e respectivos projectos de mudança.

Lurdes Pessoa, 31 anos, casada com José Pessoa de 35 anos e com dois filhos de 10 e 7 anos é, no momento da entrevista, secretária de administração numa grande empresa. Frequentava o ensino superior na altura do casamento mas deixou de estudar quando nasceu o primeiro filho. Retomou há poucos anos os estudos superiores e prepara-se para acabar o curso. Apesar de considerar o trabalho actual de secretária interessante, afirma: "estou numa empresa muito gira, mas não é aquilo que eu quero fazer".

Pensa assim vir a trabalhar numa actividade ligada ao curso que está agora a terminar. Quanto a José, programador informático num banco, não pensa por enquanto em mudança no plano profissional mas também não está totalmente satisfeito: "chateia-me fazer aquilo que faço. Gosto, mas por vezes sinto-me farto". Afirma que, embora procure evitar essas situações, a actividade profissional afecta a sua vida de casado. Por vezes tem de trazer trabalho para casa e também é chamado à noite para resolver problemas. Esta fase em que a mulher está a estudar num curso nocturno, contudo, até tem algumas vantagens porque, diz ele, aproveita para organizar melhor o trabalho em casa. Aliás, José é agora quem dá mais atenção aos filhos — e ralha com eles...! — visto que é ele que está mais presente em casa.

Também Teresa Sousa, 40 anos, técnica sindical, resolveu recomeçar a estudar e frequentar o ensino superior. Afirmado-se realizada com o trabalho que faz, quer mais. Durante muito tempo, aliás, afirma que o trabalho afectou a sua vida de casada porque era muitas vezes obrigada — e ela própria dada a natureza do trabalho que desempenhava achava que devia ser mesmo assim — a sair aos fins-de-semana. Quanto ao marido, António, tem ele próprio um trajecto particular já que sendo de origem operário da construção civil desempenhava, praticamente, desde o 25 de Abril, funções de dirigente sindical com grandes responsabilidades e também saídas frequentes. Identifica-se totalmente com o trabalho sindical que diz ter contribuído para lhe abrir

horizontes e lhe trouxe novos conhecimentos, sentindo, ao mesmo tempo que exerce uma função importante de ajuda aos que têm menos condições para defender os seus interesses. Mas reconhece: "por vezes o trabalho é cansativo e nunca posso contar com fins-de-semana ou horários certos". O trabalho sindical representou aqui possibilidade de promoção e alargamento de interesses.

Pensemos agora no caso de Lurdes e de Teresa e lembremos os de Antónia e Suzete. Se as últimas deixaram de ser operárias e passaram a desempenhar funções administrativas, as primeiras, embora estejam relativamente satisfeitas com as suas profissões actuais, querem sentir-se ainda melhor. Ora, e lembrando os casos das mais jovens casadas há menos de 10 anos, que definimos como estando em *stand by*, não será que o que se passa com Lurdes e Teresa não é exactamente a passagem de uma situação semelhante a essa para um situação mais activa e protagonista, na procura de maior valorização pessoal no plano da profissão? A hipótese é a de que depois de um fase mais voltada para os cuidados com os filhos pequenos e em espera em relação à profissão, se pode passar para uma fase de retoma do interesse profissional e de tentativa até de mudança relativamente radical de situação.

Será essa mudança possível em todos os casos? Ou será que certas condições concorrem para essa possibilidade de mudança? Na verdade, ao analisar os casos de Teresa Sousa e de Lurdes Pessoa vemos que pode haver circunstâncias que facilitaram as suas decisões de retomar ou iniciar a formação no ensino superior. No caso de Lurdes Pessoa vemos um marido relativamente retraído em relação à actividade profissional e disposto a estar mais ocupado com as crianças do que a mulher. No caso de Teresa notamos, como já tínhamos visto com Suzete, a presença de uma mãe que mora no mesmo prédio e não só deita um "olho aos netos" que andam sempre por perto, como chega a adiantar a confecção das refeições sempre — e é muitas vezes — que Teresa chega tarde da Faculdade.

Ou seja, tudo aponta no sentido de uma opção individual destas mulheres que apenas pode ser concretizada porque um conjunto de condições permite que a vida familiar acabe por poder decorrer sem alterações de fundo. Os apoios familiares, as solidariedades por via feminina, no caso de Teresa, mas também a partilha e o sentido de "sacrifício" do cônjuge masculino, no caso de Lurdes Pessoa, permitem que essas opções de valorização se concretizem.

Os exemplos mostram que, ao contrário do que se passava com os jovens com formação universitária do sexo masculino, as mulheres só tendem a pôr em marcha as suas opções individuais quando sentem que têm condições para as poder realizar mantendo a vida familiar sem rupturas e desconinuidades. Numa primeira fase da vida conjugal e quando os filhos são pequenos, é possível que se retraiam profissionalmente ou na concretização de outras formas de realização pessoal, como vimos com as mais jovens, mas quando as

oportunidades surgem, as condições o permitem e o desejo de valorização se impõe, podem avançar. Assim, as opções do "eu", no feminino, são condicionadas pelas circunstâncias, não se impondo ao "nós-família, antes procurarmos harmonizar as lógicas individuais às necessidades familiares.

O processo contrasta com o que vimos atrás no caso de alguns homens casados que pareciam assumir as posições típicas do modelo associativo "puro", isto é, impondo ao "nós-família" as suas opções de realização pessoal, como era claramente o caso de José Martins e Joaquim Dias. Tal imposição não surge, aliás, enquanto tal, mas aparece de forma naturalizada como se essa atitude não só fosse normal como esperada pelo meio envolvente. O que parece traduzir justamente a incorporação da norma assimétrica considerada adequada no masculino — os homens devem centralmente ocupar-se do sucesso profissional e da família depois — e no feminino — as mulheres só podem ocupar-se da carreira se conseguirem conciliar trabalho e família, sendo que em caso contrário os interesses desta devem sobrepor-se aos interesses daquela.

Outras conclusões podemos ainda adiantar a partir das histórias de Lurdes Pessoa e Teresa Sousa. Se afirmamos que elas parecem ter reunido circunstâncias especiais para poderem estudar à noite e trabalhar de dia, quando têm também filhos entre os 7 e os 14 anos, pode perguntar-se se haverá outros casos em que a vontade de maior empenhamento na profissão, ou de voltar a estudar, terá também surgido mas sem hipóteses nem condições de concretização. Faltará menos a vontade do que as condições adequadas. Muitas mulheres poderão sentir-se impedidas de realizar projectos de maior valorização pessoal ou profissional. As condições necessárias para tais projectos, além das já referidas nos dois casos — familiares e conjugais — podem dizer respeito às condições económicas e financeiras. Na verdade, sempre que há dinheiro suficiente para pagar e externalizar um conjunto de tarefas domésticas que estão a cargo das mulheres, as carreiras femininas têm melhores condições para se desenvolver e poderão permitir maior harmonização entre vida profissional e vida familiar.

Conclusão forte do que se tem vindo a dizer é que não há menor apetência das mulheres — por condenação biológica ou por imperativo "natural" — em relação aos domínios de realização pessoal fora da esfera materna ou familiar. O que parece existir, com toda a clareza, é uma hiperesponsabilização feminina pelo domínio familiar conduzindo muitas vezes a retração do investimento noutros domínios: interiorizou-se um dever que sacrifica opções virtuais e desejos. Em todo o caso, o que a situação de grande participação feminina no mercado de trabalho em Portugal, tem mostrado, apesar da dupla responsabilização feminina que se traduz em cansaço e culpabilização (Torres e Silva, 1998) é também aqui a igualdade que é desejada e possível. Trata-se, assim, de criar condições para que ela passe a ser concretizada.

Retomemos agora o conjunto de entrevistas deste grupo que

caracterizámos como sectores intermédios e onde localizámos quer os grupos domésticos que pertencem à pequena burguesia de execução quer os que pertencem à pequena burguesia de enquadramento técnica e intermédia. Vimos que é um sector onde a mobilidade social se joga — como ponto de chegada ou como ponto de partida.

Notámos também que o casamento, a constituição do grupo doméstico, pode ter contribuído para esse processo de mobilidade social ascendente. Suzete e Antónia passam de operárias têxteis para empregadas administrativas, através da retoma da escolaridade em cursos nocturnos. Mas o facto de os seus maridos também terem encetado processos de valorização profissional e de procurarem mudar de empresa ou de terem sido forçados à mudança pelas circunstâncias, associado à estratégia que reconhecemos nos dois casos de investimento emocional e de valorização num filho único, revelam uma perspectiva conjugada, que se vai potenciando mutuamente, de aposta na mobilidade social ascendente.

No caso dos Pessoa e dos Sousa, são de facto mais as mulheres do que os homens que se pretendem valorizar. Mas quanto a António Sousa trata-se de uma situação em que ele próprio tem uma trajetória de mobilidade ascendente através do sindicalismo, sendo portanto a perspectiva o desejo de mudança da mulher completamente aceite. No caso de José Pessoa, há uma aceitação total e um esforço definido do casal através de um verdadeira partilha dos cuidados com os filhos para apoiar o desejo de valorização da mulher.

Se olharmos agora para as mulheres dos sectores intermédios no seu conjunto notamos que a perspectiva sobre o trabalho profissional se constitui à volta da ideia de realização pessoal. Por outras palavras, são as dimensões intrínsecas da actividade profissional que são valorizadas e de forma extremamente acentuada e não tanto, como acontecia com as operárias, as dimensões extrínsecas como a autonomia financeira, a sociabilidade, etc. Destaca-se ainda em todos os casos uma forte mobilização em torno do projecto profissional, mostrando como, muito para além das preocupações familiares, as mulheres se definem e projectam noutras esferas da sua vida e interesses enquanto "pessoas".

Quanto aos homens, vimos também que o centramento em torno da profissão se constrói mais em torno da ideia da realização pessoal. Quer nos casos de mobilidade social e profissional, quer nos casos de progressão dentro da mesma profissão surge uma polarização em torno da profissão que os afasta das perspectivas, e mesmo do sentimento de ameaça e de precariedade, que se faziam sentir nas entrevistas dos operários do mesmo grande grupo de duração de casamento. É de notar, em todo o caso e especialmente no caso dos ex-operários, que também essa situação de ameaça sobre eles pairou. Especificamente no caso de Luís Soares, houve mesmo o fecho da empresa em que trabalhava, a passagem por uma situação de empresa por conta própria com outros sócios que acabou por não dar certo e, finalmente, a situação

actual, em que tem determinadas responsabilidades sem exercer propriamente a gestão mas que o afastam do trabalho de execução que ocupara no passado. Luís Soares pareceu, em todo o caso, conseguir reunir melhores condições para responder à situação do que parece estar a fazer Paulo Oliveira. Mas não será por acaso, como dissemos atrás, que o grupo doméstico do primeiro, constituído apenas pela mulher, ex-operária e actualmente escriturária, e por um filho, conheceu um trajecto de mobilidade social ascendente e aparenta estar muito mais centrado nessa lógica, do que Paulo Oliveira, que constituiu em conjunto com a mulher um grupo doméstico operário "puro" e, além disso, têm uma numerosa descendência de cinco filhos.

Professoras, empresários e engenheiros: a realização profissional

Para terminar a análise sobre a posição perante o trabalho dos casados entre os 10 e os 19 anos de duração do casamento, abordaremos agora os casos dos grupos domésticos da pequena burguesia técnica e de enquadramento ou mesmo da burguesia dirigente que coincidem aqui com os entrevistados que detêm formação de ensino superior.

Se até agora nos confrontámos com casos em que a mobilização em torno da actividade profissional produz ajustes particulares na vida familiar, especialmente no caso das mulheres, a história de Rosa Silva, licenciada em direito e advogada, casada com João Luís, empresário economista, com duas filhas de 15 e 17 anos, revela-nos outros aspectos da relação entre conjugálide e trabalho. Deste vez, são certos acontecimentos ligados à vida conjugal e familiar que acabam por produzir reajustes e mesmo uma revalorização da vida profissional. Com efeito, o confronto com a confessada infidelidade do marido produziu um abalo tão grande na vida de Rosa Silva que, questionando o casamento, interpelou-a também a ela pessoalmente. Crise que, tendo sido ultrapassada pelos cônjuges, permitindo a manutenção do casamento, conduziu Rosa a reequacionar as suas opções pessoais e a revalorizar a vida profissional de outra forma.

Na verdade, Rosa, que tinha um trabalho relativamente rotineiro numa empresa pública, a partir desses momentos de crise resolveu dedicar-se também à prática da advocacia tendo agora um escritório próprio. Conta-nos a entrevistada que o abalo referido serviu para questionar a sua atitude mais conformista perante a vida e "o casamento como dado inquestionável e adquirido" acabando por produzir um reformulação "identitária". Ainda que, como refere, essa reformulação tenha sido imposta por circunstâncias não desejadas e representasse sofrimento, foi também uma crise que se traduziu em crescimento pessoal. Agora, afirma que se sente perante o trabalho muito mais segura e protagonista o que contribui decisivamente para a sua realização profissional e pessoal.

Para João Luís, marido de Rosa, o centramento na actividade profissional foi sempre decisivo. Mas os últimos dez anos correspondem a uma fase especial, na medida em que dizem respeito ao momento a partir do qual passa a ser o sócio-principal da firma que dirige. O papel de referência identitária que assume a sua actividade empresarial fica bem patente nas suas palavras:

há uma grande identificação entre a minha *personalidade* e a responsabilidade que tenho na empresa e penso que constituímos aqui uma equipa de pessoas com interesse...há mesmo entusiasmo, não só meu como de muitos colegas que aqui trabalham

A expressão desta identificação total entre trabalho, identidade pessoal e social assume quase a lógica da fusão entre a pessoa e a empresa. Lógica essa que surge nesta análise pela primeira vez. Não será por acaso que vamos re-encontrá-la, de novo, mais à frente, embora com ligeiras gradações de diferença, no caso de um outro empresário. Retomaremos esta questão.

No caso de Mário Rocha, engenheiro, a actividade profissional é também de tal forma empenhada e valorizada que é sob o signo da autocritica que nos fala da vida familiar e conjugal e, em particular, da sua falta de tempo para dar assistência ao filho. Mas é como se esta situação lhe parecesse inelutável. Afirma que sente sempre imensa necessidade de estudar mais a fundo os projectos em que está envolvido na empresa. Francisca Rocha, por sua vez, faz-nos uma descrição muito negativa da sua actividade como professora do ensino secundário:

estou muito desmotivada e desiludida...a pessoa sai cansada, sai estoirada; não é de transmitir a matéria ou de conversar com os alunos sobre conteúdos do programa, mas sim de manter a disciplina, que é uma coisa horrrosa (...) só quando se tem a sorte de se apanhar umas turmas feitasas é que uma pessoa se sente realizada, mas a maior parte das vezes a gente sai da escola já com os cabe-los em pé e chega a casa e tem dificuldade em acalmar-se para poder conversar com o filho de forma descansada (...).

A desmotivação relaciona-se, de certo, com um conjunto de expectativas iniciais em relação à profissão que foram, na opinião de Francisca, completamente goradas.

Em relação à mesma actividade profissional, a de professora do ensino preparatório ou secundário, já vimos aliás posições do mesmo tipo das de Francisca, como foi o caso de Beatriz Martins, mas nem todas as apreciações sobre a mesma profissão convergem com estas. Há quem procure compensar algumas das dificuldades apontadas com outro tipo de actividades no quadro extra-curricular, como é o caso de Isabel Dias de que já falámos. Outras ainda, como Marta Varela, a que fizemos referência, estão completamente

identificadas com a profissão, como aliás outras entrevistadas de que vemos exemplos à frente. Tudo dependerá certamente, além das idiossincrasias pessoais, de um conjunto de circunstâncias muito diverso que condicionam a vida escolar — a inserção da escola no contexto social, a relação com os colegas de profissão, a posição na carreira.

Para o que é relevante para esta análise fica-nos aqui apenas a ideia de que, para os que não estão identificados com a profissão, o que pesa são as condições do seu exercício mais do que a profissão em si mesma. Ou seja, no plano que nos interessa para a análise da relação entre trabalho e conjugalidade, estamos aqui perante avaliações e expectativas, concretizadas ou não, do trabalho encarado pelas suas dimensões intrínsecas e de realização profissional.

Casados entre os 10 e os 19 anos e actividade profissional: apontamentos de balanço

A posição quanto à actividade profissional do conjunto dos casados entre os 10 a 19 anos de duração, revela mais frequente interesse pelo trabalho do que que encontramos, globalmente, no conjunto do grupo dos casados há menos de 10 anos. Vários factores têm de ser tidos em conta. Por um lado, verifica-se que no grupo dos casados há menos anos eram sobretudo os operários, além dos homens dos sectores intermédios, que se mostravam mais desiludidos e menos interessados na actividade profissional.

Ora, encontramos nos casados entre os 10 e os 19 anos, além dos operários que estavam também desiludidos com a sua actividade profissional¹⁵ aqueles que vinham do operariado e, através da formação escolar (no caso delas) ou da mudança de empresa (no caso deles) passaram a realizar trabalhos de natureza administrativa e de controlo encontrando-se, agora, segundo a sua apreciação, em melhor momento no que toca à posição perante o trabalho, valorizando as suas dimensões intrínsecas. Ou seja, reconhecemos neste grupo os que tinham trajectórias de mobilidade social ascendente. São situações mais difíceis de encontrar, como é compreensível, no início da vida conjugal, quando os trajectos profissionais ainda estão indefinidos ou a inserção profissional é ainda mais precária.

Por outro lado, ainda nos casados entre os 10 e os 19 anos, e nos sectores intermédios, encontramos mulheres satisfeitas com a actividade, mas, mesmo assim, a desejarem através da frequência do ensino superior valorizar-se ainda mais no plano profissional. Ora, nos grupos mais jovens, lembre-se, em

15 Não tanto, como vimos, pela profissão em si mesma, mas mais pelo problema da precariedade e pela ameaça da situação de encerramento da empresa e/ou despedimento colectivo.

sectores sociais semelhantes, tínhamos encontrado algumas mulheres com vontade de se projectarem profissionalmente e que considerámos estarem em *stand by* porque, tudo apontava para aí, tinham uma situação objectiva difícil: estando os maridos no início de carreira eles próprios, elas, apesar de desejarem ter uma actividade profissional mais estimulante ou mais disponível para a que desempenhavam, sentiam-se por “incorporação” da diferença sexual, mais retraídas em relação à profissão e mais agarradas às imposições da maternidade e da família.

Esta diferença global entre grupos de duração do casamento diferentes pode assim ser explicada pelo próprio efeito do momento do ciclo de vida conjugal, articulado, aliás, aos efeitos de género. Na verdade, esse momento pode jogar de forma diferente conforme se trate de um homem ou de uma mulher. Quando os filhos estão mais autónomos, as mulheres podem sentir-se mais legitimadas para retomar projectos profissionais, particularmente, como vimos, quando conseguem ainda outros apoios familiares e/ou quando os cônjuges se dispõem a partilhar mais os cuidados com os filhos.

No caso dos homens, e pensando agora nos operários, os efeitos do ciclo de vida conjugal parecem ter menos influência directa sobre a sua posição perante a actividade profissional. Mas, apesar de tudo, poderá haver algum efeito, sobretudo associado a outros factores. Nos casos apreciados, que tinham conhecido trajectórias de mobilidade social ascendente, parecia haver conjugação de lógicas entre os dois membros do casal, para a aposta na promoção social através da valorização da escolaridade e da concentração dos esforços apenas num filho único.

Ora, nos caso de outros operários deste mesmo grupo de duração de casamento, o que vimos foi, pelo contrário, ou uma grande desilusão perante a situação profissional — ameaçada pela reconversão profissional, pelo despedimento colectivo, ou porque era sistematicamente precária. Mas, nestes casos, nem encontramos promoção através da escolaridade, no caso feminino, nem a mesma estratégia de controlo da natalidade. Num dos casos há cinco filhos, nos outros dois é como se o “destino” se tivesse imposto à vontade dos protagonistas, quando o que se passa nos casos acima referidos parece ser exactamente o contrário. Ao casamento como destino parece opor-se uma ideia mais moderna de casamento como construção ou mesmo como veículo de promoção social.

Ou seja, no mesmo grande grupo social as lógicas e estratégias familiares parecem ser diferenciadas e estarem articuladas para além da posição de classe do homem à posição da mulher — daí a insistência em utilizar o conceito de classe do grupo doméstico, como têm defendido sociólogos portugueses (Ferreira de Almeida, 1986). Mas, além da unidade de análise de um grupo doméstico, para distinguir as práticas dos actores sociais importa, ainda, sublinhar a importância dos modelos familiares, para a definição de posições e valores diferentes e explicar trajectórias conjugais e familiares de

mobilidade ou de reprodução social. Na verdade, enquanto no caso dos operários e operárias que se reconverteram em encarregados ou administrativos reconhecemos o discurso de um modelo próximo da lógica conjugal moderna e "fusional", no caso dos operários mais desiludidos, e mesmo ameaçados em termos profissionais, identificamos melhor os traços da defesa do modelo "institucional" (Torres, 2002).

O que parece também de salientar é que todos os traços que temos estado a referir — reprodução, mobilidade, mudança ou desejo de mudança no plano profissional — são bem mais visíveis, quer nos grupos operários, quer nos intermédios ou nos universitários, no grupo de duração do casamento que estamos agora a analisar — dos 10 aos 19 anos — do que no grupo de duração até aos 10 anos de casamento. Constatção desde logo compreensível, na medida em que os mais novos têm menos "tempo" de história conjugal e, portanto, menos possibilidade de alterar grandemente trajectos. Outras questões se levantam, no entanto.

Na verdade, esta verificação permite sublinhar a necessidade de captar as lógicas familiares e conjugais a partir de perspectivas mais dinâmicas que tenham em conta, por exemplo, os chamados efeitos de trajetória, difíceis de discernir quando se constroem tipologias que nascem, quase sempre, de cortes sincrónicos num momento determinado da vida conjugal e familiar. Do mesmo modo, também é possível salientar os próprios efeitos que certos momentos ou conjunturas específicas da vida conjugal podem ter ao criar ou fechar espaços de possibilidade de manobra e de acção dos actores sociais. Assim, se fica claro desde o início que as expectativas, práticas e decisões das mulheres quanto à actividade profissional parecem estar, desde cedo, marcadas pelas responsabilidades familiares, também não é possível deixar de notar como em certos períodos — quando os filhos são muito pequenos, por exemplo — essas responsabilidades podem tender a coagir as suas opções bem mais do que noutros momentos. Quando eles são mais crescidos certos projectos pessoais podem "legitimamente" reaparecer e concretizar-se.

Olhando agora para o conjunto das entrevistas deste grupo de duração do casamento e procurando mais sistematicamente abordar a questão da diferença sexual, podemos notar que o conjunto das mulheres valoriza a actividade profissional, embora seja necessário estabelecer algumas diferenças em termos da classe social. Enquanto as operárias sublinham os aspectos extrínsecos dessa actividade — dinheiro, autonomia, sociabilidade — as que têm mais formação escolar ou desempenham tarefas administrativas tendem a valorizar muito mais os aspectos intrínsecos da profissão estando mesmo dispostas a fazer sacrifícios — como "estudar à noite" — para se sentirem mais realizadas.

No caso dos homens entrevistados, importa salientar, em primeiro lugar, como resulta clara a centralidade, no plano identitário, da actividade profissional. Desde o operário qualificado, agora fortemente desiludido com a

situação na empresa, que refere como sempre tinha sido "feliz" no trabalho, ao engenheiro que, apesar de esboçar autocritica em relação à falta de atenção que dá ao filho, fala da profissão e dos seus projectos como se tratasse do seu verdadeiro "amor", até ao economista empresário para quem personalidade e empresa se fundem numa espécie de lógica unitária.

Assim, ao comparar as posições de homens e mulheres perante a actividade profissional, somos obrigados a sublinhar que se trata, apenas, de diferenças ligeiras de acento tónico. O que para eles parece central, e quase exclusivo, para elas é central mas não é exclusivo. Ou seja, a análise das entrevistas deste grupo de duração de casamento conduz-nos a afirmar que o trabalho — actividade profissional, emprego, profissão nas suas dimensões extrínsecas ou intrínsecas — é um forte referente identitário para ambos os sexos.

As relações múltiplas que se estabelecem entre identidade pessoal e social, actividade profissional e conjugalidade foram ilustradas a partir das experiências relatadas nas entrevistas. Na verdade, não verificámos só os impactos na esfera identitária pessoal e na da conjugalidade dos problemas relacionados com a actividade profissional, nomeadamente nos casos de ameaça de desemprego, como vimos, com Paulo Oliveira, acontecimentos produtores de intensa crise e mal-estar. Pudemos também verificar, por outro lado, como certos eventos na esfera conjugal podem implicar, ao afectar e questionar a identidade pessoal — forte sentido de ameaça perante a possibilidade da ruptura não desejada do casamento, como foi o caso de Rosa Silva — verdadeiras reformulações identitárias relativas à profissão e investimento em novas actividades.

Casamento depois dos 20 anos e actividade profissional

Recomeçamos a análise deste grupo de duração do casamento — aquele a partir do qual nos referimos como os que estão casados há mais de 20 anos — como temos feito até agora, isto é, dando primazia à experiência dos operários perante a relação entre trabalho profissional e vida conjugal. E, desde logo, há que começar por notar uma diferença sociologicamente relevante. Na verdade, vamos encontrar no mesmo grupo indivíduos que têm aproximadamente a mesma idade, mas com durações do casamento muito diferentes. No caso dos operários, sobretudo dos mais velhos, a idade ao casamento tende a ser mais baixa. No caso dos licenciados e dos profissionais técnicos intermédios vamos encontrar idades semelhantes, mas durações de casamento mais curtas, que andam à volta dos 25, 26 anos.

Sectores operários: o orgulho profissional deles, a dependência insubmissa ou a conformação delas

Ao analisar os percursos e trajectórias destes entrevistados encontram-se os acidentes específicos do sua história própria, aqui bem mais longa do que as anteriores e, por isso, mais recheada de episódios, mas também reenviando para a nossa história social recente. É aí que vamos buscar resposta, ao menos parcial, para as referidas diferenças. Assim, a guerra colonial, evento que atravessa mais do que um grupo geracional — lembremos que durou de 61 a 74 — é vivida também de forma muito diferenciada pelas diferentes classes sociais em diversos aspectos, incluindo, obviamente, os que mais directamente se relacionam com o casamento.

Com efeito, todos os que não frequentavam a universidade, isto é, a esmagadora maioria, por volta dos 20 anos era obrigada a ir cumprir o serviço militar, de modo geral, dois anos no Continente, outros dois em África a combater. Os que frequentavam a universidade poderiam concluir os seus cursos, seguindo depois, também obrigatoriamente, para a guerra. Como se percebe, embora o destino fosse o mesmo, era mais retardado no tempo para alguns, factor que poderia ter implicações nas opções relativas ao casamento. Embora para todos a decisão de casar se pudesse transferir para depois de ir à guerra — o que aconteceu também, por exemplo, no caso de Paulo Oliveira, o operário metalúrgico 43 anos a que fizemos referência — a idade de casamento era sempre um pouco mais tardia para os que tinham completado os diplomas de ensino superior. Casar ou não casar antes de ir para a guerra — ou decidir que pura e simplesmente se teria de deixar o país para não ter de combater mas também sem ter a garantia de poder voltar — eram decisões muito difíceis de tomar e que marcaram profundamente várias gerações de jovens antes do 25 de Abril. Além da experiência directa da guerra, que deixa marcas como alguns relatos nas entrevistas ilustraram, a cada ano que passava essa perspectiva impunha constrangimentos, limitava e condicionava opções. Os familiares directos, os pais, as namoradas, viviam momentos sempre difíceis durante dois ou mais anos. Até o gesto quotidiano de abrir o correio, acto inocente, se transformava num facto complexo e doloroso no receio de receber más notícias.

A guerra colonial teve como já foi referido atrás, outros efeitos na relação entre casamento e taxa de actividade das mulheres, sobretudo das mais escolarizadas. Na verdade, enquanto que com os jovens universitários do sexo masculino terminar a licenciatura não permitia, ainda por quatro anos, a entrada no mercado de trabalho, com as jovens raparigas não havia problemas com essa inserção, caso elas assim o desejassem. Havia, nesses tempos, procura de mão-de-obra qualificada. Estes factores, conjugados ainda como uma relativa perspectiva de inutilidade da espera — 4 anos em que o parceiro, namorado ou cônjuge estava distante — contribuíram decisivamente para

que muitas jovens com formação universitária tenham decidido começar a trabalhar no exterior.

Veremos nas nossas entrevistas estas situações claramente retratadas, bem como as dificuldades em encarar e viver a situação da guerra. Mas nem todos nos falam abertamente destas realidades, não necessariamente porque não as tenham vivido mas talvez por esquecimento selectivo, desses que acontecem com as situações de sofrimento mais intenso e que também por pudor alguns desejam evitar.

Se o 25 de Abril, data tão carregada de significado e realmente libertadora para todos os que, directa ou indirectamente, se tinham que confrontar com a ideia e com a realidade da guerra, permitiu, depois, o esquecimento de episódios por vezes dramáticos, a verdade é que esses momentos ficaram inscritos nas histórias individuais e, por isso mesmo reflectem-se também nas vivências conjugais de vários dos nossos entrevistados. Outros acontecimentos, relacionados ou não com o fim da guerra, atravessam estas histórias pessoais. Alguns em virtude de viverem nas ex-colónias, foram obrigados a regressar. E há ainda os que, por necessidade de sobrevivência económica, emigram e regressaram depois. Experiências diversas mas não isentas de várias consequências sobre a vida familiar e conjugal influenciando também, mais ou menos directamente, a atitude perante o trabalho profissional quer de homens quer de mulheres.

Ilídio Ventura, de 53 anos, operário qualificado, sindicalista, é casado há 35 anos com Luciana de 54. Estiveram 14 anos emigrados em França, experiência que os marcou profundamente. Centremo-nos desde já em Ilídio, muito embora fazendo mais um pequeno desvio em relação à análise principal que nos tem ocupado até aqui — a da relação entre vida conjugal e actividade profissional.

É que este entrevistado, sem ser um caso isolado, constitui o verdadeiro contra-exemplo do que é considerado como atitude ou prática habitual no masculino. A entrevista de Ilídio tal como as de muitos outros homens é longuíssima, cheia de pormenores retratando o seu ponto de vista sobre a actualidade, a vida conjugal e familiar. As suas perspectivas — onde se notam de forma clara os estereótipos de uma época — são abundante e hiperbolicamente defendidas. Como se diz ser posição mais frequente por parte das mulheres. Quidem, a propósito deste entrevistado, sublinhar uma atitude que também se encontrou noutros e que contraria o que aparece de forma bastante frequente na literatura sociológica americana,¹⁶ a saber, uma retracção masculina, especialmente acentuada no meio operário, ao discurso sobre a família e a conjugalidade. Estaremos perante alguma especificidade cultural dos homens portugueses? Voltaremos a este assunto.

Mas retomemos o propósito inicial de analisar as posições dos entrevistados sobre o trabalho. A trajectória profissional de Ilídio pode ser considerada uma história de sucesso do operário qualificado que “apanhou uma boa

fase", como ele diz e que se pode de facto considerar como um ciclo favorável da história da produção industrial. Começou aos 11 anos como operário corticeiro,¹⁷ depois tornou-se, nas suas palavras, "profissional da indústria corticeira", de seguida foi para França, para a "função mais velha do mundo, diziam os franceses" e depois "passei ao controlo, e depois ao supercontrolo". Veio em seguida para Portugal e foi enquadrado numa fábrica de automóveis onde também teve papel de "controlo".

Hoje estou satisfeito, houve uma evolução profissional (...) eu aspiro agora é a mais uns quatro ou cinco anos de trabalho para poder ir para a reforma, que eu acho que mereço (...).

Com visível orgulho e logo seguidamente a falar da sua própria experiência profissional, Ilídio diz-nos que a sua filha é professora do ensino secundário e que o filho é pintor de 1.ª, ou seja, é tal como ele, um "profissional". Trata-se aqui de uma trajectória social positiva, estruturada, projectada em termos de mobilidade social nos filhos (com maior sucesso no caso da filha do que no do filho). É a história clássica do grupo doméstico do operário de elite que poupa e investe o mais que pode na segunda geração (vemos aqui, de novo, a concentração em um ou dos filhos apenas) também com a perspectiva de mobilidade social ascendente intergeracional. O que distingue este caso dos mais novos atrás referidos, ou dos operários de elite da CUF de que nos fala Ana Nunes de Almeida, é a passagem pela emigração. E essa passagem na óptica da vida conjugal deste operário vai deixar uma marca muito especial, marca essa gravada na experiência de Luciana, sua mulher. Na verdade, a história de Luciana é um exemplo claríssimo dos efeitos que a experiência profissional pode ter na identidade feminina.

16 Quer Komarovsky (1962, 1987), quer Blood e Wolfe (1960) só entrevistaram mulheres para as suas investigações sobre a conjugalidade e a família sob o argumento de que, além de que não encontravam os homens em casa, eles eram mais avessos a falar sobre estes assuntos do que as mulheres. Aliás, o facto de só terem entrevistado mulheres não impediu Blood e Wolfe de intitularem o livro resultante da sua pesquisa *Husbands and Wives* o, que convenhamos, parece um pouco abusivo. Quanto a Vaughan (1986), numa investigação sobre o divórcio, ela também só entrevistou mulheres pelo mesmo tipo de argumentos, ou seja, a falta de vontade dos homens nestas matérias. A nossa experiência de pesquisa quer quanto ao divórcio quer ao casamento não confirma de modo algum estas ideias. Claro que, por vezes, há maior resistência masculina à situação de entrevista, mas ela parece ser completamente superficial e, uma vez vencida, no decurso da conversa não encontramos nenhum problema específico de retração ou de falta de loquacidade por parte dos entrevistados masculinos. Encontrou-se mulheres mais ou menos faladoras e com os homens passou-se exactamente o mesmo. Problemas, portanto, de idiosincrasias pessoais.

17 Aqui temos um dos muitos exemplos que dão corpo aos números atrás indicados sobre a idade com que se começa a trabalhar.

O projecto de emigração, projecto conjunto do casal, implicou uma mudança na vida de Luciana. Enquanto estiveram em França, Luciana começou a trabalhar em limpezas mas, rapidamente, ocupou funções de maior responsabilidade num local de trabalho onde as suas competências foram extremamente valorizadas. Descobriu também a vantagem de poder comprar o que desejava com o seu próprio dinheiro e, isto, particularmente, quando considerava que o marido tinha um lógica de hipercontenção financeira. Ela sentia-se tentada a ter um nível de vida um pouco acima daquele que conhecia em Portugal. São dados que permitem compreender melhor o que Luciana afirma ter acontecido no plano conjugal e familiar, e a propósito de uma pergunta sobre os conflitos, quando regressaram de França: "foi quando viemos de França. Eu avancei um bocadinho, abri o olho. Quando cheguei cá, ele modificou-se..."

Conta uma série de episódios de ciúmes do marido, acaba por afirmar que se vê obrigada a rejeitar trabalhos, que queria manter quer por brio profissional, quer para ter a sua independência financeira, pela oposição sistémica e "infernál" do marido. Ou seja, temos aqui um caso revelador da identidade pessoal feminina "descoberta" e reafirmada através do contexto profissional com impacto na vida conjugal e familiar. Aliás, as diferenças entre os cônjuges persistem ainda hoje, afirmando Luciana que além do problema de o marido se opor a que ela trabalhe, é também a sua idade (54 anos) que já não proporciona poder encontrar empregos compatíveis.

Vejamos agora um outro trajeto operário, também caso de "sucesso"¹⁸ É o de Mário Rego, um pouco mais velho que Ilídio, com 65 anos e casado há 36 anos com Conceição. Também extremamente conversador — não deixando de, tal como outros, aparentar sempre um reserva inicial — Mário é claramente o caso do hipertrabalhador. Ainda hoje acumula o trabalho de tipógrafo, "arte" que mantém desde sempre, com o de motorista. Como resultado desta permanente dedicação ao trabalho, tem uma situação financeira que não o preocupa. Mas a descrição da sua vida quotidiana é elucidativa: "(...) levanto-me às sete da manhã, saio às seis (18h) da firma, às sete, sete e um quarto, conforme as bichas que apanho, por vezes às oito vou para Alverca até às 11 (23h). (...) Quanto ao passado, conta-nos:

É verdade, tive uma vida dura, mas muito feliz, mesmo muito feliz, há colegas meus, coitados... mas também não fazem mais do que aquilo que ganham (...) porque eu ainda tive a felicidade de viver aquele ciclo normal; estava ali os anos

18

Claro que seria certamente possível ter encontrado casos de operários mais velhos que fossem de insucesso, mas também não será por acaso que os mais velhos possam contar histórias positivas e que os relativamente mais novos contem outras situações. Os dados de enquadramento que avançamos no início do capítulo contribuem para explicar estas e outras diversidades entre histórias pessoais.

que quisesse, chateava-me, havia facilidade de arranjar emprego, e eu como hipógrafo conheci mais patrões do que dedos tenho nas mãos. Mas todos me queriam, não é vaidade, modestia à parte.

A história de Ilídio e de Mário parece falar-nos de uma mesma lógica perante o trabalho. O brio profissional, o desejo de melhorar a vida persistindo no trabalho, o orgulho pelo desempenho socialmente reconhecido, mas também a consciência de ter vivido um ciclo que hoje não está mais em curso. E se esta é a lógica de ambos perante a profissão, veremos também que a propósito da vida conjugal e familiar, do papel da mulher e de outras dimensões valorativas, a perspectiva de Ilídio e de Mário são comuns, aproximando-se da perspectiva mais tradicionalista ou da forma de conjugalidade institucional que identificámos. Curiosamente, nem sempre as suas mulheres parecem aderir aos mesmos valores, facto que, apesar de tudo, é bem mais visível no caso de Luciana do que no de Conceição.

Quanto a Conceição Rego, actualmente reformada, o seu trajecto profissional foi interrompido poucos anos depois de ter casado. A justificar esta interrupção temos apenas a declaração do marido que afirma, numa lógica que também se pode considerar clássica: "porque eu fiz à minha mulher aquilo que havia de fazer realmente, casei, ela trabalhava eu trabalhava, mas passados uns tempitos (três quatro, anitos) disse eu, sacrífico-me, vou trabalhar, mas tu ficas em casa (...) dona-de-casa! Porque em casa é que é o lugar da minha mulher, para tratar de mim e do seu filho e eu cá estou a trabalhar; por isso é que eu trabalho doze, catorze, dezasseis horas por dia. Sacrifico-me para a minha mulher ser uma senhora dentro de casa e ter uma casa que não é rica mas onde se pode comer no chão!".

Este discurso prolonga-se de forma prolixa fazendo incursões no passado, para o que se passava em casa dos pais, para depois continuar em registo autocrítico (sou machista, pois sou difícil de aturar...) mas sempre afirmando e reafirmando a perspectiva mais tradicionalista. A parcimónia de Conceição Rego contrasta de forma evidente com a prolixidade do discurso do marido. Apesar de nos dar poucos elementos de informação percebe-se que tem uma versão acerca da sua profissão um pouco diferente da do marido. Tendo trabalhado numa firma de fabrico de artigos de cabedal, situação que tinha quando conheceu o marido e quando casou, dá ideia que depois passou a trabalhar em casa (talvez por isso não se tenha logo auto-identificado como doméstica mas como reformada). Mas não se chega a perceber bem, nem são muito conclusivas as suas palavras: "gostava do meu trabalho. Gostava (...), era isso que me realizava, porque é mesmo assim, eu tinha hipótese de trabalhar em casa (...)".

Certo é que esta perspectiva não é coincidente com a do marido e que não encontramos aqui a apologia da mulher doméstica tão bem ilustrada nas palavras de Mário. Comparando estes discursos com os dos operários

anteriores vemos que os últimos são pró-activos no discurso tradicionalista em relação ao casamento, à família e ao trabalho e autonomia das mulheres. Representam de forma viva a incorporação do modelo de divisão funcional dos papéis, que é, sobretudo no caso de Mário, extremamente bem ilustrado — a disponibilidade total para o sacrifício e o desempenho do papel de principal provedor económico, de resto, não parece corresponder a mera retórica, a julgar pela descrição do seu dia-a-dia.

Já no caso de Ilídio, com o mesmo pano de fundo ideológico, o discurso está lá mas não parece tão acentuado. Talvez jogue aqui o facto de o projecto de emigração — e o objectivo de ganho máximo no mais curto espaço de tempo — ter imposto um parêntesis na retórica e na prática do modelo da diferenciação de papéis e o trabalho da mulher no exterior tenha sido racionalizado como necessidade no cumprimento desse projecto. Mas a atitude que mantém quando regressa — opondo-se então ao desejo de actividade da mulher — denota perfeitamente a lógica tradicional subjacente.

O que em termos globais podemos aprender com estes dois casos sobre a posição dos entrevistados perante o trabalho, são práticas e representações diferenciadas para os dois sexos. No caso das mulheres confirmámos o que já tínhamos visto atrás nestes sectores sociais: as mulheres valorizam o trabalho profissional, quer nas suas dimensões extrínsecas quer intrínsecas (no caso destes sectores sociais mais as primeiras do que as últimas). Mas o que nos dois casos, que obviamente não podemos extrapolar em demasia, parece mais relevante é que, tratando-se de mulheres que viveram a sua idade adulta na época de forte ênfase na defesa dos benefícios do modelo da mulher doméstica, não só não as vimos fazer a defesa desse papel, como notámos a adesão "identitária" à profissão através do reconhecimento das competências. Era claramente o caso de Luciana. Trata-se de um caso semelhante ao de outras operárias mais novas de que falámos atrás.

No caso dos homens, parece haver uma mesma lógica que explica quer a posição face ao trabalho quer a que se defende em relação à família e às mulheres — lógica de estabilidade profissional, qualificação e empenho no trabalho, possibilitadora de elaboração de um projecto a longo termo, produtora de identidade pessoal e social construída fundamental e quase exclusivamente a partir do esforço profissional e que aparece associada a uma visão de diferenciação dos papéis entre homens e mulheres.

Eles levavam o trabalho a sério — impunha sacrifícios e dedicação — mas era compensador e permitia dar de si uma imagem de plenitude, de pesos realizadas. Ser um profissional competente — saber da arte, ter competências reconhecidas pelos patrões e pelos pares — ser trabalhador, sustentar a família, ser bom provedor e, assim, ser feliz. Era isto que era esperado de um homem destes sectores sociais, tais eram os sinais exteriores da sua "masculinidade". Quanto às mulheres, delas se esperava o desempenho de papéis diferentes — serem boas mães, boas gestoras do lar. Papéis femininos

diferentes, complementares, mas também considerados socialmente inferiores, embora por vezes a ideologia procurasse edulcorar o modelo. Este tipo de percepção do trabalho e dos papéis familiares a ele associados surge também nesta época e no contexto de uma nova vaga industrial — mesmo tímida mas não inexistente — que em Portugal se retoma no final da segunda guerra mundial. Mas o que para muitos parecia um arranjo estrutural, quase definitivo — quer aqui, quer nos países em que o mesmo processo se gerou — vem a revelar-se esgotado nos finais de setenta.

Como vimos atrás, a desindustrialização não só transforma a posição dos homens em relação à profissão — “desvirilizando-a” como já referimos — como muda a posição relativa das mulheres, já que é exactamente na mesma altura que elas entram em massa no mercado de trabalho. Estas mudanças perante a actividade profissional estão também associadas a mudanças no plano das ideias e da distribuição dos papéis familiares entre os sexos.

Pudemos “ver”, a partir das palavras dos entrevistados, essas mudanças mais globais. Se nos lembrarmos dos discursos sobre a actividade profissional dos operários mais novos — referências desencantadas, pouco projectadas no futuro, com queixas sobre a instabilidade ou a desqualificação do trabalho — notamos que eles traduzem uma atitude face à profissão diferente da dos mais velhos, também porque estes nos falam a partir de uma época e de um contexto profissional completamente diferentes. A consciência dessa diferença em relação ao presente atravessa, de resto, as entrevistas dos mais velhos que falam nesse passado de “ciclo normal” e “feliz”.

Os mais novos, por outro lado, não fazem a apologia da mulher doméstica, sublinhando perspectivas mais companheiristas. Concorrendo aqui, porventura razões pragmáticas já que hoje para ter um nível de vida minimamente aceitável — e não estamos a falar de “consumo” mas de estrita sobrevivência ou de acesso a bens básicos como uma casa — se torna indispensável o contributo de dois salários. Não estará também esta perspectiva de maior paridade e companheirismo ligada à protecção contra a precariedade e ameaça de desemprego? É que se no modelo anterior parecia, embora sem ser dito, que a vida repousava numa presunção de estabilidade da fábrica e do emprego, no modelo actual o implícito é justamente o contrário — a precariedade, a instabilidade, a incerteza no dia de amanhã. Assim, além de outros significados, que as próprias mulheres lhes atribuem para dele tirar vantagem, o trabalho feminino constitui também, nestes sectores sociais, um espécie de protecção e segurança acrescida do grupo doméstico. O que, logicamente e no contexto mais global desta época, só pode estar igualmente associado a maior democratização das relações familiares e a uma certa perda da preponderância masculina na exclusividade do desempenho de um papel. Embora essa erosão e perda de preponderância no plano das ideias não se traduzam imediatamente e automaticamente nos comportamentos.

As histórias dos entrevistados a partir de indicadores diversos como a

idade e os anos de duração do casamento mostram-nos, assim, essas transformações sociais mais globais que atravessam o mundo do trabalho e se relacionam depois de forma directa e indirecta com as expectativas, práticas, representações e valores, a propósito da vida conjugal e familiar.

Sectores intermédios: entre o investimento e o desinvestimento profissional

Graciete Gomes de 47 anos e Abílio de 54, são os dois técnicos das contribuições e impostos. Casados há 24 anos, têm uma filha de 21 e uma história de vida que passa pela vinda de Angola — contexto em que se conheceram — para Portugal, em virtude da descolonização. Em termos profissionais, no entanto, não houve alterações significativas, já que sempre estiveram, lá e cá, ligados à mesma actividade no âmbito da função pública. Tal como nalguns casos já analisados, passa-se com este a situação que se traduz em maior mobilização pela profissão da parte da mulher do que da parte do marido. Abílio diz mesmo que nunca gostou das finanças e que preferiria ter desempenhado a sua actividade num banco: “eu nunca gostei deste trabalho de impostos. Foi a coisa que se arranjou e agora tenho de aguentar”.

Quanto a Graciete diz-nos que sempre gostou muito do trabalho, embora no momento presente se confesse desgostosa pelas remodelações recentes que se deram na actividade que desenvolve. O desejo de mudança da situação é bastante atenuado, porque se projecta na perspectiva da reforma para a qual lhe faltam apenas 4 ou 5 anos. Quanto ao marido, a ideia de mudar no plano profissional também não surge como relevante, de forma coerente, aliás, com um certo conformismo bem demonstrado nas suas próprias palavras: “eu acto que não mudava nada; dentro do possível está bem assim”.

Estela Costa de 59 anos, mãe de 4 filhos que têm entre os 25 e os 18 anos, actualmente funcionária administrativa, ex-professora do ensino secundário em Moçambique, partilha a perspectiva de Graciete de uma certa desilusão quanto à profissão:

isto aqui é uma frustração; este trabalho é um trabalho sem esperança, não tem mérito nenhum, não é nada criativo, corta-nos toda a criatividade (...) quando estou aborrecida com o trabalho em casa nota-se.

Estes dois casos, que têm em comum a passagem pelas ex-colónias, podem também, num certo sentido, testemunhar uma experiência de mudança forçada e o reviver nostálgico ligado ao passado. Sendo boa a interpretação estas declarações poderiam não significar necessariamente e apenas o desinteresse pela profissão actual mas também um sentimento de perda de um espaço, de um modo de vida que nunca mais pode voltar. Em todo o caso, situações deste tipo poderão, noutras pessoas, ter suscitado reacções diversas. Teríamos

aqui, talvez, a conjugação de actividades profissionais actualmente pouco alienantes, com determinadas características do foro psicológico e ainda com uma noção de fim de ciclo associada à idade, como veremos melhor.

Francisco Costa, 55 anos, marido de Estela, com quem está casado há 27 anos, de modo algum partilha a perspectiva da mulher perante a actividade profissional. Sente-se de tal maneira identificado com a profissão de assistente de bordo numa companhia aérea que teve oportunidade de reformar-se mas recusou. Encara o trabalho como uma actividade:

(actividade) que distrai e onde há um bom relacionamento embora superficial (...) gosto do trabalho e vou sentir muito a sua falta.

Acrescenta ainda que o trabalho "equilibra-o". Quanto ao trabalho da mulher acha, em contrapartida, que ela, apesar de preferir trabalhar a estar em casa — "associa a casa a tarefas domésticas e estar em casa incomodá-la-ia muito e ainda a tornaria mais descontente" — sente que o trabalho dela não a satisfaz e que é um pouco medíocre. Quanto a perspectivas de mudança, Estela situa-as no plano do trabalho dizendo que gostaria mais de ter um trabalho criativo (pintura, escultura, cerâmica) enquanto Francisco insiste mais nas mudanças no plano da família — ter mais tempo de lazer e sobretudo conseguirem passar juntos esse tempo.

Genoveva Gonçalves tem 44 anos, trabalha num banco e passou recentemente dos serviços centrais para o atendimento ao público, função que afirma ser do seu agrado. Mas quando lhe perguntamos como se sente em relação à profissão imediatamente mostra que não alimenta grandes expectativas: "se tivesse tirado um curso superior tinha outro tipo de aspirações, mas de uma maneira geral com estas habilitações (7.º ano antigo) isto é o que um pessoa faz". Isto é, trata-se de um trabalho em que tem um horário normal, que não afecta a vida de casada e que desempenha sem grandes problemas, mas também sem grande entusiasmo. Já com Fernando, com quem está casada há 21 anos e de quem tem dois filhos, de 17 e 13 anos, o caso é ligeiramente diferente. Fernando apesar de desenvolver um trabalho de escritório de "navegação e transitário" é sócio-gerente da firma, o que lhe permite viver a profissão de forma mais intensa. Diz que o seu trabalho é: "muito giro (...) falamos com todo o mundo (...) há dias em que falo mais de três línguas diferentes (...) só que é um *stress* tremendo tudo tem que ser num *timing* preciso senão aquilo não chega, se chove, se faz sol, se há pessoal, se não há pessoal, se há queixas se não há queixas, tudo isso é um *stress* tremendo (...)".

É assim um trabalho com o qual se identifica e se sente pessoal e profissionalmente realizado. Tal como outros entrevistados, Fernando passou pela experiência da guerra colonial que lhe deixou fortes marcas, tendo mesmo sido ferido em combate. O relato que faz do período anterior mostra-nos

também as relações que se estabeleciam nesta época entre trabalho, casamento e serviço militar:

a tropa cortava-nos a vida mesmo. Eu estive quatro anos na tropa e tive a vida praticamente suspensa, mais os anos antes em que um gajo vivia obcecado com aquilo, não podia arranjar emprego, não podia fazer não sei quê (...) depois ou regressava ou não regressava, eu por acaso regresssei; é uma coisa que hoje não se compreende lá muito bem (...) toda a minha geração a partir dos dezoito anos passávamos a andar à rasca, porque se você perdesse o emprego estava feito, porque já não arranjava emprego (eram obrigados a manter o lugar vago para quando voltássemos da tropa).

A vida de Fernando ficou assim "cortada" nesses quatro anos e só quando regressou da guerra conheceu Genoveva com quem casou aos vinte e seis anos. O caso de Fernando ilustra claramente o efeito já referido de ter a vida em suspenso durante quatro anos, situação com que se confrontaram praticamente todos os jovens do sexo masculino daquela época.

Arlete tem 48 anos e é técnica de contas de uma multinacional. Diz-nos que gosta do que faz e que o trabalho exige dela — particularmente por estar numa multinacional — mais de 100% de dedicação. Quanto ao seu percurso profissional diz-nos que já passou por várias fases e que estas se relacionam, de modo geral, com o próprio percurso profissional do marido. Durante uma fase em que o marido trabalhava por conta própria e, por isso, acabava o seu trabalho mais cedo, ela viveu um período muito difícil porque ele não compreendia que ela tivesse que corresponder às exigências profissionais que lhe impunham na empresa onde trabalhava e que fosse obrigada a sair mais tarde. Este tipo de "dependência" e esta incompreensão do marido incomodava-a francamente. Era um dos pontos de atrito que, entretanto, com o tempo e, sobretudo, com a mudança em termos profissionais dele, acabou por se esbater.

No plano da relação entre a actividade profissional e a vida familiar Arlete que tem dois filhos já crescidos, com 20 e 17 anos de idade, por enquanto não acha que seja necessário introduzir qualquer mudança. Planeia, no entanto, para os fins dos cinquenta, reduzir a sua actividade a tempo parcial para poder desenvolver outras actividades como acabar um curso de Inglês, fazer ginástica, etc.

Se olharmos este grupo dos sectores intermédios no seu conjunto verificamos que parece fazer-se sentir, pelo menos nalguns casos, e aqui tanto de homens como de mulheres, um certo efeito de cansaço perante o trabalho. Tudo parece apontar para uma noção de que neste plano o essencial já está jogado, o que sucede tanto mais, como é normal, quanto a idade dos entrevistados se aproxima da idade da reforma. Mas parece haver aqui outro efeito. É que quanto mais satisfeito se está na profissão menos a ideia do fim da vida

activa aparece, menos se aposta numa lógica conformatada e mais se parece defender uma perspectiva negociada de abrandamento da actividade nos casos em que ela é possível. Ou seja, muito mais do que um efeito de final de ciclo de vida activa, ou desejo em abstracto de parar, estamos perante uma reacção que parece depender mais do nível de realização ou de satisfação com o trabalho do que com outra variável qualquer. O facto de encontrarmos no conjunto do grupo — e em particular nas mulheres — menor indicação global de satisfação com o trabalho do que encontramos no grupo anterior, pode relacionar-se também com o facto de haver agora menor qualificação académica. Como a entrevistada Genoveva Gonçalves sugere, a tendência tem sido sempre, até aqui, para uma correlação positiva entre nível de formação de ensino superior e nível de realização pessoal e profissional.

Sectores com formação universitária: maior proximidade da realização profissional deles e delas

Perspectivas sobre o trabalho que salientem os seus aspectos intrínsecos e que o valorizem numa lógica de realização pessoal são muito mais frequentes nos sectores sociais com mais escolaridade e, basicamente, pelos que detêm formação de Ensino Superior. É isso que se notou atrás quando comparámos com o grupo dos operários os universitários do sexo masculino casados há 10 anos ou mesmo há menos de 20 anos. No grupo dos que estão casados há mais tempo, que acabámos de analisar, estas diferenças parecem, em todo o caso, um pouco esbatidas. Embora o uso das palavras seja diferente, não será que dizer que se foi "feliz" no trabalho — como vimos os operários mais velhos referir — equivale justamente a dizer que se está ou se sentiu realizado? Se nos detivermos no sentido dessas expressões é esse o lado que transparece. O facto de se ter tratado de um ciclo "positivo", com oferta de trabalho operário abundante e perfil de estabilidade no emprego pode também contribuir para esta versão mais feliz da posição perante o trabalho. E ainda é possível relacionar estas afirmações, se se tiver em conta uma possível tendência de esbatimento à distância dos aspectos negativos relacionados com a profissão, já que estes depoimentos se localizam quase no final da vida activa dos entrevistados. Mas mesmo depois de descontados estes efeitos, o que nos fica é a imagem de uma identificação positiva com o trabalho, tal como vai ser agora ainda muito mais sublinhado no caso os que têm formação de ensino superior. Só que nestes casos é mesmo através do uso de termos como "realização profissional" que nos é dada essa perspectiva. Vejamos como.

Henrique, 56 anos, engenheiro-chefe de uma grande empresa, é casado há 27 anos com Rita Tavares, professora do ensino preparatório. Têm 4 filhos com idades entre os 26 e os 14 anos. São os dois de origem burguesa — ele filho de grandes proprietários rurais, ela filha de proprietários industriais. As

perspectivas sobre a actividade profissional de Henrique constroem-se, como seria de esperar, à volta da valorização da carreira e da ideia de plena realização profissional.

Sinto-me plenamente realizado, neste momento. Não foi o caso durante certas alturas da minha vida, mas neste momento sinto-me.

A trajectória profissional de Henrique, como se pode perceber tanto pelo que nos diz a mulher como pelo que ele próprio avança, passa por momentos em que foi obrigado a estar fora muito tempo ou, em outras ocasiões, em que se via obrigado a trabalhar por turnos. Situações que a mulher afirma terem tido efeitos negativos sobre a vida conjugal. Com a subida na carreira essas questões deixaram de se colocar.

Quanto a Rita sente-se também realizada:

eu gosto muito do meu trabalho. Sou professora porque gosto mesmo de ensinar (...).

Henrique, por sua vez, quanto à actividade profissional da mulher, também defende a mesma perspectiva "Gosto que ela trabalhe; é um trabalho que se enquadra bem com o feito dela e penso que ela também se sente realizada". O facto de ter 4 filhos não impediu Rita de ter trabalhado no exterior como professora e de afirmar que para ela é importante o trabalho e o contacto com os miúdos. Se pensarmos em casos de outras mulheres que eram professoras do ensino preparatório surgem-nos logo outros exemplos.

O caso de Marta Varela é completamente convergente com este. Lembra-se que esta jovem com formação universitária tinha um filho de 13 meses, estava grávida de outra criança e continuava com o projecto de trabalho com imenso vontade e empenho. Como se disse na altura, não se trata evidentemente de um projecto de carreira no sentido clássico de uma carreira "masculina". Trata-se da tentativa de manter uma actividade que se considera gratificante e num certo sentido em prolongamento ou complementaridade com a lógica familiar e materna. Lógicas complementares cujas arestas poderiam ser limadas pelo recurso, dadas as maiores disponibilidades financeiras, mas mais no caso de Rita do que no de Marta, ao trabalho doméstico pago.

Mas também vimos atrás exemplos de professoras do preparatório em divergência completa com as afirmações de Rita. Lembra-se o caso de Beatriz Martins que, sensivelmente da mesma idade e em situação idêntica à de Marta, não se identificava de todo com o trabalho de professora que, além de tudo o mais, era ainda precário. Expectativas diversas quanto ao futuro, idiossincrasias pessoais e até contrastes ideológicos podem explicar essas diferenças. E deveria até sublinhar-se talvez o papel das ideologias na explicação dessas distinções porque, na verdade, quer Rita quer Marta são ambas católicas

praticantes e embora com ligeiras diferenças entre a mais velha e a mais nova a religião parece servir de guia importante na vida de ambas.

Vejamos agora o caso de Fernando Valente, 54 anos, licenciado em economia e técnico de organização numa grande empresa. Ele é casado com Sónia, 52 anos, técnica intermédia numa empresa, com formação inicial no magistério primário e com dois filhos com 26 e 20 anos de idade. Ambos se afirmam realizados com a profissão. Fernando afirma que, apesar de se sentir bem, há uma certa rotina instalada e que por isso não tem uma profissão empolgante. Mas atribui-se a si mesmo a responsabilidade, já que diz que poderia ter lutado — se se mexesse mais — por um lugar, naquela ou noutra empresa, onde pudesse praticar mais a sua profissão de economista. Mas quando acabou o curso estava na empresa "que não era obrigada a criar um cargo só porque eu me tinha licenciado" e foi-se deixando ficar como técnico de organização. Sónia diz que "gosta muito do trabalho" e refere apenas uma fase, quando as crianças eram mais pequenas, em que sentia dificuldade em gerir as duas coisas: "quando estava bem no emprego estava pior em casa ou então acontecia o inverso quando estava bem em casa não estava bem no trabalho". Agora diz que esse período passou e que se entrega com gosto ao trabalho que a absorve imenso e é muito cansativo. Ambos trazem trabalho para casa mas é sobretudo ela que afirma tenderem as preocupações com o emprego, por vezes, a invadir o espaço doméstico.

Outro caso em que a realização profissional parece ser comum aos dois membros do casal é a situação de Fátima Carrapeto, com 44 anos e de Pedro com 49. Mas não deixam de se fazer sentir ligeiras diferenças de perspectiva entre os dois membros do casal. O percurso profissional de Pedro casado há 23 anos com Fátima e com dois filhos de 21 e 18 anos, construiu-se todo à volta de uma especialização na área de recursos humanos, domínio em que trabalha há 29 anos. Trabalhou em várias empresas, estando nos últimos anos mais estabilizado numa. Comenta que a sua área de trabalho é pouco valorizada pelas empresas, que têm sempre uma perspectiva muito economicista e imediatista. Afirma que se deixou acantonar numa área demasiado específica e que agora já é tarde para mudar. Quando instado a responder sobre se a actividade profissional afecta a vida conjugal, acaba por mostrar um pouco mais da sua perspectiva perante o trabalho:

nunca entrei nessas (situações) que estiveram na moda até há pouco tempo de a pessoa ter de estar na empresa até à meia-noite... quando depois não faziam nada durante o dia para depois ficar até à meia-noite. Penso que a profissão é apenas uma coisa que eu faço e não é a mais importante, isto é, relativizei sempre muito a actividade profissional.

Fátima conta-nos que se sente perfeitamente bem como professora, afirmando que o que gosta mesmo é de dar aulas. Tem um percurso profissional de

grande dedicação à escola secundária a que pertence, tendo mesmo durante algum tempo pertencido ao conselho directivo. Quanto se referiu ao impacto que a vida profissional tem na vida doméstica acaba por mencionar que houve uma altura em que o marido não encarava nada bem que ela saísse muitas vezes à noite num período de trabalho particularmente intenso e afirma que isso o levou a ele mesmo a voltar à estudar. Na verdade, só há três anos Pedro decidiu acabar a licenciatura. Só tinha completado o bacharelato antes de ser obrigado a inscrever-se no serviço militar e a ir para a guerra colonial. Terá sido, assim também, o maior empenhamento dela que contribuiu para a decisão de Pedro, embora ele pareça igualmente influenciado pela situação de ameaça relativa da sua própria inserção profissional.

Com efeito, é Fátima que nos diz que ele tem passado uma fase difícil na empresa. Embora nestes sectores profissionais as questões não se coloquem da mesma forma que se colocam nos sectores operários a redução de efectivos surge em muitas empresas como real ameaça a muitos trabalhadores, produzindo graves problemas pessoais. Pedro sente-os duplamente — por um lado, porque desempenha uma função profissional através da qual contacta com estas situações mas, por outro lado, porque ele próprio se poderá sentir mais ou menos ameaçado.

Falámos atrás da guerra colonial afirmando que era neste grupo de duração de casamento que se concentravam mais os casos em que ela nos foi invocada como produzindo alterações na vida familiar a começar pela idade mais tardia em que se inicia a conjugalidade, sobretudo no caso dos licenciados.¹⁹ Ora este casal é precisamente um dos que, quer pelo lado dele quer pelo lado dela, o problema desse impacto é abordado. Na verdade, não foi só a forma como decorreu o namoro (4 anos, dois dos quais ele esteve fora de Lisboa e outros dois na Guiné) como depois a primeira fase da vida conjugal se tornou difícil dados os abalos psicológicos e as marcas da guerra de que Pedro sofria quando voltou.

Mas no que mais directamente se pode relacionar a guerra colonial com a actividade profissional e com o casamento é o facto de se verificar que Pedro não termina a sua licenciatura, sendo mobilizado para a tropa antes de acabar.²⁰ O que dá origem a uma situação de desfasamento entre ela e ele tendo Fátima mais formação escolar do que o marido. Diferenças deste tipo entre os cônjuges, embora possam mais tarde vir a ser esbatidas, ocorreram com

19 A pergunta sobre a participação na guerra, como é óbvio, não constava do guião mas na maior parte das histórias dos entrevistados com estas idades surgiram espontaneamente, como seria de esperar, referências ao acontecimento dado o carácter obrigatório do alistamento militar nessa época.

20 Provavelmente por não ter tido aproveitamento escolar, situação que também acontecia com alguma frequência, já que o adiantamento na participação militar estava também condicionado a esse aproveitamento.

alguma frequência nesta época e nestes contextos sociais. Vejamos outro caso em que o mesmo tipo de situação ocorreu.

Lília Vasconcelos, 46 anos, economista e quadro dirigente numa grande empresa, casada com Álvaro há 22 anos, com dois filhos de 19 e 14 anos é, deciddidamente, uma mulher de carreira:

eu não sou uma pessoa que ponha a carreira profissional acima de tudo, mas dá-me um certo gozo ter uma carreira profissional interessante, faço coisas de que gosto e tenho bastante responsabilidade...mas não é de modo nenhum o único objectivo da minha vida (...) é uma parte importante porque reduz também a importância da casa e da vida familiar e a relação com o marido e os filhos e acaba também por nivelar o tipo de interesses e preocupações.

Nota-se desde logo nas suas palavras uma preocupação de não dar uma imagem de mulher de carreira que subestima a vida familiar. Tal preocupação pode revelar como está negativamente conotada a ideia de uma mulher excessivamente centrada na carreira profissional quando tem família. Na verdade, nenhum dos homens muito centrados na profissão nos falou desta forma, relativizando a carreira ou falando da família como lugar de idêntico investimento. Provavelmente a ideia nem sequer lhes ocorreu, porque é suposto que, no masculino, o excessivo centramento na profissão não se traduza em menor atenção à família, o que não é "natural" que aconteça quando se trata de uma mulher.

Mas, fechando o parêntesis, o facto de Lília se sentir muito atraída pela profissão, não implica que tenha uma visão idealizada quer da actividade profissional, quer da própria vida familiar. Ela dá-nos uma versão bem realista das coisas:

em relação ao trabalho é como no casamento, dá-me muito gozo nalgumas coisas e muita chatices noutras. É muito absorvente neste momento (...) acabo por ter de passar muitas horas, de mais, à volta disto (...).

Estas afirmações são depois completadas com um balanço que aponta para a consideração de que há um certo equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar. Mas é também aí que Lília sublinha que gostaria de ter mais tempo para actividades de carácter lúdico.

O percurso profissional de Álvaro parece ter tido o sentido inverso do de Lília. Com efeito, é nos primeiros anos da sua vida de casados que se projectou mais na profissão quando desenvolveu a actividade de jornalista. Por agora, segundo as suas palavras, a actividade que desenvolve numa empresa de consultoria parece agradar-lhe sem o entusiasmar particularmente. Este sentido inverso dos percursos profissionais dos dois é ainda mais acentuado por Lília. De certa maneira, ela lamenta essa fase inicial em que a profissão

absorvia Álvaro de tal maneira que ela se sentia muito sozinha e com dificuldade em conciliar a sua própria actividade profissional com a educação das crianças ainda muito pequenas.

Tudo parece apontar para um certo sentido de injustiça, já quando ela afirma que a sua postura colaborante, naquele altura, "sacrificando a minha própria vida profissional para assegurar a vida familiar e para que ele pudesse fazer aquilo de que ele gostava" não tem, no momento presente, idêntica contrapartida. É Lília agora que está muito mais apostada na profissão do que ele que, segundo as palavras dela, não quer senão "reformular-se". E não sente que Álvaro lhe ofereça os apoios que ela, no passado, lhe proporcionou. Este sentimento ou ressentimento faz-se sentir noutras afirmações quando ela, por exemplo, se espanta ao ver os seus colegas, jovens quadros da empresa, muito mais envolvidos no nascimento dos filhos do que alguma vez o seu marido terá estado, ou até a considerarem normalíssima a obrigaçãõ de lhes mudarem as fraldas.

Com esta descrição pretende-se sobretudo chamar a atenção para dois aspectos. O primeiro refere-se a estes efeitos que se podem intitular de retroacção do presente ao passado e de novo regresso ao presente. Na verdade, podem fazer-se uma espécie de balanços ou de ajustes de contas ao avaliar como a vida conjugal poderia ter sido tão menos complexa e difícil se o comportamento do outro ou do próprio tivesse assumido contornos diversos. Isto é, o que hoje é considerado normal, mas não aconteceu no passado — por exemplo, os homens darem mais atenção às crianças ou mudarem-lhes as fraldas — pode afectar o balanço que se faz da vida conjugal que ainda corre. Como se a mudança recente de valores pudesse lançar uma espécie de mancha sobre o passado — afinal era tão simples, bastava que ele tivesse feito o que hoje todos fazem... No caso de Lília, aliás, este género de expectativas, de maior colaboração do marido na fase inicial do casamento, não seriam muito estranhas. Há que ter em conta, com efeito, que se tratava de estudantes da geração de sessenta os quais, pelo menos no plano das ideias, pareciam genericamente favoráveis à partilha das tarefas e a maior igualdade entre homens e mulheres. Neste plano com os homens, contudo, tal como se verá melhor à frente, tudo se passava como se "a cabeça mandasse e o corpo não obedecesse".

Admitindo a efectividade destes efeitos de retroacção, eles sugerem as múltiplas influências que as mudanças de valores podem ter no decurso de uma vida conjugal longa. As pessoas casam incorporando os valores da época — o que é esperado do comportamento dos homens ou das mulheres, por exemplo — mas ao longo da vida conjugal esses mesmos valores vão sendo mudados de tal modo que o que era considerado estranho ou desajustado no início do casamento pode passar a ser considerado normal anos depois.

Ora, mudanças deste tipo foram particularmente visíveis em Portugal, onde, como se sabe, houve transformações rápidas e com diferentes níveis de sobreposição. Verificar-se-á este tipo de efeitos de retroacção em muitos

outros casos? Não será que a percepção do bem-estar conjugal — mesmo no presente — possa ser afectada por esses balanços secretos de um deve e haver, de um “o que poderia ter sido”, dependente também das mudanças de práticas e de valores posteriores? Se tais efeitos podem não ser generalizáveis eles colocam, em todo o caso, hipóteses de investigação interessantes. De que modo a memória conjugal e os balanços que a cada momento se vão fazendo sobre a relação vivem também de um olhar subtilmente marcado pelo presente que reorganiza a forma de olhar o passado e marca a própria visão do momento?

Parece claro, com efeito, que uma história conjugal pode ser totalmente reconstruída ao ponto de o que parecia um sacrifício adequado tornar-se mais tarde uma injustiça a que se foi submetida(o). Nalguns casos de divórcio nota-se claramente esta reconstrução da história conjugal pronta a recontar a vida de outra maneira, de forma mais adequada à visão do presente. Interessante é verificar como o caso de Lília ilustra, que esta contaminação pode ser também verificada em casamentos que não conheceram a ruptura conjugal. Em linguagem teórica, o que acabamos de exemplificar são os efeitos de estrutura e de conjuntura que condicionam, de forma articulada, a conjugalidade, como noutro lugar se desenvolve em mais pormenor (Torres, 2002).

A história deste casal é também exemplar, por outro lado, a respeito da forma como a guerra colonial atravessa as suas vidas e se interpõe igualmente nas opções profissionais. O depoimento de Lília a este respeito é longo mas vale a pena transcrevê-lo. São respostas a mais do que uma pergunta, mas que aparecem, basicamente, à volta da questão sobre se tinha “receios” em relação ao casamento.

Na altura, a nossa principal preocupação era de cariz político, a que se ligava à tropa e à incerteza em relação à nossa vida. Em relação ao casamento a principal insegurança que tinha era ‘ele ainda tinha que fazer a tropa primeiro’; logicamente iria para o ultramar onde estava o meu cunhado e o meu irmão e isso dava uma incerteza muito grande em relação ao casamento porque havia um risco físico efectivo (...) esse era o nosso problema principal, (...) nada nos afli-gia tanto como a incerteza que era ... não arranja emprego enquanto não fizer a tropa (...) a tropa era um incógnita muito grande (...).

Lília e Álvaro acabam por casar antes de ele ter ido para a tropa, porque enquanto tanto não acabou o curso. Ela, pelo contrário, terminou-o e empregou-se logo que pôde. E continua:

nós chegámos a um determinado ponto em que... havia outros também que já se tinham casado dentro desta incerteza toda (...) era uma coisa mais ou menos normal estar aquele tempo todo à espera que ele fosse ao ultramar e viesse,

eram 4 anos bolas! Eu estava a ficar com 24 anos, casava muito tarde; também não tinha muito sentido viver assim...

Por isso resolveram casar. Álvaro foi para a tropa mas não chegou a ir à guerra porque entretanto se deu o 25 de Abril.

Este depoimento mostra bem a dureza das condições existentes e as implicações das escolhas matrimoniais. Mas, como também já vimos com Fátima, estes casos mostram como as mulheres tendem a estar, por um lado, mais avançadas em termos de escolaridade do que os homens — acabaram os cursos primeiro do que eles — e como, por outro, ingressam na vida activa logo antes de casadas e aí permanecem mesmo depois de ter os filhos. Aqui temos algumas das situações que, nesta época, ilustram e fundamentam a especificidade da situação portuguesa a propósito da inserção no mercado de trabalho de mulheres com formação de ensino superior. Com a particularidade de, no caso de Lília, se tratar na verdadeira acepção da palavra de quadro dirigente de uma grande empresa, ao contrário de outros casos de mulheres que eram professoras do ensino secundário.

É este último o caso de Alice Pinto, 46 anos, licenciada em engenharia química mas desenvolvendo a sua actividade profissional como professora do ensino secundário. Está casada há 22 anos com Vítor, 48 anos, psicólogo e têm 3 filhos de 21, 15 e 11 anos. Alice não tem, como Lília, uma perspectiva do trabalho como carreira profissional. Apesar de gostar e de se sentir realizada com a profissão, diz-nos que primeiro não tinha feito uma verdadeira escolha pelo ensino — “foi por acaso” — mas que, depois, sim: “foi por opção, fui para o ensino porque gostava (...) além ser uma experiência ótima em pedagogia, ajuda-me imenso com os meus filhos”.

Quanto ao trabalho de Vítor, psicólogo numa empresa na área de recursos humanos, Alice acha que ele é muito absorvente e que, dada à sensibilidade do marido, dá origem a imensos problemas. Ela considera que o marido vive em demasia os problemas da empresa o que acaba por se reflectir na sua saúde e no seu comportamento em casa.

O que fica claro no grupo dos universitários casados há mais de 20 anos é que a tendência mais frequente, quer no caso dos homens, quer no das mulheres, é a da identificação com a profissão e a da realização pessoal e profissional. Contudo, se é verdade que as mulheres investem de forma autónoma na actividade profissional, como Rita, Sónia, Fátima, Lília ou Alice, tal como os homens, a verdade é que elas têm mais preocupação em referir as relações entre profissão e vida familiar como relações que pretendam que sejam de equilíbrio ou que tendam para esse equilíbrio. Tal preocupação não surge nos discursos masculinos os quais apresentam descrições da vida profissional mais desgarradas dos aspectos da vida familiar. Estas diferenças não devem, no entanto, ser exageradas. No caso de Lília, cuja situação assume as verdadeiras características de uma carreira profissional, no sentido

tradicionalmente masculino, foi muito notória a preocupação da entrevistada demonstrar que não põe a carreira profissional acima das outras dimensões da vida familiar. Tal preocupação nunca surgiu no caso de um entrevistado do sexo masculino.

Vale ainda a pena chamar a atenção para o facto de ser frequente nos grupos domésticos em que um ou os dois membros do casal tenham formação universitária encontrar mulheres que desempenham cargos profissionais que não podem identificar-se totalmente com um lógica de carreira mas que nem por isso deixam de significar dedicação, empenho, realização pessoal e profissional e vontade de evoluir. Além de Sónia, quadro médio de uma grande empresa, encontramos essas características no grupo das professoras do ensino secundário, ainda que aqui fosse possível localizar algumas graduações que vão desde as que encaram a profissão como um prolongamento da função "feminina" materna e familiar, como era o caso de Isabel e de Alice, às que a perspectivam a partir das características intrínsecas da profissão e numa lógica de autonomia pessoal, como acontece com Fátima.

Em última análise, vale a pena olhar para o que se esconde por detrás dessas grandes categorias simplistas — emprego por necessidade, emprego numa lógica de carreira. Na realidade há um conjunto muito mais vasto de categorias a partir das quais se podem caracterizar as posições das mulheres face à profissão. Precaução que, como vimos, é indispensável também aplicar quando se analisam as atitudes dos homens. Assim, nem encontramos mulheres apenas centradas no materno e no familiar utilizando o trabalho numa lógica estritamente económica e periférica no plano dos interesses pessoais, nem vemos homens necessariamente envolvidos e dedicados à profissão numa lógica exclusiva de carreira e inteiramente identificados com ela. Voltaremos a este assunto.

Não se enquadrando no conjunto dos que têm formação universitária, o casal que vamos referir em seguida apresenta características que tornam adequado tratá-lo como caso à parte. António Pires empresário de um média empresa, tem 57 anos e é casado com Alda Pires, 52 anos e que é também sócia-gerente da empresa. Estão casados há 31 e têm três filhos de 24, 22 e 16 anos. Não se pode dizer propriamente que António considere que tem uma profissão, nem parece ser nesta lógica que faça sentido analisar a sua atitude perante a actividade que desenvolve. É muito mais numa perspectiva de estatuto e de identificação total da sua personalidade com a empresa — tal como também tinhamos já visto no caso de João Luís Silva — sendo que no caso de António há ainda uma situação de mobilidade social ascendente. Este entrevistado é claramente o caso de um *self-made man*, orgulhoso do estatuto que detém e da sua obra, numa atitude de total controlo sobre a actividade da empresa a que se dedica quase a 100% numa lógica de obra feita. Dizemos quase, porque ultimamente decidiu completar a sua formação frequentando agora um estabelecimento de ensino superior. O seu lema parece ser "a empresa sou eu".

A mulher, pelo contrário, tem uma posição mais ambígua. Desempenhando um conjunto significativo de tarefas administrativas, ela queixa-se do facto de muitas vezes ter de trabalhar fora de horas que entram até pelo fim-de-semana. Percebe-se que apesar de ser co-proprietária, o seu estatuto dentro da empresa parece de relativa subalternidade em relação ao marido. Não tanto, talvez, por ausência de participação ou desinteresse da sua parte, mas mais por estilo de funcionamento do cônjuge para quem a chefia da empresa está ligada a uma clara afirmação de poder pessoal. Trata-se de um caso típico de visão assimétrica do estatuto masculino e feminino, que se prolonga da lógica da empresa à própria lógica de poder dentro da família.

Actividade profissional dos casados há mais de 20 anos: balanço e síntese

Vejamos alguns aspectos centrais ao balancear as representações e práticas dos entrevistados perante a actividade profissional, neste grupo de duração do casamento. O primeiro, refere-se ao facto de surgirem, pela primeira vez de modo nítido e vincado, as posições tradicionalistas a respeito da divisão de papéis entre homens e mulheres segundo as quais estas devem permanecer em casa assegurando as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos cabendo aos homens, no essencial, o papel activo, exterior e instrumental de provedor da família. Nos grupos de duração do casamento anteriores tais posições ainda não tinham aparecido com toda a clareza. Claro que elas, mesmo assim, não se constituem como dominantes junto dos casados com mais de vinte anos. Mas não deixa de ser significativo que seja só neste grupo que elas surtem, testemunhando, aliás, a mudança de valores que se verificou das gerações de casados mais velhos para os mais novos.

Vimos, assim, a defesa e a prática desse modelo sobretudo nos sectores operários — assumidas de forma mais clara pelos homens — e também a localizámos nas palavras de um dirigente de empresa. Reproduz-se desta forma nas entrevistas o que transparece nas respostas aos inquéritos por questionário, designadamente, a variação das representações, a partir das diferenças socio-profissionais e de grau de instrução, que vão do tradicional ao moderno na defesa dos papéis de homens e mulheres face à actividade profissional e à família. Claro que, nas entrevistas, estas posições aparecem mais fundamentadas mostrando os entrevistados como elas estão ancoradas nos seus trajectos sociais e biográficos, dando-nos a ver a "sua lógica", de onde nascem as suas convicções, as dúvidas e perplexidades.

Outro aspecto a destacar, e que diz respeito ao conjunto dos homens, é o facto de se notar em todos forte valorização do trabalho profissional em termos identitários, ainda que, com justificações algo diferentes. Na verdade, para os operários a identidade pessoal e social não só estão positivamente associadas ao trabalho — o que não se passava com alguns operários mais

novos, como vimos — como parecem estar totalmente dependentes deste. Os homens com formação universitária e com empregos próximos de lógicas de carreira, não deixando de revelar como esta esfera é importante para a sua identidade pessoal e social tendem a assumir uma posição mais distanciada face à profissão. Na verdade, chegam mesmo, nalguns casos, e talvez porque estejam em final de carreira, a revelar-se pouco entusiasmados como se o trabalho já não fosse capaz de lhes proporcionar quaisquer surpresas no plano da realização pessoal. Ora a expressão sugestiva “fui sempre feliz no trabalho”, que tinha surgido nas palavras de alguns operários e que dá bem conta dessa fusão entre pessoal e social, não surge naqueles que tem formação intermédia ou mesmo universitária e que parecem distinguir mais estas esferas.

Nos sectores intermédios, por exemplo, há homens que estão completamente desinteressados do seu trabalho — e sempre estiveram — e outros em contrapartida que o consideram uma actividade interessante dependendo desse interesse ou desinteresse de um conjunto variado de factores — leveza, rendimentos obtidos, variedade de contactos pessoais e de actividades. Não se trata como nos operários de colagem total entre identidade pessoal, social e profissão, nem de aspirar à realização pessoal através do desenvolvimento da carreira como nos que são quadros em empresas. Mas é, em todo o caso, um referente identitário importante.

No caso das mulheres encontramos também uma variedade de posições com um traço comum: a valorização da actividade profissional. Na verdade, seja numa lógica de carreira e de realização pessoal, ou como complemento das funções consideradas femininas, ou mesmo como veículo instrumental para ganhar poder através de uma relativa autonomia financeira perante o marido, o desempenho de um trabalho no exterior é valorizado por todas. Sem esquecer aquelas para quem essa valorização é uma memória relativa a um passado ou as que estão desiludidas ou desinteressadas, tal como alguns homens, do seu trabalho preferindo outra actividade profissional, que sabem, no entanto, ser já tarde para iniciar.

Outro traço comum ao conjunto das mulheres é ainda o facto de sublinharem com igual ênfase, como fonte de valorização e realização, a esfera da família de forma muito mais vinculada do que nos homens. Aliás, quando se trata de situações profissionais exigentes as mulheres tendem a sublinhar, desde logo, que não põem a carreira à frente da família. Sublinhado que nunca surge no caso dos homens.

Diferença curiosa entre os sexos sempre que estamos perante carreiras profissionais, neste grupo de duração do casamento, é que parece que as mulheres estão muito mais empenhadas e interessadas do que os seus cônjuges no desempenho da profissão. Hipótese explicativa para esta diferença pode mais uma vez encontrar-se nos chamados efeitos de género. Se, como se mostrou na fase da instalação as mulheres com formação universitária tendiam para uma situação de *stand by* quanto ao investimento profissional, devido às

responsabilidades familiares em que tinham também papel principal, e se, depois, entre os 10 e os 19 anos de duração do casamento quando os filhos já são um pouco menos dependentes, apareciam a reinvestir na profissão e em formação, está certamente em causa um desfasamento de ritmos entre os dois sexos quanto à carreira profissional. Na fase posterior, aquela que captamos agora, com os casados há mais de 20 anos, elas estarão ainda em fase de investimento e eles já estarão numa fase em que o essencial, em termos profissionais, está jogado.

Para finalizar vale a pena ainda referir que, como é lógico, esta fase de duração do casamento é mais densa em histórias, tempo decorrido, acontecimentos. Neste caso particular as entrevistas estão ainda marcadas, porque a vida dos entrevistados também o foi, por eventos importantes da história portuguesa recente. Aparecem aqui, de forma muito clara, as dificuldades que atravessaram a vida de muitos, jovens na altura, que eram obrigados a cumprir o serviço militar e a participar na guerra colonial. Mas surgem também as histórias relacionadas com a revolução de Abril, quer pelos seus efeitos libertadores no plano das práticas e dos valores, quer igualmente pelos efeitos como a descolonização e todo o tipo de mudanças a ela associadas. Acontecimentos todos eles marcantes que interferiram de forma muito significativa na vida conjugal e profissional dos entrevistados, como pudemos verificar.

Significados subjectivos atribuídos ao trabalho profissional: algumas conclusões

Referiram-se, no início, objectivos específicos que se procurava atingir através do sentido subjectivo atribuído pelos entrevistados à actividade profissional. Os resultados obtidos em inquéritos por questionário confirmavam a dominância de uma perspectiva “moderna” a respeito do trabalho profissional feminino, isto é, a afirmação da desejabilidade de simetria entre homens e mulheres. Confirmariam igualmente as entrevistas idêntica dominância? Na verdade, embora a partir de justificações e argumentos de diferentes tipos, foi claramente esse o caso junto dos entrevistados. Ideia ainda mais sublinhada pelas mulheres, enfatizada pelos que tinham níveis de instrução elevados e pelos mais jovens. Concluiu-se, assim, que, em termos de modelo ideal, se aponta hoje para a imagem de uma mulher companheira do homem, igual em direitos e oportunidades, e que contribui tal como ele para o sustento da família em actividades exteriores.

Para além deste resultado global as entrevistas permitiram ver, de forma mais aprofundada outros aspectos. Assim, quando se procurava saber se as mulheres se projectariam mais na função materna e na família e menos na profissional, o que a análise de conteúdo permitiu concluir foi que as

mulheres, no seu conjunto e globalmente, valorizam simultaneamente a actividade profissional e a vida familiar. Os argumentos que avançam para essa valorização é que são diferenciados.

A essas diferenças não são estranhas as condições de existência. Para mulheres como para homens distinguem-se, a partir delas, formas de valorizar a actividade profissional, insistindo-se mais nuns casos em aspectos instrumentais e pragmáticos — ganhar dinheiro, ter autonomia e poder no contexto da relação — enquanto noutras se valorizam aspectos intrínsecos da profissão — a possibilidade de realização pessoal que ela oferece, o sentem-se identificados com ela.

Se nas respostas aos inquéritos por questionário podiam já ser lidas algumas destas representações, o que as entrevistadas trazem de novo é o sentido atribuído à actividade profissional. Assim se torna possível ir além das visões estereotipadas e contrariar algumas versões e interpretações apressadas.

No caso das mulheres, por exemplo, ficaram muito mais claras as motivações para o desempenho de actividade no exterior. Quando os rendimentos são baixos e os empregos precários, a ideia segundo a qual as mulheres trabalhariam por estrita necessidade teve de ser posta de parte. A actividade no exterior configura-se com um conjunto de vantagens: traz-lhes relações de sociabilidade, reconhecimento de competências, ganhos financeiros que significam poder na relação conjugal, maior auto-estima. Quem tem trabalhos penosos deseja mudar para outro tipo de actividade, mas não ficar em casa com os filhos.

Há, portanto, identificação positiva com a actividade profissional, por parte das mulheres destes sectores sociais, isto é, verificam-se ganhos identitários pessoais e sociais. São conclusões que contrariam as afirmações de que seria fundamentalmente em nome do bem-estar do colectivo da família que a mulher se sacrificaria a trabalhar no exterior, ou a perspectiva que devolve a imagem de uma mulher traída perante a actividade profissional e preocupada, no essencial, com a casa e com os filhos. Do quadro composto de elementos que justificam, em cada caso, a actividade no exterior, faz parte também, naturalmente, o projecto de ganhos pessoais. São ganhos que podem traduzir-se em coisas aparentemente simples: comprar na feira um pedaço de roupa sem ter de pedir dinheiro ao marido, comprar os móveis que se acha mais bonitos, ser elogiada no trabalho pelo seu desempenho em oposição à invisibilidade do fazer e refazer doméstico. Mas são exactamente essas coisas simples aquelas em que se joga o reconhecimento pessoal e social. Talvez seja este um dos sinais de mudança em relação a um passado não muito distante, em que o trabalho exterior se justificaria, sobretudo, por motivos mais familiares ou por estrita necessidade económica.

As mulheres de outros sectores sociais aderem positivamente à actividade profissional, confirmando que o modelo moderno, neste plano, está bem alicerçado na realidade portuguesa. Vimos que era principalmente

numa perspectiva de realização pessoal que as mulheres mais escolarizadas justificavam a sua actividade profissional.

No conjunto das entrevistadas mais velhas destes sectores mais instruídos, pudemos, aliás, reconhecer trajectos e motivos específicos para a actividade profissional. Recordou-se que os dados estatísticos mostravam alguma vantagem da situação portuguesa em relação a outros países europeus, nomeadamente, nos anos 60 e 70, quanto à actividade profissional das mulheres mais escolarizadas. Avançou-se como explicação para essas diferenças, a existência da guerra colonial (1961-1974) e a obrigatoriedade dos jovens do sexo masculino participarem na guerra. Ora fomos exactamente encontrar nos trajectos dos entrevistados as histórias pessoais que dão corpo aos dados estatísticos. Várias entrevistadas, na verdade, ou acabaram os cursos universitários primeiro do que os namorados e maridos, ou começaram a trabalhar — como professoras, na função pública, como quadros de empresas — enquanto eles estavam na guerra. Vimos também que tendiam depois a manter-se activas quando do nascimento dos filhos.

Se a identificação desta especificidade permite esclarecer melhor o que se passou nessa época, torna possível, igualmente, explicar o que se passa hoje e o que provavelmente será tendência futura. Mostrou-se que o facto das mães serem activas tende a reproduzir-se como modelo para as filhas, contraindo para que elas frequentem o ensino superior e procurem obter empregos do mesmo tipo. Por aí se ajuda a explicar as actuais altas taxas femininas de participação no ensino superior e ainda o ser igualmente alta, por referência a outros países da União Europeia, a frequência de alunas em cursos tradicionalmente masculinos.

No conjunto dos homens é notória a diferença de perspectivas sobre a actividade profissional. No caso dos operários, encontramos projecções identitárias exclusivas, positivas e fortes como foi o caso dos mais velhos, em oposição à identificação mais negativa ou ténue dos jovens. A projecção exclusiva dos operários mais velhos contrasta, por sua vez, com um certo distanciamento dos que têm carreiras exigentes, já que embora eles se projectem profissionalmente não atribuem a esse aspecto exclusividade na sua identidade pessoal e social. Todos os que se identificaram até agora se distinguem dos que, nos sectores intermédios, se dividem entre aqueles que apostam na profissão e se interessam por ela e aqueles que, de forma mais conformista, a encaram fundamentalmente de forma instrumental e utilitária, não se sentindo positivamente identificados com ela.

Foi interessante concluir, deste modo, que as diferenças entre homens e mulheres a respeito da actividade profissional não são tão marcantes como se poderia esperar. A identificação estereotipada segundo a qual os homens apostariam fundamentalmente na profissão e as mulheres na família merece, assim, ser posta de parte. Nem eles se projectam necessariamente nessa actividade — um conjunto variado de factores condicionando tal aposta — nem

elas estão no trabalho apenas para ganhar dinheiro para a família e complementar o ordenado dos maridos.

Dizer, no entanto, que as diferenças entre os sexos na forma de encarar a profissão são menos marcantes do que porventura se esperaria, não significa que elas não existam. Só que não se trata tanto de diferenças de atitudes perante a profissão e antes mais das circunstâncias objectivas e do contexto global em que esta é vivida. Na verdade, o que se tornou claro é que as mulheres, globalmente, valorizam a actividade profissional, valorizando simultaneamente a vida familiar e por ela se sentindo particularmente responsabilizadas. Não acontece o mesmo, da mesma forma, com os homens.

No caso feminino encontra-se desejo de empenhamento no trabalho profissional, encontra-se motivação, muito embora, por vezes se sinta também que as circunstâncias familiares implicam ou exigem outros ritmos de investimento. Vimos as mulheres com formação universitária e com filhos pequenos, desempenhando a actividade profissional, algumas com gosto, mas claramente em situação de *stand by*. Não se tratava de não querer, mas de alguma repressão forçada pelos ritmos familiares. Tal posição defensiva nunca apareceu nos homens. Ainda uma vez, o que acontece é que homens e mulheres se situam em posições diferentes na divisão social e sexual do trabalho, independentemente da sua própria vontade.

As entrevistas mostram, por outro lado, que as posições mais defensivas das mulheres no plano profissional são susceptíveis de mudança em momentos diferentes do ciclo de vida conjugal. Assim se confirma que o que está em causa será menos um problema de vontade ou de desejo e antes a avaliação das circunstâncias e das possibilidades reais. Encontrámos mulheres a re-tomar projectos de formação quando os filhos deixaram de ser tão dependentes.

Os percursos profissionais femininos são portanto fortemente marcados pelas lógicas familiares, enquanto os percursos masculinos se desenrolam numa lógica mais autónoma em relação à realidade familiar. As mulheres trabalhadoras — a larga maioria — são sempre mulheres com família; os homens trabalhadores aparecem sempre considerados no plano profissional como homens independentes, sem família. Os condicionamentos de género mostram-se no seu pleno efeito, interferindo e restringendo as escolhas e as opções dos actores sociais e em particular, neste caso, das mulheres.

Para finalizar, e porque as referências foram sendo feitas de forma dispersa, importa propor uma síntese sobre as mudanças de atitude perante a actividade profissional nas diferentes gerações, observadas ao comparar os cursos dos entrevistados das diferentes durações de casamento e idades.

Dos mais velhos para os mais novos, e em ambos os sexos, acentua-se a ideia de igualdade entre homens e mulheres quanto ao trabalho exterior. Em relação à atitude perante o trabalho as diferenças entre as mulheres das várias idades são pouco significativas, para além das que foram referidas e que

remetem para diversas condições de existência. Como se viu, as diferenças remetem menos para atitudes do que para circunstâncias objectivas e os seus constrangimentos, como por exemplo os que resultam dos diferentes momentos do ciclo de vida conjugal.

Nos homens, em relação ao trabalho profissional, onde se verifica maior mudança de atitude dos mais velhos para os mais novos parece ser nos operários. Os de formação intermédia ou universitária variam claramente menos. Nos três grupos de duração de casamento e de idade encontramos, de facto, atitudes e situações diferenciadas que, curiosamente, parecem recobrir as grandes transformações existentes no domínio industrial nos últimos 40 anos.

Aqueles que têm 50 e mais anos são os que mais afirmam terem sido e ainda serem felizes no trabalho. Nos que estão na casa dos 40 ou finais dos 30, surgem os que dizem ter sido felizes no trabalho no passado mas não o serem mais agora — porque a empresa ameaça fechar, porque há guerras internas e perspectivas de desemprego. E também aparecem os que já estão há longos anos em situação de precariedade e que se sentem ameaçados. Os operários mais jovens, por seu turno, veiculam exactamente a ideia contrária: a de infelicidade e mal-estar profissional. Dizem que o seu esforço se aplica em trabalhos pouco estimulantes.

Nas outras ocupações profissionais as diferenças entre mais velhos e mais novos são muito pouco marcantes. Encontramos o administrativo tão pouco empenhado aos 30 aos 40 como aos 50; os que têm profissões interessantes e que, independentemente da idade, as valorizam pelo facto de contactarem pessoas e enfrentarem situações variadas; os mais velhos com carreira profissional ou os mais novos, que estão a construí-la, e se sentem estimulados por ela.

As entrevistas puderam assim contribuir para se chegar a uma visão mais aprofundada e compósita sobre as práticas e os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho, tendo em conta os diferentes momentos da dinâmica conjugal, as distintas condições de existência e os efeitos de género.

Trabalho doméstico e cuidados com os filhos Sobrecarga feminina, conflitos, revolta, conformação

Neste capítulo sobre a vida doméstica no seu interior, e depois de apresentar os resultados de inquéritos por questionário sobre a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, avaliam-se as respostas dos entrevistados a perguntas abertas sobre o mesmo tema. Retomam-se depois as interrogações iniciais da pesquisa com a dupla preocupação de dar algumas respostas e de levantar novas questões

Para além do trabalho profissional, outra dimensão que se procurou conhecer diz respeito à divisão entre homens e mulheres do trabalho não pago — o trabalho doméstico e os cuidados com as crianças. Outros inquéritos já demonstraram que (Infante, 1988; Costa, 1991; André, 1993), independentemente do facto de trabalharem profissionalmente ou não, são as mulheres que continuam a assegurar o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças.

Confirmámos, pelo nosso lado isso mesmo, verificando que a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos está bem longe de ser igualitária. A participação dos homens apenas ultrapassa os 50% em questões administrativas, como pagar contas e tratar de impostos, ou nas reparações e manutenção do carro, enquanto para as mulheres, em todas as outras tarefas, os valores modais se situam entre os 75% e os 100%. Acresce o facto de as tarefas desempenhadas pelas mulheres serem não só em maior número, como requererem mais tempo e maior disponibilidade diária — como preparar as refeições, alimentar e cuidar das crianças, tratar da casa, etc.

Observando as respostas dos inquiridos sobre aquilo que dizem ser a sua participação nas diferentes tarefas, o quadro 3.1 revela as médias obtidas considerando separadamente homens e mulheres que exercem uma profissão e domésticas¹

Nota-se que a participação masculina, sempre minoritária à excepção dos *items* já indicados, é apesar de tudo um pouco mais expressiva nas “compras” e em actividades lúdicas com as crianças. Considerando as possíveis

Quadro 3.1 Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (Grande Lisboa, 1997)

Percentagem	Homens que exercem uma profissão	Mulheres que exercem uma profissão	Domésticas
Preparar as refeições	21	68	89
Tratar da loiça	22	61	90
Cuidar da roupa (lavar, passar)	9	69	95
Limpar a casa	15	58	84
Fazer compras	36	67	66
Tratar de contas, Seguros, taxas, impostos	69	53	50
Reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.	74	23	17
Brincar com as crianças	37	50	49
Alimentar as crianças	23	52	68
Acompanhar as crianças à escola (infantário, creche, ama, etc.)	27	52	48
Levar as crianças ao médico	31	78	84
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos	22	41	47
Cuidados a idosos ou doentes (dentro de casa)	7	11	11

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

ajudas externas ao grupo doméstico — de familiares ou de empregadas — foi possível verificar o seu reduzido significado. No que toca aos cuidados com as crianças, o apoio prestado por outro familiar tem pouco relevo (à volta de 5%), mas ainda tem menos de empregadas. Em relação à realização das tarefas domésticas, o apoio de familiares situa-se, em média, nos 7%. As empregadas dão aqui, na contribuição à realização das tarefas domésticas, maior apoio, principalmente no que diz respeito à limpeza da casa e cuidados com a roupa — 13% e 10%, respectivamente (Torres *et al.*, 2004).

Quando se cruzam algumas variáveis, certos indicadores alteram-se ligeiramente sem, contudo, mudar a tendência geral do sobretrabalho feminino. A título de exemplo, e como se pode ver no quadro 3.2, a participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos sobe um pouco com o aumento do nível de instrução.

Mas com as mulheres a situação é diferente. A prestação das que têm o ensino básico e das que possuem o secundário não difere muito, afirmando as últimas, aliás, trabalhar ainda ligeiramente mais do que as primeiras. Desce a participação nas que têm o ensino médio e superior, mas é, sobretudo, o aumento do recurso a empregadas domésticas, que compensa aí essa menor participação. Na verdade, nos grupos domésticos em que as mulheres têm formação de ensino médio e superior são as empregadas que desenvolvem

1 As respostas que os inquiridos deram em relação à participação dos cônjuges, mostram que, em relação aos homens, as mulheres afirmam que a sua participação é muito inferior à que eles afirmam ter.

Quadro 3.2 Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, segundo o nível de instrução (Grande Lisboa, 1997)

Tarefas	Homens			Mulheres		
	Bás.	Sec.	Sup. Tot	Bás.	Sec.	Sup. Tot
Escolaridade						
Preparar as refeições	19	24	28	22	75	79
Tratar da loiça	14	31	33	23	72	74
Cuidar da roupa (lavar, passar)	8	13	15	11	83	78
Limpar a casa	13	23	18	17	72	69
Fazer compras	32	41	43	36	66	66
Tratar de contas, seguros, taxas, impostos	67	74	71	70	50	59
Reparações, manutenção do carro, jardinagem	72	77	67	72	16	29
Brincar com as crianças	36	42	43	39	47	55
Alimentar as crianças	18	28	27	23	53	67
Acompanhar as crianças à escola (creche, ama, j. int.)	21	31	42	28	45	61
Levar as crianças ao médico	25	42	36	32	80	82
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos	25	27	25	25	43	45
Cuidados a idosos ou doentes dentro de casa	5	7	14	7	10	15

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos (Torres e Silva, 1998).

Quadro 3.3 Diferenças de ocupação do tempo entre homens e mulheres, durante um dia de semana (Continente, 1999)

Horas ocupadas em diversas actividades durante um dia de semana	Horas ocupadas		Diferenças aproximadas de horas (homens-mulheres)
	pelos Homens	pelas Mulheres	
Trabalho Pago (incluindo deslocações)	9,0	8,1	+0,9
Lazer e cuidados pessoais	3,1	2,3	+0,8
Trabalho doméstico e cuidados com os filhos e outros familiares	1,3	3,8	-2,5

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens entre os 20 e os 50 anos a viverem no Continente (Torres *et al.*, 2004).

tarefas como limpar a casa (38%), cuidar da roupa (32%) tratar da loiça (16%) e até preparar refeições (14%).

Dados tanto mais reveladores como os que foram apresentados são os que se referem à diferente distribuição do tempo total entre homens e mulheres, isto é, tendo agora em conta todo o conjunto de actividades e ocupações em que estão envolvidos. No quadro 3.3 podemos verificar como se processa essa distribuição durante um dia normal de semana. As conclusões que se retiram são por demais evidentes da sobrecarga feminina com as actividades domésticas e com o tempo de trabalho pago e o escasso tempo de que dispõem para actividades de lazer e com cuidados pessoais.

Estas conclusões, que confirmam e ampliam, de resto, o que tem vindo a

ser mostrado em vários países, são reveladoras. Elas confirmam a persistência das diferentes formas de discriminação das mulheres e evidenciam que têm sido elas a entrar nos territórios antes considerados do foro masculino, sem que eles passem a partilhar os espaços considerados femininos.

A continuidade dos factores de discriminação tem ainda outros efeitos. Na verdade, há muito que é conhecida a relação "perversa" que se pode estabelecer entre a não partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos e outras dimensões da vida conjugal e familiar. Resultados de investigações realizadas desde os anos 60 em vários países, como a Bélgica, a França e também os EUA, apontam para uma conclusão indisputada e unânime: a satisfação no casamento é tanto maior quanto mais repartidas forem as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Michel, 1983: 238-239).

Avaliação da justiça da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos

Vimos atrás, em relação à posição perante a divisão do trabalho pago e trabalho não pago, que a maioria dos inquiridos defende idealmente um modelo familiar simétrico, onde tanto o homem como a mulher têm actividade profissional e ambos partilham os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas. Deixando agora a dimensão profissional e concentrando a atenção apenas na divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, procurámos conhecer a avaliação subjectiva dos inquiridos sobre a justiça dessa divisão quer nos seus casos concretos, quer no que considerariam a norma ideal.

Começando pela norma de divisão ideal, quer quanto aos cuidados com os filhos, quer quanto às tarefas domésticas, a simetria total entre homens e mulheres — "dividir as tarefas por igual" — é considerada pela maioria, no conjunto dos homens e das mulheres, como a mais adequada (68%, em relação aos cuidados com os filhos, e 63%, quanto às tarefas domésticas). As mulheres são ligeiramente mais adeptas dessa norma de igualdade do que os homens, em especial quando exercem profissão, e ainda mais, no que no que toca aos cuidados com os filhos. A seguir à simetria total vem a defesa da assimetria, com um toque atenuado, patente na adesão à ideia "elas fazerem o essencial e eles ajudarem". Quanto às tarefas domésticas, são cerca de 34% os homens activos que defendem esta posição assimétrica contra apenas 28% das mulheres na mesma situação. Estes valores para a divisão dos cuidados com os filhos ainda se distanciam mais. Assim, são só 21% as mulheres que a defendem, contra 31% de homens.

Estas diferenças entre homens e mulheres acentuam-se ainda mais com a mudança do nível de instrução e da profissão dos inquiridos. Sobretudo marcadamente a defesa da ideia de simetria, tanto nos cuidados com os filhos como nas tarefas domésticas, à medida que aumenta o nível de instrução, e

desce a escolha da posição assimétrica. De tal forma que, e para dar um exemplo quanto às tarefas domésticas, 53% dos indivíduos com o ensino básico defendem a simetria, mas são também 42% os que sustentam a assimetria. Em contrapartida, os que têm o ensino secundário reproduzem a escolha dos valores da média, e, dos que têm o médio e superior, 83% defendem a total simetria e apenas 17% sustentam a assimetria.

Também surgem diferenças significativas segundo as profissões. Assim, são os operários e os empregados do comércio e serviços pessoais que, embora defendam ligeiramente mais a simetria do que a assimetria, quer quanto aos cuidados com os filhos, quer quanto às tarefas domésticas, acabam por sustentar posições assimétricas, muito mais do que os outros, em valores que rondam os 40%.

A defesa da simetria não é, de facto, uma perspectiva em relação à qual haja total convergência. Se é verdade que a norma igualitária aparece defendida pela maioria, as categorias da população mais numerosas aproximam-se mais do que as outras das posições favoráveis à assimetria. O que pode contribuir para explicar, pelo menos parcialmente, um tão grande contraste entre a realidade da divisão das tarefas e dos cuidados com os filhos e a norma ideal. O facto de as mulheres realizarem a quase totalidade do trabalho não pago, sobretudo em certos sectores sociais, pode assim ser explicado por aí se considerar, na verdade, que essa é a sua obrigação, e que aos homens caberá "dar uma ajuda". Mas trata-se mais de defender uma atitude, um estado de espírito favorável, do que considerar que eles devem ser responsáveis ou executar verdadeiramente as tarefas.

No que diz respeito à avaliação da justiça da divisão conjugal efectivamente praticada em relação aos cuidados com os filhos, verifica-se que a maioria considera essa divisão justa ou muito justa, embora sejam mais os homens do que as mulheres a afirmá-lo. Na verdade, embora 60% das mulheres achem essa divisão justa, 36% considera-a injusta ou muito injusta e só 21% dos homens afirma o mesmo, defendendo em contrapartida 74% a justiça de tal divisão. As variações introduzidas pelas diferenças de rendimento, de grau de instrução e de profissão, são ligeiras e pouco significativas.

É mais acentuada a percepção de injustiça, por parte das mulheres, em relação à divisão das tarefas domésticas já que 40% afirmam que esta divisão é muito injusta (9% ou injusta (31%). Os homens que defendem a mesma posição são apenas 27%. Assim, embora novamente a maioria se situe do lado dos que avaliam como justa a situação existente, cresce a declaração do descontentamento feminino. Não foram encontradas diferenças muito significativas quando se cruzam outras variáveis. Mas a partir das diferentes declarações de homens e de mulheres, verifica-se o desagrado de um conjunto já substancial delas perante o contraste entre a norma ideal e a sua realidade vivida. Se atrás tínhamos identificado o grupo de mulheres que,

embora à primeira vista não parecesse, acabava por defender a assimetria com ligeira atenuação ao nível da norma ideal, aqui encontramos o outro grupo que, defendendo idealmente a simetria, manifesta o seu desconforto perante a situação assimétrica efectivamente vivida. Este efeito surge de forma mais clara no caso das tarefas domésticas, não tanto no dos cuidados com os filhos.

A partilha das responsabilidades familiares na origem de conflitos entre os cônjuges

Interessava saber, também, se a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos poderia estar na origem de conflitos entre os cônjuges. A partir de um conjunto de questões sobre eventuais conflitos no casal, verificou-se que 37% dos inquiridos afirmam existirem conflitos (algumas ou muitas vezes), sobre as tarefas domésticas e 28% dizem o mesmo em relação aos cuidados com os filhos. Mas quando repartimos a população por sexos, aparecem-nos o que à primeira vista parece surpreendente, tendo em conta o que até aqui tem sido referido. Na verdade, apesar de haver mais mulheres a declarar ser injusta a divisão de tarefas existente, são em contrapartida mais os homens que declaram que há "algumas vezes" conflitos a propósito, quer dos cuidados com os filhos, quer das tarefas domésticas. Será que elas se zangam mas não o querem afirmar, para não dar de si uma imagem conflituosa, em contradição com a ideia da mulher pacificadora? Ou será que, o que para elas é apenas reclamação, para eles se transforma em conflito? E não será, ainda, a culpabilidade masculina que contribui para explicar essa mais frequente declaração de conflitualidade?

Vejamos melhor. Aparecem mais afirmações da existência de conflitos em torno das tarefas domésticas do que a propósito dos cuidados com os filhos. No entanto, em geral, e tanto para homens como para mulheres, é nos sectores de rendimentos intermédios e escolaridades de nível secundário que a afirmação da conflitualidade assume maiores valores. Hipóteses explicativas para este facto poderão estar relacionadas com a existência de expectativas mais elevadas de simetria e igualdade por parte das mulheres destes sectores. Recorde-se que tais expectativas eram mais baixas nos grupos de rendimento e escolaridades inferiores, prevalecendo aí visões tradicionalistas e conformistas do papel das mulheres.² Pode ainda acontecer que existam mais conflitos nos sectores de rendimentos intermédios do que nos de maiores rendimentos porque, ao contrário dos últimos,

2 É exactamente nos sectores de menores rendimentos que encontramos uma maior percentagem de domésticas as quais, assumindo a realização das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, não declararão tão facilmente a existência de conflitos.

não existirá nos primeiros uma capacidade financeira que lhes permita delegar a terceiros a realização de todas as tarefas domésticas pesadas e desagradáveis.

Parece, assim, que se fecha um círculo. Na realidade, trabalhem ou não no exterior, são as mulheres que desempenham a maior parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Tal situação não é tida por ideal, sendo a simetria total a norma de divisão defendida pela maioria (69%) quanto à divisão dos cuidados com os filhos e quanto as tarefas domésticas (63%). Mas apenas parte dessa maioria considera injusta ou muito injusta a sua própria situação quanto à divisão dos cuidados com os filhos (35%) o mesmo acontecendo em relação às tarefas domésticas (39%). Finalmente, muito menos ainda declaram que essa injustiça dá origem, algumas ou muitas vezes, a conflitos. Um sector de mulheres, ainda significativo, vive com conformismo essa situação assimétrica, conformismo que provavelmente exprime o entendimento implícito, confirmado pelo contexto sócio-cultural, de que será impossível mudar a sua própria realidade quotidiana. Na verdade, todas as questões aqui sublinhadas a propósito da relação entre trabalho e vida familiar e da sobrecarga feminina com o trabalho não pago, envolvem modos de organização da vida social e da divisão sexual do trabalho que revelam a discriminação das mulheres.

Porque o género, enquanto categoria social, implica a definição do que é socialmente esperado não só das mulheres como dos homens, também estes são "obrigados" a desempenhar certo tipo de papéis. Embora as mulheres acumulem o trabalho profissional como o trabalho doméstico, aos homens é também, muitas vezes, imposta carga de trabalho muito para além do horário normal. A auto-condenação das mulheres ao trabalho doméstico, correspondendo, cada vez mais, no caso dos homens, ao "auto"-imposto sobretrabalho, para poder proporcionar melhores condições de vida à família e assegurar o emprego. Logicamente, se há mais tempo dedicado ao trabalho, seguindo uma tendência que se acentua, haverá menos tempo para a família. Esse constrangimento, difícil de contornar, afecta cada indivíduo e expressa-se nas declarações dos inquiridos quando dizem que os filhos precisam de mais atenção do que aquela que lhes podem dar (Torres e Silva, 1998).

É então legítimo concluir que as modalidades de relação entre trabalho e vida familiar representam muito mais a adaptação aos constrangimentos existentes, do que escolhas ou verdadeiras opções. Essas só seriam possíveis através de uma filosofia em que as condições para a partilha das responsabilidades fossem encaradas como prioridade, pelo Estado e pela sociedade em geral, através de um novo contrato social capaz de assegurar a articulação dos direitos das mulheres, dos homens e das crianças.

Da assimetria total, às reivindicações femininas, ao desejo de delegação das tarefas

Tu ajudaste-me a quê? Ajudaste-me a vestir? Ajudaste-me a lavar?

Isto é que podia ser uma ajuda a mim. Fizeste coisas de casa que é onde tu vives e eu vivo também, portanto, a mim não me ajudaste nada.

[Teresa, empregada de escritório, 40 anos]

Estas exclamações da entrevistada seguem-se à utilização pelo marido de uma daquelas expressões correntes: "mas eu já te ajudei a fazer...". Trata-se de um discurso que exprime claramente as reivindicações igualitárias femininas no campo da divisão das tarefas. Mas, como vimos a partir dos resultados dos inquéritos, elas não são, de modo alguma, maioritárias.

Olhemos agora, um pouco mais de perto, o que os casais afirmaram nas entrevistas sobre o mesmo assunto. Seguindo a divisão em termos da duração do casamento, podemos identificar três grandes grupos. Internamente a cada grupo, como já vimos, é ainda possível estabelecer outras distinções nas posições e atitudes perante a divisão do trabalho doméstico.

O primeiro grupo inclui os casais com durações de casamento acima dos 20 anos — o tempo da conformação ou da realização pessoal — em que as mulheres têm idades compreendidas entre os 45 e os 55 anos. Começaremos pelo subgrupo dos homens e mulheres com escolaridade universitária, que constitui exemplo da chamada geração dos anos 60.

São as mulheres que aqui assumem as tarefas domésticas, predominando o modelo em que os homens "ajudam" em coisas mínimas (pôr a mesa, pôr e tirar alimentos do micro-ondas, fazer compras às vezes, etc.). Os factores de variação podem ser encontrados fazendo intervir a variável classe social, que se retraduz aqui na palavra chave: a empregada. Na verdade, mulheres com actividades profissionais como quadros de empresa ou professoras só aliviam a carga doméstica quando têm uma empregada. E quando a têm, são elas as responsáveis pela gestão do desempenho dessas tarefas. Quando não têm, trabalham mais em casa. Nos dois casos queixam-se.

Como se disse, trata-se em todo o caso de uma queixa desmaiada. Depois de largos anos de conjugalidade não há já qualquer esperança de mudar a situação e, de qualquer modo, sentem-se armadilhadas na situação criada. Foram, como algumas delas dizem, educadas a gostar de rendinhas e a ter tudo arrumado, mesmo que depois, ao longo da trajectória conjugal, tenham começado a exercer actividades profissionais estimulantes.

Os homens com quem casaram, mesmo que por razões ideológicas tenham tido assomos iniciais de participação, rapidamente, ou ao correr do tempo, dela desistiram. Hábitos incorporados, em sentido literal. No "corpo" deles, nos hábitos adquiridos em socializações familiares que não lhes exigiram esse esforço, nunca foi inscrita essa disposição. O resultado é que o corpo

resiste e quase sempre manda calar a cabeça quando ela tem tentações de falar ou responder aos apelos. Eles sabem que não têm razão e não têm argumentos. Geralmente não mudaram as fraldas aos filhos, nem tiveram vigílias de biberão. As mulheres sentem tudo isso como uma armadilha, uma partida que o tempo lhes pregou. É que agora elas vêem os seus jovens colegas de trabalho numa correria mais partilhada com as mulheres, pelo menos ao nível dos cuidados com as crianças.

No plano teórico, parece interessante aqui realçar o facto de o contexto valorativo de uma época retroagir sobre uma lógica conjugal gerada noutra momento. Entra-lhes pela casa a diferença. Questiona, faz pensar. Será que eu ou ele já não podemos fazer de outra maneira? A queixa, umas vezes desvanece-se por completo, noutras reacende-se a propósito de outras mudanças. Como por exemplo o novo período que se avizinha com a saída de casa dos filhos já autónomos. Ficam a dois novamente. E agora?

Vejamos um dos vários exemplos possíveis deste tipo de situações, que nos confronta também com o problema focado atrás da reacção aos conflitos. Afirmo Ana Paula Carrapeto:

(...) penso que os homens da geração dele são todos um pouco iguais, ou seja, na teoria são capazes de achar que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, que devem ajudar em casa, mas não ajudam nadinha! (...) acho que os homens têm uma grande facilidade de se pôr numa situação em que de terminados assuntos são tabu: cada vez que são apertados, há discussão, há conversa... e depois nós, para não haver tantas vezes tanta conversa, para não haver tanta chatices, começamos por, pelo menos eu, começamos por admitir que aquilo está errado, que aquilo devia ser modificado, mas para quê falar? para arranjar chatices? o melhor é fazer e calar. (...) é um bocadinho esse género de coisas que às vezes me irrita, que acho que devia levar até ao fim, que acho que devia discutir mais... e que depois não discuto. Às vezes discuto se estou mal disposta (...) se não?... para quê? eu acabo por ter que fazer, ainda por cima chateada... o melhor é fazer já e acabou! e vai para a frente! (...). Eu faço tudo! Mas também se calhar porque sou uma pessoa que abarco as coisas. (...) tenho uma mulher-a-dias, vem três dias por semana. [Filhos?] horríveis, não fazem nada, não ajudam nada (...) isso é uma das coisas que acho que errei na educação dos miúdos; também sei a causa, quer dizer, a minha mãe vivia connosco... era difícil responsabilizá-los por tarefas, porque a avó fazia logo (...).

Podemos identificar nestas palavras alguns elementos chave: a existência de ajudas pagas (empregada para algumas tarefas) e não pagas (a mãe da entrevistada), a percepção da injustiça da divisão de responsabilidades e tarefas, a vontade de não criar grandes conflitos, a verificação entre o agastado e orgulhoso de se "abarcas todas as tarefas", a dificuldade em transmitir um modelo diferente aos filhos. No fundo, como se disse atrás, estão aqui os

elementos contraditórios desta situação: consciência da injustiça da situação embora ela não seja objectivamente tão pesada como a de outras mulheres com menos apoios, mas simultaneamente percepção de que os hábitos masculinos estão profundamente enraizados e que dificilmente se conseguem mudar. De resto, o peso da socialização de que elas próprias foram objecto — com a correlativa ideia de que a mulher adequada é a que assume em primeiro lugar a gestão da casa e da família — afecta também as mulheres, que se sentem no fundo mais responsabilizadas por esse tipo de desempenhos. Como, simultaneamente, elas são activas, algumas delas quadros, dedicadas à actividade profissional, a sensação que lhes resta é a de uma certa culpabilização, mal-estar ou até, como se disse, sentirem-se por vezes armadilhadas com a noção de terem nascido, neste plano, no “tempo errado”.

Este discurso com elementos contraditórios de Ana Paula faz ainda lembrar algumas das entrevistadas de Kaufmann que declaravam ao substituir-se aos maridos em certas tarefas que elas achavam que eles faziam mal: “eu sou estúpida, mas é isto é mais forte do que eu”. Na opinião do autor, estas contradicções são extremamente reveladoras das tensões existentes entre o que se considera normal, racional e adequado — as mulheres acharem que é “natural” que os homens desempenhem pior as tarefas domésticas do que elas, os homens acharem que devem participar — e aquilo que o corpo, aquilo que está profundamente enraizado — acaba por dizer e fazer (Kaufmann, 1992). “É mais forte do que eu”, ou seja, nesta batalha são os hábitos literalmente incorporados quem ganha, é o corpo que se impõe à cabeça.

Ainda no mesmo grupo de duração do casamento, mas já nos sectores intermédios, aparecem sinais do mesmo tipo, mas com algumas diferenças. Vejamos primeiro uma descrição feminina e depois a masculina, no mesmo casal.

Afirma Genoveva Gonçalves, casada com Fernando e com dois filhos adolescentes:

é assim: aquele aspecto de limpezas e isso, temos uma senhora que vem cá a casa duas vezes por semana, passa a ferro e faz a limpeza. As refeições sou eu que faço. O pai, muitas vezes, põe a mesa... ou um deles. Levantam a mesa, põem na máquina, vão pôr o lixo no contentor. O quarto deles, ao fim-de-semana, pelo menos a cama fazem. (...) Sim, sou eu normalmente que faço a maioria das coisas. Com eles a ajudar-me, não é? (...) Não há papéis definidos mas também não há o fazer cada um o que gosta mais. Tem que se fazer, vai-se fazendo conforme dá mais jeito ou se tem mais disponibilidade. (...) Acho que podia ser melhor. Há aspectos em que eles podiam partilhar mais mas, pronto, acabam por se dispersar aqui ou ali... os filhos e o pai.

A versão de Fernando acaba por corroborar a perspectiva da mulher.

É evidente, e reconheço isso, que às vezes pudesse ajudar mais qualquer coisa; mas nós desde início que sem dizer tu fazes isto e eu faço aquilo, naturalmente, há coisas que ela é que trata e há coisas que eu é que trato e há coisas em comum. Esse em comum, às vezes, eu baldo-me um bocadinho, quer dizer, eu vou arrumar a cozinha, é normal eu ajudar, mas reconheço que ela é que faz o comer, eu é raro fazer; também faço, mas quando ela está em noventa e oito por cento das vezes é ela que faz o comer, depois talvez para, como é que hei-de dizer, dividir a tarefa como deve ser, eu tivesse que arrumar a cozinha por exemplo, ou ela arruma com a minha ajuda, ou às vezes arrumo eu sozinho. Mas acho que nunca fui de dizer assim: chamam-me para jantar, jantamos e agora trata aí que eu vou ver televisão. Também não é o meu estilo, ajudo. Também há outras coisas que ela nunca toca: arranjar luzes, candeeiros, pronto, essa cegada toda ela também nunca toca: Isto está aqui para arranjar, arranja! Embora eu reconheça que algumas tarefas eu pudesse ajudar mais qualquer coisa mas acho que o essencial eu ajudo. Aliás até os putos quando nasceram, eu sou daqueles pais que dava-lhes banho, mudava-lhes a fralda, há gajos que nunca fazem nada disso. Só até aos três meses é que não, porque aquilo é tão pequenino, dá a sensação que parte-se tudo, mas depois disso eu fazia tudo, fazia o comer, vinha para casa, ia buscá-lo ao infantário, dava-lhe o banho, dava-lhe de comer, fazia o comer, deixava-o, fazia isso tudo, não havia problemas nenhuns. Mas às vezes, nisso reconheço que às vezes também não é assim grande coisa, mas mais um bocadinho também não fazia mal nenhum, especialmente a ela. (...).

Temos aqui, por um lado, participação masculina nas tarefas um pouco mais abrangente do que no caso anterior mas, ainda assim, a responsabilidade e a execução é praticamente toda assumida pela mulher. Percebe-se, no entanto, que se rejeita já um modelo de assimetria total — quando ele diz, por exemplo, que não seria capaz de ir ver televisão e não ajudar em nada, ou que tratou dos filhos quando eles eram pequenos — e, por outro lado, esta situação não parece ser vivida como particularmente assimétrica ou negativa. As queixas são suaves, não parecem gerar-se conflitos, nem a pressão da actividade profissional se faz sentir, pelo menos no caso feminino.

Vemos noutros casos, no mesmo grupo de duração do casamento e classe social, que as expectativas de partilha eram muito baixas no momento inicial do casamento, como era tradicional na época. Assim sendo, por vezes, o “pouco” que os homens fazem pode ser considerado muito, ou exceder as expectativas iniciais. Contudo, quando eles não fazem mesmo nada, assumindo uma posição completamente tradicionalista, também se fizeram notar queixas sonoras e manifestas como as de Graciete Gomes:

ele não faz nada (das tarefas domésticas) e eu estou sempre a massacrá-lo por causa disso, acho que ele me devia ajudar mais... eu detesto o serviço de casa, se pudesse tinha uma mulher-a-dias para fazer tudo.

No grupo dos casados há mais de vinte anos, mas nos sectores operários, o modelo é inteiramente tradicionalista — às mulheres competem, trabalham ou não no exterior, a execução das tarefas domésticas e a gestão do lar. Podem mesmo ser encaradas com grande estranheza, aliás, as diferenças de valores e de hábitos relativamente ao passado. Nas palavras de Ilídio acerca da sua própria filha:

(dantes) as rapanigas ajudavam as mães, a fazerem a comida, a lavarem a roupa, a passarem a ferro e essas coisas. A minha filha não. A mãe tem o trabalho dela, que é a cozinha, a roupa, tudo isso, e ela é o trabalho de estudar, nada mais. A minha filha não sabe fazer nada. Não sabe abrir uma galinha, não sabe esfoliar um coelho, não sabe fazer um guisado, não sabe fazer nada.

Estas posições podem ser explicadas pela conjugação de diferentes factores. Por um lado, temos os valores da época em que estes casais se constituíram, os quais apontavam claramente para a assimetria de responsabilidades em relação à gestão ou execução das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Por outro lado, podemos identificar os trajectos posteriores, quer no plano pessoal, quer no social, de forma mais alargada quanto aos direitos das mulheres — não se podendo esquecer aqui os efeitos do 25 de Abril — que apontam no sentido de atenuar as assimetrias anteriores até porque, paralelamente, se vai naturalizando o acesso feminino ao mercado de trabalho. Por outro ainda, as condições de existência e os trajectos sociais anteriores interferem também nas representações, de tal forma que, em especial para alguns homens, se tornam incompreensíveis, ou no mínimo estranhos, os valores, as ideias e as práticas prevalentes na actualidade.

Nos casais entre os 10 e os 20 anos de casamento (idades das mulheres entre os 35 e os 40/45), encontramos já situações mais variadas, embora a dominante ao nível da responsabilidade, e mesmo das práticas, seja semelhante — a gestão e execução do trabalho na esfera doméstica e dos cuidados com os filhos recaem ainda basicamente sobre as mulheres. Mas em lugar da aceitação da assimetria ou de uma queixa feminina “desmaiada” surgem mesmo, nalguns sectores sociais, a contestação, as atitudes reivindicativas, os argumentos estruturados e afirmativos.

Foi visível também, em diversos casais, quer a maior capacidade feminina de exprimir a injustiça, quer a relativa maior presença masculina no desempenho de algumas tarefas. Um outro entrevistado deste grupo dizia a propósito das jornadas de limpeza: “*Non, ou a vã glória de limpar*”. Dizia non, mas lá ia limpando. Quanto ao cuidado com os filhos, já se encontram nestes sectores também “os que mudam as fraldas”. Começa aqui a insinuar-se a imagem de um homem “culpado” e na defensiva e de uma mulher menos armadilhada, mais reivindicativa.

As diferenças sociais matizam, contudo, tanto as práticas quanto as

representações neste grupo. Embora se reconheça a existência de posições masculinas tradicionalistas, verifica-se igualmente maior colaboração efectiva nas tarefas domésticas quando as mulheres trabalham no exterior nalguns sectores intermédios e mesmo de origem operária, embora elas continuem a assumir o essencial das responsabilidades. Alguns casos ilustram essa menor assimetria.

Vejamos o que diz José Manuel Peixoto, 38 anos, formador, ex-operário, casado há 10 anos com Helena, técnica de contas:

numa semana é ela a tratar da criança de manhã, noutra semana sou eu...; eu normalmente chego mais cedo faço o jantar; eu vou para a Alemanha, se tiver camisas para passar, eu vou passar as carusas, ou as calças, ou fazer as bainhas...; eu poderia dizer que eu faço tudo o que uma mulher faz...; *há homens que são dependentes de uma mulher, eu não sou, eu sou dependente de uma companheira.*

A mulher confirma tudo isto, explicando que habitualmente, quando chega a casa, ele cozinha e ela trata do filho. Acrescenta que detesta as tarefas domésticas “e por isso arranjei alguém que as fizesse”, referindo-se certamente aos trabalhos de limpeza que delegam numa mulher-a-dias uma vez por semana.

Situação semelhante ocorre com Octávio Neno, desenhador e agora encarregado, de origem operária:

eu é que venho para casa e preparo o jantar; quando ela chega a casa o jantar está feito, é só sentar-se à mesa e jantar.

Esta divisão é justificada porque ele terças, quartas, quintas e sextas chega mais cedo do que ela e “quanto mais depressa isto estiver feito tudo feito, mais depressa estamos despachados”... Ela confirma e acrescenta, igualmente, quando se pergunta se acha que há suficiente interajuda entre o casal: “há uma solidariedade muito grande, sem dúvida. Ele é mesmo a minha outra metade”.

Por outra via, podemos ainda avaliar, neste grupo de duração do casamento, a expressão de maior igualitarismo entre homens e mulheres na partilha das tarefas domésticas, bem como atitudes mais reivindicativas por parte destas. Ainda nos sectores intermédios, Lurdes e José Pessoa, casados há 11 anos, recordam ambos, quando se fala em conflitos e aborrecimentos no contexto do casal, os problemas a propósito da divisão das tarefas domésticas, particularmente quando tinham os dois de fazer aquilo que não apetecia a nenhum deles. Os conflitos cessaram com a contratação, permitida pela melhoria da situação financeira, de uma empregada que faz o trabalho fundamental de limpeza e arrumação, dois dias inteiros por semana.

Nos sectores operários “puros” existe uma perspectiva mais

tradicionalista, como resulta claro no caso de Margarida Teixeira que diz que o marido "não faz nada e que gostava que ele colaborasse mais". No caso de Paulo Jorge nota-se perfeitamente que a mulher, apesar de trabalhar tantas horas como ele, considera que as responsabilidades da casa lhe dizem basicamente respeito a ela. O marido, em todo o caso, parece colaborar sobretudo no apoio aos cuidados com os filhos, que são cinco.

Em síntese, reconhecemos neste grupo de duração do casamento, correspondente ao *tempo das mudanças e das transições*, um discurso mais influenciado pelas versões igualitaristas e de simetria entre homens e mulheres, bem como maior participação relativa dos homens nalgumas tarefas, sobretudo em certos sectores sociais. Para isso provavelmente contribui o facto de vários destes casamentos terem ocorrido já depois do 25 de Abril, numa atmosfera que sublinhava a liberdade e a igualdade de direitos. Mas continua a resultar claro, ainda aqui, que globalmente são as mulheres a assumir o essencial das tarefas domésticas.

Quanto aos casais mais novos, os *do tempo da instalação*, tendo as mulheres idades compreendidas entre os 25 e os 30/35, observamos um discurso ainda mais simétrico do que nos dois grandes grupos anteriores e uma tendência mais clara para fazer corresponder as representações às práticas. Ainda assim, e na estrita contabilidade do desempenho, são as mulheres que asseguram a maioria das tarefas domésticas, sendo os cuidados com os filhos muito mais partilhados pelos dois sexos do que nas gerações anteriores. Aqui os homens assumem que "fêm que mudar as fraldas". Mesmo assim as condições de existência introduzem alguma diferenciação entre os entrevistados. Ermelinda Barreto, ex-operária, actualmente mulher-a-dias, revela-nos as dificuldades e os receios no desempenho das tarefas que consideravam serem sua principal responsabilidade no início da vida conjugal:

eu nunca tive medo do casamento... só tinha medo de fazer o comer todos os dias para lhe mandar para o trabalho. Que secal Como é que eu vou descalçar esta bota? Depois lá consegui...

Quanto à partilha das tarefas domésticas Ermelinda diz que é ela que faz quase tudo. É ajudada pela sogra, em casa de quem vivem, mas que também trabalha a dias. Augusto sempre que é preciso, e quando a mulher está a trabalhar fora de casa, dá o seu contributo. Diz ela: "se tivéssemos a nossa casa, com outras condições, eu acho que ele ainda ajudava mais. Ele com o comer é uma maravilha. Tomara eu que ele o faça. Ele desenrascasse bem. É só dizer como é que ele faz (...).

O que estas palavras significam é que, ainda aqui existe um modelo assimétrico de divisão do trabalho doméstico perfeitamente incorporado quer a mulher trabalhe no exterior quer não. Neste caso, como veremos noutros nos mesmos sectores sociais, e quando funciona bem a lógica "fusional", parece

haver uma predisposição masculina para a colaboração. Não significa isso nem que ela se efective muitas vezes, nem que se traduza numa inversão das "responsabilidades", muito embora seja valorizada pela mulher. Veremos que essa valorização pode justamente resultar da mudança social e de valores: por comparação com o passado, ou com a ideia que se tinha do passado sobre a figura masculina patriarcal, autoritária e repressiva, a perspectiva actual sugere uma imagem masculina colaborante, embora, por vezes, mais fictícia do que real. As mulheres tenderão a salientar o que lhes parece ser — e o que, em parte, realmente é, como vimos no caso de Ermelinda — a tradução de maior respeito por si próprias e pelo seu novo poder no contexto da relação conjugal.

No caso de José Manuel, operário, e Vitória Ribeiro, empregada de limpeza numa empresa, ambos referem que há grande interajuda e partilha das tarefas. Ele trabalha por turnos e quando entra às 4h da tarde deixa a casa arrumada e limpa. Ela diz que ele toma conta do filho, enquanto ela faz outras coisas, ou ao contrário "andamos sempre ou um ou outro", embora a mãe dela também participe já que vive com eles. Para José Manuel esta colaboração não parece fazer diferença nenhuma já que em casa dos pais, e porque a mãe também trabalhava na fábrica, ele fazia tudo o que era preciso "desde limpar a casa a fazer o comer".

Nos dois últimos casos refere-se a familiaridade dos homens em relação a certas tarefas domésticas, cultivada, pelo menos nalguns casos, em casa dos pais e traduzindo-se no facto de, sempre que é preciso, na sua própria casa eles poderem "deitar a mão" a qualquer tarefa. Lembre-se aliás os casos de Octávio Neno e de José Manuel Peixoto, ambos de origem operária, que fazem hoje as refeições praticamente todos os dias em suas casas. Embora como se disse, isto não signifique uma inversão do sentido atribuído ao desempenho das tarefas — que continuam a "pertencer" simbolicamente às mulheres — estas descrições masculinas, confirmadas, aliás, pelas femininas, sugerem dois comentários.

O primeiro para lembrar a frase de Goode segundo a qual, em sentido genérico, os homens das classes populares tendem a afirmar discursivamente que dão menos poder às mulheres do que efectivamente lhes atribuem, enquanto os das classes médias e altas fazem precisamente o contrário (Torres, 2001). O outro comentário refere-se ao facto de se verificarem aqui mudanças geracionais importantes entre os operários, ou os homens de origem operária, de mais de cinquenta anos e os mais novos. São mudanças que também se associam ao facto de hoje ser mais frequente o modelo da mulher que trabalha no exterior, tal como o homem, para que ambos sustentem os filhos e a casa. É que no último modelo a colaboração masculina em casa pode ser considerada muito mais "natural", surgindo muitas vezes sob a forma do pragmatismo — chego primeiro a casa, despachamo-nos mais rapidamente ... Mas a demonstração de que esta atitude, nalguns casos, ainda é vista como excepção, ou está

apenas e estritamente associada ao facto de se reconhecer, com respeito, o desempenho feminino no trabalho pago, surge quando se apreciam as posições dos homens e as queixas das mulheres dos mesmos meios operários, quando estas não trabalham no exterior.

Na verdade, Alexandra, mãe de três filhos pequenos (que deixou de trabalhar numa cantina por causa do nascimento do terceiro) queixa-se imenso do enorme trabalho que tem em casa sem qualquer apoio, já que Custódio, desde essa altura, não faz quase nada em casa. O mesmo acontece com Elsa Salgado, desempregada, que diz ter obtido muito mais ajuda em casa do marido quando ainda trabalhava fora.

Nestas situações, o que está então em causa não é o reconhecimento da valia, da importância ou do peso do trabalho doméstico, mas sim a solidariedade e o respeito que se pode gerar quando os maridos reconhecem que as mulheres contribuem tanto como eles para as despesas do lar. Não será esta uma das razões pelas quais tantas mulheres desejam trabalhar no exterior reconhecendo que isso lhes confere mais poder e respeitabilidade no quadro conjugal?

Com os casais mais jovens dos sectores com formação universitária passa-se algo ligeiramente distinto. Por um lado, no plano das representações, as mulheres assumem com mais clareza que as tarefas domésticas são um peso excessivo, e que não são "da sua responsabilidade", mas também não se abstém de um discurso "culpabilizador" dos maridos. Os homens, por sua vez, apesar de se assumirem muitas vezes como "culpados" — "reconheço que ela é mais sacrificada..." — acabam por encontrar nas circunstâncias externas os motivos para não se dedicarem tanto como elas às tarefas domésticas. Saem mais tarde, trabalham mais longe, estão a fazer mestrados e pós-graduações para além do horário de trabalho.

Na verdade, tal como já se viu quanto às modalidades de inserção de homens e de mulheres no próprio mercado de trabalho, o género condiciona o comportamento de homens e de mulheres, para além da sua própria vontade, nos diferentes contextos em que estão inseridos. Espera-se de um homem jovem, em início de carreira, que ele queira fazer boa figura na empresa e que fique para além da hora de trabalho e não que vá para casa mais cedo acompanhar o seu filho acabado de nascer. É o inverso que se espera de uma mulher. Esta visão dominante acaba por condicionar todas as esferas — privada e pública — dos desempenhos em que homens e mulheres estão envolvidos. As guerras domésticas, as contradições e os conflitos entre quem faz o quê e porquê, são, nesta medida e também, guerras ligadas a velhos hábitos, ligadas à cultura instalada, em suma, são simultaneamente lutas privadas motivadas e associadas a causas públicas e societais. Daí, por vezes, que os indivíduos que se gostam e se amam vivam com dificuldade estes conflitos. Ou, como vimos nos resultados dos inquéritos, as mulheres tendam ainda a fugir da conflitualidade ou a negar a sua existência.

E como é que fazem os jovens com formação universitária para obviar a que as contradições que sentem desemboquem em terramotos conjugais? Numa palavra, eles e elas esperam empenhar-se mais para poder, tão depressa quanto possível, delegar em trabalho pago as tarefas domésticas mais pesadas.

Vejamos o que Marta, com um filho de dois anos e grávida de outro, diz sobre as tarefas domésticas:

lavar a louça, fazer a comida depois de um dia de trabalho é realmente horrível. Já não gostava antes e continuo a não gostar... Os trabalhos de casa prendem e cansam. E esse tempo, eu muitas vezes penso que poderia estar sentada a conversar.

Depois de dizer que já conhece bem o marido, após um longo namoro, e de desvalorizar, assim, os pequenos aborrecimentos que poderia ter com ele, afirma: "o meu marido é organizado eu não sou muito, talvez me pudesse aborrecer quando ele diz assim: "fica tudo por todo o lado" mas não, pronto, já não há problema com isso".

A questão da desorganização doméstica aparece frequentemente. Tanto acontece serem os homens a "acusar" as suas mulheres disso, como elas a dizerem o mesmo sobre eles. J. Claude Kaufmann explicaria esta tendência invocando os hábitos da família de origem. E aqui várias situações se podem colocar. Certos homens foram socializados por "mães domésticas" que tinham sempre tudo muito bem arrumado, daí lhes resultando ser difícil aceitar que as suas cônjuges "activas e com o mesmo grau de escolaridade do que eles" não tenham idêntico desempenho doméstico ao das suas mães. Muitas vezes têm mesmo dificuldade em assumir claramente esta incomodidade, pois racionalmente percebem que se trata de uma expectativa e de uma exigência situada fora de tempo e de contexto. Mas também há mulheres a quem custa, pelas mesmas razões, aceitar a "desorganização" dos seus pares. Aqui a situação é em todo o caso menos estranha, mais de acordo com as tendências dominantes.

Independentemente da possibilidade de uma leitura mais aprofundada destas diferenças, no plano do comportamento doméstico, o que parece intrigante é que tudo se passa como se as mulheres presentissem ainda que é seu dever ter tudo organizado, e quando falam das insuficiências no plano do desempenho das tarefas domésticas dos seus cônjuges ainda se consideram, por vezes, demasiado "chatas" e "exigentes". E que dizer de Marta, professora em dois locais diferentes, um dos quais muito distante da sua residência, com 1 filho de menos de dois anos, grávida de outro, com uma mulher-a-dias que vai uma vez por semana e que depois de fazer o jantar e lavar a loiça ainda acha que podia ser mais organizada, como o marido parece sugerir?

Para todos os efeitos, o que globalmente aparece diferente neste grupo é

o reconhecimento mais claro, por parte dos homens e das mulheres, do peso de algumas tarefas domésticas. Nesta rejeição tomam a dianteira as mulheres, e sobretudo as que têm escolaridade universitária. Não se trata tanto de reivindicar maior participação dos homens, mas de reclamar que venha alguém do exterior para fazer o que aos dois custa. O que, obviamente, só é concretizável para poucos. Estão os dois em início da vida profissional, os filhos são pequenos, o desafio financeiro é muito limitado e a carga doméstica enorme. Se associarmos estas dificuldades ao facto de serem ainda as mulheres que assumem a maioria das tarefas, percebe-se que elas vão continuar a gerir com dificuldade as suas múltiplas funções. Os homens encontram-se numa posição defensiva, trabalham um pouco mais do que noutras gerações — sentem que têm a obrigação e o dever de mudar as fraldas aos filhos — mas o seu corpo continua a responder menos do que o necessário no que toca às tarefas domésticas.

O problema do peso destas tarefas e o seu carácter desvalorizado, o facto de, das gerações mais velhas para as mais novas, se reconhecer cada vez menos valia a este trabalho — que passa a ter outros significados quando é um trabalho pago — parece soar de forma muito clara quando é um homem “doméstico” a citar a sua monotonia. Na verdade, em várias pesquisas se concluiu que os homens, quando estão no lugar de “homens domésticos”, sofrem exactamente o mesmo “síndrome da doméstica” referido em muitos dos estudos citados por André Michel, — falta de reconhecimento e de autoconfiança, invisibilidade de competências e de desempenho, etc. No livro de Ulrich Beck e Elizabeth Beck — Gernsheim (1995) são referidos resultados de investigações que se dedicaram à análise das situações em que são os homens a assumir o papel doméstico. Não se resiste a reproduzir uma citação de uma dessas pesquisas, em que se notam as sonoridades de um homem doméstico que resolveu durante uns anos trocar com a mulher ficando ele em casa enquanto ela trabalhava no exterior:

o pior é limpar, é horrível, realmente desgastante. Só ficamos a perceber isso quando o fazemos todos os dias. Se você limpou alguma coisa, por exemplo, na sexta-feira, a mesma porcaria estará no mesmo lugar, na mesma hora, na seguinte (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 21).

Não admira, assim, que o corpo dos homens resista a entrar na chamada esfera doméstica, com pouco para oferecer para além da monotonia e da repetição de tarefas, por vezes desesperante. Será estritamente através do reconhecimento pragmático da necessidade de fazer o que tem de ser feito, e fazê-lo de forma partilhada e igualitária, traduzido no esforço de alguns, poucos, dos nossos homens entrevistados, que se pode combater a discriminação feminina em relação ao desempenho das tarefas domésticas.

Conclusões

É tempo agora de procurar responder às interrogações que orientaram a pesquisa para elucidar a relação entre vida conjugal e divisão do trabalho.

Claro que além da tentativa de responder às questões formuladas no início, outras sugestões, porventura inesperadas, resultaram do próprio processo de investigação nas suas diversas vertentes. Os dados estatísticos, as comparações com outros países, os resultados dos inquéritos por questionário tudo nos ia interpelando e exigindo análise mais aprofundada, ou eram, por outro lado, as diferentes declarações dos entrevistados que ficavam a soar, que funcionavam como peças de um *puzzle* à espera de reconstituição.

De forma muito sucinta, deixaram-se no início analisadas as transformações na situação das mulheres casadas perante a actividade profissional, do princípio do século XX até aos nossos dias. Mostrou-se como no decurso do século a maioria delas desenvolvia um conjunto de actividades com relevância económica ou mesmo directamente para o mercado — trabalho no campo, trabalho nas fábricas, trabalho ao lado dos homens em actividades comerciais, trabalho nos serviços pessoais domésticos — embora esse tipo de contributo tenha permanecido durante muito tempo ou invisível ou subestimado.

Recorde-se que diversos estudos revelaram, a partir do anos 60, que, por razões ideológicas e porque o modelo ideal era até então o da mulher dedicada à casa e aos filhos, a diversidade e o volume da participação na actividade económica directa ou indirecta em que estavam envolvidas muitas mulheres tendiam a ser obscurecidos. No caso português, foi nítida essa invisibilidade do trabalho exterior feminino no que dizia respeito à agricultura, aos serviços domésticos e mesmo ao trabalho fabril. Ele não tinha em geral expressão nas estatísticas.

Claro que existia igualmente um sector de mulheres que punham em prática o modelo ideal dominante, um conjunto muito restrito de mulheres burguesas e, mais tarde, das chamadas classes médias, que se mantinham

inactivas. Elas usufruíam também, até muito tarde no caso português, de mão-de-obra de serviço doméstico barata e abundante.

Dos anos 60 para cá assistiu-se, em Portugal como na maioria dos países ocidentais, simultaneamente à erosão do modelo ideal de domesticidade das mulheres e à generalização da actividade feminina directamente para o mercado em quase todas as áreas e sectores sociais. Esse processo foi mais explícito no nosso país a partir de Abril de 1974.

Hoje, as taxas de actividade de homens e de mulheres ficaram muito próximas, por decréscimo das primeiras e forte crescimento das últimas. Essa quase paridade, embora represente em relação ao passado avanço notável, não eliminou outras discriminações e diferenciações importantes, como a da precariedade da posição das mulheres casadas perante o mercado, os baixos salários e os fracos rendimentos, entre outros aspectos que tivemos ocasião de verificar.

A questão porventura mais relevante deste processo de mudança, bem revelado nas entrevistas, foi que independentemente da maior ou menor necessidade económica, as mulheres casadas, mesmo as de fracos rendimentos, *querem* trabalhar no exterior. O desempenho de uma actividade para o mercado, para além das suas motivações económicas, está decididamente associado a autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, a reconhecimento de competências, a fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico e restrição de sociabilidade.

Ora, se seriam de esperar, em relação a certas categorias profissionais, interpretações do trabalho exterior que sublinhassem as dimensões libertadoras, individualizantes e autonomizantes dessa actividade, encontrar posições relativamente idênticas, embora com linguagens diferentes, em sectores profissionais onde o trabalho é muito pouco qualificado, constituiu, de certa forma, uma surpresa.

A imagem da mulher doméstica aparece bastante desgastada e desvalorizada, tendo deixado de representar factor de identificação, enquanto o trabalho profissional surge como dimensão importante da respectiva identidade pessoal e social. A visão de uma mulher casada vítima e totalmente dependente do homem passou à história. Embora se conservem sinais de dependência feminina efectiva — motivada, entre outros factores, pelos baixos salários e não tanto porque as mulheres sejam totalmente sustentadas pelos homens — o que tende a ser sublinhado é a imagem de uma mulher companheira do homem, igual em direitos e deveres. Esta afirmação foi muito mais nítida do que se esperaria no início da pesquisa e constitui resultado que traz alguma novidade.

As mudanças relativas à situação das mulheres foram resultando da conjugação de diferentes factores. Associam-se a essas mudanças as transformações no domínio socioeconómico, como a passagem de uma lógica dominantemente agrícola para a industrial e desta para a era dos serviços. Por aí se

criaram, nesses processos, novos postos de trabalho “adequados” à mão-de-obra feminina. Viu-se até, com os desenvolvimentos mais recentes e em particular com a ideia da flexibilização e com a contínua tendência para a precarização, que o trabalho feminino parece ser particularmente valorizado pelos empregadores para certo tipo de actividades económicas. Neste caso pelas más razões.

Factor decisivo, de natureza diferente, foi também o aparecimento dos movimentos feministas nos anos 70. Eles evidenciaram e denunciaram o mal-estar das mulheres casadas, bem como os problemas e disfuncionalidades decorrentes do seu confinamento ao espaço doméstico (Torres, 2001).

Doutra natureza, ainda, são os efeitos ligados à divulgação da pílula contraceptiva, que permitiu a separação entre sexualidade e procriação. Essa divulgação ligou-se a claras transformações no plano dos valores, no campo da sexualidade, no modo de viver relações afectivas e amorosas.

As recomposições sociais que se iam operando não deixaram também, por seu turno, de gerar consequências relevantes a estes níveis. O crescimento das chamadas classes médias, menos directamente envolvidas em lógicas de alargamento e reprodução do património e não tão dependentes do casamento para a sobrevivência económica, contribui para a generalização de uma imagem de mulher activa e menos condicionada pelos papéis sexuais tradicionais. No caso português, aliás, factores específicos como a emigração e a guerra colonial contribuíram para que as mulheres casadas assumissem um protagonismo particular ao ocuparem postos de trabalho que em alguns outros países ainda estariam a ser, em princípio, basicamente masculinos.

Mas embora esses processos de mudança viessem já a ocorrer desde os anos 60, foi fundamentalmente depois do 25 de Abril que eles ganharam maior visibilidade. Viveu-se nos anos seguintes um ambiente de libertação que permitiu legitimar ainda mais essa perspectiva da mulher activa e igual em direitos e deveres. As transformações sociais e simbólicas puderam, nalguns planos, acelerar-se, por contraposição a processos mais antigos mas também mais lentos, em outros países europeus — passou-se aqui em 25 anos o que ocorreu noutros espaços em 40. De facto, a especificidade do caso português tem também a ver com o facto de se partir, no nosso país, de padrões muito mais tradicionalistas e retrógrados em relação às mulheres do que o que se passava nos anos 60 na Europa ocidental.

Tais padrões tradicionalistas, em especial em certos planos como no da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, fazem-se ainda sentir, em todo o caso, em Portugal. A distribuição assimétrica desfavorável às mulheres resiste na maioria dos países europeus, mas o contraste é particularmente acentuado no nosso país, já que a esmagadora maioria das mulheres portuguesas, e em particular as mães, têm jornadas de trabalho exterior com horários quase tão extensos como os dos homens, a que se associa ainda a fraca cobertura de equipamentos de apoio a infância. Daí deriva particular

sobrecarga feminina. Em termos de mudança intergeracional, aliás, notou-se que a participação masculina apenas subiu no plano dos cuidados com os filhos e, mesmo assim, só em certos sectores sociais.

Vimos também quão difícil é assumir na relação conjugal uma situação de conflito permanente a propósito de dimensões práticas as quais, perante as afectivas, acabam por ser desvalorizadas pelas próprias mulheres.

A imagem da mulher pacificadora e não fatora de conflito adequa-se mais, por outro lado, ao estereótipo feminino dominante. O trabalho doméstico impõe-se, tem de ser feito, sendo a resultante, no quadro valorativo definido, a sobrecarga de trabalho das mulheres. Este peso acrescido distribui-se socialmente de forma diferenciada, já que assim que a situação financeira permite tende-se a delegar em trabalho pago pelo menos algumas das tarefas domésticas mais pesadas. A distribuição de rendimentos que podemos observar nos inquéritos realizados reduz a uma minoria, contudo, os casais que podem delegar a maior parte dessas tarefas.

Voltemos às questões colocadas no início. O facto de um número crescente de mulheres contribuirem para o sustento da família através do trabalho pago, como é tão evidente no caso português, não implicou uma divisão do trabalho familiar diferente. A disponibilidade feminina para o trabalho exterior não encontrou iniciativa masculina correspondente do lado da divisão do trabalho familiar.

O trabalho feminino exterior terá trazido mais poder, mais auto-estima, mais protagonismo, mais reconhecimento de competências, além, evidentemente de maior rendimento. Também terá permitido, nalguns sectores sociais, contrariar e resistir a algumas formas tradicionais de dominação masculina. Mas há também um preço significativo, em quase todas as situações: o preço do sobretabalho.

Ficou também igualmente claro que a esfera do trabalho e a da família motivam, ambas, as mulheres casadas, apelando certamente para diferentes domínios identitários. Os homens, no plano identitário, parecem investir na família de forma mais mediada, isto é, através da relação com as cônjuges. Quanto às responsabilidades familiares, e independentemente de valorizarem essas relações, os homens tendem a delegá-las nas mulheres, quer no plano da gestão, quer no da execução. Em todo o caso, fica também relativizada a versão estereotipada do homem ferozmente competitivo que só se projecta na profissão. Nalguns casos encontrou-se mesmo real desinteresse pela actividade profissional, enquanto noutros são os aspectos mais pragmáticos e instrumentais os valorizados e noutros ainda foi-se instalando, com os anos, algum conformismo. Só nos casos em que se está a meio de uma verdadeira carreira, ou esta se perfila no horizonte, apareceu um tipo de comportamentos, de opções e de discurso, mais próximo do estereótipo.

Uma das interrogações iniciais formuladas dirigia-se a identificar os processos internos à vida conjugal susceptíveis de produzir efeitos na participação de mulheres e de homens no mercado de trabalho. Sendo assimétrica a divisão do trabalho familiar, verificaram-se igualmente efeitos que esta assimetria pode ter na forma como as mulheres investem em diferentes momentos do ciclo de vida conjugal. Viu-se, por exemplo, como as jovens mulheres com formação universitária e profissões intelectuais e científicas, com filhos pequenos, trabalhavam o mais que podiam, mas com inevitáveis limitações ao seu envolvimento, dadas as responsabilidades familiares que as constrangiam. Por outro lado, alguns dos constrangimentos à participação dos homens na vida familiar não nascem necessariamente da sua vontade, localizando-se também nos efeitos de género que actuam nos próprios contextos profissionais. Acontece, por exemplo, que, para cumprirem o que lhes é pedido no início da carreira profissional, eles são considerados pela entidade patronal como homens sem família e com possibilidades de dedicação ilimitada à empresa. A consequência é o óbvio impedimento à maior participação em casa, situação que fica desculpabilizada, aliás, porque os constrangimentos não são imaginários.

Assim, se no contexto familiar é claramente a divisão desigual de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres que muitas vezes limita o maior investimento feminino na profissão, interferem também mecanismos externos à vida familiar, como os que se geram no contexto profissional e que reforçam essas mesmas limitações. Por aí se reforça a consistência teórica da proposta que considera serem os diferentes domínios da vida social atravessados pelos efeitos de género, do privado ao público, da família ao trabalho, com contínua produção e reprodução da discriminação feminina. Outra forma de dizer que existe um divisão sexual e social do trabalho definidora e condicionadora dos lugares ocupados por homens e por mulheres nos diferentes domínios da vida social.

Ao adoptar-se a perspectiva da vida conjugal como realidade dinâmica foi possível entender que os constrangimentos de género não se fazem sentir da mesma forma nem em todos os contextos e conjunturas, nem em todos os momentos da vida conjugal. Por outras palavras, vimos que as mulheres procurando conciliar necessidades de investimento pessoal e profissional com as responsabilidades propriamente familiares, podem, em certas circunstâncias e quando os filhos são menos dependentes, retomar projectos adiados.

Essa negociação de energias, de tempos, de esforços, não faz senão confirmar que a vontade tem de escolher os interstícios permitidos por um conjunto complexo e mutável de constrangimentos. Os cortes sincrónicos por vezes impostos pela construção de tipologias ou a adopção de metodologias menos flexíveis e complementadas, teria eventualmente impedido a leitura desses processos dinâmicos.

Duas notas, para finalizar. A pesquisa mostrou de forma muito evidente as transformações que ocorreram nos últimos 20 anos no plano da inserção das mulheres no mercado de trabalho. O crescimento em todos os domínios da actividade feminina — nos trabalhos menos e mais qualificados — foi notável. Mas a quase paridade que hoje existe na esfera da actividade, não só não equivale aos mesmos ganhos em termos de remuneração, verificando-se assimetrias que qualquer investigador isento é forçado a classificar de escandalosas, como há outros e fortes desequilíbrios no plano da vida familiar. Aí também o prato da balança, em termos de tempo e energia, pesa muito para o lado das mulheres.

Ponderando as razões que contribuem para explicar esta situação, e não deixando obviamente de ter em conta as difíceis condições de vida e de remuneração de muitos portugueses, comparativamente com os outros europeus dos 15, salientam-se três factores relevantes.

Por um lado, a inexistência de valorização da extensão e do volume de trabalho *pagos* produzido pelas mulheres. Em segundo lugar, o não reconhecimento do peso da carga doméstica e a idêntica não valorização deste contributo. Em terceiro lugar, pela imposição às mulheres, mas também aos homens, de constrangimentos objectivos que atravessam a organização da divisão do trabalho entre os sexos, a que se somam os constrangimentos simbólicos, que atravessam e configuram as relações conjugais e familiares: a incorporação e naturalização das desigualdades, o tradicionalismo que gera o medo de assumir posições que vão contra as normas. As mulheres são consideradas trabalhadoras com família, os homens são supostamente trabalhadores "livres". A expressão da vontade individual de uma mulher, seja ou não mãe, que não deseje limitar a sua realização pessoal e profissional em função das obrigações familiares é encarada como suspeita. Situação que nunca é formulada no masculino, já que para os homens, que querem na sua esmagadora maioria ter filhos, tudo se passa como se fosse óbvio que sejam as mulheres a cuidar deles.

Outra nota para sublinhar, para além dos números, tão importantes para revelar realidades menos visíveis, as muitas vezes que passaram nestas páginas. As entrevistas realizadas, accionando um discurso mais solto e menos submetido a convenções, permitiram verificar que muitas vezes se ocupam lugares, se desenvolvem práticas e se formulam desejos bem distantes dos estereótipos de género. Assim observou-se a regularidade do empenho das mulheres na actividade profissional, muito para além da ideia do trabalho por pura necessidade económica. E também se encontraram muitos homens achando que a família, os afectos e os amigos são locais de projecção tão ou mais interessantes do que a vida profissional. Tudo visto, haverá mais convergências e semelhanças entre os dois sexos do que resulta das visões estereotipadas.

Ao longo do século XX, nomeadamente através da possibilidade da

concepção, evoluiu-se no sentido de as diferenças biológicas que separam homens e mulheres terem cada vez menos efeitos na vida quotidiana. Também se vai percebendo que essas diferenças, permitindo desfrutar das belas aventuras que são a sexualidade e o poder de criação, não têm de se traduzir em desigualdades. De resto, numa perspectiva histórica, nunca como no momento presente e nas chamadas sociedades ocidentais, homens e mulheres tiveram experiências de vida tão semelhantes.

Postas as coisas nestes termos, as conseiras, os desgastes, as desigualdades sociais entre homens e mulheres parecem absurdas. A pesquisa científica também serve, por vezes, para nos confrontar com o absurdo.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, XXI (84).
- Almeida, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina", *Análise Social*, XXII (92-93).
- Almeida, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais no Campo*, Edições do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Almeida, J. Ferreira de, em colab. António Firmino da Costa (1990), *Valores e Representações Sociais (Portugal: Os Próximos Vinte Anos, VII Vol.)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, J. Ferreira, J. M. Pais, F. L. Machado, A. C. Torres, P. A. Ferreira, J. Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures, Caderno Estudos Locais.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino, A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- André, Isabel (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana Faculdade de Letras de Lisboa.
- Baptista, Virgínia R. (1998), *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal. Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE.

- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1984), "Le cycle de vie familiale. Méthodologie et champ d'utilisation", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Barrère-Maurisson, M. Agnès, e O. Marchand (1992) "La prise en charge du domestique: comparaisons des liens entre structures familiales et marchés du travail dans les pays développés", em A. N. Almeida, M. D. Guerreiro, A. Torres, K. Wall, *Famílias e Contextos Sociais*, Lisboa, GREF/AISLF.
- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail, La Vie en Doublé*, Paris, PUF.
- Battaglia (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Beck, Ulrich, e E. Beck-Gernsheim (1995, 1990), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- Bertaux, Daniel (org.) 1981, *Biography and Society. The Life History Approach in the Social Sciences*, California, Sage Publications.
- Blood, Robert O., e Donald Wolfe, *Husbands and Wives*, Nova Iorque, Free Press, 1960.
- Boca, Daniela Del, e Marinela Locatelli (2003), "Fertility and women's work status", em European Commission, *The Rationale of Motherhood Choices: Influence of Employment Conditions and of Public Policies*, Directorate-General for Research Citizen and governance in a Knowledge-based society Community Research, State of the Art, 209 pp.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Éditions du Seuil (tradução portuguesa, *A Dominação Masculina*, 1999, Oeiras, Celta Editora).
- Bozon, Michel, e F. Héran (1987), "La découverte du conjoint I", *Population*, 42 (6).
- Bozon, Michel, e F. Héran (1988), "La découverte du conjoint II", *Population*, 43 (1).
- Bozon, Michel (1991) "Mariage et mobilité sociale en France", *European Journal of Population*, 7.
- Bozon, Michel (1991a), "Apparence physique et choix du conjoint", em T. Hibert e L. Roussel, *La Nuptialité: Évolution Récente en France et dans les Pays Développés*, INED, Congrès et Colloques, n.º7.
- Burgess, Ernest, M. J. Locke e M. Thomas (1960), *The Family From Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- Capucha, Luís, e Anália C. Torres (1986) "O fim da Arte no trabalho. A escola da Mãe", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1.
- Chaudron, M., "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

- Commaille, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politiques*, Paris, La Découverte.
- Costa, Adélia (1992), *Representações Sociais de Homens e de Mulheres, Portugal 1991*, Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, MTSS.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes Sociais na Europa", *Sociologia Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", Andréé Michel (org.), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Dubar, Claude (1991), *La Socialisation. Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- Employment Outlook, OECD, 2002
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1981), *Women and the Wage Labor System. A Theoretical Approach to the Sexual Division of Labour*, dissertação de doutoramento, Brandeis University.
- Ferreira, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego. Uma análise do caso português no quadro europeu", em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ferreira, Virgínia (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 199-227.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Girard, Alain (1964), *Le Choix du Conjoint*, Paris, PUF, Travaux et Documents, Cahier n.º 44.
- Goode, William (1969, 1963), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Isabel Romão (1995), "Famille et travail au Portugal, la coexistence de différents dynamiques sociales", em Willemssen, Tineke, Gerard Frinking e Ria Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe. The Role of Policies*, Tilburg, TUP, pp. 151-165.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas Familiares em Portugal*, dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), "Mulheres na vida empresarial", Lisboa, Comissões para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Cadernos Condição Feminina*, n.º 49.
- Hantrais, Linda (1990), *Managing Professional and Family Life: a Comparative Study of British and French Women*, Dartmouth Publishing Company.
- Infante, Fernanda (coord.) (1988), *Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*, Direcção Geral da Família.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame conjugale. Analyse du Couple par Son Linge*, Paris, Nathan.

- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kaufmann, Jean Claude (1997), *Le Coeur à l'Ouvrage. Théorie de l'Action Ménagère*, Paris, Nathan.
- Kellerhals, Jean et al., (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean (1987), "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean, e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de recherche 1965-1985", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kergoat, D. (1984), "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Komarovsky, Mirra (1962), *Blue-Collar Marriage*, Nova Iorque, Random House.
- Kunzler, Jan (1995), "History of equal opportunities policy: the case of Germany", em Willemsen, Tineke, Gerard Frinking e Ria Vogels (orgs.) *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Kunzler, Jan (1999), *Paths Towards a Modernization of Gender Relations, Policies and Family Building* (no prelo).
- Leandro, Engrácia (1995), *Famílias Portugaisas Projetos et Destins*, Paris, CIEMI/ L'Harmattan.
- Leandro, Engrácia, e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Dinâmicas Multiculturais Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp 175-189.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos.
- Macdowell, Linda, e Rosemary Pringle (orgs) (1992), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Macdowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-Fordist era: new contradictions or the same old story?", em Linda Macdowell e Rosemary Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Merton, Robert, *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, the Free Press, 1968.
- Meulders, Danièle e Sile O' Dorchai, (2003), "Welfare State Comparisons and Motherhood", em European Commission, *The Rationale of Motherhood Choices: Influence of Employment Conditions and of Public Policies*, Directorate-General for Research Citizen and governance in a Knowledge-based society Community Research, State of the Art, 209 pp.
- Michel, Andrée, (org.) 1970, *La Sociologie de la Famille*, Paris, École Pratique de Hautes Études and Mouton.
- Michel, Andrée (1974), *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Éditions du CNRS.
- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.

- Michel, Andrée (1983, 1972), *Sociologia da Família e do Casamento*, Lisboa, Rés editora, (tradução s/ data, 1.ª edição, 1972, 2.ª edição 1978).
- Mietinnen, Anneli (1997), *Women in Europe*, European Network on Policies and the Division of Unpaid and Paid Work in the Family, WORC paper, 97. 10. 014/6, Tilburg.
- Oakley, A. (1974), *Houswife*, Londres, Allen and Unwin.
- Pahl, Ray E. (1992) "Work and employment", em Linda Macdowell e Rosemary Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Parsons, Talcott, e Robert Bales (1956, 1968), *Family, Socialization and Interaction process*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Parsons, talcott, "A estrutura social da família" (1971, 1949), em Ruth Ashen (org.), *A Família sua Função e Destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- Périvier, Hélène, e Sile O'Dorchai, 2003, "Women's employment and public policies", em European Commission, *The Rationale of Motherhood Choices: Influence of Employment Conditions and of Public Policies*, Directorate-General for Research Citizen and governance in a Knowledge-based society Community Research, State of the Art, 209 pp.
- Perista, Heloísa, M. Chagas Lopes (coord.) (1999), *A Licença de Paternidade. Um Direito Novo para a Promoção da Igualdade*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Coleção Estudos, Série A Estudos Gerais.
- Phillips, Anne (1992) "Classing the women and gendering the class", em L. Macdowell e R. Pringle (orgs), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217- 231.
- Rocha, Gilberta, O. Medeiros, L. Tomás, A. Madeira, A. Borralho (1999), *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Centro de Estudos Sociais.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), *Mulheres Empresárias: Resultados de uma Investigação Empírica sobre as Mulheres Empresárias em Portugal*, Lisboa, ISCTE, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, trabalho de síntese.
- Schwartz, Olivier (1990), *Le Monde Privé des Ouvriers. Hommes et Femmes du Nord*, Paris, PUF.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin, 3.ª edição.
- Silva, Manuela (1983), *O Emprego das Mulheres em Portugal. A Mão Invisível da Discriminação Sexual no Emprego*, Porto, Afrontamento.
- Singly, François de (1984a), "Accumulation et partage des ressources conjugales", em *Sociologie du Travail*, 3-84.
- Singly, François de (1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mariée. Sociologie de la Vie Conjugale*, Paris, Presses universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.

- Tilly, Louise, e Joan Scott, (1978), *Women, Work and Family*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston.
- Torres, Anália Cardoso (1995), "Travail Féminin et relations conjugales: quelques exemples de l'influence entre sphère privée et sphère publique", em *Ephesia, La Place des Femmes: les Enjeux de l'Identité et de l'Égalité au Regard des Sciences Sociales*, Paris, La Découverte.
- Torres, Anália Cardoso (1996a) "Os jovens e a família", "Os jovens e a profissão", em J. Ferreira de Almeida, et al., *Jovens de Hoje e de AQUI*, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália Cardoso, e F. Vieira da Silva (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp. 9-65.
- Torres, Anália Cardoso, J. L. Castro, F. V. Silva, S. Aboim e P. Vasconcelos (1999), "Políticas sociais e a questão do acolhimento das crianças em Portugal", *Cadernos de Política Social*, 1, pp. 45-90.
- Torres, Anália Cardoso (2000) *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade. Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Torres, Anália Cardoso (2001) *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2002) *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, F. Vieira da Silva, T. Líbano Monteiro e M. Cabrita, (2004) *Homens e Mulheres: entre Família e Trabalho*, Lisboa, CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Torres, Anália, Rui Brites, Rita Mendes e Tiago Lapa, (2004a) "Famílias no contexto europeu: alguns dados recentes do European Social Survey", comunicação apresentada ao V Congresso de Sociologia, www.aps.pt/VCongresso.
- Walby, Sylvia, (1991) "Labour markets and industrial structures in women's working lives", em Shirley Dex (org.) *Life and Work History Analyses: Qualitative and Quantitative Developments*, Londres, The Sociological Review, Routledge.
- Wall, Karin, (1984) "Mulheres que partem, mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo emigratório", *Ler História*, 3.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo-Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Vaughan, Diane (1986), *Uncoupling*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- West, Candace, D. H. Zimmerman (1991), "Doing gender", em J. Lorber e S. Farrel (orgs.), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.
- Zarca, Bernard (1990), "La division du travail domestique. poids du passé et tensions au sein du couple", *Économie et Statistique*, 228.

Anexos

Quadro A1 Tabela de agregação das categorias socioeconómicas dos recenseamentos da população (1981, 1991, 2001)

Agregação	Categorias
Patrões não agrícolas	Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas Empresários da indústria, comércio e serviços Empresários do sector primário Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias Pequenos patrões da indústria Pequenos patrões do comércio e serviços
Patrões do sector primário/ Patrões agrícolas*	Pequenos patrões do sector primário
Trabalhadores independentes da agricultura	Trabalhadores independentes do sector primário
Trabalhadores independentes	Trabalhadores industriais e artesanais independentes Prestadores de serviços e comerciantes independentes
Profissionais liberais	Profissionais intelectuais e científicos independentes Profissionais técnicos intermédios independentes
Quadros médios e superiores	Directores e quadros dirigentes do Estado e empresas Dirigentes de pequenas empresas e organizações Quadros intelectuais e científicos Quadros técnicos intermédios Quadros administrativos intermédios
Empregados executantes	Empregados administrativos do comércio e serviços Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados
Operários	Operários qualificados e semi-qualificados Operários não qualificados
Assalariados do sector primário/ Assalariados agrícolas**	Assalariados do sector primário Trabalhadores não qualificados do sector primário
Pessoal das F. Armadas	Pessoal das forças armadas
Activos não especificados	Outras passivas activas, n.e.

Notas: * em 1981 e 1991 incluem-se apenas os patrões agrícolas; ** em 1981 e 1991 incluem-se apenas os assalariados agrícolas.
Fonte: INE, Recenseamentos da População 1981, 1991 2001.

Quadro A2 Homens e Mulheres com actividade económica, segundo o sexo na União Europeia, 1997

Valores absolutos	Valores em percentagem																					
	HM	M	H	M	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK			
150070	3839	2675	35299	3853	12706	22157	1373	20032	169	7186	3609	4523	2120	3917	26612	2120	3917	26612	2120	3917	26612	
87205	2277	1450	20159	2439	8201	12300	838	12810	106	4214	2972	1572	2034	2047	14685	2047	14685	2047	14685	2047	14685	
62865	1561	1215	14504	1415	4475	9856	536	7222	63	2972	1572	2034	2047	14685	2047	14685	2047	14685	2047	14685	2047	14685
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
58,1	54,6	57,1	63,3	64,8	55,5	61,0	63,9	62,7	58,6	56,4	55,0	52,6	47,4	47,7	55,2	52,6	47,7	55,2	52,6	47,7	55,2	
41,9	40,7	42,9	36,7	35,2	44,5	39,0	36,1	37,3	41,4	43,6	45,0	47,4	52,6	52,3	44,9	47,4	52,3	44,9	47,4	52,3	44,9	
18,7	18,7	9,2	14,2	26,6	29,6	11,0	22,1	27,9	25,4	17,3	12,9	10,1	5,2	4,5	10,4	5,2	4,5	10,4	5,2	4,5	10,4	
16,2	16,2	18,7	14,2	26,6	29,6	11,0	22,1	27,9	25,4	17,3	12,9	10,1	5,2	4,5	10,4	5,2	4,5	10,4	5,2	4,5	10,4	

Notas: " diferença entre a percentagem de homens activos e a percentagem de mulheres activas; dados cedidos pela equipa do projecto de investigação "A modernização das estruturas sociais: recomposição social, novos valores e protagonismos emergentes", coordenado por João Ferreira de Almeida e António Firmão, e desenvolvido no âmbito do CIES/ISCTE.
 Legenda: B=Belgium; DK=Denmark; EL=Greece; E=Spain; F=France; IRL=Ireland; I=Italy; L=Luxembourg; NL=The Netherlands; A=Austria; P=Portugal; FIN=Finland; S=Sweden; UK=United Kingdom.

Fonte: Labour Force Survey 1997, EUROSTAT.

Quadro A3 Indivíduos com actividade segundo a categoria profissional na União Europeia, 1997

Percentagem	Valores em percentagem																				
	UE-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK					
9,7	5,8	12,1	7,6	9,7	3,7	7,6	3,7	13,1	6,4	9,1	7,7	9,0	5,7	10,2	6,8	1,5	0,6	1,5	0,6	1,5	0,6
12,1	13,3	15,0	25,1	13,1	11,1	14,0	10,5	9,9	14,5	8,9	16,0	11,8	8,8	14,1	21,9	15,6	13,3	12,7	16,7	10,8	8,4
12,7	16,7	10,8	8,4	13,4	22,3	14,9	26,5	5,1	6,5	8,3	9,1	15,5	19,4	4,3	3,0	17,0	13,3	7,8	21,8	10,7	23,4
7,8	21,8	10,7	23,4	6,3	19,4	7,2	20,4	7,8	16,4	7,1	15,8	6,0	24,5	6,4	24,9	11,4	21,8	7,8	21,8	10,7	23,4
7,8	21,8	10,7	23,4	6,3	19,4	7,2	20,4	7,8	16,4	7,1	15,8	6,0	24,5	6,4	24,9	11,4	21,8	7,8	21,8	10,7	23,4
7,8	21,8	10,7	23,4	6,3	19,4	7,2	20,4	7,8	16,4	7,1	15,8	6,0	24,5	6,4	24,9	11,4	21,8	7,8	21,8	10,7	23,4
4,6	3,0	3,1	2,0	4,6	0,9	2,6	1,7	17,4	22,7	6,9	4,2	6,1	3,2	12,3	1,5	4,4	3,3	4,6	3,0	3,1	2,0
24,3	4,0	20,9	3,0	21,2	1,6	29,2	4,1	21,6	6,3	24,4	3,4	22,7	2,3	17,6	6,6	25,9	8,6	24,3	4,0	20,9	3,0
12,4	3,6	10,9	3,0	10,6	4,2	11,1	2,7	10,3	2,3	13,4	4,5	15,5	5,0	12,8	2,7	11,8	5,3	12,4	3,6	10,9	3,0
7,7	10,8	8,6	10,6	12,9	11,8	7,4	10,7	4,6	8,2	11,6	18,6	5,7	10,7	10,9	5,9	9,2	10,5	7,7	10,8	8,6	10,6
1,0	0,1	1,7	0,0	0,6	0,0	1,1	0,0	1,6	0,3	0,7	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,1	1,7	0,0
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro A4 Diferenças entre as percentagens de homens e mulheres activos, segundo a categoria profissional na União Europeia, 1997

Categorias profissionais	Diferenças em percentagem																				
	UE-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK					
Directores e Quadros Dirigentes	3,9	4,5	6,0	3,9	6,7	1,4	3,3	3,4	0,9	2,0	2,0	9,9	4,7	3,8	8,4	4,1	6,7	3,9	4,5	6,0	3,9
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	-1,2	-10,1	2,0	-8,9	-11,6	-1,4	-0,8	-3,9	-7,8	-8,2	0,6	0,1	-1,1	-1,6	-7,8	-3,2	-0,8	-1,2	-10,1	2,0	-8,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	-4,0	2,4	-8,9	-11,6	-1,4	-0,8	-3,9	-7,8	-8,2	0,6	0,1	-1,1	-1,6	-7,8	-3,2	-0,8	-1,2	-4,0	2,4	-8,9	
Pessoal Administrativo e Similares	-14,0	-12,7	-13,1	-14,8	-7,8	-11,0	-14,6	-18,5	-10,4	-7,5	-11,4	-15,4	-13,0	-10,6	-13,2	-21,6	-15	-14,0	-12,7	-13,1	
Pessoal dos Serviços e vendedores	-13,2	-10,6	-17,4	-14,8	-7,8	-11,0	-14,6	-18,5	-10,4	-7,5	-11,4	-15,4	-13,0	-10,6	-13,2	-21,6	-15	-13,2	-10,6	-17,4	
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1,6	1,1	3,7	0,9	-5,3	2,7	2,9	10,8	1,1	1,9	1,0	1,0	-1,4	-2,8	3,7	2,7	1,5	1,6	1,1	3,7	
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	20,3	17,9	19,6	25,1	15,3	21,0	20,4	11,1	17,3	19,0	15,7	23,4	16,5	19	18,8	18,1	20,3	20,3	17,9	19,6	
Montagem	8,8	7,9	6,4	8,4	8,0	8,9	10,5	10,1	6,5	11,9	8,1	9,0	7,5	10,7	13,2	9,4	8,8	8,8	7,9	6,4	
Trabalhadores Não Qualificados	-3,1	-2,0	1,1	-3,3	-3,6	-7,0	-5,0	5,0	-1,3	-12,2	-1,8	-7,2	-5,4	-1,7	-4,4	-1,5	-3,1	-3,1	-2,0	1,1	
Pessoal das Forças Armadas	0,9	1,7	0,6	1,1	1,3	0,7	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	1,7	0,6	

Legenda: B=Belgium; DK=Denmark; EL=Greece; E=Spain; F=France; IRL=Ireland; I=Italy; L=Luxembourg; NL=The Netherlands; A=Austria; P=Portugal; FIN=Finland; S=Sweden; UK=United Kingdom.
 Fonte: Labour Force Survey 1997, EUROSTAT.

Quadro A5 Homens e mulheres, por grupos socioeconômicos agregados e estado civil (1991-2001) percentagem em coluna

Grupos socioeconômicos agregados	1991			2001		
	H/M	H	%	H/M	H	%
Total	4395438	100,0	1812223	100,0	4990208	100,0
Partes não agrícolas	307711	7,0	2155915	8,35	4232229	8,5
Partes agrícolas	31315	0,7	22555	0,88	18271	0,5
Trabalhadores indep. da agricultura	252680	5,7	153481	5,9	106937	5,5
Partes agrícolas	3818	0,3	2761	0,4	2120	0,2
Partes não agrícolas	37470	3,2	23949	3,5	54578	2,8
Trabalhadores indep. da agricultura	45082	3,9	29927	4,2	14035	3,4
Trabalhadores independentes	40977	3,5	26504	3,9	21568	3,0
Profissionais liberais	6470	0,6	4076	0,6	5895	0,5
Quadros médios e superiores	132999	11,4	56320	8,5	256718	20,9
Empregados executivos	303442	28,1	128915	18,8	396888	36,4
Operários	484911	41,7	348011	49,8	384864	30,1
Assalados agrícolas	43553	3,7	32120	4,7	21330	2,4
Assalados não agrícolas	17139	1,5	16348	2,4	14175	1,2
Outros ativos n. e.	47714	4,1	21876	3,2	55925	4,6
Outros ativos n. e.	2880814	100,0	1751273	100,0	3197861	100,0
Partes não agrícolas	244745	8,5	177772	10,2	323505	5,9
Partes agrícolas	24974	0,9	18604	1,1	14743	0,6
Trabalhadores indep. da agricultura	187793	16,5	149574	21,2	208199	16,2
Trabalhadores independentes	242105	8,4	149574	21,2	166240	12,2
Profissionais liberais	19492	0,7	14211	0,8	17585	0,5
Quadros médios e superiores	384120	13,3	209375	19,0	548589	15,5
Empregados executivos	765209	26,6	348935	19,9	963001	36,9
Operários	860890	29,9	622245	35,6	964298	21,1
Assalados agrícolas	150982	3,7	69509	4,0	54320	3,2
Assalados não agrícolas	25082	0,9	22717	1,3	17046	0,5
Outros ativos n. e.	20422	0,7	1180	0,1	44685	1,7
Casados sem registro	129351	100,0	76762	100,0	285522	100,0
Partes não agrícolas	10207	7,9	7291	9,5	25241	8,8
Partes agrícolas	745	0,6	561	0,7	727	0,3
Trabalhadores indep. da agricultura	4535	3,5	3230	4,2	3098	2,5
Trabalhadores independentes	12256	9,5	8028	10,5	12778	8,0
Profissionais liberais	1439	1,1	1012	1,3	2004	0,8
Quadros médios e superiores	1612	12,1	8485	13,6	19815	13,4
Empregados executivos	39825	30,8	14371	18,7	103829	48,4
Operários	35772	27,7	28748	37,5	78015	27,3
Assalados agrícolas	6770	5,2	4055	5,2	1343	1,8
Assalados não agrícolas	921	0,7	803	1,0	1421	0,5
Outros ativos n. e.	1269	1,0	72	0,2	2110	2,3
Outros ativos n. e.	7678	100,0	19882	100,0	83650	100,0
Partes não agrícolas	6203	7,8	2165	10,9	6320	7,6
Partes agrícolas	1181	1,5	457	1,2	377	0,5
Trabalhadores indep. da agricultura	9754	12,2	2994	15,1	4257	8,1
Trabalhadores independentes	6695	8,4	1694	8,5	6780	8,1
Profissionais liberais	466	0,6	224	1,1	367	0,4
Quadros médios e superiores	7715	9,7	1825	9,2	9667	9,9
Empregados executivos	28637	35,9	3167	15,9	38933	42,6
Operários	12930	16,2	5481	27,6	13706	12,5
Assalados agrícolas	5134	6,4	1691	8,5	2271	2,7
Assalados não agrícolas	318	0,4	163	0,8	81	0,1
Outros ativos n. e.	645	0,8	21	0,1	1891	2,3
Outros ativos n. e.	75038	100,0	26395	100,0	52810	100,0
Partes não agrícolas	4202	5,6	2135	7,5	3193	6,0
Partes agrícolas	443	0,6	266	0,6	96	0,2
Trabalhadores indep. da agricultura	4383	5,8	3199	6,9	604	1,1
Trabalhadores independentes	4598	6,1	2723	5,9	358	0,7
Profissionais liberais	596	0,8	360	1,3	358	0,7
Quadros médios e superiores	10830	14,4	4139	14,5	8783	16,6
Empregados executivos	22702	36,1	20826	44,9	4434	21,3
Operários	18545	24,7	10526	36,8	13355	25,3
Assalados agrícolas	3033	4,0	1471	5,1	1040	2,0
Assalados não agrícolas	517	0,7	418	1,5	140	0,3
Outros ativos n. e.	819	1,1	104	0,4	803	1,5
Outros ativos n. e.	66982	100,0	21956	100,0	142269	100,0
Divorciados	936	100,0	471	100,0	1399	100,0
Partes não agrícolas	4884	7,3	2269	10,3	10392	5,8
Partes agrícolas	154	0,2	95	0,4	208	0,1
Trabalhadores indep. da agricultura	1133	1,7	527	2,4	1034	0,7
Trabalhadores independentes	3689	5,4	1401	6,4	6804	4,8
Profissionais liberais	936	1,4	471	2,1	1399	1,0

Grupos socioeconômicos agregados	1991		2001	
	H/M	%	H	%
Solteiros				
Partes não agrícolas	37470	12,2	514842	22,9
Partes agrícolas	3818	12,2	19900	13,9
Trabalhadores indep. da agricultura	45082	17,8	479	8,8
Trabalhadores independentes	40977	13,2	8408	9,5
Profissionais liberais	6470	22,0	2185	2,8
Quadros médios e superiores	132999	23,4	232879	30,1
Empregados executantes	303442	25,5	22225	22,5
Operários	481911	34,1	75791	19,8
Assaltantes agrícolas	45533	28,3	4285	18,8
Personal das forças armadas	17139	38,7	1490	68,2
Casados com registro	47714	67,1	1411559	62,8
Cutros ativos n. e.	128351	29,2	132862	59,9
Partes não agrícolas	12027	3,3	8548	6,0
Partes agrícolas	745	2,4	198	3,6
Trabalhadores indep. da agricultura	4536	1,8	796	2,2
Trabalhadores independentes	12556	4,0	4866	5,5
Profissionais liberais	1439	4,9	553	6,8
Quadros médios e superiores	1612	2,7	23281	5,1
Empregados executantes	3825	3,9	72639	7,0
Operários	3572	2,5	15708	4,1
Assaltantes agrícolas	6770	4,1	1751	6,9
Personal das forças armadas	921	2,1	167	7,3
Cutros ativos n. e.	1269	1,8	4360	6,6
Partes não agrícolas	7678	1,8	66301	2,9
Partes agrícolas	6203	2,0	4369	3,1
Trabalhadores indep. da agricultura	9754	3,9	2924	8,1
Trabalhadores independentes	6695	2,2	5260	6,0
Profissionais liberais	466	1,6	164	2,0

Grupos socioeconômicos agregados	1991		2001	
	H/M	%	H	%
Total	4395438	100,0	2246173	100,0
Partes não agrícolas	307711	100,0	142840	100,0
Partes agrícolas	31315	100,0	5471	100,0
Trabalhadores indep. da agricultura	252680	100,0	36194	100,0
Trabalhadores independentes	23220	100,0	8818	100,0
Profissionais liberais	33988	100,0	8154	100,0
Quadros médios e superiores	668040	100,0	456140	100,0
Empregados executantes	1191862	100,0	1033651	100,0
Operários	1423083	100,0	383540	100,0
Assaltantes agrícolas	165665	100,0	2537	100,0
Personal das forças armadas	44339	100,0	2286	100,0
Cutros ativos n. e.	71124	100,0	66382	100,0

Quadro A6 Homens e mulheres, por grupos socioeconômicos agregados e estado civil (1991-2001) percentagem em linha

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1991, 2001.

Grupos socioeconômicos agregados	1991		2001	
	H/M	%	H	%
Divorciados (continuação)				
Quadros médios e superiores	16764	25,0	24997	22,9
Empregados executantes	27677	41,3	45916	50,3
Operários	10035	15,0	8190	9,0
Assaltantes agrícolas	1193	1,8	603	0,7
Personal das forças armadas	382	0,5	46	0,1
Cutros ativos n. e.	255	0,4	785	0,9
Assaltantes + divorciados	142020	100,0	122332	100,0
Partes não agrícolas	597	6,4	7234	5,9
Partes agrícolas	8187	1,1	695	0,6
Profissionais liberais	27584	5,8	5416	4,4
Trabalhadores independentes	1532	3,9	576	0,5
Trabalhadores indep. da agricultura	2752	3,9	98	0,1
Trabalhadores independentes	21591	30,6	30421	24,7
Assaltantes agrícolas	4226	20,1	12935	10,4
Operários	28580	38,6	63693	51,6
Empregados executantes	54749	19,4	30421	24,7
Quadros médios e superiores	1074	0,6	58	0,0
Personal das forças armadas	1074	0,6	58	0,0
Cutros ativos n. e.	9086	0,8	1288	1,1

Grupos socioeconômicos	1981		1991		2001		
	H+M	%	H+M	%	H+M	%	
Total	4026755	2649090	1377665	65,8	4395438	2583215	1812223
Patões Não Agrícolas	139418	111096	28322	19,7	275281	194096	81185
Empregados executantes	93625	42272	51353	45,2	54,8	31315	22655
Quadros médios e superiores	358552	229609	128943	36,0	252680	153481	99199
Profissionais liberais	261775	196823	64952	24,8	310220	189076	121144
Empregados não superiores	22215	17850	4365	19,6	61829	41849	19980
Operários	1428884	115044	313840	78,0	1423083	1014123	408960
Assalviados agrícolas	300517	207806	92711	30,9	165665	109314	56151
F. das Forças Arm.	20573	20243	330	1,6	44339	40708	3631
Ativos Não Especializados	12954	11676	1278	90,1	71124	23389	47735

Quadro A7 Porção de homens e de mulheres em cada grupo socioeconômico em 1981, 1991 e 2001

Grupos socioeconômicos agregados	1991		2001	
	H	%	H	%
Vivos (continuação)	7715	1,4	1825	0,6
Quadros médios e superiores	28637	3,7	5481	0,6
Operários	12930	0,9	3167	0,5
Assalviados agrícolas	5134	3,1	1691	0,5
Personal das forças armadas	318	0,7	153	0,5
Outros ativos n. e.	645	0,9	21	0,1
Separações	75038	2,6	46403	1,1
Patões não agrícolas	4202	1,4	2135	0,8
Patões agrícolas	443	1,4	177	0,5
Trabalhadores indep. da agricultura	4383	1,7	1184	0,8
Trabalhadores independentes	4598	1,5	1875	0,8
Profissionais liberais	596	2,0	300	0,6
Quadros médios e superiores	10830	1,9	4139	0,8
Empregados executantes	27072	2,3	6246	1,2
Operários	18545	1,3	10526	1,0
Assalviados agrícolas	3033	1,8	1471	1,3
Personal das forças armadas	517	1,2	48	0,4
Outros ativos n. e.	819	1,2	104	0,4
Divorciados	66982	1,5	21956	0,8
Patões não agrícolas	4884	1,6	2268	0,8
Patões agrícolas	154	0,5	95	0,4
Trabalhadores indep. da agricultura	1133	0,4	527	0,3
Trabalhadores independentes	3589	1,2	1401	0,7
Profissionais liberais	936	3,2	471	0,8
Quadros médios e superiores	16764	3,0	5783	1,1
Empregados executantes	27677	2,3	6753	1,1
Assalviados agrícolas	10035	0,7	5622	0,6
Operários	1193	0,7	668	0,6
Personal das forças armadas	362	0,8	259	0,6
Outros ativos n. e.	255	0,4	219	0,5
Separações + divorciados	142020	3,2	50591	1,2
Patões não agrícolas	9086	3,0	4404	2,0
Patões agrícolas	597	1,9	272	1,2
Trabalhadores indep. da agricultura	5516	2,2	1711	1,1
Trabalhadores independentes	8187	2,6	3276	1,7
Profissionais liberais	1532	5,2	701	4,1
Quadros médios e superiores	27594	4,9	9864	3,1
Empregados executantes	54749	4,6	12029	2,4
Patões não agrícolas	142020	3,2	50591	1,2
Patões agrícolas	597	1,9	272	1,2
Trabalhadores indep. da agricultura	5516	2,2	1711	1,1
Trabalhadores independentes	8187	2,6	3276	1,7
Profissionais liberais	1532	5,2	701	4,1
Quadros médios e superiores	27594	4,9	9864	3,1
Empregados executantes	54749	4,6	12029	2,4
Patões não agrícolas	142020	3,2	50591	1,2
Patões agrícolas	597	1,9	272	1,2
Trabalhadores indep. da agricultura	5516	2,2	1711	1,1
Trabalhadores independentes	8187	2,6	3276	1,7
Profissionais liberais	1532	5,2	701	4,1
Quadros médios e superiores	27594	4,9	9864	3,1
Empregados executantes	54749	4,6	12029	2,4